

Universidade Federal Fluminense
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História Social
Doutorado em História

KARLA GUILHERME CARLONI

**MARECHAL HENRIQUE TEIXEIRA LOTT: A
OPÇÃO DAS ESQUERDAS**

Tese apresentada como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Orientador: Prof^o Dr. Daniel Aarão Reis

Niterói
2010

KARLA GUILHERME CARLONI

MARECHAL HENRIQUE TEIXEIRA LOTT: A OPÇÃO DAS ESQUERDAS

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr. Daniel Aarão Reis

Prof^o. Dr. Celso Castro

Prof^a. Dr. Marieta de Moraes Ferreira

Prof^o. Dr. Orlando de Barros

Prof^o. Dr. Paulo Ribeiro da Cunha

**Prof^o. Dr. Noberto Ferrera
(suplente)**

**Prof^o. Dr. Marco Antonio Pamplona
(suplente)**

Dedico esta tese aos meus pais e avós...

AGRADECIMENTOS

Pais queridos e sempre ao meu lado. Amílcar e Esther Carloni, obrigada por acreditarem em mim e estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis...

Giuliano e Flávia Carloni, família

Shampoo, minha eterna companheira de trabalho.

Mi, uma nova alegria.

Professor Daniel Aarão, obrigada pela oportunidade de desfrutar de seu conhecimento e de sábia orientação.

Professor Jorge Ferreira, grande responsável pela construção de minha carreira acadêmica. Agradeço o eterno incentivo, o tema de minha pesquisa e a atenção dispensada durante tantos anos.

Professores Orlando de Barros e Stela pela amizade, carinho e orientação dispensados.

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma me ajudaram a fazer esta tese: Kardec Lemme, Coronel Alencar, Capitão Correa (AHEX), Sargento Silva (AHEX) e Capitão Ferreira (AHEX), jornalista Wagner William, funcionários dos arquivos e bibliotecas pesquisados.

Fernanda, bisneta do marechal.

Amigos: Adriana Carvalho, William Martins e Sátiro Nunes.

Fábio Koifman, querido companheiro e grande historiador. Obrigada pelo amor, pela paciência e pelo incentivo nestes anos de convívio. Sua presença foi fundamental para a escrita desta tese.

RESUMO

Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott foi ministro da Guerra durante os anos de 1955 e 1959. No período em que ocupou o ministério liderou o contragolpe de 11 de Novembro de 1955 e foi responsável pela manutenção de Juscelino Kubitschek no poder. Sua carreira política e militar foi associada a ideais de legalidade, democracia e nacionalismo. As esquerdas da época, tanto militar quanto civil, escolheram o velho oficial como representantes de suas aspirações de uma sociedade mais igualitária e justa e um Brasil economicamente independente. Sua popularidade levou a candidatura à presidência da República, em 1960. O resgate da biografia política do marechal Henrique Lott ajuda a entender construção da identidade do Exército brasileiro durante o século XX e esclarece a existência de um grupo de militares com identidade alternativa à tradicional imagem construída do militar brasileiro, principalmente após o Golpe Civil Militar de 1964.

Palavras-chave: Marechal Henrique Lott – Nacionalismo – Esquerdas – Exército – Biografia

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I - MARECHAL HENRIQUE DUFFLES TEIXEIRA LOTT: MEMÓRIAS EM CONFLITO.....	12
O CANDIDATO PERFEITO PARA O BRASIL	
O SALVADOR NÃO FOI RECONHECIDO NA MULTIDÃO	
O MARECHAL CHEGA AO SÉCULO XXI	
SOB A ÓTICA DA DIREITA MILITAR: A TRAJETÓRIA DE UM OFICIAL NACIONALISTA	
LOTT NO DISCURSO DOS MILITARES DE 1964	
AS POSSIBILIDADES DE UMA BIOGRAFIA	
CAPÍTULO II - UM MILITAR DA ORDEM: AS ORIGENS.....	48
A PRIMEIRA REPÚBLICA	
DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO ESTADO NOVO	
UM POUCO DE VIDA FAMILIAR	
CONSIDERAÇÕES: A TRAJETÓRIA INDIVIDUAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO MODERNA	
CAPÍTULO III - MINISTRO DA GUERRA DE CAFÉ FILHO E O 11 DE NOVEMBRO DE 1955.....	86
O CONVITE	
A INSTABILIDADE POLÍTICA: OS QUARTÉIS SE AGITAM	
CAPÍTULO IV - O MINISTÉRIO DA GUERRA.....	130
O MINISTRO DA GUERRA E O GOVERNO DE JK	
A FRENTE DE NOVEMBRO: AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIAL	
O ANIVERSÁRIO DO MOVIMENTO 11 DE NOVEMBRO: A ESPADA DE OURO	
FECHAMENTO DA FRENTE DE NOVEMBRO	

CARTAS AO GENERAL

EMBATES INTERNOS: O MINISTÉRIO DA GUERRA E OS CONFLITOS ENTRE AS
ESQUERDA E A DIREITA MILITAR

GABINETE DO MINISTRO DA GUERRA: NOTAS ESPECIAIS

ORÇAMENTO DA GUERRA NO GOVERNO DE JK

CAPÍTULO V - AS ELEIÇÕES DE 1960.....187

A ESCOLHA

A PROPOSTA DE GOVERNO

O CANDIDATO DAS ESQUERDAS

A FALTA DE APOIO POLITICO

AS CONTRADIÇÕES

A OPOSIÇÃO

A DERROTA

18 ANOS DEPOIS

CAPÍTULO VI - A LUTA PELA LEGALIDADE.....230

A CRISE DE 1961

TRAJETÓRIA INTERROMPIDA

CONCLUSÃO240

ANEXO I..... (Ver Original)

ANEXOII.....(Ver Original)

ANEXOIII..... (Ver Original)

ARQUIVOS E FONTES244

BIBLIOGRAFIA.....245

INTRODUÇÃO

Escrever sobre a presença dos militares na história política do Brasil não é novidade. Após a implementação do Regime Militar, em abril de 1964, historiadores, sociólogos e cientistas políticos brasileiros e estrangeiros debruçaram-se sobre a história das relações entre as Forças Armadas e o Estado em busca de explicações para os capítulos autoritários da vida nacional.

Nos programas de pós-graduação em História, são numerosos os alunos que se dedicam ao estudo dos governos militares no Brasil e nos demais países da América do Sul. Proliferam os estudos comparados entre os casos do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. Em sua maioria, a ênfase recai na resistência civil armada e na contra cultura. Muitos historiadores buscam identificar e analisar as manifestações culturais, as transgressões e as contestações ao autoritarismo, recaindo a maior ênfase na investigação da organização e atuação dos grupos guerrilheiros urbanos e rurais que atuaram na resistência aos regimes de exceção do Cone Sul.

Mais recentemente, são as memórias destes grupos e de seus algozes militares o objeto de estudo e de discussão em congressos e seminários de historiadores ligados ao tema do Regime Militar. Busca-se entender, sob a perspectiva de conceitos vindos, principalmente, da antropologia e da psicologia, a formação de identidades e memórias coletivas enquadradas no tempo presente.

Há aqueles que também se debruçam sobre as complexas redes de informações e repressão montadas pelos militares, como a meticulosa Operação Condor e as diferentes formas de censura impostas à sociedade civil. Neste caminho, estudam as diferentes respostas e soluções dadas pela sociedade.

Os que desejam encontrar no passado nacional as raízes do autoritarismo e da fragilidade do Estado, diante do poder militar, retornam ao Estado Novo e à sua complexa relação com os militares. A interação entre Vargas e os militares e o grau de autonomia que estes adquirem no fim da ditadura parecem trazer algumas respostas satisfatórias.

Por fim, ainda resistem aqueles que assinalam que, no intervalo democrático de 1945-1964, os supostos “governos populistas” teriam sido os grandes responsáveis pelo fracasso da democracia e, conseqüentemente, da ascensão dos militares.

No período que antecede ao Estado Novo, a historiografia destaca o Movimento Comunista de 1935, pejorativamente chamado de Intentona Comunista, e o movimento dos tenentes da década de 1920, com ênfase na Coluna Prestes. Há ainda aqueles que caminham até a instauração da República pelos militares e aos inúmeros conflitos durante a Primeira República.

No bojo dos estudos sobre Forças Armadas e política no Brasil, há um grupo diminuto de historiadores que, solitariamente, se dedica a estudar um grande e esquecido número de vencidos do Regime Militar brasileiro. Vencidos pelo poder, pela força e pelo silêncio da memória. Os militares de esquerda são fundamentais para entender o desenvolvimento dos acontecimentos pré e pós 1964. Na historiografia brasileira, há pouca coisa publicada a respeito deste vasto e heterogêneo grupo.

João Quartim de Moraes, da Unicamp, é o pioneiro e ainda uma das poucas referências de peso para o tema¹. Nelson Werneck Sodré, ele mesmo um militar de esquerda, Jacob Gorender, Hélio Silva, homens testemunhas de seu tempo, são talvez ainda as referências principais.² Recentemente, o cientista político Paulo Ribeiro da Cunha fez profundo e profícuo estudo a respeito do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Há o trabalho de Paulo Roberto de Almeida, da Unb e do Instituto Rio Branco, sobre brasileiros, na sua maioria militares, que lutaram na Guerra Civil Espanhola – nele destaco a entrevista com o singular coronel Nemo Canabarro Lucas. O volume maior de trabalhos é em relação às duas Revoltas dos Marinheiros, tanto a da Primeira República quanto a de 1964, e a Revolta dos Sargentos, em 1961, como demonstram os trabalhos de Flávio Rodrigues, Paulo Paruker, Edmar Morel e Edgar Morel, entre outros.

¹ MORAES, João, Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1994.

² SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. _____, *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984. _____, *A vez e voz dos vencidos: militares X militares*. Petrópolis: Vozes, 1988. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003. 6ª ed. CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002. RODRIGUES, Flávio Luis. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo, Cortez, 2004. PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. Niterói, UFF-ICHF; Dissertação de Mestrado em História Social, 1992. MOREL, Edmar. *A revolta da Chibata*. RJ: Letras e Arte, 1963. MOREL, Edgar.(org.). *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na esquadra pelo marinheiro João Candido em 1910*. RJ: Paz e Terra, 2009. ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Brasileiros na Guerra Civil Espanhola, 1936-1939: combatentes brasileiros na luta contra o fascismo”. “Revista Sociologia e Política”. Curitiba: UFPR, ano 4, n.12, junho de 1999, pp.35-66.

Apesar dos esforços, o resgate é muito limitado e, às vezes, considerado até suspeito. Nos dois anos dedicados ao mestrado e, posteriormente, nos quatro dedicados ao doutorado, ambos na Federal Fluminense, minha trajetória foi solitária, quando não criou estranheza dos colegas de curso. O tema muitas vezes foi considerado “conservador demais”. Um colega de sala chegou a questionar se eu não era filha de militar. Era difícil explicar a minha escolha, os arquivos pesquisados e as pessoas entrevistadas. A bibliografia lida era praticamente uma heresia.

A pesquisa de doutorado é uma continuação quase que lógica da pesquisa de mestrado, defendida em 2005: “Militares e Política no Brasil: o 11 de Novembro de 1955”.³ Durante dois anos, pesquisei profundamente o contragolpe de 1955, liderado pelo general e ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott. O episódio garantiu a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart na presidência e vice-presidência da República, respectivamente, em janeiro de 1956, e mudou o rumo das relações entre as três forças militares e entre elas e a política nacional. O movimento até então era pouquíssimo estudado e estava rodeado de ficções e pré-conceitos.

Terminado o mestrado, a dúvida que já existia antes só aumentou: quem era aquele chefe militar ministro da Guerra de Juscelino Kubitschek e ex-candidato a presidente da República, hoje esquecido, que liderou multidões e que praticamente todos os dias ocupava as manchetes dos jornais na década de 1950 e no início de 1960? Lott foi sinônimo de nacionalismo, comícios cheios, trabalhadores e soldados unidos em nome de uma nação mais justa. Quem foi este marechal? Por que hoje seu nome está praticamente esquecido na sociedade?

Foi para responder a estas questões e entender o espírito político e social daquela época que, aqui, eu resgato a trajetória do oficial Henrique Teixeira Duffles Lott e dos homens em sua órbita. Desvendar sua carreira militar e política é desvendar um grupo e suas inter-relações na história militar e política recente do Brasil. É olhar além da simples dicotomia militares X esquerda civil e resgatar importante parte da história nacional, tirando do silêncio indivíduos renegados ao ostracismo social e histórico. Foi possível descortinar uma história mais densa e com múltiplos personagens. Na década de 1950 e

³ CARLONI, Karla. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o Movimento 11 de Novembro*. Niterói: PPGH/ Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Universidade Federal Fluminense, 2005.

início de 1960, a conscientização sobre a realidade brasileira e a infiltração dos ideais das esquerdas políticas nos quartéis possibilitou aos soldados a construção de identidades alternativas ao padrão da hierarquia militar. Estas novas identidades foram capazes de interagir com os demais grupos sociais e se posicionar politicamente diante das questões cruciais da agenda nacional na época.

Em resumo, no capítulo primeiro faço análise das construções de memórias realizadas pelas esquerdas e direitas em torno do marechal Henrique Lott e discuto os limites da escrita biográfica no campo da História; no capítulo segundo, faço a reconstrução da carreira militar de Lott desde sua entrada no Colégio Militar, ainda na Primeira República, até a consolidação do Estado Novo, analisando o comportamento do jovem oficial diante dos principais acontecimentos políticos e militares da época; no capítulo terceiro, narro e analiso a participação de Lott no ministério de Café Filho e na liderança do contragolpe militar, Movimento 11 de Novembro, em 1955; no capítulo quarto, apresento profunda investigação da atuação do marechal frente ao Ministério da Guerra do governo de Juscelino Kubitschek e investigo os grupos militares e civis que a ele se aliam; no capítulo cinco, acompanho a candidatura de Lott às eleições presidenciais de 1960 e os desdobramentos políticos e sociais deste processo; por fim, no sexto capítulo, analiso as intervenções de Lott nas crises políticas de 1961 e 1964 e no caso da prisão de seu neto durante o Regime Militar.

CAPÍTULO I

MARECHAL HENRIQUE DUFFLES TEIXEIRA LOTT: MEMÓRIAS EM CONFLITO

Reconstruir a história política de uma sociedade implica entender o seu imaginário político e considerar os seus mitos. Nas sociedades contemporâneas, são muitos os espaços de construção e afirmação da memória coletiva em torno dos personagens que povoam a chamada história nacional: as artes, a literatura, as datas cívicas, os discursos da mídia. Nesse contexto, as biografias comprometidas com a construção da imagem heróica de um personagem e os discursos conflitantes em torno dele são lugares privilegiados a partir dos quais o historiador pode ter acesso à síntese dos valores e ideais que compõem o imaginário político de uma determinada sociedade. Para compreender a escolha, a construção e os debates gerados em torno da personalidade eleita, é necessário reler as biografias e os discursos antagônicos, não com o objetivo de apontar os erros e as incongruências, mas com a proposta de entender o grupo social que elegeu o mito, os valores que balizaram a escolha e os conflitos em torno de seu nome.

A construção de mitos é uma marca da história política. Ernest Cassirer, refletindo os regimes fascistas na Europa da primeira metade do século XX, constatou que a política moderna é espaço privilegiado para a renovação dos “mitos primitivos”. Na visão pessimista do filósofo, as ciências já teriam conseguido romper com qualquer tipo de irracionalidade, enquanto o político seria o lugar do irracionalismo moderno: “(...) na vida prática e social do homem, a derrota do pensamento racional parece ser completa e irrevogável”⁴.

Mas seria possível e desejável dissociar o homem da sua capacidade de interpretar, valorar e criar representações para a si e para as coisas a sua volta? As próprias ciências não refletem os valores e as escolhas das sociedades ou grupos sociais que as praticam? Os limites entre racional e irracional, no campo da política, são muito tênues. Autores como Marc Bloch, Pierre Bourdieu, Jacques LeGoff e Max Weber já apontaram de diferentes

⁴ Ernest Cassirer, filósofo alemão, publicou *O mito do Estado* logo após a Segunda Guerra Mundial. Judeu, teve que se refugiar nos EUA durante a guerra. Seu livro é uma tentativa de compreender os elementos do pensamento político ocidental que possibilitaram a ascensão dos regimes totalitários. CASSIRER, Ernest. *O mito do Estado*. SP: Códex, 2003. (primeira edição 1945). p.20.

formas a necessidade do estudo das representações, dos símbolos e dos imaginários para se entender a dimensão política do homem. Desta forma, os discursos compromissados com a construção ou a desconstrução de um mito não devem ser interpretados como irracionalidade e tentativa de manipulação, mas, sim, como produto histórico-social. Devem ser entendidos em seu sentido amplo se se deseja compreender os grupos sociais que os produziram e os seus respectivos valores.

Escritas em diferentes momentos da história brasileira, as biografias a respeito da vida pública do marechal Henrique Teixeira Duffles Lott estão comprometidas com a tentativa de construir a imagem de um herói predestinado a salvar a nação – um “mártir da causa nacionalista”. Apesar de Lott não ter sido escolhido pelo povo para governar o país nas eleições presidenciais de 1960, nas quais concorreu pelo Partido Social Democrático (PSD), tendo como vice João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o discurso em torno de sua candidatura, as justificativas para a sua derrota e a memória construída por alguns segmentos sociais a respeito do personagem refletem uma sociedade a espera do líder providencial. As biografias do marechal relatam não apenas a sua vida, mas, em datas distintas, os anseios de uma sociedade que aguarda até hoje o seu redentor.

Dessa forma, no momento não há a preocupação em averiguar a veracidade dos fatos apresentados nas biografias a respeito do marechal, nem recolher informações sobre o biografado. A finalidade do capítulo é perceber como foi construída a memória em torno do personagem político, quais são os argumentos e recursos utilizados pelos autores, entender os usos políticos dessa memória e como a sua construção reflete o imaginário político de segmentos específicos da sociedade brasileira ao longo do tempo.

A segunda parte do capítulo preocupa-se em analisar a memória que faz contraponto ao mito do herói. O discurso formulado pelos militares de direita cristalizou no interior das Forças Armadas uma imagem negativa do marechal e o esquecimento de sua trajetória política e militar. A memória coletiva dos oficiais conservadores em relação ao marechal é a antítese das biografias escritas a seu respeito e, igualmente, reflete os ideais do grupo que a formulou e as divisões internas que permeavam o Exército, durante as décadas de 1950 e 1960.

Por fim, a análise do conflito de memórias em torno da imagem do marechal ajuda a compreender os valores e os diferentes projetos políticos dos grupos civis e militares que

fizeram parte da história política brasileira nas décadas de 1950 e 1960. São questões e que ainda hoje residem no debate político e social do país.

O CANDIDATO PERFEITO PARA O BRASIL

No final do ano de 1954 o general Henrique Teixeira Lott, após anos de exclusiva dedicação às questões estritamente militares, foi escolhido, durante o governo de Café Filho (1954-1955), para ocupar o Ministério da Guerra, pasta responsável pelos negócios do Exército brasileiro e o mais importante dos três ministérios militares. O vice-presidente do Segundo Governo Vargas assumiu o poder após o traumático suicídio do ex-ditador, em agosto de 1954, e formou um Ministério integrado pelos antigos inimigos de Vargas com exceção do general Lott, que fora escolhido por sua capacidade de pacificar o Exército nacional tumultuado por questões políticas.

Na turbulenta conjuntura política de 1955, o desconhecido general despontou na vida política nacional ao liderar, junto com o general Odílio Denys, o contragolpe de 11 de Novembro de 1955. Naquele ano, sob o comando do general Lott, o Exército assegurou a posse dos eleitos no sufrágio de outubro de 1955: o presidente Juscelino Kubitschek, do PSD, e o seu vice, João Goulart, do PTB. Conhecido por sua “paixão pela legalidade” e intolerância a qualquer indisciplina, o general surpreendeu os seus contemporâneos ao liderar o *Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes* e combater a tentativa de golpe liderada por militares, principalmente da Aeronáutica e da Marinha, e civis da União Democrática Nacional (UDN), que planejavam impedir a posse dos futuros governantes do país por serem “discípulos do presidente morto”.⁵

A ruptura sem precedentes na trajetória do “general caxias” o jogou no centro dos acontecimentos políticos do país e fez dele um importante símbolo da luta nacionalista encampada pelas esquerdas políticas da época. Naquela conjuntura, os grupos progressistas apostavam no jogo democrático como caminho para realizar importantes reformas sociais e alcançar o poder. Embora tivesse o perfil rígido e conservador, o general Lott foi evocado por nacionalistas de várias correntes partidárias, reformistas e revolucionárias, que defendiam um Brasil política e economicamente independente, como sinônimo de maior

⁵ Ver: CARLONI, Karla. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o Movimento 11 de Novembro*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense; Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2005.

igualdade social. Composta por estudantes, sindicalistas, políticos e trabalhadores, as esquerdas desejavam a união entre civis e militares na defesa de uma nação autônoma. A partir de novembro de 1955, o ministro da Guerra passou a ser personagem frequente na imprensa e nos debates políticos e, ao mesmo tempo, despertava ojeriza nos liberais da UDN e nos setores mais conservadores das Forças Armadas, que viam com desconfiança a aproximação do general às esquerdas políticas.

A definitiva consagração do general entre as esquerdas se deu na comemoração de um ano do Movimento 11 de Novembro. Mantido como ministro da Guerra de JK, o que gerou muitas manifestações de desagrado por parte de militares e civis, Lott foi homenageado em grande cerimônia pública na Central do Brasil, onde recebeu da mão de João Goulart uma espada de ouro representando o seu comprometimento com a Constituição e com a legalidade. Compareceram à grandiosa festa militares, oficiais e subalternos; trabalhadores; estudantes e dirigentes de diferentes organizações políticas. O episódio foi amplamente noticiado pela imprensa da época e causou reações negativas no interior da Forças Armadas. A súbita popularidade do até então desconhecido general era mal vista por seus colegas de farda mais conservadores.

No auge de sua notoriedade política, Lott aceitou disputar o cargo de presidente da República nas eleições presidenciais de 1960. Comendo chapa com João Goulart, que novamente pleiteava a vice-presidência pelo PTB, o marechal concorreu pela legenda do PSD. Neste momento, foram lançadas três biografias sobre o marechal, todas compromissadas em traçar o perfil daquele que poderia governar a nação nos próximos anos: *A vida do Marechal Lott: a espada a serviço da lei*, de Salomão Jorge; *Marechal Henrique Lott*, do major Joffre Gomes da Costa; *Lott: o marechal da legalidade*, de Bendita Vieira Bentes Pampolha.⁶

A escrita dos biógrafos tinha o compromisso de traçar um perfil do marechal que ajudasse a mostrar aos eleitores brasileiros que Lott era a melhor escolha para o governo do país. Na construção deste discurso, o marechal passou a figurar na “galeria dos heróis da história nacional”. Historicamente pode-se afirmar que os autores registraram no papel a tentativa de construção de um novo mito no imaginário político da sociedade brasileira.

⁶ SALOMÃO, Jorge. *A vida do Marechal Lott: a espada a serviço da lei*. SP: EDIGRAF, 1960; COSTA, Joffre Gomes da. *Marechal Henrique Lott*. RJ: s/ed, 1960; PAMPOLHA, Benedita Vieira Bentes. *Lott: o marechal da legalidade*. Rio de Janeiro, s/ed, 1960.

Utilizaram símbolos e representações que remetiam a uma sociedade a espera de seu herói salvador e evocaram o passado para legitimá-lo.

No livro de Salomão Jorge, por exemplo, os episódios da infância e as escolhas feitas na juventude são descritos de forma a justificar as ações legalistas e nacionalistas da maturidade. A sua trajetória é apresentada ao leitor com a ajuda de exemplos dos “grandes vultos da história nacional”: Tiradentes, Felipe dos Santos, Rui Barbosa, Barão de Rio Branco, Duque de Caxias, Pinheiro Machado, Getúlio Vargas, etc. Alguns deles, conterrâneos de Lott, nascido em Minas Gerais. A narrativa se constrói com a preocupação de demonstrar que todos esses personagens estão inseridos no panteão dos homens que lutaram pela pátria brasileira, ao defenderem, em diferentes épocas, a soberania e a independência política e econômica da nação. As lições de cada um estariam presentes na vida e na memória do marechal. Subtende-se que a vida de Lott seria a continuidade e o amadurecimento da trajetória dos “ilustres representantes da pátria”, personagens que o militar havia estudado ainda menino:

“[Lott] compreendeu em tenra idade o sentido da palavra ‘pátria’, medindo a extensão do seu significado. (...) Significava muito mais. Era a família, os antepassados, a casa, os amigos, a escola, o professor, sua cidade natal, seu povo tão bom, sossegado e religioso”.⁷

Lott, em sua plataforma eleitoral, pregava a extensão da legislação trabalhista ao campo e o ensino público e obrigatório para as crianças. Os predicados de Tiradentes, descritos por Salomão Jorge, sugeriam semelhantes ideais:

“Tiradentes, pelo seu puríssimo ideal, pelo seu desprendimento, pelo seu imenso patriotismo, pela sua desassombrada paixão pela liberdade, pelo seu sonho de criar escolas para o povo, pelo seu desejo ardente de abolir a servidão, tinha sido um Cristo da nossa Independência, um visionário que conhecera a miséria de nossa gente, a tirania que a escravizava. (...) E o menino Henrique admirou a existência abnegada desse mineiro que foi o nosso primeiro grande nacionalista, que incutiu, na alma brasileira, a esperança de uma pátria livre, respeitada e poderosa”.⁸

A analogia entre Tiradentes e Lott faz lembrar a construção do primeiro como herói nacional conclamado e consolidado durante a Primeira República. José Murilo de Carvalho, ao estudar a construção do mito de Tiradentes, aponta que um dos principais motivos para o sucesso e o apelo social do mártir foi ele estar de acordo com os valores presentes na

⁷ SALOMÃO, Jorge. Op.cit. p.26.

⁸ Idem. pp.26-27. Grifos meus.

mentalidade brasileira, já que o mito, para ser bem sucedido, tem que acionar imagens presentes nos corações e mentes daqueles que compõem a sociedade. A figura de Tiradentes realizou uma metamorfose, deixou de representar o militar envolvido na trama libertária mineira e foi associada à religiosidade cristã, à pacificação e à idéia de união em torno de um ideal, seja a independência nacional, a luta contra a monarquia ou a República. Os valores que Murilo de Carvalho constatou na memória erigida em torno de Tiradentes, a partir do final do século XIX, também foram identificados, por Salomão Jorge, no caráter do marechal Lott.⁹ O oficial é associado à pacificação das Forças Armadas e ao desenvolvimento da sociedade dentro da paz e da ordem, com a garantia da autonomia política e respeito aos valores cristãos.

Porém, não coincidentemente, é Duque de Caxias, mais do que Tiradentes, o grande mestre do “novo redentor da pátria”. O marechal, desde menino, teria se inspirado no exemplo do herói militar. Novamente, encontra-se a associação às idéias de pacificação e ordem, atributos tão valorizados por boa parte dos segmentos políticos da sociedade brasileira:

“Embora despido de vaidade, sem sonhar em ser um herói, o jovem mineiro tinha noção nítida do valor que apresenta um grande soldado. A carreira de Caxias lhe oferecia um sugestivo exemplo, pois sempre o considerou protótipo do herói altruísta, patriota, magnânimo. Emancipador, mantenedor da ordem política, defensor da organização constitucional do Império, o pacificador da Balaiada foi, a seu ver, um incansável paladino da nossa consolidação territorial, um dos máximos construtores da nacionalidade”.¹⁰

Para Salomão Jorge, a vida de Lott, com seus rígidos hábitos e regras, refletia o homem correto, incorruptível, regrado e avesso a desordens na vida pessoal e pública, concluindo-se daí o seu apreço pela legalidade e pela democracia e a aversão a qualquer tipo de revolução – “sempre se revelou inimigo de todas as revoluções”.¹¹

A escolha pelo Exército já representaria o gosto de Lott pela pátria e pela ordem: “seu espírito amante da ordem, da disciplina, preocupado com a defesa da nossa integridade física e moral, o inclinou então para o nosso Exército, essa escola de Honra, de Fé, de

⁹ CARVALHO, José Murilo de. “Tiradentes: um herói para a República”. In: _____ . *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1990. p.68.

¹⁰ Idem. p.30. Grifos meus.

¹¹ SALOMÃO, Jorge. Op.cit. p.44.

Civismo”.¹² Era o soldado a serviço da sua pátria, não um político qualquer, disposto a vencer as eleições por vaidade ou sede de poder, sua vida política era sinônimo de sacrifício e dever militar:

“Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, o homem que há quarenta e nove anos prestou, perante a bandeira nacional, o juramento de que defenderia o Brasil até o sacrifício da própria vida. (...) Soldado antes de tudo, idealista acima de tudo, não alimentava outra ambição que não fosse servir a Pátria, cumprindo rigorosamente o seu dever. Só se afastaria do posto, da sua carreira, se o bem do Brasil assim exigisse”.¹³

Desta forma, Lott, a partir do momento em que sentou praça em 1911, teria apresentado consciência legalista nata nos importantes episódios da história militar brasileira em que teve algum tipo de envolvimento ou apenas tomara ciência: Revolta dos Marinheiros; Guerra do Contestado, da qual participou efetivamente; Revoltas Tenentistas; Revolução de 1930...

“Lott sedimentou, na meditação de todos esses acontecimentos, suas idéias políticas, seu amor à democracia, verificando a inutilidade de tais rebeliões, convencido de que apenas traziam atraso, desassossego e desprestígio para as nossas instituições”.¹⁴

Por fim, o governo de Lott constituir-se-ia em legítima continuação do governo do mineiro JK: legalista, preocupado como o desenvolvimento nacional e atento às questões que afligiam o povo brasileiro.

A segunda biografia publicada no ano de 1960, *Marechal Henrique Lott*, foi escrita por um militar próximo ao candidato, major Joffre Gomes da Costa, e, como a obra de Salomão Jorge, é elemento da campanha eleitoral rumo à presidência.¹⁵ Sem dúvida é a obra mais detalhada e documentada feita no período. São 543 páginas contando com extrema riqueza de detalhes fatos da vida privada do marechal e de seus familiares, um verdadeiro acúmulo de episódios, praticamente uma história da família Lott.

Major Joffre foi subordinado direto de Lott, quando este ainda era tenente-coronel em 1940, e montou um verdadeiro épico ao escrever sobre o biografado. Com uma concepção positivista de história, alia grande quantidade de documentação, que, na maioria das vezes, se encontra integralmente no corpo no livro, à pesquisa de grande fôlego. São fotos,

¹² Idem. p.30.

¹³ Idem. p.39 e p.35.

¹⁴ Idem. p.47.

¹⁵ COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit.

certidões, reportagens, documentos oficiais do gabinete do ministro da Guerra, tudo esclarecendo a “predestinação” do escolhido para comandar o país.

O discurso construído pelo major faz coro com a obra dos demais biógrafos. É a tentativa de construção do herói político. Lott, desde sua infância, estaria predestinado a servir à pátria e a sua vida serviria de exemplo para os demais compatriotas. É a história como “mestra da vida”:

“Henrique Lott, desde menino, antes mesmo da escola primária, já demonstrava pendor para a carreira militar. À militância pertenceram muitos dos seus ascendentes.¹⁶

O Ministério da Guerra veio ter às mãos do Marechal por obra e graça do destino. Jamais cogitaria desse cargo. Aí tem começo a sua predestinação”.¹⁷

Novamente encontramos a idéia do soldado puro que age em nome do dever de servir a sua pátria:

“(…) aceitara o convite que lhe fizera o Presidente [para ocupar o cargo de ministro da Guerra], como um dever de soldado, quer dizer, em cumprimento de ordem (...) Sua posse fora um recebimento de serviço, como tantas vezes acontecera em dias sombrios”.¹⁸

A candidatura à presidência da República era um dever cívico e mais uma etapa de sua predestinação na pacificação do país e do Exército: “o Marechal Lott vem guiado por uma estrela desde o alvorecer da sua vida de menino humilde. Para bem do nosso povo, sua luz há de guiá-lo no caminho do Palácio da Alvorada. Será mais uma vez a força do predestino”.¹⁹

Como último escrito a respeito do marechal, produzido durante o período das eleições presidenciais de 1960, vale mencionar a antagônica obra de Viriato de Castro, *Espada X Vassoura: Marechal Lott*²⁰, publicada em 1959, um ano antes das biografias já citadas. Viriato também é autor de *O fenômeno Jânio Quadros* e sua obra tem clara pretensão de valorizar o candidato udenista e desmoralizar o candidato da coligação PSD-PTB, em suas palavras:

“É personagem conhecida [Lott], pois saiu do anonimato em novembro de 1955, quando desfechou um golpe de Estado nas instituições, derrubando dois presidentes

¹⁶ Idem. p.7.

¹⁷ Idem. p.27.

¹⁸ Idem. Ibidem.

¹⁹ Idem. Ibidem.

²⁰ CASTRO, Viriato de. *Espada x Vassoura: Marechal Lott*. SP: Palácio do Livro, 1959.

da República, rasgando a Constituição, ameaçando o Congresso e intimidando o Supremo Tribunal”²¹.

Essa biografia, tal como as outras, pretende fazer uma descrição factual da vida do marechal e confirma o seu caráter apolítico e legalista, no entanto, vai além ao questionar: por que Lott, a partir do episódio de novembro de 1955, passou a ser destacado ator na política nacional? Como se deu e quais foram os motivos para essa ruptura? O questionamento é pertinente até hoje, mas, infelizmente, a reflexão apresentada por Viriato é limitada, condiz apenas com o juízo de valor que o autor faz do biografado e com o seu compromisso em desmoralizá-lo:

“O anonimato de sua atividade puramente profissional, sem projeção na vida política e administrativa do país, lhe armazenava, no âmago do coração, invejas, rancores, ansiedades que explodiram, afinal, no dia em que a sorte o transferisse da longa obscuridade para os esplendores do palco nacional (...) não houve como conter a fúria de suas recalçadas ambições”²².

Lott, como qualquer personalidade política, não era unânime e Viriato de Castro fez questão de demonstrar isso, chegando a publicar em seu livro duas poesias combativas do consagrado literato Manuel Bandeira: *Letras para uma Marcha* e *A espada de ouro*.²³ Em *Letras para uma Marcha*, o marechal Lott é descrito como um falso militar, que não poderia ser comparado aos verdadeiros militares da pátria. O prestígio e o poder do oficial teriam origem na sua manipulação por políticos e sindicalistas corruptos e não em um verdadeiro ato de glória. A espada de ouro que lhe foi dada, em 11 de novembro de 1956, em cerimônia de celebração de um ano do Movimento 11 de Novembro, seria fruto de um sistema político e sindical que corrompia os verdadeiros valores dos trabalhadores. Segundo depoimento do general Juracy Magalhães, o poeta Manuel Bandeira era um “udenista roxo” e escreveu o poema, ou mais precisamente, uma de suas “melhores farpas”, inspirado por Carlos Lacerda, Afonso Arinos e Maria do Carmo Nabuco²⁴:

“A Espada de Ouro”²⁵
(Manuel Bandeira)

²¹ Idem. “contra-capá”.

²² Idem. pp.17-18.

²³ Idem. pp.52-53.

²⁴ GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*: Juracy Magalhães. Rio de Janeiro: Record, 1996. p.287.

²⁵ JR. MAGALHÃES, R. *Antologia de Humorismo e Sátira*. RJ: Civilização Brasileira, 1957, p.257. http://www.releituras.com/mbandeira_espada.asp. Acesso em: 28 de novembro de 2008.

Excelentíssimo General
Henrique Duffles Teixeira Lott,
A espada de ouro que, por escote,
Os seus cupinchas lhe vão brindar,
Não vale nada (não leve a mal
Que assim lhe fale) se comparada
Com a velha espada
De aço forjada,
Como as demais.
Espadas estas
Que a Pátria pobre, de mãos honestas,
Dá a seus soldados e generais.
Seu aço limpo vem das raízes
Batalhadoras da nossa história:
Aço que fala dos que, felizes,
Tombaram puros no chão da glória!
O ouro da outra é ouro tirado,
Ouro raspado
Pelas mãos sujas da pelegada
Do bolso gordo dos salafrários
Do bolso raso dos operários.
É ouro sinistro,
Ouro mareado:
Mancha o Ministro,
Mancha o Soldado”.

Retornando às obras anteriormente tratadas, verificamos a construção de um discurso que atribui ao marechal Lott o caráter mitológico de personagem heróico predestinado a governar sob o signo do nacionalismo, da legalidade e do civismo militar. Essas atribuições faziam parte do imaginário nacionalista da época e eram evocados em um momento de desafio. A sociedade brasileira saía do primeiro governo eleito após a grave crise de agosto de 1954 e agora tinha que escolher o sucessor de JK. Esperava-se aquele que deveria dar continuidade à suposta fase de prosperidade iniciada pelo construtor de Brasília.

Nas biografias da época, o marechal corresponde àquele que a sociedade brasileira aguardava. Era a tentativa de construção de um mito correspondente à carga emocional que a sociedade atribuía àquele momento, era a “emoção tornada imagem” – o simbolismo mítico havia levado a uma objetivação de sentimentos.²⁶ Pode-se dizer que são nos momentos de desafio, onde as sociedades são compelidas a achar soluções para os seus

²⁶ CASSIRER, Ernest. Op.cit. pp.63-66.

problemas, que os mitos políticos tomam vulto e se concretizam em imagens. Tal como ocorre nas sociedades tradicionais, “se a razão nos abandona, resta sempre a última ratio, o poder do miraculoso e do misterioso”.²⁷ Mas, diferentemente do que ocorre nos mitos tradicionais, o homem contemporâneo tende a resistir ao fantástico e reveste o mito com a roupagem da razão, são criados discursos e teorias justificando e legitimando a crença.²⁸

Lott, para os seus biógrafos, era a concretização dos anseios da nação e as narrativas por eles construídas estão comprometidas em racionalizar e justificar, por meio da utilização da história nacional e de seus personagens, a escolha do marechal como presidente da República. O candidato à presidência deveria figurar como um novo Caxias para sociedade brasileira, o homem do Exército que representava a ordem e a obediência às instituições republicanas. É interessante também lembrar que o próprio Duque de Caxias passou por processo semelhante de “heroificação” nas primeiras décadas da República, processo bem sucedido e que transformou o militar em representante da ordem republicana e da pacificação do Exército – tributos também valorizados em Lott.²⁹

Na perspectiva de Raoul Girardet, o número de construções mitológicas produzidas pelo homem é limitado e reencontramos os mesmos mitos em diferentes épocas e em diferentes sociedades transvestidos pelo sistema de imagem de cada realidade histórica específica. Seguindo essa orientação, pode-se encaixar, respeitando as devidas particularidades, o herói registrado pelos biógrafos de Lott, no modelo de Cincinnatus³⁰, ou seja, o herói pelo passado:

“(…) um velho homem, que se tornou ilustre em outros tempos nos trabalhos da paz ou da guerra. Exerceu com honra altos cargos, grandes comandos, depois escolheu um retiro modesto, longe dos tumultos da vida pública [e] (...) a angústia de todo um povo bruscamente confrontado com a desgraça o chama ou o traz de volta à frente do Estado. Tendo feito a ‘doação de sua pessoa’ à pátria, provisoriamente investido de um poder supremo de essência monárquica, sua tarefa é apaziguar, proteger, restaurar”.³¹

Lott já havia contribuído em tempos passados para a sua nação, tanto como militar de carreira exemplar, quanto como ministro da Guerra, ao liderar o contragolpe de 1955.

²⁷ Idem. p. 323.

²⁸ Idem. p.326.

²⁹ CASTRO, Celso. “Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército”. In: _____.(org.). *A invenção do Exército brasileiro*. RJ: Jorge Zahar Ed., 2002.

³⁰ Lucius Quincius Cincinnatus (519-439 a.C.) foi general, cônsul e ditador romano.

³¹ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias política*. SP: Companhia das Letras, 1987. pp. 73-74.

Em 1960, ele era novamente evocado a abandonar a sua vida pessoal e assumir a direção do Estado, com o dever de construir um governo comprometido com as aspirações nacionalistas e com os ideais de pacificação da política nacional e das Forças Armadas, que há muito viviam dias turbulentos.

O SALVADOR NÃO FOI RECONHECIDO NA MULTIDÃO

Lott não venceu as eleições presidenciais de 1960, sua candidatura foi esvaziada. Finalmente a UDN, com Jânio Quadros, chegou ao poder depois de amargurar sucessivas derrotas eleitorais e apoiar tentativas de golpe. Alguns autores apontam o perfil rígido e não carismático do marechal como principal motivo para o esvaziamento de sua candidatura, outros acusam a negligência e interesses antagônicos de grupos políticos do PSD e do PTB. E parte da historiografia aposta no desgaste político do governo JK, do qual Lott representava continuação. De qualquer forma, o mito de Lott não conseguiu respaldo social suficiente. Se a sociedade precisava de um novo líder, ela não o enxergou no marechal.

Mas a tentativa de construção de uma memória que mescla atos de heroísmo, sacrifício e sentimentos patrióticos encontrou seguidores após a “injustiça nas urnas”. Milton Senna, jornalista dos *Diários Associados*, que cobriu com outros jornalistas a campanha eleitoral de Lott pelo Brasil, no livro *Como não se faz um presidente*, dá continuidade aos discursos do Major Gomes da Costa, de Salomão Jorge e de Pampolha.³² O livro é o registro do trabalho como correspondente eleitoral em 1960, e nele estão os principais discursos e as matérias jornalísticas que informavam o “dia-a-dia do candidato” durante os seis meses de viagens pelo Brasil, a bordo de um avião da Varig.³³

Milton Senna publicou o material no início da fase mais radical do Regime Militar, 1968. O resgate da memória do marechal parece ao mesmo tempo uma censura à sociedade brasileira que elegeu Jânio Quadros, o que, para o autor, abriu espaço para o Regime Militar, e um acalanto em meio à tempestade, ao lembrar a existência de um militar comprometido com a causa nacionalista e com a legalidade democrática – o “marechal do

³² Semanalmente, de quarta-feira a domingo, Lott visitava um grupo de cidades acompanhado. Utilizava uma avião cedido pela Varig e era acompanhado por uma comitiva de jornalistas, da qual faziam parte: Milton Senna, do *Diários Associados*; Batista de Paula, do *Última Hora*; Humberto Setembrino (Catão), do *Diário Carioca*; e Salvador Barroso das Folhas, de São Paulo. SENNA, Milton. Op.cit. p.26.

³³ SENNA, Milton. *Como não se faz um candidato*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

povo”. O livro evoca um chefe militar que antagoniza com o quadro de autoritarismo que estava sendo montado por seus companheiros de farda.

Milton Senna faz coro com aqueles que acreditam que, se Lott tivesse sido eleito presidente da República, a história do Brasil teria sido outra, o Golpe Civil-Militar seria evitado e o processo de prosperidade econômica e social iniciado por JK teria continuidade:

“O juízo popular tem seus equívocos. Um destes foi a derrota do Marechal. Daí se originaram conseqüências terríveis para a estabilidade das instituições e para o desenvolvimento do país, cujo rumo ascensional foi brutalmente interrompido após o termo do mandato do Sr. Juscelino Kubitschek”.³⁴

Reencontramos o mito do herói predestinado a salvar a pátria. O herói providencial que se aproxima cada vez mais à imagem do Salvador. Nas palavras de Milton Senna, a campanha eleitoral do ex-ministro adquire um caráter missionário, uma verdadeira “pregação cívica” que teria permitido que o candidato corre-se o país revelando a “pureza de seus ideais e a integridade de sua conduta cívica”.³⁵ A presença do velho marechal no mundo político seria resposta aos clamores do povo e obrigação para com a sua pátria, assim, ao aceitar a sua candidatura, Lott teria cumprido um dever cívico – saíra do recolhimento do seu lar para ajudar a solucionar a crise política que vivia a nação:

“(…) a decadente política partidária foi buscar em sua casa, depois de mais de 40 anos de serviço prestado à nação, como soldado dos mais ilustres do Exército de Caxias, para com ele tentar a solução de uma crise político-partidária que não possibilitou fosse escolhido nos próprios quadros dos antigos PSD e PTB um nome civil que se impusesse ao respeito e à confiança do povo, na escolha de um novo dirigente para o país”.³⁶

Confirma-se novamente o mito de Cincinnatus. As eleições de 1960 traziam para a cena política nacional o militar que aceitara a candidatura como mais um dever patriótico:

“Com 65 anos de idade, dos quais passou três quartos em ‘clausura’ militar, o marechal Lott, quando julgava que iria ter, afinal, o descanso justo da inatividade, foi jogado à fogueira da sucessão (...) Trocou a farda pela roupa civil (...) lançou em seus comícios as bases de um programa governamental verdadeiramente nacionalista (...) certo de que não poderia negar à sua pátria mais essa contribuição”.³⁷

³⁴ Idem. p.12.

³⁵ Idem. p.11.

³⁶ Idem. p.17.

³⁷ Idem. p.18.

O imaginário cristão também se fez presente para dar sentido à derrota eleitoral que supostamente teria levado o país a uma fase de trevas – era o “Salvador” em meio às “bestas heréticas”:

“(…) sem jamais ser ter sido um político ou pretendido- sê-lo, foi arrastado à praça pública por uma série de circunstancias, como um cristão atirado as feras, depois de passar toda a sua vida recluso nos quartéis, sem nenhuma experiência para dar cabal desempenho a uma mudança tão brusca e repentina. Homem que, por força dos acontecimentos, transmudando-se de militar em político e candidato à presidência da República, apesar de sentir-se atraído, de ser caluniado e ridicularizado, nem por isso deixou de dar a sua contribuição, mais uma vez, à luta pela libertação econômica de seu povo, tornando-se, por fim, num professor de civismo, ministrando aulas públicas de nacionalismo e de democracia aos seus compatriotas, em seus comício eleitorais”.³⁸

Para Milton Senna, Lott perdeu a disputa eleitoral não por alguma falha de sua imagem pública, como muitos apontavam, mas justamente pelo contrário, por não aceitar nenhum tipo de acordo com grupos políticos da época. A atitude de integridade teria feito com que os políticos do PSD, principalmente os seus coronéis, e do PTB, esvaziassem a sua campanha, pois temiam a insensibilidade do marechal aos acordos políticos e a sua “incorrupível honradez”. Já, Jânio Quadros, o seu maior adversário nas urnas, seria justamente o contrário, aceitaria qualquer acordo para chegar ao poder. Era o antagonismo entre o bom cristão e o fariseu. Lott teria sido vítima de uma trama política, uma traição: “(…) os dois partidos que dispunham de maior contingente eleitoral do país deixaram de fazer o seu presidente, para entregar a cabeça de Lott, como a de João Batista, ao Herodes da UDN”.³⁹

Tal como o maior mártir do ocidente, Jesus Cristo, Lott não teria sido reconhecido pela multidão, sendo hostilizado e condenado pelo seu povo. Para Senna, e os que como ele pensavam, relembrar Lott, justamente em 1969, pareceu ser uma tentativa de encontrar um feixe de esperança em meio à opressão do Regime Militar.

Na década de 1970, um boato, que para muitos ainda é verdade, confirmava o perfil heróico construído em torno do ex-ministro: Lott, marechal da reserva, que há muito já estava recolhido da política e da vida militar, ao saber que o seu neto, Nelson Luiz Lott de

³⁸ Idem. p.32.

³⁹ Idem. p.22.

Moraes Costa, filho da ex-deputada Edna Lott⁴⁰, estava preso e sendo torturado em um quartel do Exército, vestiu seu uniforme e saiu em busca do algoz, que, ao ser localizado, foi morto por um tiro certeiro. O episódio ainda repercute na memória de muitos que viveram o Regime Militar, sendo amplamente investigado e desmentido pelo jornalista Wagner William, que publicou a mais recente biografia a respeito do marechal.⁴¹

A narrativa de Milton Sena encaixa na mesma lógica do boato – um herói do passado evocado em tempos de trevas. Diante da memória/boato, que ainda permanece presente na sociedade, o historiador deve se preocupar não com o simples estabelecimento da verdade, mas com o questionamento e a verificação de quais motivos levaram o imaginário social a essa construção. Por que o mito de “salvador” foi revivido? Por que se construiu uma lenda em terreno tão árido? Na realidade, Lott em nada se envolveu com o destino dado ao seu neto.

Como já afirmado anteriormente, um mito se faz presente em momentos de crise e representa de forma imagética as aspirações e os anseios de um povo. Ele não se faz no vazio, se alimenta do imaginário social e o concretiza, sendo o sentido de sua elaboração e de sua existência fornecer esperança e conforto diante de ameaças e situações aparentemente sem soluções. Na década de 1970, a sociedade brasileira vivia sob o recrudescimento do Regime Militar. Censura e terror passaram a fazer parte do cotidiano de muitas famílias brasileiras que assistiam aos seus filhos e netos desaparecerem e pereceram nos “porões da ditadura”. Era um período difícil, justamente aqueles que deveriam preservar a integridade do país e de seus habitantes torturavam e assassinavam os filhos dissidentes da classe média. A perplexidade tomou conta daqueles que acreditavam nas Forças Armadas como sinônimo de nacionalismo e honradez e poucos passaram do estado de perplexidade para desesperada luta na busca dos entes queridos.

Sentimento de perplexidade, de injustiça e de impotência são fortes e capazes de causar reações tanto de ordem prática quanto no imaginário social. Se lutar contra o Regime Militar e suas mazelas a muitos parecia infrutífero e, a outros, impossível, foi na

⁴⁰ Edna Marília Lott de Moraes Costa foi eleita deputada estadual na Guanabara em 1962, pelo PTB, e nas eleições de 1966 foi a deputada mais votada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para a Assembléia Legislativa. ABREU, Alzira Alves de. (coord). [et.al.]. *DHBB*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. p.3304.

⁴¹ Ver: WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Teixeira Lott*. RJ/SP: Record, 2005.

ordem das representações sociais que parte da sociedade brasileira buscou um pouco de conforto. Nosso Cincinnatus foi evocado outra vez.

A publicação de Milton Senna e o boato do assassinato do torturador representavam o que parte da sociedade desejava: um herói militar que livraria seus filhos das prisões e vingaria as torturas. Lott lembrado e assassinando aquele que torturou o seu neto estaria vingando a todos que passavam por situação semelhante. Indo além, o feixe de esperança aparecia no interior das próprias Forças Armadas. No meio das trevas havia luz, ou seja, ainda havia militares dignos de sua farda. Novamente o herói salvador foi evocado e o mito se faz presente em toda a sua plenitude.

As imagens de um salvador associadas à luz, apesar de compor a mitologia política do século XX, como sugeriu Girardet, é, antes de tudo, elemento de composição de algo bem mais enraizado na sociedade ocidental – o imaginário judaico-cristão. Em tempos difíceis, os homens recorrem ao sagrado, mesmo que inconscientemente, para elaborar respostas ao que aparentemente foge a qualquer tipo de racionalidade. Massacres, guerras, assassinatos e torturas são dimensões do mundo profano, que fogem, muitas vezes, à capacidade de compreensão do homem comum, e o único conforto parece ser a busca por respostas nas representações e alegorias do sagrado.

Alessandro Portelli, ao estudar a memória coletiva do massacre nazista em Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944), identificou, na narração dos sobreviventes e de seus parentes, imagens recorrentes da martirologia cristã. O que interessa precisamente é um personagem presente no conjunto de relatos reunidos por Portelli: o soldado alemão que se recusou a participar do massacre, tal como um dos soldados romanos que se recusou a investir contra Jesus Cristo. O autor observa que a recorrência desse arquétipo não é uma particularidade dos relatos do massacre ocorrido na pequena cidade italiana, mas está presente em relatos de outros momentos igualmente violentos e traumáticos. A explicação de Portelli é precisa e dá conta das variações do mesmo tom, valendo transcrevê-la por inteiro:

“O ponto central do mito, em todos os casos, é que, quando a violência coletiva gera vítimas inocentes (Cristo, Trastuli, Ardeatina, Civitella), sempre existe entre os assassinos algo ou alguém que resiste. Talvez seja verdade, ou talvez apenas tenhamos necessidade de acreditar nisso. Em seu intrigante *Il disperso di Marburg* (O soldado perdido de Malburg), o historiador e líder da Resistência, Nuto Revelli, indaga acerca de um possível ‘bom alemão’ que costumava cavalgar pelos campos de

Cueno durante a guerra, e sobre o seu próprio e irresistível impulso de acreditar nessa imagem e de saber mais detalhes a seu respeito. Por fim, Rivelli e seus colaboradores conseguem dar um nome e uma biografia àquela imagem, mas não confirmar a inocência do homem e seu não envolvimento nos massacres nazistas ocorridos na região. Um dos jovens correspondentes alemães de Rivelli escreve: ‘A imagem do ‘cavaleiro solitário’ que afaga crianças e toca Bach nas horas vagas está se desfazendo. A meu ver, o mais provável é que estivesse patrulhando o território. É melhor encarar a realidade, ao invés das imagens criadas por nossas mentes. Mas o que seria de nós sem essas imagens?’⁴²

Nesta lógica, Lott seria o soldado que se recusou a investir contra Jesus, melhor dizendo, contra a democracia e a liberdade do seu povo. Sua imagem traria esperança e certeza de que não há mal absoluto. Nas Forças Armadas, ainda existiam homens comprometidos com os ideais de proteger a sua pátria e o seu povo.

O MARECHAL CHEGA AO SÉCULO XXI

Passados quase quatro décadas após o último livro publicado sobre o marechal Lott, o jornalista Wagner William publicou, em 2005, *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*.⁴³ O autor revela grande cuidado ao reescrever a biografia do marechal. A apurada investigação e o uso de novas fontes possibilitaram a construção de uma biografia detalhada e com novas informações sobre a trajetória do militar. É, sem dúvida, um trabalho de qualidade que contribui para o resgate da memória desse importante personagem da história recente do Brasil. O autor foi contracorrente ao processo de esquecimento social imputado ao marechal e à sua trajetória política.

Wagner William não se limita à vida do marechal Lott, tratando da saga de três gerações da família Lott: Henrique Teixeira Lott, sua filha Edna Lott e seu neto Nelson. A saga dos três personagens, esquecidos pela História, retrata dramaticamente importantes passagens da história do Brasil durante o século XX. As trajetórias individuais dos três indivíduos estão submersas na história política do país e a trama histórica fez deles testemunhas carnisais de um processo iniciado no Estado Novo e que teve o seu ápice com o Regime Militar – a participação dos militares na política nacional. Lott, Edna e Nelson, por

⁴²PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.(coord). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp.123-124.

⁴³ WILLIAM, Wagner. Op.cit.

motivos diferentes, atuaram em importantes episódios da história política brasileira, durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, e todos foram renegados ao esquecimento social.

Apesar da qualidade do trabalho de Wagner William e da objetividade imposta pelo autor, a obra não conseguiu fugir da construção da imagem do herói nacional compartilhada pelos antigos biógrafos do marechal. O mito da predestinação e da abnegação em nome da pátria, certamente de forma mais suave, reaparece no texto do jornalista. A narrativa descreve uma vida coerente em todas as suas escolhas, sem contradições ou equívocos. William recai na “ilusão biográfica”, conceito elaborado por Pierre Bourdieu, que alerta a respeito do perigo que enfrenta o historiador ao construir uma biografia: buscar coerência, sentido e ligação entre a vida pública e privada e entre todas as ações do indivíduo durante a sua vida.⁴⁴ Fica subentendido, durante a leitura do livro *O soldado Absoluto*, novamente o personagem justo, íntegro e dedicado à pátria que foi o marechal Lott e a injustiça que sofrera ao não ser reconhecido pelo povo nas eleições de 1960. Retornamos, assim, à história como “mestra da vida”. É a romantização da trajetória individual:

“O pequeno Henrique só iria cumprir sua vocação quando o avô materno (...) impunha então uma regra aos netos: perguntava qual deles desejava acordar de madrugada (...) O menino Henrique sempre respondia na hora ao despertar do avô. Nunca ficou dormindo. E durante toda a sua vida continuaria acordando de madrugada. (...) Rigorosas aulas de inglês com o pai; de francês, com a mãe. Aos dez anos de idade, o resultado não poderia ser outro: concluiu o primário em primeiro lugar. Começava a saga de um eterno primeiro aluno”.⁴⁵

Novamente os atributos de militar dedicado e disciplinado, além de legalista, retornam a representar as melhores qualidades do “soldado puro”. Lott, quando instrutor de sargentos na Vila Militar, em 1919, transmitiria a todos os alunos a noção que tinha de que a carreira militar: “era um ‘verdadeiro sacerdócio’, cheia de sacrifícios, de renúncias e desprendimentos”. Mais uma vez a analogia ao herói Caxias é inevitável: “ganhou apelido que lhe soava como elogio: ‘Caxias’, figura histórica que mais admirava. Sua rigidez não lhe permitia entender como problemas pessoais poderiam interferir na vida da caserna”. Era homem ímpoluto: “jamais teve ou participou de negócios. Sua única fonte de renda veio da caserna. Levou uma vida integralmente dedicada ao Exército (...)”.⁴⁶

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. “Ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (org.). Op.cit.

⁴⁵ WILLIAM, Wagner. Op.cit. pp.27-28.

⁴⁶ Idem. p.30;p.41; p.492.

Assim, tal como os outros biógrafos, Wagner William entende a vida do marechal Lott, dos primeiros anos de vida até o último dia de existência, a partir da “predestinação do herói cívico”:

“O mistério Lott parecia ter um destino a cumprir desde o princípio: ser soldado, absolutamente um soldado. Isso ficara claro um dia antes de completar 11 anos de idade, quando se comemorava o aniversário da Proclamação da República no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Na parada de 1905, os pais acompanhavam os desfile de estudantes esperando um gesto de atenção. (...) Ao final da parada, depois do ‘fora de forma’, o menino Henrique encontrou-se com os pais que perguntaram se ele não os tinha visto. O filho olhou para eles e explicou: ‘Eu os vi, mas um soldado não olha para os lados’”.⁴⁷

Por fim, tal como Milton Senna, Wagner William repete a profecia falida de que, se o marechal Lott tivesse sido eleito presidente da República, em 1960, a história do Brasil teria sido outra e o Golpe Militar não ocorreria – o processo de modernização iniciado por JK teria tido continuidade.

SOB A ÓTICA DA DIREITA MILITAR: A TRAJETÓRIA DE UM OFICIAL NACIONALISTA

Nenhum candidato a herói é unânime. Também desperta a ojeriza daqueles que não se sentem representados pelo seu carisma.⁴⁸ A partir de 11 de novembro de 1955, além de ser conclamado pelas esquerdas políticas como símbolo do nacionalismo, Lott também enfrentou sérias resistências e animosidades no interior das Forças Armadas. Os oficiais antigetulistas das três forças não o perdoaram por ter possibilitado a posse dos supostos herdeiros políticos de Vargas na presidência da República. Ao garantir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart e ser mantido como braço forte deste governo, na figura de ministro da Guerra, o marechal provocou reações negativas ao seu respeito, principalmente na Marinha e na Aeronáutica. As revoltas de Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959) e as manifestações de indisciplina quando Lott ocupou interinamente o cargo de ministro da

⁴⁷ Idem. p.495.

⁴⁸ O conceito de carisma como fenômeno cultural e histórico pode assumir variadas formas de acordo com a sociedade e o processo histórico no qual se desenvolve. Entende-se que no campo da política e de suas relações de poder, grupos sociais enxergarem sua transcendência em determinados. Pode-se afirmar que uma cultura política, por mais racional que seja, está permeada por valorações que transitam no terreno do transcendental, do místico e, desta forma, produzem o fenômeno do carismático. Ver: GERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

Aeronáutica, no final de 1958, foram as demonstrações mais claras da oposição ao ministro durante o governo de JK.

O general Cordeiro de Farias, um dos oficiais líderes do Golpe de 1964, lembra-se de que, em 1955, era governador de Pernambuco e reagiu “quixotesicamente” contra o Movimento 11 de Novembro:

“Fiz um manifesto contra atitude de Lott e passei um telegrama a Nereu Ramos [vice-presidente do Senado], reafirmando a minha posição política contra o golpe do ministro da Guerra. Além disso, enviei a Carlos Luz [presidente em exercício, que substituiu Café Filho, afastado por motivos de saúde] um telegrama – que infelizmente ele não recebeu – oferecendo Pernambuco como base de apoio para os revoltosos do Tamandaré”.⁴⁹

Sylvio Frota, outro líder do Regime Militar, justifica as Revoltas de Jacareacanga e Aragarças como movimentos contra a corrupção moral e efetiva do governo de JK e do Exército “lottista”:

“Duas manifestações armadas de protesto contra o descrédito das autoridades, a balburdia administrativa gerada pelas oscilações governamentais e a inexistência de reais dos poderes Judiciário e Legislativo, aniquilados, na prática, pela ação coercitiva de poderosos grupos de pressão e pela prepotência do Executivo. Partiram de jovens idealistas, na temeridade infinita que só desespero instiga e o patriotismo ardente explica”.⁵⁰

Oficiais de direita como Cordeiro de Farias e Sylvio Frota, a partir de 1955 passaram a nutrir em maior ou menor grau um sentimento indignação em relação ao Movimento Militar 11 de Novembro. As incriminações que recaíam sobre o ministro da Guerra iam desde ambição política até o envolvimento direto com o comunismo. Esta última, acusação gravíssima em tempos de Guerra Fria.

Nem após a derrota nas eleições presidenciais Lott deixou de ser alvo de ataque dos oficiais adeptos dos ideais autoritários para manter a “segurança nacional”. Em 1961, durante a Crise da Legalidade, Lott, já na reserva, foi preso pela Justiça Militar, por conta de uma declaração a favor da posse de João Goulart na presidência da República.⁵¹

⁴⁹ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*, Aspásia Camargo, Walder de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. pp.349-350.

⁵⁰ FROTA, Sylvio. *Ideais Traídos: a mais grave crise dos governos militares narrada por um dos seus protagonistas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.68.

⁵¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 29 de agosto de 1961. p. 20.

Em 1964, Lott novamente havia se declarado ao lado da legalidade, porém, seus rivais não pouparam esforços para afastá-lo de vez da vida pública. Na tarde de 6 de maio de 1964, o general Artur da Costa e Silva, na qualidade de ministro da Guerra do regime recém inaugurado, em discurso proferido no gabinete do presidente da República, lembrou o nome do marechal e o contragolpe de 1955, contrapondo-os negativamente ao golpe militar recém-desfechado:

“Em 1955, aí sim, uma verdadeira quartelada, para muitos com as características do restabelecimento da dignidade militar seriamente ferida no célebre episódio do desprestígio do então Ministro da Guerra, General Lott, mas, na realidade, servindo aos interesses políticos de um dos candidatos à Presidência, que soube bem tirar o melhor dos proveitos da cisão entre os militares”.⁵²

Nem a cerimônia fúnebre do Marechal Henrique Lott, em 20 de maio de 1984, foi poupada de retaliações. Já com 89 anos, Lott foi vítima de dois enfartes e morreu na noite do dia 19, um sábado, por conta de um edema pulmonar. Na ocasião, a família solicitou formalmente ao Ministério da Guerra as devidas honras militares para o oficial que ocupou por 5 anos a pasta do Ministério da Guerra. O pedido foi recusado pelos chefes militares.

O enterro foi no dia 20, no Cemitério do Caju, onde há um jazigo perpétuo da família e no qual os filhos depositaram uma coroa de flores com os dizeres: *Ao papito querido, nossas saudades*. Contou com cerca de 200 pessoas e foi discreto o número de militares. Apenas uma coroa de flores foi enviada pelo I Exército. O general Teodomiro Serra Filho comandava uma pequena comissão do governo. Havia também delegações do Clube dos Sub Tenentes e Sargentos, da Casa dos Marinheiros e do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdade.⁵³ Na ocasião, segundo o jornalista Wagner William, Dona Antonieta, viúva do marechal, recusou a bandeira nacional entregue pelo general Theodomiro.⁵⁴

Compareceram também ao enterro: o governador Leonel Brizola; o advogado Sobral Pinto; o secretário da Justiça do Rio, Vivaldo Barbosa; o ex-secretário do presidente Figueiredo, general Paiva Chaves; o líder do PDT na Assembléia Legislativa, José Talarico; e o ex-senador Benjamim Farah; o general Menescal Conde; o general Crizanto Figueira; o brigadeiro Anísio Botelho; o general Sisson (assistente no Ministério da Guerra em 1959);

⁵² CAFÉ FILHO, João. *Do Sindicato ao Catete*: memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966. 2 vl. p. 524.

⁵³ *Folha de S.Paulo*. 21 de maio de 1984. p.04. *O Globo*. 21 de maio de 1984. p. 2.

⁵⁴ WILLIAM, Wagner. Op.cit. p.492.

o prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Alencar; o deputado Eduardo Chuahy; o deputado Carlos Fayal.⁵⁵ Talarico fez uma breve saudação ao “soldado da legalidade”:

“Soldado da legalidade, defensor da Constituição, cultor da ordem democrática. Os que o acompanharam em novembro de 1955, os companheiros leais de 1960, os que pugnaram pelo seu impoluto nome em 1965, aqui estão nesta última caminhada. Que os seus ideais, que foram antes os de Caxias, sejam exemplo para as nossas Forças Armadas: respeito à vontade soberana do povo, respeito à uma Constituição legítima e à ordem democrática. Marechal Lott, o louvor pela digna e honrada vida, exemplo para a nossa sacrificada Pátria”.⁵⁶

Brizola, amigo pessoal do oficial, declarou à imprensa que Lott foi a primeira pessoa a ser procurada por ele quando voltou do exílio. O governador discursou também relembando o caráter legalista do marechal:

“Lott tinha um amor infinito pelo país e era de uma incrível pureza profissional (...). Sabia o papel que um militar deve desempenhar e sempre foi um defensor das liberdades do cidadão civil. Ele me dizia que a nação é civil, deve ser governada pelo poder civil. O marechal foi uma das figuras exemplares da vida político-militar do país. Hoje é um dia de tristeza nacional”.⁵⁷

Alguns órgãos da imprensa noticiaram o desrespeito do Exército à memória do marechal e à sua família e protestos e debates acalorados ocorreram na sessão do Senado do dia 21. O líder do PMDB, senador Humberto Lucena, chegou a apresentar um requerimento para que fosse realizada uma sessão especial do Senado em homenagem ao marechal, pedido que, segundo a imprensa da época, foi aprovado. O senador Fábio Lucena, também do PMDB, lembrou que no dia 2 de maio de 1981 foi sepultado com honras militares o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que havia participado do atentado a bomba do Rio Centro: “teve o seu caixão conduzido ao cemitério, inclusive, pelo general Gentil Marcondes Filho, na época comandante do I Exército, quando havia dois dias que havia participado do atentado a bomba no Riocentro!” Já o senador Virgílio Távora, do PDS rebateu, afirmando que “o sargento estava no cumprimento de seu dever e, nestes casos, os regulamentos estabelecem sepultamentos com honras militares”.⁵⁸

⁵⁵ *Folha de S.Paulo*. 21 de maio de 1984. p.4; *O Globo*. 21 de maio de 1984. p. 2; *Jornal do Brasil*. 21 de maio de 1984. p.2.

⁵⁶ *Folha de S.Paulo*. 21 de maio de 1984. p.04.

⁵⁷ *Folha de S.Paulo*. 21 de maio de 1984. p.04.

⁵⁸ *Folha de S.Paulo*. 22 de maio de 1984. p.07.

No mesmo dia 21, o Centro de Comunicação Social do Exército emitiu uma nota oficial tentando esclarecer os motivos de não terem sido prestadas maiores honras militares ao ex-ministro.⁵⁹ Segundo o documento, Lott recebeu “as honras fúnebres ao que o extinto tinha direito” já que ao seu sepultamento estava presente “uma comitiva de militares da ativa, integrada por um general-de-brigada, dois tenentes-coronéis, um tenente e um soldado-clarim, além de seis soldados destinados a conduzir o ataúde, coberto com a bandeira nacional”. A nota diz ainda que a homenagem póstuma foi prestada de acordo com o artigo 127 do Regulamento de Continências, que prevê “as honras fúnebres a militares da reserva ou reformados, constam de comissões previamente designadas por autoridade competente”, e que homenagem idêntica foi prestada a outros oficiais gerais da reserva, como os generais do Exército Sizen Sarmento, Gentil Marcondes Filho e Enardo d’Avila Melo.⁶⁰

A *Folha de S.Paulo* publicou a nota do Centro de Comunicação do Exército, porém, questionou-a. O jornal alegou que, se o artigo 127 foi seguido, contudo, cabia à Presidência da República, na época ocupada pelo general João Figueiredo, decidir, através de decreto, as honras a serem prestadas. A *Folha de S.Paulo* citou o caso do também ex-ministro do Exército, general Orlando Geisel, que, ao ser sepultado, recebeu por decreto todas as honras a que tinha direito, e, portanto, “por coerência, o ex-ministro da Guerra, marechal Lott, também deveria tê-la recebido”. Também é citado o caso do oficial da Reserva, o general Adalberto Pereira dos Santos, que também recebeu honras militares por decreto da Presidência. Na época, este general, como os três generais citados na nota do Centro de Comunicação do Exército, era militar reformado e o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas não estabelece que ex-vice-presidentes recebam tais honras, e, assim, o jornal acusa que “as posições políticas defendidas pelo marechal Lott, segundo informações obtidas na área, foram responsáveis pelo o seu singelo enterro”.⁶¹

Apesar do debate gerado, pouco foi noticiado na imprensa a respeito do falecimento do marechal. O *Jornal do Brasil* foi o órgão que mais deu destaque ao acontecimento. A notícia da morte e uma pequena biografia, além de fotos, ocuparam a primeira página

⁵⁹ *Folha de S.Paulo*. 22 de maio de 1984. p.07.

⁶⁰ *Folha de S.Paulo*. 22 de maio de 1984. p.07.

⁶¹ *Folha de S.Paulo*. 22 de maio de 1984. p.07.

inteira do jornal. A *Folha de S.Paulo*, apesar de ter criticado o posicionamento do Exército em relação à cerimônia fúnebre, deu pouco destaque à reportagem que noticiou a morte do oficial. Não tinha fotos e estava na parte inferior da página 4. A primeira página do mesmo fascículo trazia em destaque: “Na despedida em Brasília, Figueiredo beija a mão do general Medeiros”, o general Otávio Medeiros era chefe do Serviço Nacional de Informações SNI e Figueiredo havia partido em viagem para o Japão e para a China; “Corinthians sem garra e nem milagre”, comentando a participação na Copa Brasil. A *Revista Veja* limitou-se a uma pequena nota na seção *Datas*, no final da revista.⁶²

LOTT NO DISCURSO DOS MILITARES DE 1964

Justificar e reconstruir os antecedentes do Golpe de 1964 para muitos militares significa trazer à tona sentimentos como frustração e indignação diante dos civis. Os militares brasileiros se ressentem por a sociedade não reconhecer o trabalho das Forças Armadas em nome da “segurança nacional” e se sentem frustrados em relação à desvalorização do atual papel das instituições militares.⁶³

Sentimentos como estes não são exclusivos dos militares brasileiros, são comuns, também, em países sul americanos que passaram por recentes regimes autoritários. Os militares apresentam um discurso coerente no qual tentam resgatar e garantir uma imagem positiva das Forças Armadas no presente.

Quando lidamos com as memórias dos militares brasileiros, devemos considerá-las a partir de conceitos próprios para o estudo da memória, levando em consideração mais o presente do que o passado em si. De acordo com Gilberto Velho, os grupos sociais produzem as suas memórias coletivas articulando três dimensões temporais: passado, presente e futuro. Ou seja, as identidades individuais ou coletivas são elaboradas a partir da articulação do passado, em forma de memória, e da perspectiva de futuro, apresentada como projeto. Nas coletividades modernas, há articulação entre passado, presente e futuro como tentativa de resposta à complexidade e à heterogeneidade da sociedade contemporânea. O passado é resgatado de forma seletiva pela memória e estabelece

⁶² *Jornal do Brasil*. 20 de maio de 1984. p.1; *Folha de S.Paulo*. 21 de maio de 1984.p.4; *Revista Veja*. 30 de maio de 1987. p.67.

⁶³ D'ARAÚJO, Maria Celina de. “Ouvindo militares: imagem de um poder que se foi”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. RJ: FGV, 1994.

coerência à trajetória do grupo. Esta elaboração da memória ajuda a projetar a noção de continuidade entre as três dimensões temporais. Passado e futuro são as bases informadoras do presente e dão significado à vida do grupo social. Desta forma, o passado e o futuro, ou seja, a memória e o projeto, se articulam na tentativa de estabelecer coerência para o presente, ou seja, a identidade.⁶⁴

Assim, só podemos entender a reconstrução da memória dos oficiais brasileiros a respeito do seu passado articulando os seus projetos e a sua atual identidade na sociedade. É de acordo com a sua identidade, hoje, que os militares que apoiaram o Regime Militar constroem as suas memórias a respeito do passado.

Ao acionar a memória coletiva dos militares, verifica-se que há um comprometimento com a construção da imagem atual das Forças Armadas, incluindo aí o seu papel, ainda mal definido nos atuais Estados democráticos da América Latina.

Em estudo sobre os regimes autoritários em quatro países do Cone Sul – Brasil, Chile, Argentina e Uruguai – Felipe Aguero e Eric Hershberg identificam a preocupação dos militares com a construção da memória a seu respeito:

“Las declaraciones y episodios reseñados revelan claramente esfuerzos por mantener e recomponer una idea sobre el papel das Fuerzas Armadas en la historia reciente, por precisar los elementos con que se querrá socializar a las nuevas generaciones de soldados y oficiales, por influir en la visión que la sociedad tenga sobre las Fuerzas Armadas. Se trata, entonces, de esfuerzos por afirmar o recomponer una cierta identidad de las Fuerzas Armadas, de definir desde el presente los contenidos de lo que será la historia y las tradiciones militares e nacionales”.⁶⁵

Os discursos legitimadores dos golpes se valem de recursos como a idéia de defesa de um país ameaçado pelas desordens e ambições de grupos ligados ao comunismo. O rompimento da democracia é explicado como um mal necessário através do ato heróico daqueles que se inclinaram a salvar a nação e as suas instituições. Na lógica dos militares que apoiaram os golpes na América Latina, o dever de manter a ordem é o elemento que justifica e respalda os regimes autoritários.

⁶⁴ VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto”. *Revista TB*. Rio de Janeiro. 1988. nº 95, out-dez. pp.119-126.

⁶⁵ AGUERO, Felipe y HERSHBERG, Eric. “Las fuerzas armada y las memorias de la represión en el Cono Sur”. In: *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005. p.10.

Podemos avaliar a memória dos militares brasileiros a respeito de 1964 sob a designação de radicais e moderados, segundo a proposta de Maria Celina de Araújo, que se dedicou a amplo projeto de entrevista com oficiais integrantes do Regime Militar. Os radicais avaliam positivamente o papel político dos militares no poder e enfatizam as fraquezas da sociedade como responsáveis pela imagem negativa que os militares, hoje, têm na sociedade. Já os moderados seriam aqueles que aceitam e propõem repensar o papel intervencionista dos militares na política.⁶⁶

Em sua maioria, os militares brasileiros, especificamente comprometidos com os ideais de 1964, além de identificarem as ameaças no interior da sociedade, salientam, também, como importante motivo para a quebra institucional, a infiltração das Forças Armadas por agentes ligados ao comunismo internacional. Nas inúmeras entrevistas realizadas pelo Projeto de História Oral do Exército (Bibliex) ou pelo Centro de Documentação e Pesquisa de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV e nas biografias e livros de memórias, praticamente todos os oficiais apontam como grave problema das Forças Armadas a existência de militares, desde a década de 1950, ligados ao comunismo e a políticos agitadores que alimentaram a indisciplina e a quebra da hierarquia no seio militar. Portanto, o golpe também encontraria uma importante justificativa na autodefesa das instituições militares.

É dentro dessa lógica que a imagem do marechal Lott é reconstruída pelos oficiais de 1964. Estes jamais perdoaram Lott pelo Movimento 11 de Novembro. O nome do ex-ministro da Guerra passou por um intenso processo de desmoralização no interior das Forças Armadas. Se alguns oficiais identificam a chamada Intentona de 1935 como o início da infiltração comunista nas Forças Armadas, é quase unanimidade identificar a década de 1950, com destaque para o governo de JK, como momento em que houve proliferação, sob a proteção Lott, de oficiais e de subalternos ligados à doutrina de esquerda.

O governo de JK é apontado, depois do governo de João Goulart, como o período que mais possibilitou e até mesmo protegeu militares esquerdistas. Os oficiais de 1964 acusam Lott de ter incentivado a entrada de comunistas e a politização das Forças Armadas, principalmente do Exército, durante os cinco anos em que ocupou a pasta de Guerra.

⁶⁶D'ARAÚJO, Maria Celina de. (1994). Op.cit.

O general Ernesto Geisel, importante personagem do Regime Militar, em entrevista no início da década de 1990, afirmou:

“Essa história de comunismo se estendeu até recentemente. Em parte, foi uma das causas que influíra na Revolução de 64. O exército passou a ser contra o comunismo, embora dentro dele houvesse oficiais comunistas. Inclusive oficiais que foram depois servir no gabinete do ministro Lott. Ele dizia que não eram comunistas, que eram muito bons oficiais, que podiam ter as suas idéias, mas que isso não tinha importância nenhuma...O comunismo, a partir daí, constitui uma preocupação constante (...).

(...) Já houve épocas em que os militares queriam liderar o país. Na época em que eles permaneciam muito tempo na função, eles se tornavam um pouco caudilhos. (...) Lott seguiu o mesmo caminho, mas seduzido pelo grupo comunista que estava com ele.

(...) o que realmente nos preocupava, e era motivo fundamental de nossa divergência, era a situação interna do país, a influência crescente dos oficiais comunistas, a maneira excessivamente centralizadora de Lott administrar o Exército (...).⁶⁷

Os militares de 1964 consideram o movimento de 1955 fruto da ambição política e do esquerdismo de Lott. O ex-ministro também é acusado de ter utilizado oficiais comunistas para perseguir aqueles que não compactuavam com ele, como relembra Geisel ao mencionar a tumultuada eleição no Clube militar de 1958: “Lott resolveu, então, colocar um comunista atrás de mim”.⁶⁸

Outro suposto problema apontado pelos oficiais do Regime Militar foi a demasiada aproximação de Lott dos sargentos. O marechal, quando ministro, foi responsável pela lei que deu estabilidade a essa categoria e passou a dedicar um dia da semana para receber militares subalternos em seu gabinete, o que lhe deu enorme prestígio com o grupo.⁶⁹ A atitude, porém, rendeu também acusações por parte de alguns oficiais de incentivo à indisciplina e à esquerdização das Forças Armadas. O general Cordeiro de Farias, que apelidou Lott de “Imperador do Brasil”, o acusa de “politiqueiro” e de ser um dos principais responsáveis pela Revolta dos Sargentos, em 1963:

“Lott é um homem de grande valor, estudioso, militar rígido, mas com um temperamento completamente fora do comum. Muito sistemático. E mais: um homem que tinha horror a política, mas foi o mais politiqueiro que eu vi no Exército. Foi com

⁶⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. pp. 75 e 125. Grifos meus.

⁶⁸ Idem. p. 125.

⁶⁹ Lei 2.852 de 25 de agosto de 1956. “Assegura estabilidade no serviço ativo militar dos Sargentos das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências”.

ele que começou aquele problema com os sargentos. Quando era ministro da Guerra ele os recebia em seu gabinete”.⁷⁰

Cordeiro de Farias, como outros oficiais, demonstra grande ressentimento de Lott. Acusa-o de ambição política e de subverter a hierarquia no Exército ao se aproximar dos grupos subalternos e das camadas populares e supostamente incentivar a discórdia no seio militar a partir de novembro de 1955:

“Já no ministério da Guerra ele se recusava a receber generais, e quando os recebia deixava-os de pé, sem convidá-los a sentar. No entanto, confabulava com os sargentos. Era um esquerdista? Ao que eu saiba nunca foi, mas teve no ministério um comportamento de esquerdista.

(...) Não posso dizer que tinha se iniciado com Lott [a politização da base da hierarquia militar], mas certamente ele estimulou muito. Creio que nessa época ele já aspirava à presidência da República, e por isso tentava projetar a imagem do homem do povo.

(...) Não houve, durante o período Lott, trabalho de pacificação [nas Forças Armadas]. Quando deixou o Ministério da Guerra, Lott foi substituído por Odílio Denys, que de fato empreendeu-se em pacificar as Forças Armadas”.⁷¹

O general Agnaldo Del Nero Augusto reafirma o papel importante de Lott no “aliciamento” dos graduados das Forças Armadas por serem na sua maioria “menos preparados para resistir ao assédio dos profissionais do Partido Comunista”. Segundo ele, o trabalho de cooptação era facilitado desde 1959, com a campanha presidencial do marechal Henrique Lott, “quando a política partidária foi elevada aos quartéis, envolvendo subtenentes e sargentos no espírito nacionalista que a norteava”. Igualmente acusa Lott de ser o maior responsável pela Revolta dos Sargentos em 1963.⁷²

Se alguns oficiais ainda mantêm um mínimo de respeito ao se referir ao marechal, os oficiais mais radicais não economizam ofensas e agressões. Sylvio Frota, importante protagonista de 1964, talvez seja o que melhor representa a ojeriza dos militares mais radicais à imagem do marechal Lott. Não demonstra apenas ressalvas ao velho oficial, mas palavras coléricas e acusações violentas.

Ironicamente, sob a sua ótica, Lott era um oficial que deixou de lado a sua figura de oficial convencional e disciplinado e transformou-se em vingativo, autoritário, possuidor de atitudes mesquinhas e de extrema violência, após ter sido envolvido pelos comunistas, no

⁷⁰ FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. Op.cit. p.346. Grifos meus.

⁷¹ Idem. pp. 452-459. Grifos meus.

⁷² AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. p.103.

episódio de 11 de novembro, através dos “ardilosos políticos do PSD, que lhe prometeram, em nome do futuro presidente, a permanência no cargo de Ministro da Guerra”.⁷³

Na visão do oficial, a atuação política de Henrique Lott – defesa de um “pseudolegalismo” – corresponderia a uma das “possíveis metamorfoses do varguismo e estaria a favor de homens ávidos do poder que contaram em várias ocasiões – voluntária ou involuntariamente – com o auxílio dos solertes e sinuosos grupos de esquerda”.⁷⁴

Lott é taxado de “ministro egoísta e ambicioso, que via na disciplina um instrumento coercitivo para usos de sua prepotência”; vaidoso e bajulado a ponto de ser chamado de “Condestável da Democracia”, mas que, na verdade, deveria ser chamado de “Marechal dos Paradoxos”. O ex-ministro teria perseguido os oficiais não“lottistas” e afastado do comando das tropas os generais que não o apoiavam, a fim de formar uma guarda pretoriana.⁷⁵

Sylvio Frota vai além, para ele, novembro de 1955 foi muito mais que início da ambição política de Lott e dos desentendimentos entre os oficiais das três forças, foi a ruptura na marcha dos ideais dos tenentes de 1922, retomados finalmente em 1964:

“Foi esse homem que cortou a marcha do movimento idealista surgido na geração de 1922 e tantas vezes apunhalado pelas costas por aqueles que fingiram defendê-lo. Reabriu-se a larga estrada das oligarquias, escondidas quase sempre sob rótulos de partidos políticos”.⁷⁶

Importante ponto de identidade entre aqueles que rejeitaram a presença de Lott na política é a identidade criada com os Movimentos Tenentistas da década de 1920, fundamentais para entender a Revolução de 1930 e a deposição de Getúlio Vargas, em 1945. Oficiais como Juracy Magalhães, Cordeiro de Farias, Sylvio Frota e Juarez Távora, vieram em 1964 como concretização dos ideais dos tenentes. Lott não participou dos Movimentos Tenentistas de 1922 e 1924, muito menos da Revolução de 1930 e não foi importante liderança no Manifesto dos Generais de 1954, que ajudou a depor Vargas, seu nome era um dos últimos na lista de assinaturas. Militares como Sylvio Frota chegaram a afirmar que Lott, no Ministério da Guerra, significou a traição dos ideais tenentistas.

⁷³FROTA, Sylvio. Op.cit. pp.64-65.

⁷⁴ Idem. p.63.

⁷⁵ Idem. p.66.

⁷⁶ Idem. Ibidem.

Nos quatorze volumes publicados pelo Projeto de História Oral do Exército sobre a “Revolução de 1964”, Lott é lembrado por quase todos os oficiais entrevistados quando o assunto é os antecedentes de 31 de março de 1964. Todos os depoentes participaram direta ou indiretamente do golpe, e indicam em comum como um dos motivos para o rompimento institucional as clivagens originadas, já na década de 1950, no interior do Exército. As disputas seriam reflexos da contenda entre varguistas e antivarguistas e, principalmente, da liderança de Lott no Ministério da Guerra. Igualmente, o ex-ministro é acusado de ter permitido infiltração de comunistas no Exército e iniciado a politização dos sargentos. Tal como nos depoimentos de Geisel, Sylvio Frota e Cordeiro de Farias, Lott, é acusado de ambição política, autoritarismo e de perseguição aos oficiais que não o apoiavam:

“Militares como o General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Almirante Pedro Paulo de Albuquerque Suzano e o Brigadeiro Francisco Teixeira, em fase inicial, para citar apenas os de mais alta patente e mais responsáveis, por suas ambições políticas e por simples escravização ideológica, fugindo aos seus juramentos profissionais e ao respeito ao Estatuto dos Militares, tentaram subverter a ordem e a disciplina castrenses, lançando oficiais contra oficiais, sargentos contra oficiais, desrespeitando as instituições, praticando ações político-partidárias dentro dos quartéis, protegendo graduados e oficiais ligados ao esquema governamental da época. De outro lado, líderes civis e altas patentes das Forças Armadas – Ademar de Queiroz, Sylvio Heck, Grum Moss – buscaram preservar a disciplina nas Forças Armadas”.⁷⁷

Outro fator de condenação de Lott nas entrevistas do referido projeto são as manifestações populares em torno de seu nome. O Agnaldo Del Nero Augusto confirma tal interpretação, fazendo alusão à festa de entrega da espada de ouro em novembro de 1956:

“Os aniversários dos ‘generais do povo’ passaram a ser comemorados com a presença maciça de graduados e com extremados discursos nacionalistas (...) A partir desse episódio surgiram as expressões Generais e Almirantes do povo, e Exército do povo de claras conotações ideológicas, amplamente exploradas pela esquerda”.⁷⁸

O que é reforçado pelo general Domingos Miguel Antonio Gazzieno, que interpreta Lott como um “inocente útil” a favor da esquerda política:

“Assistíamos surpresos o engajamento partidário do general Lott, que era Ministro da Guerra. Mais tarde, a espada de ouro que recebeu dos políticos fê-lo pender um pouco para a esquerda, embora tratasse de um militar correto, um dos grandes chefes que o

⁷⁷ General Hélio Ibiapina Lima. MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *31 de Março: um movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 2003. vl.II.p. 170.

⁷⁸ Idem. vl.V. pp.99-100.

Exército já possuiu. Acabou envolvido, naquele roldão político, ao receber a tal espada de ouro e as manifestações de apoio dos ‘pelegos’ e do pessoal da esquerda”.⁷⁹

O general Lyra Tavares, em livro próprio, denuncia como as esquerdas lideradas por João Goulart se aproveitaram, “com habilidade e astúcia, das questões internas que ainda dividiam e politizavam [as Forças Armadas] com a decorrência do Onze de Novembro”. A espada de ouro entregue ao então general Lott, por João Goulart, tinha por objetivo “dividir os militares numa espécie de dois partidos políticos; o mais popular seria formado, então, pelos partidários do Marechal Lott e João Goulart”. E novamente faz referência aos “generais do povo”: “as expressões ‘Exército do Povo’ e ‘General do Povo’ ganhavam, assim, uma conotação nitidamente comunista”.⁸⁰

É possível enumerar outros tantos oficiais de 1964 que responsabilizam Lott pelas cisões no interior das Forças Armadas e que ironicamente o acusam de fazer política no Exército. Porém, o interessante é registrar que todos esses discursos apontam para um único caminho: justificar o posicionamento golpista através do argumento da autodefesa. Embora odiado por muitos antes mesmo de 1964, por ter garantido com braço forte a manutenção da legalidade e ter representado a união de militares e civis sob o projeto nacionalista, a memória militar em torno de Lott fala muito mais do presente das Forças Armadas do que de seu passado.

Na tentativa de justificar o rompimento autoritário e suas arbitrariedades violentas e tentar novamente reencontrar legitimação na sociedade, os militares do Regime Militar evocam a memória de Lott como meio de reforçar a idéia de ameaça sob a qual vivia o Brasil e as Forças Armadas em tempos de JK e Jango.

Nos discursos aqui apresentados e em tantos outros, percebe-se o quanto são elásticos conceitos como democracia, legalidade e política no interior do meio militar. Para aqueles que tomaram o poder em 1964, a legalidade e a democracia estavam ao seu lado e foram defendidas por suas ações radicais, porém, necessárias. A política recebeu qualificação negativa quando foi sinônimo de manifestações no interior das Forças Armadas contrárias aos ideais da direita autoritária. Desta forma, o argumento do apoliticismo militar é um valor que perpassa diferentes grupos militares e por eles é reinterpretado de acordo com os

⁷⁹ Idem. vl. IV. p.32.

⁸⁰ TAVARES, Lyra. *O Brasil de minha geração: mais dois decênios de luta 1956-1976*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1976. pp.30-36.

seus interesses e as suas demandas específicas. Lott não foi o único a defender um Exército distante da política, mas, também não foi o único a qualificar esse ideal de acordo com o seu próprio projeto de sociedade e Forças Armadas.

AS POSSIBILIDADES DE UMA BIOGRAFIA

O passar do tempo não fez com que os militares de direita perdoassem o velho ministro da Guerra. Hoje, no Exército, o nome do marechal Henrique Teixeira Lott está esquecido. Os lugares de memória da instituição podem ser considerados “lugares de silêncio” quando se trata de Lott. Seu nome não está em nenhum prédio, não batiza nenhum batalhão. O esquecimento voluntário e programado, começado em 1964, teve êxito e hoje é quase “natural”. Se o nome do marechal é evocado na presença dos oficiais mais velhos, as reservas são muitas e, entre os mais novos, pouquíssimos são os que conhecem a trajetória do ex-ministro da Guerra.

O esquecimento imposto à imagem de Lott está inserido em uma lógica maior – a tentativa de apagar da memória do Exército a existência de militares defensores do projeto nacionalista nas décadas de 1950 e 1960. Os militares nacionalistas sofreram ampla perseguição por aqueles que assumiram o poder durante o Regime Militar. Em 1964, 122 oficiais foram transferidos para a Reserva por determinação do “Comando Supremo da Revolução”, através do Ato Institucional I, de abril de 1964.⁸¹ A perseguição não ficou restrita à transferência para a reserva, como atesta o livro *Brasil Nunca Mais*, 38, das 179 ações penais militares pesquisadas, são relativas a militares das três forças.⁸² No conjunto destas ações, a imagem pública do marechal Lott foi desqualificada por seus pares e renegada ao ostracismo militar e político.

Apesar do posicionamento dos militares de 1964 ser em grande parte responsável pelo esquecimento social do marechal Henrique Teixeira Lott, não se pode atribuir apenas a estes a responsabilidade. Se a direita militar conservadora teve o seu papel, a história produzida pela esquerda também teve a sua responsabilidade ao condenar ao silêncio todos aqueles que defenderam, antes de 1964, uma sociedade mais igualitária e justa, porém, não

⁸¹Lista disponibilizada pelo Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Site: www.gedm.ifcs.ufrj.br. Acesso em : 25 de março de 2008.

⁸² Arquiocese de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*: um relato para a história. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. p.117-124.

se comprometeram com os ideais revolucionários. Entre as radicalizações da direita e da esquerda pairam aqueles defensores de um nacionalismo que a história dos extremos esqueceu.

Jacob Gorender, intelectual e testemunha ocular do período, alerta ao analisar as organizações de esquerda às vésperas de 1964:

“(…) entendo por esquerda o conceito referencial de movimentos e idéias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam e esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes”.⁸³

Assim, na sociedade civil, o esquecimento também é uma realidade. Quase não existem espaços públicos que prestam homenagem ao ex-ministro. Seu nome batiza uma avenida no bairro Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, e duas escolas públicas, uma no bairro de Realengo, também no Rio de Janeiro, e outra na cidade de Embu, em São Paulo. Os livros didáticos de História, em sua maioria, não abordam o Movimento 11 de Novembro, e quando o fazem é de maneira bem sucinta. A existência de militares nacionalistas é tema inconcebível. Até mesmo no meio acadêmico, supostamente local de resistência aos esquecimentos impostos, os trabalhos em torno do 11 de Novembro são raros, na maioria figuram como pequeno capítulo de obras mais gerais, e biografias a respeito do seu protagonista são inexistentes.

Outro elemento que pode ser apontado também como fator que colaborou para ausência de memória a respeito de Lott e dos militares nacionalistas foi a cristalização no imaginário social, e não sem razão, da imagem golpista e truculenta dos militares – fruto das arbitrariedades e brutalidades cometidas durante o Regime Militar. As próprias lideranças militares da época, hoje, se sentem ressentidas com esse fato, como atestou Maria Celina em seu artigo sobre a memória militar do Golpe de 1964.⁸⁴

Assim, a memória social sobre Lott e sobre os militares nacionalistas sofreu um amplo processo de esquecimento: foi renegada e deturpada pelos militares que em 1964 subiram ao poder; foi sobreposta pela trágica memória que a ditadura deixou como um dos seus legados; foi renegada pela própria esquerda política, que considera os setores

⁸³ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. SP: Ática, 2003. 6ª ed. p. 11.

⁸⁴ DÁRAUJO, Maria Celina. (1994).Op.cit.

reformistas, que atuaram no período anterior a 1964, desprovidos de valor real para a luta revolucionária.

Apesar da consciência do esquecimento, ainda não há efetivo resgate crítico da história do nacionalismo militar. O atual contexto histórico do país, marcado pela desilusão e pelo pragmatismo diante da questão nacional, é aparentemente terreno infrutífero. Estamos em tempos em que o nacionalismo e os seus personagens parecem condenados a uns poucos livros de história.

Indo além, considerando a análise das biografias escritas sobre o marechal Lott, que se constituem como contraponto ao silêncio e à desmoralização promovida pelos militares de direita e pelas esquerdas revolucionárias, faço considerações a respeito das dificuldades enfrentadas na tentativa de resgatar a história de vida do “Marechal do Povo”. Qual é o papel do historiador ao reconstruir a trajetória pública de um personagem? Será que ainda temos como separar o personagem do mito? Ou essa pretensão é inútil, visto que o historiador deve buscar entender o indivíduo e a construção de sua imagem de forma intrínseca? Não temos respostas definitivas, mas indicações de alguns caminhos possíveis para lidar com essa problemática.

Jacques Le Goff, desafiando o preconceito a respeito da biografia histórica, originado pela supremacia da Escola dos Annales na historiografia francesa, construiu uma grandiosa obra, *São Luís*, trazendo para reflexão acadêmica o desafio de tal empreitada. Na sua perspectiva, a biografia histórica é a forma de escrita que condensa as principais dificuldades do fazer história atualmente. Quando o mito e a lenda se unem ao personagem, resta a dúvida: é possível chegar ao “homem de verdade”? Fiel à concepção de história-problema dos Annales, Le Goff aponta, como principal dificuldade para o historiador dedicado ao gênero biográfico, estabelecer e definir uma problemática que permita apreender o indivíduo em interação com a sociedade do seu tempo. Para atender a essa demanda, propõe que o historiador evite buscar a trajetória linear e coerente, mas se limitar a mostrar as hesitações, as decisões e os momentos cruciais da vida do seu personagem. Neste sentido, o historiador francês sugere a incorporação das contradições inerentes aos indivíduos e das eventualidades da vida na escrita biográfica. Devemos perceber que, ao

mesmo tempo em que o sujeito constrói a sua própria vida, a vida também condiciona a vida do sujeito.⁸⁵

Com concepção semelhante, Girardet afirma que, se, para o historiador a lenda está muito longe de corresponder à realidade objetiva, a narrativa mítica não foge à marca da história, pois testemunha os traços da época na qual o indivíduo se insere e na qual o mito foi construído:

“(…) se o mito não pode deixar de conservar a marca do personagem em torno do qual ele se constrói, se, engrandecendo-os, tende a assegurar através do tempo a perenidade dos traços específicos que são os de sua fisionomia, não pode deixar, por outro lado, de depender ele próprio, em sua forma como em seu conteúdo, das circunstâncias, historicamente delimitadas, nas quais é elaborado (…) em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência”.⁸⁶

Dessa forma, o mito pode servir ao historiador como um “revelador ideológico”, ou seja, reflexo de um sistema de valores, pois seria em torno dele que as aspirações e medos de cada geração se cristalizariam. A partir dessa leitura, o mito do herói refletiria o modelo de autoridade da sociedade na qual ele foi engendrado e esse modelo estaria estampado nas artes e na literatura da época: “(…) para toda sociedade, um estudo um pouco mais atento da imagem de seus heróis salvadores e de seu legendário histórico faria aparecer com evidente nitidez os ‘modelos de autoridade’ inerentes a essa sociedade e característicos dela”.⁸⁷

Contudo, quando se trata da construção da biografia histórica, a dificuldade permanece, pois o ofício do historiador esbarra na capacidade de desmitificar o mito. Levillain propõe uma alternativa ao afirmar que, ao fazer a biografia, o historiador de hoje não deve ter como vocação “esgotar o absoluto do ‘eu’ de um personagem, como já se pretendeu e ainda hoje o pretende mais do que se devia”. Pois, por mais que a biografia sirva como meio de interpretar uma geração, lembremos a proposta de “biografia contexto”

⁸⁵ LE GOFF, Jacques. *São Luis: biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

⁸⁶ GIRARDET, Raoul. Op.cit. p.84.

⁸⁷ Idem. p.83.

de Giovanni Levi⁸⁸, ela não conforma em si toda a diversidade humana de uma época ou cria tipos:

“Ela é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida. (...) A biografia é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo a custas de seus dessemelhantes”.⁸⁹

Reafirmando a preocupação ao tratar um personagem político e sua imagem, Didier Musiedlak, em recente debate, apontou os obstáculos metodológicos que devem ser superados pelo historiador ao escrever uma biografia: atribuir valor demasiado ao personagem e ao efeito mitológico, já que muitos dos personagens biografados fazem parte da memória nacional e por ela foram reconstruídos, tornando-se verdadeiros “patrimônios nacionais”, como, por exemplo, Joana D’Arc, na França⁹⁰.

Para Didier, devemos realmente separar o objeto analisado de seu conteúdo mítico. Em suas palavras, devemos desconstruir e desmitificar o grande homem. “Olhar ele nu” e reconhecer o que há de imaginário e de realidade, até mesmo porque, às vezes, o imaginário forjado em torno do mito é mais importante do que o próprio personagem. Devemos fazer um trabalho analítico e crítico para reconstruir o indivíduo e reconstruir o imaginário e as forças sociais que possibilitaram e engendraram a sua imagem, mesmo sendo difícil decidir entre a relação do privado com o público. É preciso estabelecer a fronteira do imaginário para se chegar à realidade, fazendo a crítica das representações.

Talvez o marechal Henrique Duffles Teixeira Lott – cinco anos ministro da Guerra, adido militar em Washington, comandante e diretor nas principais escolas militares do país, testemunha dos principais eventos da história política e militar brasileira no século XX – seja justamente um personagem que reúna de forma privilegiada elementos para o estudo da história nacional republicana. Em sua trajetória se articulam a relação entre passado e presente, memória e projeto, do indivíduo e da sociedade, tal como as biografias já escritas documentam e os diferentes discursos a respeito de sua personalidade evidenciam.

⁸⁸ Trata-se da reconstituição de um contexto histórico através de um indivíduo e da normalização de comportamentos típicos do um meio social no qual ele está inserido, a fim de se elaborar um “retrato de uma época ou um grupo”. LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (org.). Op. cit. p. 170.

⁸⁹ LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. RJ: FGV, 2003. 2ª ed. p.176.

⁹⁰ Debate realizado em 11 de maio de 2006, no ICHF/ UFF, pelo PPGH.

CAPÍTULO II UM MILITAR DA ORDEM: AS ORIGENS

A PRIMEIRA REPÚBLICA

A República ainda dava os seus primeiros passos quando, em 16 de novembro de 1894, o primogênito da família Teixeira Lott, Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, nasceu na fazenda Andrade, em Sítio, então distrito de Barbacena, estado de Minas Gerais.⁹¹ Sítio era uma pequena cidade com economia agrícola. Henrique tinha origem escocesa por parte de pai, Henrique Mathew Caldeira Lott, e, por parte mãe, Maria Baptistina Duffles Teixeira, holandesa e portuguesa. Os antepassados estavam há mais de uma geração no Brasil, estabelecendo união com brasileiros.⁹²

A família tinha recursos limitados, o pai se dedicou a empreendimentos diversos, nos quais não obteve sucesso, e a mãe era professora. Em 1897, Maria Baptistina obteve a oportunidade de lecionar português, como professora catedrática, na rede municipal do Distrito Federal. A família, que somaria ao total nove filhos, se transferiu para a capital passando a morar no bairro de Santa Tereza.⁹³

A família Lott vivenciou as mudanças que transcorreram em fins do século XIX e início do XX na capital da jovem República. A cidade do Rio de Janeiro contrastava com o resto do Brasil. Urbana e populosa, sofria os impactos do progresso. Mudanças aceleradas nas comunicações, no transporte, nos costumes e até na medicina, transformavam o perfil do Distrito Federal em algo distinto do país: “(...) perceber as diferenças entre a modorra da vida no interior e a vida vertiginosa do Rio de Janeiro, é premissa fundamental para o entendimento da história do primeiro período republicano do país”.⁹⁴

Estrangeiros, artistas, boêmios e marginais se misturavam à multidão anônima de trabalhadores que habitavam moradias precárias. A capital conjugava a modernidade da vida urbana, com seu o tempo acelerado e as suas máquinas, com o novo espírito republicano, que seduzia intelectuais e autoridades políticas. O enriquecimento acelerado

⁹¹ Em 1948, Sítio foi elevada a categoria de município e passou a ser denominada Antonio Carlos.

⁹² COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. pp. 3-60.

⁹³ Idem. Ibidem.

⁹⁴ NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. Neves. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. vl.I. pp.13- 44. p.16.

de alguns, as reformas urbanas que deixaram a capital com “ares de Paris”, a crença na ciência como panacéia para todos os males e o imaginário republicano transformavam o cotidiano e criavam uma atmosfera de euforia, que se destacava do resto do país, era a *belle époque*.⁹⁵ Neste contexto, o Rio de Janeiro seria palco de importantes episódios da história política nacional que, de certa forma, ajudariam a moldar o espírito do jovem Henrique.

Em 1904, Maria Baptistina foi promovida ao cargo de diretora, consagrando sua carreira na Escola Modelo Basílio da Gama, localizada na rua da Matriz, bairro de Botafogo.⁹⁶ Na época, as diretoras tinham o direito de residir com as suas famílias nas casas situadas nos terrenos das escolas, o que foi oportunamente aproveitado pela família Lott. O parco salário de professora e a vida financeiramente instável do pai implicavam uma vida modesta. Os filhos freqüentavam escola pública e a ajuda do avô materno, João Baptista da Costa Teixeira, era de grande valia.⁹⁷ Em entrevista ao CPDOC, em 1978, Henrique Lott revela:

“Não pertenço a uma família rica. Meu pai foi industrial, mas de pouca sorte nos negócios; minha mãe era professora, até hoje as professoras ganham uma miséria. Se não fosse termos morado durante algum tempo nos prédios escolares, não sei como poderíamos ter sobrevivido”.⁹⁸

Em 1905, Henrique Lott fez prova de admissão e ingressou no Colégio Militar, localizado no bairro Tijuca (RJ). A instituição era uma boa oportunidade para as famílias com pouca renda proverem ensino de qualidade aos seus filhos. Matriculado em 3 de abril, a condição como aluno variou de interno, semi-interno e externo, dependendo da vida financeira da família. Os filhos de civis pagavam valor superior aos filhos de militares para se manterem no colégio, aproximadamente 250 mil-réis por trimestre, caso fosse interno. O salário de Maria Baptistina era 300 mil réis e ela pouco podia contar com a ajuda do marido.⁹⁹ De qualquer forma, Lott atribuiu sua opção pela carreira das armas a uma certa “hereditariedade” da família:

“Meu bisavô, que era filho de um commodore da Marinha britânica, foi coronel do Exército inglês e combateu no Canadá contra a França. (...) Meu avô materno, (...)”

⁹⁵ CARVALHO, José Murilo de. “O Rio de Janeiro e a República”. In: _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1987. pp.15-41.

⁹⁶ Atualmente a escola recebe o nome de Escola Municipal México.

⁹⁷ COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. pp. 3-60.

⁹⁸ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. p.1.

⁹⁹ Idem. p.2.

“... tinha vontade que eu fosse para a Marinha. Ele tinha um primo irmão, que era almirante em Portugal (...)”.¹⁰⁰

Número 361 no Colégio Militar, Henrique Lott enfrentou algumas dificuldades para se adaptar à instituição. Disciplinas como “química desenvolvida, física, álgebra superior” e a grande quantidade de conteúdo tornaram-se obstáculos. Embora tenha sido aprovado em todas as disciplinas, o aluno Henrique repetiu a terceira série do curso primário. A decisão partiu de seus pais, que julgavam a aprovação ter-se dado em condições pouco aceitáveis. Daquele momento em diante, Lott passou a ser “sempre o primeiro aluno da turma”. A busca pelo primeiro lugar foi característica marcante de toda a sua carreira militar.¹⁰¹

Na mesma época em que ingressou no Colégio Militar, a família Lott foi obrigada a deixar a residência no terreno da escola na qual a mãe trabalhava. A lei que assegurava o direito de moradia às diretoras foi revogada. Permaneceram residindo na mesma rua da escola em uma casa alugada, porém, a instabilidade financeira implicou constantes mudanças, chegando a morarem até na distante Ilha de Paquetá. Em 1911, Lott perdeu o avô materno e, no ano seguinte, faleceu seu pai, acontecimentos que agravaram ainda mais a situação financeira da família. Viúva, sem bens ou montepio, Maria Baptistina enfrentou sérias dificuldades para criar os nove filhos.¹⁰²

As dificuldades familiares não esmoreceram o aluno Lott. Destacar-se na carreira militar parecia uma forma de rebater as agruras da vida. A partir de 1906, o aluno Lott passou a ganhar medalhas por seu destaque nos estudos, principalmente em Aritmética e Matemática – disciplinas muito valorizadas na instituição. Aos 14 anos de idade, foi promovido a capitão aluno e, posteriormente, a major, terminando a sua trajetória na escola no posto de tenente-coronel. Conseguia assim o tão almejado posto de primeiro lugar.¹⁰³

Lott guardou boas lembranças da época de aluno do Colégio Militar. Segundo seu relato, embora exigentes, boa parte dos oficiais responsáveis e professores se destacavam por seu conhecimento e alto senso de justiça: “quase todos os professores eram bons”.¹⁰⁴ Porém, quase nada menciona a respeito do cotidiano no colégio.

¹⁰⁰ Idem. p.1.

¹⁰¹ Idem. p.3.

¹⁰² COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. pp. 3-60.

¹⁰³ Idem. pp. 67-75.

¹⁰⁴ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.3.

Somente nas memórias de outro oficial, Nelson Werneck Sodré, dezessete anos mais moço, pode-se compreender um pouco a atmosfera da instituição. Sodré relata minuciosamente a disciplina e a rigidez do colégio, recaindo a sua crítica sobre o ensinamento antiquado e pouco reflexivo deste ambiente, crítica que Lott jamais faria. “Tudo se processava em ordem absoluta e em silêncio. Enquadrados pela instituição militar, os alunos portavam-se como soldados (...). Os exercícios militares eram diários; os oficiais instrutores enquadravam os meninos”.¹⁰⁵ O cotidiano era duro:

“Levantávamos muito cedo (...). Era escuro ainda. Formávamos para o banho frio de chuveiro, obrigatório, (...) o banho era rápido e ritmado. (...) Voltávamos aos dormitórios; vestíamos a farda às carreiras e, em forma, íamos tomar a primeira refeição (...). Tudo em silêncio naturalmente. Só podíamos levantar quando todos de cada fila de quatro ou cinco mesas, cada uma de seis lugares, tivessem terminado”.¹⁰⁶

As aulas transcorriam igualmente em extrema ordem. O silêncio era absoluto, interrompido somente pela explanação do professor e pela campainha que marcava o início e o fim de cada aula.¹⁰⁷ O ambiente rude, porém, favorecia os laços de solidariedade e a construção de um código de ética próprio entre os alunos, principalmente entre os internos que, em sua maioria, não contavam com a presença de familiares, por estes não residirem na cidade ou serem órfãos. Os alunos auxiliavam uns aos outros na tentativa de tornar a vida menos rude: “contra a vigilância da autoridade, que proibia quase tudo, desenvolvia-se profundo espírito de camaradagem, a solidariedade do cotidiano, preventiva, permanente, tenaz, apagada, sem visar recompensa alguma, gerando uma ética particular e severíssima”.¹⁰⁸

Henrique foi classificado em primeiro lugar da Turma de Agrimensor de 1911, recebendo medalha de ouro na solenidade de formatura. Nos registros do aluno, encontra-se a indicação para seguir a carreira militar.¹⁰⁹

Em 1911, Henrique Lott ingressou na extinta Escola de Guerra, no curso de Artilharia e Engenharia. A opção pelo Exército é atribuída a episódio constrangedor na Escola Naval, instituição elitista para onde ia a maioria dos meninos da zona sul do Rio de Janeiro que

¹⁰⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p.6.

¹⁰⁶ Idem. p.9.

¹⁰⁷ Idem. p.10.

¹⁰⁸ Idem. p.13.

¹⁰⁹ COSTA, Joffre Gomes da. *Op.cit.* pp. 67-75.

desejava seguir a carreira militar. O jovem estudante não possuía roupas civis, andava sempre com as suas fardas, calça vermelha e blusa marrom. Como aluno comandante da Escola Militar, possuía cinco galões além de um lenço vermelho que vinha pelo ombro e foi com esses trajes que se dirigiu à Escola Naval para fazer inscrição. O capitão-tenente, secretário responsável pela matrícula, segundo Lott, deve ter percebido que ele não deveria ser rico, mas estudioso. No momento de assinar o seu nome no livro de inscrição, Lott voltou a folha para ver se outros colegas do Colégio Militar haviam também se inscrito. O oficial da Marinha então “passou um pito danado” e o fez parecer diminuído diante de outro jovem pertencente à elite militar da época:

“Que indiscrição! O Senhor está voltando folhas...’ (...) quando chegou um rapaz, em trajes civis, muito bem vestido, e o secretário voltou-se e perguntou: ‘O que veio fazer?’ Ele respondeu: ‘Vim me inscrever. Meu nome é Edgar Ferreira do Amaral’. Ao ouvir o nome, o secretário prosseguiu: ‘E qual o seu parentesco com o general Ferreira do Amaral, médico do presidente da República?’ O rapaz disse que era filho e o capitão, abrindo um sorriso, convidou: ‘Então, senta aqui, faz favor’. Isso me feriu profundamente: a maneira diferente de ele tratar a mim, que era pobre, e um outro, que era filho do general-médico, médico do presidente da República. Isso havia me aborrecido”.¹¹⁰

A extinta Escola de Guerra funcionava em Realengo, subúrbio da cidade, mas, em 1913, passou a funcionar no local a antiga Escola Militar, o que proveu a oportunidade de Lott continuar os seus estudos como aspirante a oficial do Exército, no curso de Aplicação de Infantaria e Cavalaria. Originalmente, a Escola Militar localizava-se na Praia Vermelha, no bairro da Urca (RJ), mas, em 1904, uma revolta de alunos e oficiais insatisfeitos com os rumos da República e com o objetivo de derrubar o então presidente, Rodrigues Alves, fez com que o governo federal determinasse o fechamento da escola definitivamente. O levante se inseria no quadro de instabilidade dos primeiros anos da República e estava em consonância com a Revolta da Vacina, que estourara no mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro. Nesta, populares se rebelaram contra as autoridades públicas e as mediadas arbitrárias de saneamento e reforma urbana, mais especificamente contra a implantação da vacinação obrigatória contra a varíola.¹¹¹

¹¹⁰ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.2.

¹¹¹ Ver, entre outros: CARVALHO, José Murilo de. (1987). Op.cit. ; CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política*. São Paulo: Difel, 1971.

A Escola Militar, desde os tempos do Império, era instituição escolhida pelos filhos das classes menos abastadas, que desejavam ascender socialmente. Era a garantia de ensino gratuito e de uma carreira estável. Os primeiros anos da República trouxeram prestígio para esta instituição. A escola passou a ser opção importante para os filhos da classe média e a reabertura da escola trazia nova oportunidade para os formandos do Colégio Militar.¹¹²

Lott fez parte da primeira turma da Escola Militar do Realengo e recorda o seu período de cadete com boas lembranças. Destaca a formação profissional de combate que recebera, oposto do que ocorria anteriormente na antiga Escola Militar da Praia Vermelha, onde predominava o ensino científico em detrimento da prática militar, sob influência de oficiais professores, como Benjamim Constant. Na época, passou-se a valorizar mais a técnica militar em detrimento do estudo “bacharelesco”¹¹³:

“(…) tinha as mãos grossas de cavar trincheiras. Em compensação, mais tarde, fiz muita gente cavar trincheira, inclusive dois presidentes da República – Castelo Branco e Costa e Silva –, que tiveram que engrossar a mão, quando fui seu instrutor em organização de terreno”.¹¹⁴

Os professores, em sua visão, eram bons mestres “que procuravam por todos os modos, nas matérias pelas quais eram responsáveis, nos dar uma cultura que nos habilitasse mais tarde a desempenhar nossas funções no Exército”.¹¹⁵ A admiração de Lott recaía sobre um instrutor específico, Eurico Gaspar Dutra, “cidadão excepcional”. Dutra era “profissional, homem disciplinador e justo”. Mesmo quem não gostava de cavalo pedia para ir para a cavalaria, devido à fama de bom instrutor deste oficial: “um homem muito valente, inteligente, foi excelente presidente da República”.¹¹⁶

Lott novamente se destacou nos estudos. Foi o primeiro aluno de sua turma e aos 19 anos ingressou no oficialato do Exército passando integrar, como aspirante, o 56º Batalhão de Caçadores, aquartelado na Praia Vermelha. Em 1914 iniciou-se sua dedicação à longa

¹¹² SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.106-167.

¹¹³ Ver: CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

¹¹⁴ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.10.

¹¹⁵ Idem. p.12.

¹¹⁶ Idem. p.8-9.

carreira de instrutor, primeiro dos soldados e, posteriormente, dos cadetes e oficiais mais novos.¹¹⁷

O aspirante Lott passou a integrar o oficialato em um período conturbado da vida nacional e do Exército. A força que havia proclamado a República enfrentava a instabilidade política dentro e fora dos quartéis desde o 15 de novembro e lutava por sua profissionalização. Grupos de oficiais se manifestavam e disputavam poder político de forma individual, pondo em cheque a hierarquia e a disciplina. Os militares se envolveram diretamente com a política, tanto nos governos militares, quanto nos civis.¹¹⁸ Neste mesmo contexto, as oligarquias estaduais também lutavam entre si na disputa por hegemonia e o poder presidencial tinha dificuldades para governar sob o regime federalista, aprovado na Constituição de 1891. Situação que foi posteriormente minimizada pela “política dos governadores” estabelecida por Campos Sales, em 1898.

Sucessivos foram os levantes militares: revoltas, rebeliões, conspirações, a favor ou contra o governo. Militares conspiravam com civis, tanto no plano federal, quanto nos estados. Na Marinha, predominaram manifestações de altos oficiais, como na Revolta da Armada (1893), e de praças, sendo o exemplo mais contundente a Revolta dos Marinheiros (1910), duramente reprimida. Já no Exército, força que somou o maior número de levantes, predominaram manifestações dos escalões médios.¹¹⁹

Muitos oficiais do Exército menosprezavam a capacidade de governo dos civis, como chegou a declarar o marechal Floriano Peixoto: “os homens de farda eram puros, eram sãos, eram patriotas; ao passo que os civis eram corruptos, eram podres, despidos de todo sentimento político”.¹²⁰ Porém, não havia consenso sobre qual deveria ser o papel da instituição militar: existiam aqueles que defendiam a posição constitucional, ou seja, o Exército deveria obedecer às autoridades constituídas, e aqueles que defendiam que o

¹¹⁷ COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. pp.87-89.

¹¹⁸ Quase inexistentes no Congresso ao final da Monarquia, os militares chegaram ocupar quase 20% do primeiro Congresso republicano. Ver: CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: _____. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. pp.54-58.

¹¹⁹ Ver: CARONE, Edgard. Op.cit. pp. 304-309. CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. Op.cit. pp.13-61.

¹²⁰ Apud: CARONE, Edgard. Op.cit. p.129.

Exército deveria ter um papel ativo no processo político com a finalidade de corrigir os erros existentes. As duas posições se manifestavam constantemente.¹²¹

Se, em um primeiro momento, entre aqueles militares que enxergavam o Exército como força reparadora no processo político, predominava a crítica à administração civil, ao longo da Primeira República esta corrente se subdividiu em duas interpretações antagônicas. A tradicional, composta em sua maioria por altos oficiais, que objetivava conquistar posições nos quadros dirigentes e reforçava a antiga crítica à inabilidade civil para governar. E uma nova corrente que começou a amadurecer com as revoltas de sargentos e tenentes, ainda na segunda década do século XX. Compactuavam com a proposta, em sua maioria, os escalões médios. Possuíam críticas profundas: pediam mudanças no sistema político e combatiam determinadas injustiças sociais. O jovem grupo se organizaria de forma lenta e daria origem aos movimentos tenentistas da década de 1920.¹²²

Paralelamente, durante a Primeira República, o Exército também foi palco de importantes reformas que contribuíram para o início de sua profissionalização. A força que disputava poder com a antiga Guarda Nacional e com as polícias estaduais teve a triplicação do seu efetivo e grande aumento da participação no orçamento do governo federal. Medidas práticas também contribuíram para a construção do Exército como instituição nacional: a efetiva aplicação da lei do sorteio militar, em 1916, que possibilitou o aumento da qualidade do material humano incorporado e o controle maior dos quadros; a extinção da Guarda Nacional; o envio de jovens oficiais para servirem arregimentados no Exército alemão, o que originou o grupo conhecido como “Jovens Turcos”, responsável, entre outras coisas, pela renovação da instituição com a difusão do sistema de treinamento moderno destinado à profissionalização dos oficiais; por último, a vinda da Missão Militar Francesa, em 1920, que foi responsável por dar continuidade ao trabalho iniciado pelos jovens turcos, criando e modernizando os cursos de formação e aperfeiçoamento de oficiais e dando ênfase à técnica militar. Uma consequência importante da presença francesa no

¹²¹ Idem. p.XIII.

¹²² Idem. p.341. A respeito do movimento tenentista José Murilo de Carvalho o divide em dois momentos distintos: de 1889 a 1904, teve papel importante na proclamação da República, porém, não conseguiu se organizar de forma duradoura; de 1922 a 1930, melhores organizados fazem crítica ao poder e em aliança com o Rio Grande do Sul e parte do Exército pois fim à Primeira República. Ver: CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. Op.cit. pp. 43-50.

Exército brasileiro foi a formação de oficiais de Estado-Maior mais capacitados e a ampliação do conceito de Defesa Nacional. Todas essas medidas foram de extrema importância para o gradual fortalecimento e a integração do Exército como instituição de caráter nacional. Aos poucos, houve a despolitização interna, minimizando o número e o impacto dos levantes e dando origem a uma das instituições mais importantes das próximas décadas na política brasileira.¹²³

Durante a Primeira República, o Exército participou de lutas internas no território nacional. Os conflitos envolviam disputas por terras, tendências separatistas, messianismo e reações monarquistas. Destacam-se a Revolução Federalista (1893-1894), a Revolta de Canudos e a Revolta do Contestado, na qual Lott lutou.

O jovem aspirante, Henrique Lott, com apenas 19 anos de idade, estreou o seu primeiro combate durante a repressão ao movimento rebelde de sertanejos messiânicos na divisa entre as regiões de Santa Catarina e Paraná. O movimento do Contestado originou-se da mistura complexa de elementos, como a disputa por terras entre os dois estados e entre os sertanejos, o coronelismo, a pobreza, a religiosidade e a presença de interesses capitalistas na área em questão. Liderados no início por um beato de nome José Maria, logo morto pelas forças repressoras do governo, os sertanejos chegaram a somar 20 mil pessoas no total, entre homens, mulheres e crianças, e percorreram a região, distribuídos em diferentes assentamentos, ocupando 26 quilômetros quadrados. Unia-os o desespero da pobreza e a descrença nas autoridades, a luta contra o poder local, a desapropriação de suas terras por parte da empresa americana Brazil Railway Company, responsável pela construção da ferrovia que ligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo e a esperança do retorno de seu líder junto a um exército encantado.¹²⁴

Contestado repetiu o desastre de Canudos, embora em condições diferentes de solo, clima e organização dos rebelados. Os sertanejos travaram combates e resistiram às investidas de forças estaduais e do Exército que, organizados em colunas, tentavam dissipá-los. Sucessivos foram os confrontos a partir de 1913 e a situação perdurou até 1915. Em

¹²³ Sobre a modernização do Exército durante a Primeira República, ver, entre outros: CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. Op.cit.; CARONE, Edgard. Op.cit.; SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Op.cit.; MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro. 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹²⁴ MCCANN, Frank D. Op.cit. 170-213.

1914, o general Setembrino de Carvalho foi acionado para liderar repressão definitiva aos sertanejos.¹²⁵

Em setembro de 1914, Lott seguiu para o estado do Paraná integrando a Coluna Norte. Conduziu a sua Unidade, o 56º Batalhão, na tomada da região de Salseiro e no ataque aos rebelados em Passo do Freitas. Sua fé de ofício registra elogios do tenente-coronel comandante da coluna: “apesar de muito jovem, tem-se mostrado tanto neste quanto nos outros encontros um bravo, calmo e conhecedor do seu ofício, conduzindo com bravura e sangue frio, seu pelotão durante o tiroteio e carga”.¹²⁶

O oficial relembra o ambiente hostil e os conflitos sangrentos. Os soldados, com medo, não paravam de atirar, o que levava à falta de munição:

“Tivemos lutas cruentas, sendo necessário manter alerta dia e noite, porque eles conheciam o terreno (...) naquele tempo a vegetação facilitava a quem tinha conhecimento do terreno (...). Nossos soldados, por isso, tinham horror, principalmente no escuro, de serem mortos a facão, travando-se então um tiroteio a noite inteira, amenos que os oficiais tivessem atentos”.¹²⁷

Apesar da participação ativa no confronto, Lott, em interpretação posterior, desconhece a existência da disputa de terras como fator importante para o conflito: “se houve isso eu não tenho conhecimento”.¹²⁸ Sua explicação para o confronto justifica a ação repressora do governo e retira o caráter social da rebelião dos sertanejos. Contestado teria sido resultado de:

“(…) um dissídio entre Paraná e Santa Catarina (...) pois ambos pretendiam o domínio de uma mesma região (...). E houve um cidadão chamado João Maria que resolveu aproveitar esse estado de coisas para construir uma espécie de estado à parte, tendo a religião como base, uma religião sui-generis cujos os princípios não seu exatamente quais eram (...) dominavam uma certa área, prendiam a população e a levava para os seus acampamentos, onde prendiam mulheres e crianças, obrigando os homens a participarem de suas lutas e incursões”.¹²⁹

Embora o Exército já houvesse passado pela experiência de Canudos, pouco se aproveitara da experiência desta dura batalha. Registros dos oficiais do comando em Contestado revelam o despreparo e a penúria do Exército brasileiro. Faltava praticamente

¹²⁵ Idem. Ibidem.

¹²⁶ COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. pp.93-94.

¹²⁷ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.15.

¹²⁸ Idem. Ibidem.

¹²⁹ Idem. p.14.

tudo: oficiais e soldados adequadamente treinados, armas, cavalos, transporte, mapas, etc. Situação que ajudou a alongar o conflito. Por conta da lentidão, as tropas deslocadas e seu comandante foram alvo de constantes críticas na imprensa. A própria revista *Defesa Nacional*, criada pelos “Jovens Turcos”, questionava o comando das forças repressoras que mal podiam funcionar por falta de material, soldados e oficiais.¹³⁰ Lott registrou as condições precárias dos acampamentos:

“Como havia muita madeira no local (...) nós fazíamos revestimentos de tábua, colocávamos alguns toros de árvore, depois um pouco de terra e cobríamos também de tábuas para proteger contra as chuvas. Assim ficávamos alojados e prontos, abrigados para nos defender dos ataques dos fanáticos”.¹³¹

Lott não permaneceu no conflito até o seu término. Em janeiro de 1915, baixou no Hospital Militar de Curitiba gravemente enfermo. Contraíra tifo, paratifo e impaludismo – provavelmente reflexo das péssimas condições de salubridade a que eram expostos soldados e oficiais.¹³² Relembrando as condições do hospital militar, Lott descreve o despreparo: “carregado em maca de transportar defunto (...) nesse hospital os cuidados deixavam muito a desejar, tanto da parte dos médicos quanto das enfermeiras”. Por sorte, o jovem aspirante ficou sob os cuidados de sua mãe que, ao não receber as cartas periodicamente enviadas pelo filho, se dirigiu ao Ministério da Guerra e recebeu a notícia de sua enfermidade. A mãe embarcou para o Paraná e, sob autorização do Ministério da Guerra, retornou com Lott para a Capital Federal, onde foi prestado tratamento adequado. O jovem, que pesava 67 quilos, chegou a pesar 47. Um colega seu, também acometido pela doença, não teve a mesma sorte. Transferido junto com Lott para o Hospital Militar de Curitiba, o primeiro tenente Armínio Borba Moura faleceu no próprio local.¹³³

Em abril de 1915, teve fim o conflito que deixou grande número de baixas entre os rebeldes e as forças repressoras. Registros da época denunciam a violência com que foram tratados os rebelados, mesmo depois de presos. Os vilarejos totalmente queimados, crianças e mulheres mortas. Civis voluntários na força repressora escapavam do controle dos oficiais

¹³⁰ Ver: MCCANN, Frank D. Op.cit. pp.179-181.

¹³¹ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.15.

¹³² MCCANN, Frank D. Op.cit. pp. 170-213.

¹³³ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. pp.15-16. COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. pp. 95-93.

e cometiam atrocidades.¹³⁴ Henrique Lott, embora tenha admitido as ordens para queimar as casas, relata a sua experiência como pouco violenta:

“Em alguns lugares nossos chefes mandavam queimar as casas, mas de um modo geral, na Campanha do Contestado se bem que houvesse alguma violência nós respeitávamos muito a população. Aliás, as zonas em que nós agíamos já estavam vazias de seres humanos, porque esses fugiam quando a luta se aproximava e iam para outra região do estado”.¹³⁵

Após se recuperar, Lott reintegrou o seu batalhão na Capital Federal. Em fevereiro de 1916, foi promovido a 2º tenente para a arma de Infantaria, passando a ser adido na Escola Militar do Realengo. Matriculou-se no curso de Engenharia, porém, conseguiu concluí-lo somente em 1919, por conta de algumas transferências e do temporário fechamento da escola.¹³⁶ Em abril deste mesmo ano, passou a servir na Vila Militar como instrutor de sargentos e em novembro foi desligado de seu posto e nomeado auxiliar de Instrutor de Infantaria na Escola Militar do Realengo. No mesmo ano, integrou a Missão Militar Indígena, grupo de oficiais selecionados pelos “Jovens Turcos” para servir de instrutor aos cadetes na Escola Militar do Realengo e repassar as novas orientações absorvidas no contato com o Exército alemão. A Missão Indígena fazia parte do movimento de renovação e profissionalização iniciado pelos oficiais que estagiaram na Alemanha ou eram discípulos destes. Os novos instrutores modificaram o perfil da escola tornando-a um lugar de aplicação rigorosa da instrução militar. Alunos como Juarez Távora e Cordeiro de Farias, cadetes da primeira turma formada pela missão, reconheceriam posteriormente a contribuição desta vanguarda na formação de quadros altamente qualificados. Eram da mesma turma homens como Siqueira Campos, Eduardo Gomes e Luiz Carlos Prestes – todos iriam se destacar na história política do Brasil.¹³⁷

Em 1920, Lott foi promovido a instrutor de Combate - Serviço de Campanha - Organização de Terreno na mesma escola. No fim do mesmo, foi promovido a tenente,

¹³⁴ MCCANN, Frank D. Op.cit. pp. 170-213.

¹³⁵ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.17.

¹³⁶ Em 20 de dezembro de 1917, foi deslocado para o 59º BC, em Belo Horizonte, sendo classificado na 3ª Companhia. Em janeiro de 1918, foi nomeado Diretor da Escola Regimental do batalhão e assumiu, interinamente, o comando de sua subunidade. Posteriormente, foi nomeado Instrutor de Tiro de Guerra. Em 15 de julho de 1918, foi transferido para o 55º BC no Distrito Federal, em São Cristóvão, incluído na 1ª Companhia. Em fevereiro de 1919, apresentou-se na Escola Militar do Realengo para concluir o curso de Engenharia, retornando posteriormente para o 55º BC.

¹³⁷ CASTRO, Celso. *O espírito militar*. Op.cit. pp.124-125.

permanecendo até junho de 1921 na escola.¹³⁸ Sua fama como instrutor era de rígido e disciplinador: “Quando a turma do 2º ano ia para o campo de exercício de Organização de Terreno, o Instrutor, tenente Henrique Lott, levava uma varinha, devidamente escalonada em centímetros para verificar se o cadete cavava a trincheira dentro das medidas regulamentares”.¹³⁹

Lott se identificava com a missão de instrutor tanto dos praças quanto dos cadetes e foi com grande gosto que participou da formação dos jovens. Seu posicionamento diante da tarefa reflete um ideal comum entre os militares de sua época: a valorização do Exército como uma das poucas instituições capazes de dar educação e cidadania ao povo brasileiro. Nesta perspectiva, seriam os oficiais que realmente conheceriam o Brasil em sua vastidão territorial e cultural, diferentemente dos políticos, que normalmente ficam limitados às suas regiões de atuação. Os militares conviveriam com os homens do povo e seus problemas reais, realidade diferente do que aparece “nos jornais, no cinema, na televisão”, é “o Brasil vivido”, “o Brasil sofrido”. A profissão militar proporcionaria algo distinto das demais carreiras: o conhecimento “do Brasil do povo brasileiro”. Assim, por estar mais perto da “paisagem brasileira”, o militar seria aquele que é capaz de transformar o povo em cidadão durante o serviço militar, “ensinando com paciência, para que eles não só aprendam assuntos relacionados com a vida militar, mas assuntos relacionados com a vida do cidadão geral”.¹⁴⁰

Na década de 1920, o Brasil passou por novas turbulências, mergulhando em uma crise política, econômica e social que desembocaria na Revolução de 1930. Na esfera política, a chamada “política dos governadores” dava sinal de desgastes e, na economia, o país experimentava crescimento da indústria e da agricultura, o que foi responsável pela complexificação das relações econômicas e dos setores sociais a ela ligados. Houve o crescimento da classe média e da classe trabalhadora e a diversificação dos interesses no interior das elites econômicas. “Em seu conjunto essas transformações funcionariam como elementos de estímulo a alterações no quadro político vigente, colocando em

¹³⁸ COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. pp.97-117.

¹³⁹ Idem. p.115.

¹⁴⁰ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.5-7.

questionamento as bases do sistema oligárquico da Primeira República”.¹⁴¹ Neste panorama, destacam-se, entre outros, eventos como a crise gerada pela sucessão presidencial de 1922, o Movimento Tenentista, a fundação do Partido Comunista do Brasil (1922) e a formação da Aliança Liberal.¹⁴²

Em 1922, o rompimento entre as oligarquias regionais na escolha do sucessor de Epitácio Pessoa foi o sinal dos tempos de mudança. De um lado, São Paulo e Minas, com a candidatura de Arthur Bernardes, que saiu vitoriosa e, do outro, as “oligarquias de segunda grandeza”, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia, apoiavam a campanha de Nilo Peçanha. A plataforma do movimento dissidente ficou conhecida pelo lançamento do Manifesto da Reação Republicana, que tinha como pontos centrais o questionamento da dominação oligárquica de Minas e São Paulo e a tentativa de mobilizar as massas urbanas como força política. Outro ponto importante era a tentativa de aproximação aos militares, através da crítica à posição secundária que estes tinham no governo. A vitória de Minas e São Paulo só fez arrefecer as tensões. Os militares insuflados pelos civis e por seus próprios interesses intensificaram os seus questionamentos e as suas intervenções nas disputas políticas regionais e nacionais.¹⁴³

Em junho de 1921, Lott foi classificado no Serviço Militar Geográfico, localizado no Morro da Conceição, no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceu por dois anos servindo na Seção de Geodesia. Exercia seus conhecimentos de engenheiro, ajudando no levantamento da primeira carta topográfica do Distrito Federal, quando estourou a Revolta Tenentista de 1922, conhecida como *Os 18 do Forte de Copacabana*. O movimento foi organizado por um número pequeno de militares de escalões médios e civis. Sublevaram-se a Escola Militar da Praia Vermelha, o Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro e algumas guarnições militares em Niterói e Mato Grosso. O movimento fracassou. A adesão das oligarquias dissidentes e dos chefes militares não ocorreu e a repressão foi rigorosa. O levante fazia críticas à dominação política oligárquica, ao governo de Epitácio

¹⁴¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. Neves. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. vl.I. pp. 387-415.p.390.

¹⁴² Idem.pp. 389-390.

¹⁴³ Idem. pp.397-399.

Pessoa e, principalmente, ao episódio das “cartas falsas”, que insultavam o Exército e foram atribuídas a Arthur Bernardes.¹⁴⁴

Lott aparentemente estava alheio à situação e à trama que se articulava. No dia do levante, seguia a pé da Central do Brasil até o Morro da Conceição, quando avistou uma tropa da polícia ocupando a estação de trem e ficou surpreso:

“Quando indaguei o que tinha havido, me disseram que a Escola Militar tinha se revoltado, o forte também, que havia uma revolução. Um oficial de polícia estava falando disso e assim fiquei sabendo da revolta, segui direto para o Serviço Geográfico, mas lá não tive nenhuma missão”.¹⁴⁵

A respeito das cartas de Arthur Bernardes, Lott relata que não acreditava na veracidade das mesmas: “uma coisa tão tola que um cidadão inteligente como Bernardes não ia cometer. As cartas foram forjadas”. Também critica e lamenta a repressão aos alunos da Escola Militar: “foram excluídos da escola, foram mandados para a tropa, depois foram expulsos do Exército. (...) foi uma perseguição mesquinha contra os alunos. Eles sofreram muito”.¹⁴⁶

No início de 1923, Lott retornou para a Escola Militar do Realengo na função de instrutor, permanecendo poucos meses, sendo transferido para o Campo de Instrução de Gericinó. No início de 1924, matriculou-se na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Frequentou-a durante quatro meses até que, em 5 de julho, teve início uma segunda Revolta Tenentista, com epicentro em São Paulo. A revolta teve focos em Manaus, Sergipe, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Pará. Era o amadurecimento do movimento de 1922. Formado, em sua maioria, por tenentes, pretendia representar os interesses nacionais e tinha como objetivo principal a derrubada de Arthur Bernardes e a prática dos princípios liberais presentes na Constituição de 1891.¹⁴⁷

Novamente, Lott ficou ao lado das forças legalistas. A tropa do Rio de Janeiro foi deslocada para o estado de São Paulo e o oficial integrou a Brigada do General Floriano Ramos, organizada pela 4ª Região Militar, em Juiz de Fora. Em fim de julho, sob a liderança do tenente Miguel Costa, os rebeldes abandonaram o estado e rumaram para a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. Tinham como objetivo se unir à coluna de rebeldes

¹⁴⁴ ABREU, Alzira. (coord.) [et al]. *DHBB*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. pp. 5734-5740.

¹⁴⁵ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.23.

¹⁴⁶ Idem. p.24.

¹⁴⁷ ABREU, Alzira. (coord.) [et al]. Op.cit. pp. 5734-5740.

originada no Rio Grande do Sul e liderada pelo tenente Luis Carlos Prestes. A união aconteceu em abril de 1925 e deu início à longa marcha pelo interior do Brasil, que atravessou 11 estados e utilizou tática de guerrilha como meio de combate contra as forças locais e do governo. O movimento teve fim em início de 1927, com o exílio dos remanescentes no Uruguai.¹⁴⁸ Apesar de haver diferentes interpretações a respeito do Movimento Tenentista, há a concordância quanto a “o importante papel representado pelo movimento no processo de erosão do sistema político vigente”.¹⁴⁹

No final de 1924, Lott concluiu o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais como primeiro aluno da turma e, em 1925, passou a cursar a Escola de Estado-Maior, finalizando o curso em 1927, novamente como primeiro aluno da turma.¹⁵⁰ Tanto a Escola de Aperfeiçoamento, quanto a Escola de Estado-Maior, eram resultados da Missão Militar Francesa no Brasil. Em ambas, o oficial teve contato com um corpo docente misto, composto por franceses e brasileiros. Lott relata as contribuições da missão de forma muito positiva: “a Missão Militar Francesa prestou excelentes serviços ao Brasil”.¹⁵¹

Em julho de 1926, durante o curso de Estado-Maior, Lott foi promovido a capitão e, após a sua conclusão, foi nomeado instrutor de Infantaria do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, onde teve alguns oficiais mais antigos como alunos. No início de 1929, retornou para a Escola Militar do Realengo, como instrutor e professor de Tática de Infantaria, mudando-se para as proximidades da Escola e acumulando por duas vezes a função de comando do Batalhão de Caçadores da Escola. Disciplina e rigidez marcaram novamente a sua presença na instituição:

“É o primeiro a entrar e o último a sair do quartel. Diariamente, às 3 horas da madrugada, chega à Escola, percorre os alojamentos dos alunos; assiste a arrumação do rancho e ‘torra’ os que teimam em permanecer dormindo após o toque de alvorada”.¹⁵²

¹⁴⁸ Idem.Ibidem..

¹⁴⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. Op.cit.p. 402. Ver, entre outros: CARONE, Edgard. *O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. Rio de Janeiro: Diefel, 1975. BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992. PRESTES, Anita L. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990. MORAES, João, Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1994.

¹⁵⁰ COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. pp.119-128.

¹⁵¹ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.25.

¹⁵² COSTA, Joffre Gomes da. *Marechal Henrique Lott*. Op.cit. p.129.

Na Escola Militar, o capitão Lott assistiu a mais um distúrbio na vida da jovem República. Eclodiu a Revolução de 1930 e o presidente Washington Luís foi deposto, assumindo em seu lugar uma junta – generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Almirante Isaias de Noronha. Enquanto o governo resistiu, Lott e o comando da escola permaneceram legalistas. Ciente de sua influência sobre os alunos, já que a maior parte pertencia à arma de Infantaria, o oficial tomou ações junto com os demais legalistas, que garantiram a manutenção da disciplina: “colocando nos pontos-chaves instrutores com um grupo de alunos armados para repelir qualquer tentativa de invasão”.¹⁵³ Embora existissem instrutores que apoiassem o levante:

“Eu comandava um batalhão que era a força mais numerosa da escola, felizmente tinha a meu lado um outro comandante da engenharia, por que os da cavalaria e da artilharia estavam com os rebeldes. (...) não tivemos lutas internas, pois os que apoiavam a conspiração não procuraram luta no interior da escola. Mas mesmo assim, durante a noite tínhamos de ficar de guarda”.¹⁵⁴

A vitória dos revolucionários foi acatada por Lott e os legalistas, incluindo o comandante da escola, general Deschamp. A bandeira hasteada no pátio da escola foi o sinal de adesão ao novo governo, aviões das forças revolucionárias sobrevoavam a escola para verificar a situação. A posição legalista implicou o pedido de demissão. Novamente, o oficial seguiu os seus princípios, mesmo ciente dos prejuízos que poderia ter em sua carreira:

“A Escola Militar, por causa da vacina obrigatória de 1904, se tornou vanguarda dos nossos movimentos insurrecionais. Mas em 30 não participamos da insurreição: a Escola Militar só se passou para a nova situação quando nosso comandante foi ao quartel-general e voltou ordenando que hasteássemos a bandeira, como sinal de que se tinha aceito a nova ordem das coisas. Os aviões, de vez em quando, sobrevoavam o local para ver se o pavilhão estava hasteado. Quando o general voltou da cidade e deu a ordem, imediatamente pedi demissão da Escola Militar”.¹⁵⁵

O capitão Lott foi exonerado do seu posto e se apresentou ao general Deschamps, que havia assumido temporariamente o comando da Polícia Militar do Distrito Federal, local onde também ficou lotado, apenas por uma semana. Passado o momento mais turbulento, Lott foi estagiar na 3ª Seção do Estado-Maior.¹⁵⁶ Como previsto, a sua carreira

¹⁵³ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.28.

¹⁵⁴ Idem. p.21.

¹⁵⁵ Idem. p.20.

¹⁵⁶ Idem. p.29.

foi prejudicada por não ter participado da revolta vitoriosa. Suas promoções atrasaram, oficiais mais moços foram beneficiados em seu detrimento. Esta foi a marca de uma revolução feita, em sua maioria, por escalões médios que, depois de vitoriosos, tiveram que ser promovidos rapidamente, como o caso do revolucionário capitão Góes Monteiro. Lott se queixa:

“Eu, por exemplo, tive a minha carreira muito retardada pelo fato de ter sido contra a revolução. Tomei muitas caronas: de capitão para major e de major para tenente-coronel, tendo a minha carreira prejudicada pelo fato de haver ficado ao lado das autoridades constituídas. (...) mas houve aqueles que se beneficiaram. (...) Na Revolução de 30, aqueles que participaram ativamente da revolução tiveram a sua carreira acelerada. Alguns, com dois anos de capitão, foram promovidos a major e daí subiram como foguetes”.¹⁵⁷

Em todos os eventos políticos que envolveram ou foram liderados por militares, durante a Primeira República, o oficial Lott manteve-se em posição legalista e afastado de qualquer exposição mais contundente de seus princípios. Não foram localizados registros de atuações ou de declarações políticas do oficial nesta época. A exemplo, temos a ausência de seu nome nos debates acalorados promovidos no Clube Militar, associação que, desde o final do século XIX, havia se transformado em importante local de debate e decisões políticas dos oficiais. O movimento tenentista e a Revolução de 1930 passaram ao largo de sua carreira e implicaram prejuízo nas promoções.

Lott pode ser definido como adepto da ideologia do “soldado profissional, ou a não-intervenção”, que, segundo José Murilo de Carvalho, teve como seu representante típico o general Estevão Leitão de Carvalho, defensor da profissionalização do Exército através do seu distanciamento da política – neutralidade política dos oficiais. Essa ideologia, comum durante a Primeira República, era contracorrente aos ideais intervencionistas de oficiais de alta patente, como Bertoldo Kingler, que questionavam a capacidade de governos civis e defendiam a intervenção da cúpula militar, ou seja, do Estado-Maior, na política. Também se chocava com os ideais mais radicais dos tenentes, que se definiam como a vanguarda do Exército e do povo, na luta por reformas na República – era a defesa do “soldado-cidadão”.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Idem. pp.34-35.

¹⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. Op.cit. pp.40-42.

Ao longo de sua carreira militar, Lott construiu a sua identidade ressaltando o espírito legalista e fez questão de frisar esta característica em suas declarações: “(...) durante toda a minha vida eu me mantive ao lado do governo. Não aceito a solução para os problemas humanos e acho que a ordem deve ser mantida, desde que as Forças Armadas cumpram as suas obrigações perante a Constituição”.¹⁵⁹

DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO ESTADO NOVO

Henrique Teixeira Lott não fez parte do novo grupo militar em ascensão. Dessa forma, sua carreira não foi beneficiada, pelo contrário. Em 1931, foi nomeado auxiliar de instrutor de tática de Infantaria da Escola de Estado-Maior do Exército, chegando a acumular os cargos de instrutor e professor. A nova estrutura do poder, que começava a se delinear, não agradava a todos. Em 1932, eclodiu o Movimento Constitucionalista, reação das elites políticas paulistas e lideranças militares à centralização do governo de Vargas, o que levou ao fechamento temporário dos Cursos de Oficiais, por determinação do governo. Lott passou a integrar o Estado-Maior, posicionando-se novamente ao lado das forças legalistas. Finda a revolta, retornou à escola, sendo promovido a major em fevereiro de 1933. Em início de 1935, reintegrou-se à tropa, passando a servir como comandante no 18º Batalhão de Caçadores, em Mato Grosso, e, posteriormente, no 16º Batalhão de Caçadores, em Cuiabá. Em setembro do mesmo ano, retornou ao Rio de Janeiro para assumir o cargo de subdiretor de ensino da Escola de Infantaria, na Vila Militar.

Em novembro de 1935, estourou o levante comunista chamado pejorativamente de “Intentona Comunista”. Promovido em bases militares de Natal, Recife e Rio de Janeiro, em nome de uma revolução popular e organizada por integrantes da Aliança Nacional Libertadora, em sua maioria composta por elementos do PCB, o movimento suscitou grande repressão por parte do governo e forneceu argumentos para o Golpe de 1937.¹⁶⁰ Lott, que ocupava o cargo de subdiretor da Escola de Infantaria, por ordem do governo, manteve-se de prontidão e afastado do calor dos acontecimentos. Somente um pequeno episódio, de acordo com as suas declarações, retirou-lhe do cotidiano durante aquele evento: um sargento deixou de lhe prestar continência, mas foi logo repreendido. Segundo

¹⁵⁹ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.21.

¹⁶⁰ ABREU, Alzira. (coord.) [et al]. Op.cit. pp 4988-4991.

Lott, o levante foi fruto da “contaminação do comunismo” nas bases inferiores do Exército. A adesão dos militares à doutrina de esquerda não ocorreria por conta de questões sociais e, conseqüentemente, ideológicas, mas por espírito de camaradagem, por ingenuidade ou, até mesmo, por ambição:

“(…) havia uma grande agitação no quadro dos sargentos. O micróbio do comunismo já estava se espalhando no meio militar, sendo naturalmente as classes inferiores e os oficiais de menor patente os mais influenciáveis, por que o chefe, Luis Carlos Prestes, era um tenente. (...) Os comunistas para conseguir adeptos acenam com a possibilidade das classes inferiores virem a governar. Então os trabalhadores, os homens do campo, os soldados, os sargentos, são os que eles dizem vão governar. Naturalmente, há sempre em todas as classes, em todos os meios um certo número de pessoas que pretende subir rapidamente, tornando-se estes presa fácil dessa propaganda malsã.”¹⁶¹

Paralelamente à ascensão e consolidação de Getúlio Vargas no poder, houve o início de uma nova fase do Exército brasileiro. O Exército revolucionário emergiu fragmentado, indisciplinado e em meio à disputa de poder entre militares e entre militares e lideranças civis. De acordo com José Murilo de Carvalho, entre 1930 e 1934, ocorreram 51 incidentes envolvendo militares de todos os escalões, compreendendo agitações, protestos e revoltas.¹⁶² Porém, foi ao longo desta mesma década que também tomou corpo um projeto hegemônico que orientou a construção de um novo conceito de Forças Armadas, principalmente de Exército, que se consolidaria com o Golpe de 1937.

Como um dos pilares de sustentação do novo tipo de Estado, os setores do Exército que tomaram parte na nova organização política elaboraram uma idéia de Exército que implicava também uma idéia específica de nação. Os oficiais em ascensão, adeptos da ideologia que podemos denominar de “intervencionismo controlador”, abdicaram dos princípios da Revolução de 1930 – o Exército como vanguarda do povo na luta por reformas. A nova elite militar passou projetar o Exército como instrumento de integração entre o Estado e a Nação e de direção política desta união.¹⁶³

¹⁶¹ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.42.

¹⁶² CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. (org). *As instituições na Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999. p. 58. Segundo José Murilo de Carvalho, entre 1930 e 1934, houve 51 incidentes envolvendo militares de todos os escalões, compreendendo agitações, protestos e revoltas.

Para melhor entendimento da presença militar na Revolução de 1930, os conflitos e a disputa de projetos no interior da corporação ver: CARVALHO, José Murilo. “Forças Armadas e política: 1930-1945”. In: *A revolução de 30. Seminário Internacional Brasília*. Editora da Universidade de Brasília. 1982.p.111-122.

¹⁶³ CARVALHO, José Murilo. “Forças Armadas e política: 1930-1945”. Op.cit. p. 122.

A doutrina elaborada pelo general Góis Monteiro¹⁶⁴, militar que evoluiu juntamente com a ascensão do Exército revolucionário, sintetizou as aspirações do novo grupo militar. O general formulou o que pode ser chamado de pensamento militar nacionalista autoritário. Era a defesa de um nacionalismo investido de poder autoritário como meio de desenvolvimento e superação dos entraves econômicos nacionais. A liberdade da nação e dos que nela viviam deveria ser compatível com a ideologia de Segurança Nacional, assim, em nome da unidade e da segurança, havia a necessidade de se desfazer a luta entre classes e preparar a nação para a guerra. O desenvolvimento da capacidade de guerra de um país dependeria diretamente do desenvolvimento dos seus recursos industriais, da comunicação e da cultura. A industrialização do país e a consequente modernização dos recursos militares eram pontos fundamentais para a garantia da defesa nacional.¹⁶⁵

O Exército sofreu processo modernizador e disciplinador, conquistando coesão, disciplina e poder político. Os expurgos e o fortalecimento da hierarquia, aliados aos incentivos políticos e econômicos do presidente Getúlio Vargas, possibilitaram um Exército forte. O governo aliava o desenvolvimento industrial e econômico da nação ao próprio desenvolvimento do Exército como importante aparelho de Estado, mantenedor da ordem social e da estabilidade política. Desta forma, a consolidação do Estado capitalista brasileiro também foi tarefa dos militares junto às elites políticas:

“Por trás da retórica de identificação Exército-Estado e da visão de ambos como expressão orgânica da nação, estava a realidade de um projeto que se caracterizava pela nacionalização da política, pelo industrialismo e pela ideologia de nova ordem não liberal, mas inequivocamente burguesa. (...) o conteúdo concreto da intervenção,

¹⁶⁴ O general Góis Monteiro, junto ao general Eurico Gaspar Dutra, foi a mais importante liderança militar que deu sustentação ao Estado Novo. Principal chefe militar do golpe de 1930 e do golpe de 1937, o general elaborou uma doutrina militar que ficou conhecida pelo seu próprio nome. A doutrina foi responsável pela aglutinação e representação da posição da facção militar que se impõe durante o primeiro Governo de Vargas. Era a síntese do nacionalismo autoritário militar. Seus princípios constituíram uma doutrina de segurança nacional e que se firmava sobre a crítica da democracia liberal, tanto no terreno da política, quanto no da economia. Pregava a necessidade de uma política interventora das Forças Armadas no Estado, já que as elites políticas e as instituições formadoras do próprio Estado não tinham, na época, competência suficiente para a tarefa de desenvolvimento da nação. Góis Monteiro foi responsável, em grande parte, pelo fortalecimento da hierarquia e da disciplina no Exército após 1930, transformando-o em importante aparelho de Estado. Foi ministro da Guerra de 1934-1935; chefe do Estado-Maior do Exército de 1937-1943; ministro da Guerra 1945-1946; chefe do Estado-Maior do Exército 1951-1952; ministro do Superior Tribunal Militar 1952-1956. Ver: PINTO, Sérgio Murillo. “A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo”. In: Pandolfi, Dulce Chaves. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

¹⁶⁵ PINTO, Sérgio Murillo. “A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo”. In: Pandolfi, Dulce Chaves. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 297.

particularmente em seus aspectos nacionalizantes, industrializantes e de contenção política, revelava-se compatível com a ordem burguesa industrial que se gestava no país, embora fosse antítese do liberalismo político”.¹⁶⁶

Os militares tornaram-se peça-chave no equilíbrio do sistema político de Vargas e posteriormente no do Estado Novo. Eram a garantia de uma instituição de coerção de dimensão nacional comprometida com os ideais do governo e das elites políticas, portanto, capazes de garantir estabilidade interna e, ao mesmo tempo, apoiar o processo de industrialização. A política do Estado Novo e a ideologia autoritária militar eram lados de uma mesma moeda. Os militares garantiam a base social das elites tradicionais e, ao mesmo tempo, asseguravam os interesses da burguesia industrial:

“A ênfase dada ao controle político, à integração nacional, à industrialização, reforçava a emergência do capitalismo industrial, contrariando apenas os interesses políticos das oligarquias. Era um reordenamento, via Estado e Forças Armadas, do antigo sistema de dominação, feito, no entanto, sem ampliar a participação política, isto é, sem democratização. Era um capítulo da modernização conservadora”.¹⁶⁷

Como reflexo do modelo de modernização pregado pelo Exército brasileiro, no qual a industrialização era entendida como fator primordial para a Segurança Nacional, foi criada a Comissão de Estudos para a Indústria Militar Brasileira na Europa, com sede em Bruxelas, na Bélgica, sob o comando do general José Fernandes Leite de Castro. No final de 1935, Lott foi designado para a respectiva comissão. Em dezembro deste ano, o major partiu com a família para a Europa, sendo escalado para chefiar a Subcomissão de Armas Automáticas, com sede em Copenhague, na Dinamarca. Lott assumiu o posto com extrema responsabilidade. Fiscalizava com extremo rigor a fabricação de metralhadoras Madsen adquiridas pelo Exército brasileiro: “cada metralhadora era cuidadosamente embalada, trazendo uma papeleta e a respectiva tabela de tiro em que se via a assinatura do major Henrique Lott. Cada arma era adrede desmontada e examinada meticulosamente”.¹⁶⁸

No final de 1937 e de sua estadia na Europa, Lott esteve na França e requisitou ao Ministério da Guerra que lhe fosse concedida a autorização para cursar a Escola Superior de Guerra do Exército Francês, na qual já estavam matriculados outros oficiais brasileiros mais novos. Lott argumentou em seu pedido que fora primeiro lugar na Escola de

¹⁶⁶ CARVALHO, José Murilo. “Forças Armadas e política: 1930-1945”. Op.cit. p. 149.

¹⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. Op.cit. p. 73.

¹⁶⁸ COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. p. 155.

Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Estado Maior e que, de acordo com o regulamento, os oficiais classificados em primeiro lugar tinham o direito de fazer um curso de aperfeiçoamento no estrangeiro. A autorização foi concedida. Em novembro do mesmo ano, o major fez matrícula na instituição, formando-se em meados de 1939, já como tenente-coronel. Concluiu o curso com distinção, sendo condecorado com o grau de Cavaleiro da Legião de Honra.¹⁶⁹

Durante a estadia na França, a já difícil relação entre Lott e um oficial mais novo, que fora seu aluno na Escola Militar do Realengo, o major Humberto Castello Branco, estremeceu. Segundo Carlos Lira, biógrafo de Castello, os dois travavam eterna disputa pelo primeiro lugar nos cursos de aperfeiçoamento que realizaram juntos e a animosidade era recíproca. Castello também estava cursando a Escola Superior de Guerra do Exército francês e acabou obrigado a conviver com seu rival. Moravam no mesmo prédio e as suas famílias passaram a conviver. Castello considerava Lott um “despeitado, alguém que fazia questão de manter um ar de infinita superioridade, muito além da diferença hierarquia a separá-los; um major outro capitão”. Lott, por sua vez, considerava Castello um “sujeito vaidoso em demasia, intelectualmente pretensioso, fachada que usaria para encobrir, na verdade, seu decantado complexo de inferioridade”. Muitos foram os episódios de desentendimentos e implicância mútua. Lott não perdia a oportunidade de ridicularizar o rival devido a sua total falta de habilidade na direção do carro recém comprado em Paris:

“Lott adorava contar tais histórias sobre o colega brasileiro aos colegas franceses. Uma, em especial, arrancava gargalhadas de todos eles. Aquela sobre as desventuras de Castello, em determinadas manhãs, quando tentava colocar o seu pequeno Fiat para funcionar. O carro insistia em permanecer parado, o motor mudo, os pneus sem mover-se um centímetro do lugar. Era preciso que o porteiro do prédio corresse em sua ajuda, quase sempre lembrando que não teria mesmo jeito do carro andar se não fosse, eventualmente, abastecido de água no radiador e, principalmente, de gasolina no tanque de combustível”¹⁷⁰.

De volta ao Brasil, Lott passou a comandar o Batalhão-Escola da Vila Militar, que posteriormente receberia o nome de Regimento-Escola de Infantaria, destinado a atender à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na parte relativa à Infantaria. Neste mesmo ano, o tenente-coronel foi preterido ao posto de coronel, sendo somente promovido em dezembro

¹⁶⁹ Idem. pp. 161-162. LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p. 54.

¹⁷⁰ NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004. p.102.

do ano seguinte, aos quarenta e seis anos de idade, quando também foi designado para a função de instrutor chefe do Curso de Tática Geral e de Estado-Maior, da Escola de Estado-Maior, passando a acumular a função com o posto de instrutor de Infantaria do Curso de Alto Comando. Em 1942, foi designado pelo ministro da Guerra para fazer parte da comissão de recepção dos chanceleres estrangeiros, no Palácio da Guerra, e assumiu o comando do 15º Regimento de Infantaria na Paraíba. No final de 1942, Lott foi nomeado comandante da Escola de Estado-Maior, porém, permaneceu apenas sete meses no posto.

Tendo em vista o desenrolar da 2ª Guerra Mundial na Europa e o rompimento e posterior declaração de guerra às Potências do Eixo, o ministério da Guerra enviou oficiais brasileiros para estagiarem no Exército norte-americano, para que se familiarizassem com as técnicas militares desta força, à qual se aliara. Lott matriculou-se na Comand and General Staff School, em Kansas (Texas), onde realizou o curso Brasileiro de Comando e Estado Maior. Realizou estágio em diversas localidades do Exército norte-americano, retornando ao Brasil em outubro de 1943.¹⁷¹

O conflito entre os Aliados e as Potências do Eixo acarretou importantes consequências para a organização do Exército brasileiro, que integrou as forças Aliadas a partir de 1944, na Itália. O rompimento do governo brasileiro com a Itália e com a Alemanha, bem como a entrada na guerra ao lado do Exército norte-americano significaram radical mudança na estrutura militar brasileira que, até então, utilizava armamento de origem alemã e fora profissionalizado nos moldes franceses. Os desafios foram muitos para se adaptar às novas orientações e à realidade da guerra. Apesar de sua modernização, o Exército brasileiro, diante das forças militares de países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha era precário e mal formado. As dificuldades para a mobilização da tropa que iria para a Europa lutar eram grandes e as causas eram variadas, tais como: a dificuldade em implementar o padrão do Exército norte-americano, a precariedade do material bélico, a falta de verba para as provisões necessárias e a “baixa qualidade” do material humano recrutado. O general Dutra, na época ministro da Guerra, registrou:

“Decretada a mobilização, sua execução, não só na parte do pessoal como do material iam encontrar sérios tropeços (...) Em torno desse recrutamento foi feita intensa propaganda, através dos rádios, dos jornais e de cartazes; mas não obstante toda essa

¹⁷¹ COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit .pp. 169-196. Foram enviados ao EUA aproximadamente 12 oficiais, entre eles: Estillac Leal, Penha Brasil, Castello Branco, Henrique Eduardo da Silva e Floriano Lima Brayner. Ver: LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.56.

campanha e apesar da oportunidade que se proporcionava a cerca de 2.4000.000 jovens daquela idade para apresentação espontânea, verificou-se que apenas 2.750 compareceram, e destes somente 1.357 foram julgados aptos ao serviço militar. À vista disso, recorreu-se à convocação obrigatória de algumas classes reservistas, com as mesmas dificuldades (...).¹⁷²

Em 1943, Lott, que havia absorvido as técnicas do Exército norte americano durante o seu estágio nos EUA, serviu no Estado-Maior brasileiro como subchefe da comissão responsável pela agilização da organização da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. O general Asnor Teixeira dos Santos era o comandante responsável pela padronização do Exército brasileiro no modelo norte americano e, da comissão, também faziam parte oficiais norte americanos. Lott tem uma memória positiva a respeito da organização da FEB, ao contrário de outros contemporâneos e estudos posteriores. A organização do Exército Brasileiro teria surpreendido até os norte-americanos:

“Os próprios americanos tinham embarcado tropas em outros países e, não tendo muita confiança na maneira pela qual nós organizaríamos o embarque, mandaram para aqui um coronel, que entretanto encontrou tudo organizado, ficando inclusive admirado com as condições com que foi feito o embarque: não só houve um cidadão que procurasse se furtar do embarque, mas até houve alguns que procuraram ir sem estar escalados, e o embarque se fez com tanta presteza, com tanta ordem, que o oficial americano julgou necessário escrever uma carta, agradecendo a maneira pela qual nós organizamos o embarque do primeiro escalão”.¹⁷³

Em junho de 1944, o escalão da FEB embarcou rumo à Itália, porém, Lott não o acompanhou. Embarcou para Itália somente em 22 de setembro, junto ao terceiro escalão, sob o comando do general Olímpio Falconieri, chegando a Nápoles no dia 6 de outubro, a fim de ser integrado na 1ª Divisão de Infantaria, que estava em Pisa. A integração de Lott à FEB não estava programada pelo Estado-Maior, o que causou indignação do oficial que havia ocupado cargo de destaque na organização da força ainda no Brasil e tinha estagiado nos EUA:

“Eu fui incubido de apressar a ida das tropas brasileiras para a Europa. Depois que partiu o primeiro escalão fui ao ministro da Guerra, general Dutra, que tinha sido o meu instrutor na Escola Militar durante três anos, e lhe disse que estava em situação muito desagradável: eu era comandante da Escola de Estado-Maior, tinha ido para os Estados Unidos me preparar para dirigir um grupo de oficiais para a eventualidade da

¹⁷² 558. LEITE, Mário Renault. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p.558.

¹⁷³ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.57.

guerra, depois ele tinha me incumbido de ser subchefe de Estado-Maior do general Anor para o preparo da tropa que iria para a guerra, mais tarde fui incumbido de apressar a partida do primeiro escalão. Ora, a guerra é um risco, mas a minha formação de militar exige que seja submetido a risco. Eu estava, então, numa situação desagradável perante minha consciência. Ele disse: ‘Você irá com o terceiro escalão’. E no terceiro escalão, de fato, embarquei; embarquei no navio General Meigs”.¹⁷⁴

Na Itália, o coronel Lott, que falava fluentemente inglês e francês, segundo seu próprio relato, seria a “(...) ligação entre o comando do corpo expedicionário e o comando americano a que ele estava subordinado”. Porém, ao chegar ao teatro de operações, já havia um outro oficial desempenhando esta função. A partir de então, foi levantada a possibilidade de Lott substituir o oficial que estava na base de operações, responsável pelo abastecimento da tropa e que não teria boas relações com os norte-americanos. A substituição foi autorizada pelo ministro. Apesar da vontade de participar da guerra, como todo militar que admira sua profissão, Lott permaneceu pouquíssimo tempo na Itália, a despeito das suas reconhecidas qualidades como oficial.¹⁷⁵ No dia 18 do mesmo mês, foi chamado ao Brasil, a serviço do Ministério da Guerra. Segundo o próprio Lott, a sua não permanência na Itália deveu-se a um conflito com o comandante da FEB, general Mascarenhas de Moraes, que o teria destrutado durante a sua permanência no quartel-general e demonstrado sua indisposição em relação à integração do coronel à Força Expedicionária:

“Quando cheguei a Pisa, o general Mascarenhas de Moraes estava numa viatura reboque que lhe servia de dormitório, sentado a uma mesa comprida, conversando com dois generais que vieram comigo: Cordeiro de Farias e o Falconiere. Aproximei-me e, quando ele olhou para mim, fiz continência. Ele ficou lá conversando. Percebendo que se tratava de um papo, e como o americano havia dito que havia urgência, resolvi interromper, pois tinha que depois tratar de minhas outras obrigações: ‘General dá licença?’ Ele negou-me sua atenção: Não, o senhor espere’. Eu fiquei esperando. Afinal, quando ele saiu afastou-se comigo e começou o nosso entendimento da seguinte maneira: ‘Estou surpreso porque vieram aqui oficiais-generais que eu não pedi, além de outros oficiais de Estado-Maior, que eu não tinha pedido que viessem’. Eu lhe disse: ‘Eles são generais, eu sou coronel, de sorte que o problema não é meu; o problema é do senhor ministro da Guerra. Pelas informações que temos, ele deve vir aqui visitar o teatro de operações e na ocasião o senhor poderá falar com ele. Agora, quanto os oficiais com Estado-Maior – era o meu caso – disseram que existia uma função em que seriam necessários esses oficiais. Agora o senhor me diz que não pediu e não desejava esses oficiais... Meu general, nunca servi

¹⁷⁴ Idem. p.60.

¹⁷⁵ Idem. pp.61-62.

com quem não quisesse o meu serviço, de sorte que eu peço permissão para quando o senhor ministro da Guerra chegar, o senhor lhe pedir para eu regressar o Brasil'. E fui-me embora".¹⁷⁶

Quando o ministro Dutra chegou à Itália, Lott falou a respeito de suas intenções de voltar para o Brasil e recebeu prontamente como resposta:

“É, é muito bom, porque os americanos disseram que a guerra vai acabar mais depressa do que nós esperávamos. E como há material disponível, eles querem ver o que o Brasil precisa, para o aparelhamento de suas Forças Armadas. Então o senhor vai chefiar uma comissão de oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica para trabalhar junto a mim, a fim de fazer uma proposta do que é necessário. O senhor volta comigo para o Brasil, no mesmo avião”.¹⁷⁷

Todavia, em declaração posterior de Cordeiro de Farias, comandante do 3º Escalão, que, após o episódio de 11 de novembro de 1955, nutriu explícita antipatia por Henrique Lott, o retorno do oficial foi causado por um ato indisciplinar do mesmo perante o general Mascarenhas de Moraes. Lott era oficial de ligação entre a FEB e o Exército americano, porém, não havia correspondente hierárquico a ele na força estrangeira. Formalmente, o Exército brasileiro não deveria ter contato com o comandante do Exército americano, general Clark, mas somente com o general Crittendenberger, que era comandante do 4º Corpo, ao qual a FEB estava subordinada. Entretanto, entendendo a peculiaridade da situação da FEB, o general Clark possibilitou entendimentos diretos com o general Mascarenhas, que não tinha função equivalente, portanto, era algo informal. Segundo Cordeiro de Farias, foi justamente em um destes encontros informais que Lott teria quebrado a hierarquia:

“Mascarenhas foi acompanhado por mim e por elementos do Estado-Maior. Aí o general Clark o chamou para uma conversa pessoal. O Lott se dirigiu também para lá e quis participar do encontro. O ajudante-de-ordens esclareceu: ‘O general Mascarenhas está com o general Clark’. Lott respondeu: ‘Vou para lá’. Eu não tinha nada que preveni-lo, pois estava no QG apenas para fazer uma visita de cortesia. Mas disse: ‘Não vá, pois esses entendimentos são pessoais.’ Ele contestou: ‘Vou, pois sou o oficial de ligação’. Foi, e o Mascarenhas de Moraes se danou com a história e o mandou de volta. Achou que em vez de facilitar a comunicação ele ia criar problemas futuros. Essa é a história completa, exata. (...) Lott era difícil de se lidar”.¹⁷⁸

¹⁷⁶ Idem. p.62.

¹⁷⁷ Idem. Ibidem.

¹⁷⁸ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*, Aspásia Camargo, Walder de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. pp.344-345.

Contudo, de acordo com o jornalista Wagner William, há uma outra versão para a não permanência de Lott na Itália, relatada pelo marechal Floriano de Lima Brayner em seu livro *A verdade sobre a FEB*. Parece ter ocorrido uma “pequena conspiração” contra o coronel Lott. Apesar de ter tido o seu nome aceito por Dutra, o oficial sofreu reação por parte de outro oficial que fizera questão de relembrar a Mascarenhas de Moraes um incidente ocorrido em 1942. Neste ano, Lott havia se desentendido com um superior seu, o general Leitão de Carvalho, durante a inspeção do 15º Regimento de Infantaria na Paraíba, do qual Lott era comandante. Lott recebeu críticas que achou injustas e tratamento que considerou indigno, o que o levou a pedir ao presidente da República transferência para a reserva remunerada. A situação foi contornada pelo general Cordeiro de Farias, comandante da guarnição de Natal, que pediu a Getúlio Vargas o arquivamento do pedido de transferência. Porém, causou mal-estar entre Leitão de Carvalho e o comandante da 7ª Região Militar, ao qual estava subordinado, o general Mascarenhas de Moraes.¹⁷⁹ De acordo com Brayner, o alcoviteiro teria feito questão de lembrar o episódio de 1942 ao comandante da FEB e, assim, traçar um perfil negativo do coronel Lott:

“Houve quem fosse martelar os ouvidos do comandante da FEB. Alguém que alimentava planos de dominação ‘por linhas interiores’ procurou e conseguiu iluminar as arestas da personalidade do ex-comandante do 15º RI no Nordeste, apontando-o [Lott] como arbitrário, prepotente, teimoso, criador de casos, enfim, um homem difícil”.¹⁸⁰

Segundo William, apesar de Brayner não citar o nome do oficial, tudo leva a crer que teria sido o velho rival, Castello Branco, que teria envenenado o comandante da FEB. A permanência de Lott também teria sido prejudicada por uma deliberada confusão, iniciada na Itália por alguns oficiais que criaram desconfiança a respeito da origem familiar de Lott. Julgavam que o sobrenome Lott era alemão: “esse foi o boato espalhado. Os oficiais que não souberam da discussão acreditaram que ele foi mandado de volta ‘por ser alemão’”.¹⁸¹

Retornando ao Brasil, Lott foi designado para chefiar a comissão militar responsável pelo reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras. Em novembro de 1944, foi elevado

¹⁷⁹ COSTA, Joffre Gomes da. *Op.cit.* pp.170-171. WILLIAM, Wagner. *Op.cit.* p.42.

¹⁸⁰ BRAYNER, Lima. *A verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Apud: WILLIAM, Wagner. *Op.cit.* p.49.

¹⁸¹ WILLIAM, Wagner. *Op.cit.* p.49.

ao posto de general-de-brigada e designado para comandar a Infantaria Divisionária da 3ª Região Militar, em Santa Maria, no Rio Grande Sul.¹⁸²

Ao final da guerra, o Estado Novo dava sinais de desgastes. A união entre Vargas e os militares, apesar do apoio mútuo e dos objetivos comuns, não resistiu ao desenvolvimento do processo histórico. Em inícios da década de 1940, Getúlio tinha em vista a possibilidade de esgotamento de sua ditadura e a possível redemocratização diante do novo contexto mundial – a vitória dos Aliados na II Grande Guerra e a defesa da ideologia liberal democrática. A aproximação com a crescente classe operária parecia ser fundamental para a manutenção do poder, caso um processo eleitoral tivesse que ser enfrentado. A cúpula militar não viu com bons olhos os novos aliados políticos de Vargas, os trabalhadores:¹⁸³

“À medida que se tornava clara a vitória dos Aliados, intensificou-se a preparação para a democratização e o apelo aos operários. (...) O movimento chegou ao auge com a proposta de uma Assembléia Constituinte com Vargas, apoiada até mesmo pelo Partido Comunista do Brasil. Essa guinada (...) foi a causa imediata do divórcio entre Vargas e as Forças Armadas. Estas, ou melhor a facção que as dominava, já então tomadas pelo anticomunismo e pela pretensão de guiar o Estado, não aceitaram a busca de novo ator político que lhe era política e ideologicamente antagônico”.¹⁸⁴

Além disso, com o retorno dos militares da FEB, a oposição a Vargas ampliou-se nas Forças Armadas. O fato de terem lutado ao lado de democracias liberais e o intercâmbio militar com os Estados Unidos geraram em muitos ex-combatentes – grande maioria de oficiais – uma insatisfação com o governo autoritário. Os oficiais, a partir de suas experiências, construíram um paradigma de nação com base no modelo norte americano, onde a organização liberal da política e da economia seriam o pilar de uma grande potência industrial.

Em 1945, militares como os generais Góis Monteiro, Eurico Dutra, Canrobert Pereira, Juracy Magalhães, Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes retiraram o seu apoio ao ditador e atuaram ao lado dos liberais na luta pela redemocratização do Brasil. O que os inspirava era a ojeriza à possibilidade de aproximação de Vargas aos comunistas e sua política voltada para a classe operária. Surgia um grupo que se consolidaria em torno de

¹⁸² COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. p.197.

¹⁸³ CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. Op.cit. p.73.

¹⁸⁴ Idem. Ibidem.

ideais anticomunistas e de restrição à presença das camadas populares no jogo político, além da orientação pelo alinhamento do Brasil aos Estados Unidos durante a Guerra Fria.¹⁸⁵

O general Lott, que servia no Rio Grande do Sul, se posicionava junto aos militares que apoiavam o fim do Estado Novo, embora não tenha se envolvido diretamente no desenrolar dos acontecimentos que ajudaram a depor Getúlio Vargas. Considerava a situação do Brasil como irregular:

“Consultado por meu chefe imediato sobre se estava de acordo com que se terminasse com a situação irregular em que estava o Brasil, respondi positivamente: sim, estava de acordo com que se tomassem providencias para por fim àquele estado de coisas, pois o considerava contrário aos interesses do Brasil e achava que a ditadura já havia durado muito tempo. Tive apenas essa manifestação, porque o desenlace se deu sem necessidade de luta”¹⁸⁶.

Ao lado de Vargas, permaneceriam poucos militares simpatizantes da política nacionalista e social do regime estado-novista: alguns generais e oficiais da FEB, como os generais Paquet, Odílio Denis, Estillac Leal e o brigadeiro Nero Moura, e escalões intermediários das forças.¹⁸⁷

Vargas, ao tentar se aproximar da classe operária, através de sua política e da relação com o Partido Trabalhista Brasileiro, se afastou definitivamente de grande parte dos militares que ele havia transformado em poderosos atores políticos. As Forças Armadas apoiavam o nacionalismo econômico e a política industrializante do ditador, mas não a sua relação com os setores da classe operária. Neste sentido, afirma José Murilo de Carvalho:

“(...) As Forças Armadas, embriagadas pelo poder que tinham adquirido e obcecadas pelo anticomunismo, foram incapazes de aceitar a competição de novos atores políticos e o conflito democrático. Vargas, em seu segundo governo, assim como João Goulart mais tarde, foi incapaz de entender as características da nova organização militar que ajudara a criar, não mais manipulável”¹⁸⁸.

Se, para o Exército exercer a sua política, no sentido afirmado por Góis Monteiro, os militares encontraram na centralização política do primeiro governo de Getúlio Vargas sua expressão histórica, a nova guinada do líder político, que passou a apostar na mobilização das massas urbanas, desfez a aliança e os impulsionou em direção oposta:

¹⁸⁵ Idem. p. 74.

¹⁸⁶ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.63.

¹⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. Op.cit. p. 74.

¹⁸⁸ Idem. p. 81.

“Na ruptura entre Getúlio e a cúpula militar a iniciativa coube mais a esta (movida por uma visceral ojeriza contra a política de massas) do que àquela (que estava apenas acentuando componentes preexistentes de sua política). A irreversibilidade desta ruptura e sobretudo, a exacerbação do antigetulismo no seio da oficialidade nos anos seguintes desfizeram o mito de que a intervenção de 1945 tenha sido principalmente motivada pelas convicções liberais dos chefes militares: Getúlio adaptou-se perfeitamente às regras eleitorais da democracia liberal, enquanto que seus adversários fizeram da técnica do golpe de Estado sua principal arma política”.¹⁸⁹

A formulação do anticomunismo é fundamental para entendermos a posição dos militares perante a nova realidade – a restauração da democracia. O combate ao fantasma do comunismo por setores conservadores esteve presente na sociedade brasileira desde as primeiras décadas do século, quando a doutrina adquiriu materialidade na Revolução Russa de 1917. Mas foi na década de 1930, com o levante comunista de 1935, que houve uma radicalização da perseguição e da luta contra o “mal vermelho” pelos militares. A gravidade depositada na “Intentona Comunista” pelos oficiais, principalmente do Exército, construiu um forte sentimento de traição em relação àqueles que “quebraram os valores militares e mataram seus colegas de farda”. O impacto de 1935 foi enorme, o Exército se sentiu ultrajado e a idéia de vingança tornou-se uma constante nos grupos de oficiais mais radicais. A memória construída sobre o episódio, lembrada e revigorada em celebrações militares nos anos que sucederam o Estado Novo, criou condições ideais para o fortalecimento do anticomunismo entre os militares, como afirmam os historiadores Celso Castro e Rodrigo Motta:

“(…) [A ‘Intentona Comunista’] forneceu boa parte do arsenal propagandístico usado pelos anticomunistas do Brasil. (...) deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo”.¹⁹⁰

No final do Estado Novo, a aproximação de Vargas dos trabalhadores e de seus sindicatos, identificados pelos setores conservadores civis e militares como potenciais aliados da causa comunista, e a polarização mundial em torno da Guerra Fria suscitaram

¹⁸⁹ MORAES, João Quartim de. *Liberalismo e Ditadura no Cone Sul*. p. 100-101.

¹⁹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 3-4. Ver, também: CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Op.cit.

um revigoramento do sentimento anticomunista militar e a condenação da nova linha política do ex-ditador. A orientação anticomunista em muito pesou nos governos democráticos que se seguiram e ajudou a sedimentar uma aliança entre os grupos conservadores da sociedade civil, representados, principalmente, por católicos e intelectuais liberais, e os adeptos de um nacionalismo conservador, ideal que encontrou boa parte de seus adeptos dentro dos quadros militares.¹⁹¹

Da mesma forma que o fim do Estado Novo representou a união entre conservadores civis e militares, a redemocratização possibilitou a multiplicação de linhas político-partidárias. Iniciou-se uma nova fase na política nacional. A redemocratização liberou e ampliou o debate político, além de ter permitido uma “livre” presença de setores antes cerceados ou silenciados pelo poder autoritário. O retorno dos partidos políticos e a recomposição dos setores da esquerda possibilitaram que os caminhos a serem traçados pela nação fossem amplamente debatidos pela sociedade civil, não ficando os militares alheios à situação.

Dentro da instituição militar, foram acentuadas as divergências e as diferentes posições políticas. A orientação de um Exército monolítico e representante de uma única linha política – a “política do Exército” – cada vez mais perdia espaço para a politização partidária dos militares. Os partidos políticos viam as Forças Armadas como excelentes aliadas em suas lutas e, em contrapartida, os militares percebiam nos políticos civis importantes representantes de seus projetos de nação. Era o enfraquecimento da “doutrina Góis Monteiro” e a multiplicação de ideologias no interior dos meios militares através da abertura proporcionada pelo advento da democracia – o que levou, em muitos momentos, ao abalo das noções de disciplinas e hierarquia. A herança de Vargas e do Estado Novo passaram a servir como balizas do posicionamento político-ideológico dos grupos civis e militares.

O desaparecimento do Estado Novo não significou a minoração da participação das Forças Armadas no jogo político, pelo contrário, a presença militar tornou-se cada vez mais decisiva. Ao mesmo tempo em que o rompimento da relação entre o presidente e os militares pode ser apontado como um dos principais fatores para a queda de Vargas,

¹⁹¹ Para um estudo sistemático do imaginário anticomunista no Brasil e a relação entre liberais, católicos e nacionalistas conservadores, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.cit.

também foi uma amostra de quanto as Forças Armadas tinham adquirido poder e autonomia dentro do Estado. Nos governos seguintes, cada vez mais a permanência de um presidente estaria condicionada à obtenção do apoio e à legitimação nos meios militares. Cada vez mais a sociedade civil e os grupos militares formulariam alianças no jogo político buscando implementar seus projetos de nação.

Até então a trajetória de Lott permaneceu à margem das grandes disputas políticas. Em fins de 1946, foi designado para assumir a função de Adido Militar junto à embaixada brasileira em Washington. Ao mesmo tempo, foi nomeado delegado da Junta Interamericana de Defesa. Nos Estados Unidos, Lott era responsável pela fiscalização do embarque de armamento, viaturas e equipamentos norte-americanos para o Brasil. A atividade do general em Washington era sintoma do alinhamento do Brasil aos Estados- Unidos. Em 1942, o Brasil havia estabelecido com os EUA um acordo de mútua colaboração militar, o que implicou a formação de comissões técnico-militares para empreender os estudos necessários à defesa dos dois países e, posteriormente, a compra de material bélico pelo governo brasileiro com a finalidade de reorganização do Exército nacional nos moldes do Exército norte-americano.

Em 1952, o estreitamento das relações acarretou um acordo polêmico, no qual os EUA forneceram material bélico para o Brasil em troca de minerais estratégicos – Acordo Militar Brasil- Estados Unidos.¹⁹² A Comissão Militar Brasileira em Washington era responsável pela aquisição de material militar excedente da Segunda Guerra e pelos estudos necessários para a padronização do Exército brasileiro. Documentos desta comissão fazem referências à tradução dos manuais do Exército Norte-Americano, ao estudo e registro do funcionamento dos seus órgãos e do tipo de material adquirido. É interessante observar que não foram adquiridos somente equipamentos bélicos, mas também peças de valor estratégico questionável, a exemplo: “caixa com brocas de diversos tamanhos; barra de aço para trabalho quente; caixa com conjunto de ferramentas para manutenção; caixa com ferros elétricos para dobrar colarinhos”.¹⁹³

¹⁹² A respeito do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, ver: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). [et al]. Op.cit. pp. 37-38.

¹⁹³ Ministério da Guerra. Comissão de Recebimento de Material Bélico dos Estados Unidos. Arquivo do Ministério da Guerra (AHEX). Informes 19, 20, 21, 23 e 31.

Ao mesmo tempo em que comandava a compra de material bélico e os estudos da comissão em Washington, Lott remetia ao governo brasileiro informes a respeito do pensamento norte-americano no contexto da Guerra Fria. Lott enviava cópias de traduções de reportagens de diferentes jornais e revistas americanos, a exemplo: “A Rússia muda as suas fronteiras mais para o Oeste”, por Robert Cool, sem origem e data; “Os Estados Unidos acumulam suprimentos de materiais críticos”, por John A. Giles, *Sunday Star*, 02 de novembro de 1947; “Nova visita à Europa”, por Water Lippman, *Washington Post*, 04 de novembro de 1947; “A Europa Ocidental está mais interessada no potencial militar da América, do que em nossa assistência econômica”, por Constantine Brown, *Star*, 23 de novembro de 1947; “Teme-se que estejam iminentes novos golpes comunistas na Europa: a Áustria acredita que os vermelhos conseguirão um regime ‘amigável’ ali e a Grécia está preocupada com os que apóiam as guerrilhas”, por Constantine Brown, sem origem e data.¹⁹⁴

Nos informes, destacam-se também os registros de transmissões de rádios latino-americanas (Chile, Venezuela, México, Guatemala) que abordam o combate ao comunismo em seus países e a situação do PC no Brasil. Por exemplo:

“- Informe nº 22:

Irradiação de 4 de novembro de 1947, da estação YVSRV, de Caracas/ Venezuela, em espanhol: Aparecem sinais de mudanças na estratégia do Partido Comunista Brasileiro. Estão circulando boatos de que o comunista Luiz Carlos Prestes, senador pelo Rio de Janeiro, retirar-se-á temporariamente do cenário político (...).

- Irradiação de 4 de novembro, da estação XEBT, da cidade do México: Luiz Carlos Prestes, leader do P.C. do Brasil, em 4 de novembro juntou suas forças eleitorais com às do antigo Getúlio Vargas, afim de tomar parte nas eleições municipais que se realizarão (...).

- Irradiação de 4 de novembro, da estação XEQQ, da cidade do México: (...) um grupo de deputados proposita à próxima sessão da Câmara que seja nomeada uma comissão para investigar as atividades anti-mexicanas e sugerir medidas concretas para combatê-las. No presente momento, dizem eles, há um grande número de totalitários comunistas no país em posições vantajosas para as suas atividades. (...)”

Em 1948, Lott foi promovido ao posto de General-de-Divisão, regressando ao Brasil somente em início de 1949, quando passou a assumir o comando da 2ª Região Militar, com

¹⁹⁴ Ministério da Guerra. Comissão de Recebimento de Material Bélico dos Estados Unidos. 14 de janeiro de 1946. Arquivo do Ministério da Guerra (AHEX). Informe 19.

sede em São Paulo. Em 1952, foi promovido a Diretor-Geral de Engenharia. Em 1953, matriculou-se na Escola Superior de Guerra, recém criada, realizando curso de nove meses junto a oficiais e civis.¹⁹⁵

O general Lott parecia estar chegando ao final de sua carreira militar. Afastado das querelas políticas e com poucas surpresas em sua trajetória, Lott seria mais um oficial exemplar que iria para reserva, após ser promovido ao posto de Marechal. Planejava passar os próximos anos de sua vida na tranquila casa de Teresópolis, região serrana do Estado do Rio de Janeiro, ao lado da esposa e dos netos. Mas o futuro aguardava uma surpresa para o velho oficial. Em final 1954, no conturbado período que se seguiu após o suicídio de Getúlio Vargas, o general foi convidado para assumir a prestigiada pasta da Guerra, experiência que iria mudar para sempre o seu destino e a história política brasileira.

UM POUCO DE VIDA FAMILIAR

Lott constituiu família cedo. Aos 21 anos de idade, casou-se com Laura Ferreira do Amaral, então com 16 anos. Laura era carioca e conheceu seu futuro marido pelo intermédio de seu irmão, Edgar do Amaral, amigo e contemporâneo de Lott no Colégio e na Escola Militar. O casamento realizou-se no dia 11 de abril de 1916.¹⁹⁶

O casal teve, ao todo, sete filhos. Seis meninas e um menino, o caçula. Infelizmente, o primeiro bebê teve pouco tempo de vida, mas, em 1918, Laura deu à luz Heloísa Maria. Seguiram Edna Marília, Regina Célia, Henriete, Elys e, por fim, Lauro Henrique.¹⁹⁷

Residiam no Rio de Janeiro, mas as constantes transferências de Lott fizeram a família morar em diferentes estados brasileiros, na Dinamarca, na França e nos Estados Unidos. Todos os filhos estudaram em colégios públicos e Lauro Henrique seguiu carreira militar na Aeronáutica. Lott e Laura, seguindo suas orientações familiares, promoveram forte educação religiosa aos filhos, cumprindo os sacramentos da Igreja Católica e a ida semanal à missa.¹⁹⁸

Em 1950, Laura faleceu em um hospital do Rio de Janeiro por conta da complicação de uma cirurgia. Passado o período de luto, Lott contraiu segundas núpcias com a sua

¹⁹⁵ COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. pp. 201-220.

¹⁹⁶ Idem. pp. 101-111.

¹⁹⁷ Idem. Ibidem.

¹⁹⁸ Idem. pp. 211-215.

primeira namorada, Antonieta Duffles, que era viúva e residia em sua cidade natal, Sítio. Com a autorização do enteado, capitão Antonio José, que, no futuro, serviria junto com o seu padrasto no Ministério da Guerra, Lott casou-se em julho de 1951 na cidade de Teresópolis.¹⁹⁹

CONSIDERAÇÕES: A TRAJETÓRIA INDIVIDUAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO MODERNA

Buscar um sentido histórico para a trajetória de um indivíduo traz o risco de se imprimirem parâmetros e lógica onde talvez só haja escolhas aleatórias de acordo com as demandas imediatas do cotidiano. Por outro lado, a história individual pode ser um caminho possível para o entendimento do tempo e do grupo social no qual o indivíduo está inserido, proporcionando confirmações ou novas formulações para o período histórico em questão.²⁰⁰ É na segunda proposta que o estudo da trajetória militar do oficial Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott deve se inserir. Entrelaçaram-se em sua fê de ofício os episódios da construção e concretização do Exército nacional e a consolidação do Estado moderno brasileiro.

A saída da cidade do interior para a capital da jovem República e a inserção no ensino militar possibilitaram ao jovem Lott vivenciar, mesmo que às vezes de forma marginal, episódios importantes da construção da identidade do Exército brasileiro no século XX e a sua consolidação como instituição de caráter nacional responsável pela garantia da “ordem” e da “modernização” da pátria . As atividades das Forças Armadas no Brasil, principalmente do Exército, foram fundamentais para a manutenção do Estado e de suas elites políticas e econômicas correspondentes, indo além, para o processo de centralização política e consolidação do capitalismo no país, como apontam José Murilo de Carvalho e, de forma mais ampla, Allain Rouquié.²⁰¹ No Brasil, como nos demais países da América Latina, pode-se atribuir ao Exército papel basilar na consolidação do Estado Nacional. A sua evolução como instituição foi paralela à evolução do mesmo:

¹⁹⁹ COSTA, Joffre Gomes da. Idem. pp. 221-215.

²⁰⁰ Ver, entre outros: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987. DUBY, George. *Guilherme Marechal, ou, o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987. LE GOFF, Jacques. Op.cit.

²⁰¹ Ver: CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. Op.cit.; ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

“O Exército moderno, símbolo do progresso, é um instrumento de centralização e reforço, enfim, de construção do Estado. Enquanto Exército nacional, seu aperfeiçoamento e sua expansão pressupõem a unificação da classe dirigente”.²⁰²

Na Primeira República, a lutas internas e a instabilidade política atingiam tanto o governo quanto os quartéis, instituições que até então confundiam os seus papéis. A constante tarefa de repressão à “anarquia”, tanto no seio militar quanto na sociedade civil, foram lados de uma mesma moeda: a busca pela centralização do Estado através da profissionalização do poder militar. Muitos dos levantes e das revoltas de militares e de civis ao longo do período foram sintomas de acomodação da ordem burguesa e dos conflitos gerados pela construção de um Exército correspondente a esta ordem, consolidada definitivamente a partir do Estado Novo. O processo de modernização do Exército brasileiro foi peculiar à medida que o papel interno foi muito mais preponderante do que externo, ou seja, a preocupação recaiu majoritariamente na manutenção da estabilidade interna e no desenvolvimento econômico do país, do que na competição com forças estrangeiras:

“A modernização e as tarefas que lhe são outorgadas dão aos Exércitos [na América Latina] um peso específico no Estado e na sociedade, que lhes permite fazer ouvir, esperando se fazer também obedecer. Uma particularidade do desenvolvimento político latino-americano (...) reside na modernização dessincronizada do Estado. Nesta modernização os militares desempenharam, bastante conscientemente, o papel de pioneiros. Muito freqüentemente, na verdade, o movimento originou-se de suas próprias exigências”.²⁰³

Foram sintomas do processo modernizador do Exército como aparelho de Estado medidas como: o recrutamento obrigatório e regular; a ampliação dos quadros; o aumento do número de instalações ao longo do território nacional; a profissionalização e a padronização do ensino militar através de reformas e do intercâmbio com Exércitos estrangeiros; a implementação de uma identidade única através de símbolos, códigos e tradições; a prática de uma atuação política única e programada; e, por fim, o aumento na participação no orçamento do governo.

As reformas, a consolidação do ensino militar e o recrutamento obrigatório controlado pelos próprios militares proporcionaram a construção de uma identidade distinta das

²⁰² ROUQUIÉ, Alain. Op.cit. p.95.

²⁰³ Idem.p.125.

“querelas” e da “indisciplina” dos civis. Os militares, mesmo formulando diferentes posições de como deveria ser a relação entre governo e Forças Armadas, passaram a comungar sentimentos de superioridade e distinção em relação aos civis. Seriam eles os únicos que realmente conheceriam o país e que estariam isentos dos malefícios e vícios da vida política, além de serem os verdadeiros responsáveis pela educação dos jovens e de sua formação em cidadãos? Como já foi visto, a visão do Exército como instituição capaz de levar cidadania para o povo brasileiro e ser a única que realmente conhece as deficiências e potencialidades da nação é muito clara no depoimento de Henrique Lott:

“(…) nós militares temos a vantagem de que a nossa profissão nos obriga estarmos servindo em todas as áreas, em contato com os problemas, as dificuldades da vida, as razões dessas dificuldades, e isso faz com que os militares fiquem com um conhecimento maior do Brasil não só em extensão, mas em profundidade. Essa é uma das vantagens. (...) Nós militares, principalmente no interior, recebemos uma turma de rapazes, alguns de classe média, mas a maior parte de gente pobre e inculta, havendo inclusive fracos fisicamente. Depois, como o nosso trabalho, aquela gente se transforma”.²⁰⁴

Lott também vivenciou a gênese do anticomunismo e dele partilhou. O combate à “doutrina vermelha” e o imaginário criado em torno dela são pontos fundamentais para o entendimento do comportamento militar nas décadas subsequentes ao Estado Novo. É no contexto da Guerra Fria e da estreita relação com os Estados Unidos, iniciada na Segunda Guerra Mundial, que podemos entender a formulação de projetos para a nação e o comportamento de determinados grupos de oficiais e de seus oponentes no interior das Forças Armadas como um todo.

A trajetória do oficial Lott permite entender a construção do Exército brasileiro como instituição preponderante no cenário político, ao mesmo tempo em que é fundamental para entender o comportamento do “oficial de caserna” nos anos subsequentes à sua nomeação como ministro da Guerra do governo de Café Filho. Sentimentos e ideologias como apoliticismo, defesa da legalidade, anticomunismo, cristianismo e nacionalismo, consolidados ao longo de sua carreira militar, são elementos-chave para entender a evolução do curso político do futuro marechal. As escolhas coerentes e contraditórias, além de serem fruto das pressões imediatas do momento, em muito estão relacionadas com a trajetória e a memória individual construídas pelo personagem histórico em questão.

²⁰⁴ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. pp.7-8.

CAPÍTULO III

MINISTRO DA GUERRA DE CAFÉ FILHO E O 11 DE NOVEMBRO DE 1955

O CONVITE

General Henrique Teixeira Lott, oficial de caserna, conhecido por seus hábitos rígidos e distanciamento das querelas políticas, viveu em um tempo onde as paixões políticas e as ideologias mobilizavam as massas e seus representantes. O período democrático, inaugurado com a queda do Estado Novo, em 1945, facilitou a organização da sociedade civil em torno do debate sobre qual caminho o país deveria seguir no processo de desenvolvimento econômico. As Forças Armadas não escapavam a esta atmosfera. A política fazia parte do cotidiano e adentrou os quartéis. A polarização encontrada na sociedade civil também ocorreu nos meios militares: teses nacionalistas e internacionalistas se digladiavam e arrastavam corações e mentes, sendo influenciadas diretamente pelo contexto da Guerra Fria.

A turbulenta crise de agosto de 1954, que culminou no desaparecimento do presidente democraticamente eleito e ex-ditador, Getúlio Vargas, deu novo impulso às disputas entre os diferentes projetos de nação. Os desdobramentos da crise levaram a uma cisão entre as Forças Armadas, principalmente entre oficiais da Aeronáutica e da Marinha, que se voltaram contra Vargas, e parte dos oficiais do Exército, que continuaram leais ao antigo estadista. A polarização em torno da imagem do ex-presidente significava opções diferentes para o desenvolvimento político e econômico do Brasil. Interagiam militares e civis na luta por seus ideais. Neste contexto, o general Henrique Lott recebeu um convite inesperado que, ao ser aceito, mudou para sempre o destino de sua carreira militar e selou a construção do homem público: a pasta do Ministério da Guerra lhe foi oferecida.

Café Filho, vice-presidente do governo de Vargas, eleito sob a legenda do Partido Social Progressista, ao assumir a presidência, constituiu um ministério com figuras reconhecidamente identificadas com o antigetulismo – em sua maioria ligados à UDN, partido opositor ideológico de Vargas e seus herdeiros. Os militares que compunham os cargos ministeriais não fugiram a essa regra, somente o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott não se identificava com a UDN.

General Henrique Lott foi o escolhido de uma lista que incluía os nomes do marechal Mascarenhas de Moraes e do general Anor Teixeira do Santos.²⁰⁵ Embora tenha sido um dos signatários do Manifesto dos Generais que, em 23 de agosto de 1954, exigiu a saída de Vargas do poder, Lott foi escolhido por ser “conhecido por suas posições de intolerância a qualquer indisciplina militar”.²⁰⁶ “Era soldado puro, infenso ao jogo político, disciplinado, respeitado [...] só ele tinha condições para impor a autoridade, só ele inspirava confiança”.²⁰⁷

O comportamento “apolítico” do general Lott correspondia à formação de grande parte dos oficiais militares da época – a do soldado profissional. A política era concebida como algo menor, da qual o bom soldado devia se manter distante. Nelson Werneck Sodré identifica o “apoliticismo militar” como um dogma que pregava que a “característica essencial da atividade política é a corrupção; enojar-se com essa corrupção era prova de devotamento ao país”. “Aos políticos, gente corrupta, pertencia revolver essa imundície que é a política; aos militares, gente pura, pertencia manter distância disso tudo”. Entretanto, “quando a corrupção chegasse a limites abusivos, podiam, ou deviam, os militares intervir, com a sua pureza, removendo o entulho, repondo os valores na escala devida, para salvar a Pátria”.²⁰⁸

Munhoz da Rocha, na época ministro da Agricultura, justifica a escolha do general Lott, diante de um Exército dividido, a partir de agosto de 1954:

“[...] havia setores que se antepunham à saída de Getúlio do governo. Havia partidos e grupos em conflito. Era necessário cuidado, era preciso agir com muita prudência, para restaurar-lhe a unidade. Seria natural que a escolha recaísse sobre Fiúza, Canrobert ou Juarez. [...] Mas os acontecimentos os haviam colocado na vanguarda. Tinham assumido atitudes francas. Atitudes de comando e decisão. Envolveram-se sem receio, nos fatos, como verdadeiros líderes militares. Lott não. Não apareceu. Não foi notado. Não liderava grupos. Não tinha incompatibilidades. Era o militar alheio às lutas políticas. Sua atitude em 24 de Agosto foi de solidariedade com a classe, evitando a sua cisão. E como não se filiava a nenhum grupo, seria o homem talhado para o momento em que o Exército necessitava de concórdia. A escolha de Lott foi recebida com agrado. Era total a concordância sobre o acerto do Presidente ao

²⁰⁵ O general Juarez Távora, chefe do Gabinete Militar do governo de Café Filho, foi o responsável pela elaboração de uma lista com três possíveis oficiais para ocupar o Ministério da Guerra. TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Memórias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. III vl. pp. 9-17.

²⁰⁶ ESTEVES, Diniz. *Ministros da Guerra e do Exército brasileiro: 1951-1999*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1999. p. 197.

²⁰⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. (1967). p. 468.

²⁰⁸ Idem. p. 468-470.

colocar na Pasta da Guerra um homem inflexível no cumprimento do dever e equidistante das facções.”²⁰⁹

A primeira reação de Lott, ao ser comunicado por telefone pelo general Juarez Távora de sua indicação, foi recusar: “Recusei e, quando Juarez disse que neste caso consultaria outro nome, aprovei a idéia: ‘É muito bom que seja outro, porque eu não desejo ser ministro’”. Mas a recusa não foi aceita pelo presidente da República. No mesmo dia Juarez retornou a ligação para a residência de Lott e afirmou: “‘Não, o presidente Café Filho escolheu o seu nome. O lugar é um lugar de sacrifício. Nós estamos numa situação difícil e é dever nosso colaborar com o governo. O presidente o espera. Vão busca-lo aí daqui a pouco’”. O presidente fez o pedido pessoalmente ao general que aceitou o convite como mais uma missão militar que deveria ser cumprida:

“O Ministério da Guerra não me era agradável, porque eu entrei para o Exército para servir como militar em funções tipicamente militares, e a função do ministro da Guerra é a um só tempo militar e política. Como essa parcela política talvez fosse até mais importante, para mim era muito desagradável exercer funções dessa natureza. Mas dada a situação que o país atravessava, e pelas funções que eu tinha exercido anteriormente, resolvi aceitar. Eu havia sido instrutor da Escola de Sargentos, instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, três vezes instrutor da Escola Militar, instrutor da Escola do Estado-Maior, fui subdiretor de Ensino da Escola do Estado-Maior, comandante da Escola do Estado-Maior. Então no exercício dessas funções, tive oportunidade de lidar com uma boa parte da oficialidade do Exército, principalmente com aqueles que nessa ocasião estavam em postos mais levados. Portanto, conhecia-os, sabia o que eles eram, o que podiam fazer e como poderiam agir, dados os seus temperamentos e suas inclinações. Por isso, aceitei.”²¹⁰

Os demais cargos militares estavam compostos pelos seguintes oficiais: no ministério da Aeronáutica, o brigadeiro Eduardo Gomes – conhecido antigetulista, candidato duas vezes à presidência da República (1945 e 1950) pela UDN e com importante atuação no movimento militar que exigiu a renúncia de Vargas; no ministério da Marinha, o almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale – também militar de destaque na crise política de 1954; na chefia do Gabinete Militar da Presidência da República, o general Juarez Távora – que acumulava o cargo de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional; e como chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), o general Canrobert Pereira da Costa – era

²⁰⁹ ROCHA, Munhoz. *Radiografia de Novembro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961. pp. 21-22. Na época, Café Filho tinha em Munhoz da Rocha o seu pretense candidato à presidente da República nas eleições que se aproximavam, fato que não se concretizou.

²¹⁰ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Op.cit.* p.71.

presidente do Clube Militar, ao lado de Juarez Távora, representando a ala contrária aos ideais nacionalistas e getulistas. A assinatura de todos esses oficiais, inclusive a do general Lott, consta no Manifesto dos Generais de agosto de 1954.

A INSTABILIDADE POLÍTICA: OS QUARTÉIS SE AGITAM

Seguindo a Constituição de 1946, em 1955 deveriam ser realizadas novas eleições presidenciais. O PSD, partido que nasceu da reunião dos antigos interventores do Estado Novo, foi o primeiro a romper com as teses que aludiam à necessidade de um candidato único. Já em novembro de 1954 o partido lançou, extraoficialmente, a candidatura do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek (JK).

O lançamento da candidatura de JK contrariou os círculos antigetulistas civis e militares que condenavam a aproximação do candidato aos setores getulistas. Temiam o retorno de uma política que se identificasse com a herança de Getúlio, já que no passado JK e Getúlio tinham estreitado a suas relações políticas a partir de 1950, quando ocuparam respectivamente o governo de Minas Gerais e a presidência da República.²¹¹

A oposição militar à candidatura de Juscelino manifestou-se ainda no final de 1954. Em dezembro, uma reunião entre os representantes das três forças decidiu que, perante a delicada situação política, era necessário um candidato de conciliação nacional, era necessário evitar maiores choques entre as forças partidárias. Foi elaborado um documento secreto – entregue a Café Filho pelo ministro da Marinha – no qual foi sugerido ao presidente da República um “apelo cordial aos líderes políticos brasileiros” para a solução de um candidato único.²¹²

Em 27 de janeiro, Café Filho divulgou em discurso no programa de rádio *Hora do Brasil* o documento secreto. Foi revelado à nação que, na qualidade de responsáveis “pela preservação da ordem e tranqüilidades públicas”, os chefes das três Forças e outros oficiais pediam uma solução pacífica para a sucessão presidencial. O documento ainda avaliava o

²¹¹ BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 267.

²¹² Assinaram o documento: almirante Amorim do Vale; general Henrique Lott; brigadeiro Eduardo Gomes; marechal Mascarenhas de Moraes; general Canrobert Pereira da Costa; general Álvaro Fiúza – chefe do Estado Maior do Exército; almirante Salalino Coelho – chefe do Estado Maior da Armada; brigadeiro Gervásio Duncan – chefe do Estado Maior da Aeronáutica; e general Juarez Távora. Em relação a elaboração do documento, que foi responsabilidade do general Juarez Távora, ver: TÁVORA, Juarez. Op.cit. pp. 28-29.

momento de crise econômica e social pelo qual passava a nação e os perigos de “uma campanha eleitoral violenta”. Afirmava a necessidade do empenho de “todas as forças políticas nacionais em favor de um movimento altruístico de recomposição patriótica” que permitisse “a solução do problema da sucessão presidencial em nível de compreensão e espírito de colaboração interpartidária, sem o acirramento dos ódios e dissensões que vêm abalar seriamente a vida nacional”.²¹³

Às vésperas da convenção do PSD, em 10 de fevereiro, o coronel Jurandir Bizarria Mamede, conhecido antigetulista, mandou avisar a Juscelino que a homologação de sua candidatura implicaria a “saída da procissão” – desfile de tanques do Exército pelas ruas do Rio de Janeiro.²¹⁴

O próprio presidente da República em reunião com JK, dias antes de divulgar à nação o manifesto dos chefes militares, avisou da contrariedade de sua candidatura nos meios militares e da possibilidade de intervenção.²¹⁵

O PTB, partido considerado herdeiro da política popular de Vargas e que tinha nos setores operários urbanos o seu eleitorado, principalmente nos sindicatos, acreditando na importância da figura de João Goulart e do próprio partido, que construía a sua identidade sob da polêmica carta-testamento do presidente morto, resolveu negociar o seu apoio e o nome de Jango como candidato à vice-presidência. Percebiam a oportunidade de fortalecer o partido através da aliança com o PSD, que então detinha a maior bancada no Congresso.

Durante a VIII Convenção Nacional do PTB, em abril de 1955, no Rio de Janeiro, foi lançada a candidatura de João Goulart e oficializada a coligação com o PSD. Dentre as negociações entre os partidos, JK comprometeu-se em, além de oferecer cargos ministeriais ao PTB, aceitar o programa mínimo desse partido. Embora a maior parte do referido programa não tenha sido cumprida, ele continha demandas sociais significativas para a época: reforma agrária, manutenção do monopólio do petróleo, defesa e ampliação dos direitos dos trabalhadores, extensão da legislação social ao campo e defesa da economia

²¹³ *Tribuna da Imprensa*. 28 de janeiro de 1955. p. 1.

²¹⁴ ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). [et al]. Op.cit. p. 3967.

²¹⁵ BOJUNGA, Cláudio. Op.cit. p. 280.

nacional. Por seu caráter reformista, o programa deixava setores conservadores e liberais em estado de alerta.²¹⁶

Ainda durante o congresso do PTB, e para maior descontentamento da oposição conservadora, foi lida uma carta de Luís Carlos Prestes, dirigente do proscrito Partido Comunista do Brasil, apoiando a candidatura de JK e Jango e propondo a formação de uma frente popular que aliasse trabalhistas e comunistas nas disputas das eleições presidenciais.²¹⁷

O Partido Comunista do Brasil, nessa conjuntura, começava a se estabelecer como um dos principais porta-vozes do ideário nacionalista. Engrossando o grupo defensor da autonomia política e econômica da nação, o partido, ao longo de sua trajetória, nas décadas de 1940 e 1950, em muitos momentos admitiu alianças partidárias como estratégia política.²¹⁸

JK conseguiu reunir as duas forças políticas identificadas com o getulismo, o PSD, que tinha grande força nas cidades do interior do país, e o PTB, que tinha seu eleitorado no meio urbano. Mas, ao mesmo tempo em que a aliança fortalecia em muito a sua candidatura, era também elemento para instabilidade, já que círculos militares e civis conservadores, além de associarem os trabalhistas à política de Vargas, os condenavam por uma possível proximidade com os comunistas. O lançamento da candidatura de Juscelino e Jango forçou os demais partidos a lançarem candidatos próprios.

A UDN, partido que ao final do Estado Novo surgiu da união de variados grupos políticos em torno da defesa dos ideais liberais e da oposição a Vargas²¹⁹, após a tentativa, sem sucesso, de cooptar o apoio de Jango para o lançamento de um candidato único, lançou a candidatura de Etelvino Lins para presidência da República. Depois de várias alterações,

²¹⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. pp. 106-107. p. 107-108.

²¹⁷ Idem. p. 109.

²¹⁸ Ver: REIS, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol:V. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2002. e CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.

²¹⁹ A UDN reunia diferentes e raízes históricas. Seus quadros foram formados principalmente pelas oligarquias destronadas com a Revolução de 1930; antigos aliados de Getúlio Vargas – marginalizados depois de 1930 ou 1937 –, como os tenentes; grupos que participaram do Estado Novo, mas que se afastaram, antes de 1945; grupos liberais de identificação regional; e alguns grupos ligados à esquerda. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 29.

Vale lembrar que, em relação à exploração do petróleo, a UDN, paradoxalmente, foi um dos partidos que defendeu o monopólio estatal.

Lins teve a sua candidatura retirada e a UDN a substituiu pelo apoio à candidatura do general Juarez Távora, já lançada oficialmente pela legenda do Partido Democrático Cristão (PDC), dissidência religiosa da UDN, e pelo partido Socialista Brasileiro (PSB).²²⁰

Por fim, em agosto de 1955, estavam oficialmente lançadas quatro chapas com suas respectivas coligações: Juscelino Kubitschek - João Goulart, apoiados pelo PSD, PTB, PR, PTN (Partido Trabalhista Nacional), PST (Partido Social Trabalhista) e PRT (Partido Republicano Trabalhista); Juarez Távora - Milton Campos, apoiados pela UDN, dissidentes do PSD, PDC, PSB e PL (Partido Libertador); Ademar de Barros – Danton Coelho, apoiados pelo PSP e dissidentes do PTB; e Plínio Salgado, antigo líder integralista, pelo PRP (Partido da Representação Popular)²²¹.

A oposição à coligação JK e Goulart não se restringiu apenas ao apoio político a outros candidatos. Vários grupos conservadores, temerosos que representantes do getulismo, principalmente Goulart, se estabelecessem no poder, fizeram da imprensa o seu campo de batalha. Denúncias de corrupção que tentavam macular a imagem dos dois candidatos e propostas de soluções extralegais, para sanear a política nacional, começaram a circular pela imprensa.

A oposição mais radical era liderada pelo deputado da UDN e dono do jornal *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda, e se organizava no Clube da Lanterna, organização civil surgida em 1953 com o intuito de combater o presidente Getúlio Vargas. A maior parte de seu quadro era composta por parlamentares da UDN.

Na onda de ataques proporcionada pelos antigetulistas, o principal alvo era João Goulart. As acusações que recaíram sobre Jango remetiam ao seu período como ministro do Trabalho do segundo governo Vargas. As denúncias alertavam sobre uma suposta aproximação do candidato aos peronistas e de seus planos para montar uma “República Sindicalista” no Brasil. Afirmavam haver ligações secretas entre representantes do governo populista de Perón e integrantes do PTB. A oposição tentava alarmar os setores mais conservadores da sociedade, principalmente os militares, que eram os responsáveis pela segurança e soberania nacionais e que, desde o Império, mantinham desconfianças em relação aos propósitos expansionistas de seus vizinhos argentinos.

²²⁰ Sobre a candidatura do general Juarez Távora ver: TÁVORA, Juarez. Op.cit. pp. 39-95.

²²¹ ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). [et al]. Op.cit. p. 3968.

JK também não era poupado. Recaiam sobre ele denúncias de corrupção, chegando o Congresso a exigir uma declaração de bens que, por pouco, não se transformou na instauração de um inquérito administrativo.²²²

Manifestações não partiam somente dos grupos contrários à JK e Jango. Declarações a favor da manutenção da legalidade também partiam de variados setores da sociedade, construindo uma identidade comum sob a bandeira antigolpista. Políticos, principalmente do PTB, do PSD e do PCB, e organizações que integravam civis e militares se manifestavam na imprensa e nos meios políticos em a defesa da legalidade e da democracia para a realização das eleições.

Em 24 de agosto de 1955, os jornais noticiavam “novas e calorosas manifestações antigolpistas” na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.²²³ No mesmo dia também foi publicada uma declaração de Leonel Brizola, então deputado pelo PTB, na qual combatia a ação dos chefes militares. O deputado identificava a vanguarda do movimento golpista como sendo dirigida pelo lacerdismo. Apontava o ministro da Marinha; o ministro da Aeronáutica; o governador de Pernambuco, general Cordeiro de Farias; o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz; o governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti; e “altos dirigentes da UDN”; como os principais urdidores. E lamentava os fortes indícios de que “o general Lott tenha aderido ao movimento contra a Constituição, ou de que, pelo menos, esteja servindo de inocente útil”.²²⁴

No dia 11 do mesmo mês, o diário comunista, *Imprensa Popular*, publicou em sua primeira página o *Manifesto eleitoral do Partido Comunista do Brasil*. O documento conclamava a população a se unir “para impedir [...] a implantação de uma ditadura militar fascista”. O manifesto declarava o seu apoio às candidaturas de Juscelino e Jango, devido a ambos “lutarem contra o golpe”.²²⁵

Em início de setembro, circulava pela cidade do Rio de Janeiro um folheto denunciado por Lacerda:

“PRESTES indica aos trabalhadores votarem em JUSCELINO e JANGO. Contra a carestia e o direito de Greve! Viva o PCB! Partido Comunista do Brasil chama os

²²² Para maiores detalhes ver jornais da época como o *Correio da Manhã* e BOJUNGA, Cláudio. Op.cit. p.291 e 292.

²²³ *Correio da Manhã*. 24 de agosto de 1955. p. 4.

²²⁴ *Correio da Manhã*. 24 de agosto de 1955. p. 4.

²²⁵ “Manifesto eleitoral do Partido Comunista do Brasil”. *Imprensa Popular*. RJ: 11 de agosto de 1955. p. 01.

trabalhadores a votarem em JUSCELINO e JANGO. Por liberdade sindical! Contra a carestia! Contra os golpistas de 24 de agosto de 1954!”²²⁶.

O apoio comunista trazia problemas aos candidatos da chapa PSD e PTB. JK e Goulart tinham declarado não existir nenhum acordo secreto com o PCB, retornaram a afirmar na imprensa a inexistência de qualquer aliança com os comunistas.

Não só setores ligados diretamente à disputa político-partidária se pronunciaram contra qualquer medida interventora. Muitas organizações civis, como a Confederação Nacional do Comércio e a Associação Brasileira de Imprensa, declaravam seu apoio à legalidade e à realização das eleições”.²²⁷

Mas o maior grupo civil em defesa da legalidade foi a Liga pela Legalidade, fundada pelo advogado Sobral Pinto, em final de agosto, como ação contra “os conspiradores e os golpistas”. A liga, que se declarava não partidária, recebeu apoio de representantes de quase todos os partidos políticos e de associações civis diversas. Além de ter estabelecido secções não só no Rio de Janeiro, o movimento promoveu vários comícios e declarações na imprensa, denunciando militares supostamente envolvidos com tramas conspiratórias contra a realização das eleições, pois “alguns soldados da ordem transformaram-se em soldados da desordem”. Quando Sobral Pinto justificou à imprensa a criação da liga afirmou: “o chefe do Estado Maior da Aeronáutica deveria, a estas horas, estar no cárcere”, por conta de declarações contra a legalidade.²²⁸

Diante da falta de consenso sobre as eleições presidenciais de 1955, foram estabelecidas alianças e estratégias conjuntas entre militares e civis. A cúpula do Exército, representada na figura do ministro da Guerra, tentou imprimir uma única orientação política à instituição, tarefa dificultada pela falta de unidade entre os próprios oficiais. Frente a este quadro e ao bombardeio de declarações na imprensa sugerindo que as Forças Armadas deveriam intervir no processo eleitoral, Lott lutou para manter a coesão entre as três Forças e a tranquilidade da nação. Preconizava que os militares, principalmente o Exército, eram agentes de manutenção e respeito à Constituição e à legalidade. O general, que havia assinado um memorando proibindo declarações políticas oficiais do Exército, afirmava uma

²²⁶ *Tribuna da Imprensa*. 3-4 de setembro de 1955. p. 1.

²²⁷ *Correio da Manhã*. 19 de junho de 1955. p. 8. e 27 de agosto de 1955. p. 14.

²²⁸ *Correio da Manhã*. 24 de agosto de 1955. p. 12.

postura de imparcialidade ante a ebulição dos meios civis e militares e declarou que, em matéria de política, continuava sendo um “simples expectador”.²²⁹

Em uma solenidade, Lott afirmou que o Brasil deveria ser uma nação “livre e democrática”, apesar de “nuvens sombrias escurecerem os horizontes”. O Exército era “exemplo de honestidade profissional e propósitos”, mantendo-se afastado da política partidária e firme na sua atribuição de “alicerce para sofrer os embates das ventanias agitadas pela política, sem desmoraamentos”.²³⁰ Era dever dos militares “defender o regime, as instituições e garantir a ordem pública para a realização de um pleito sem vícios, sem corrupção, para que o cidadão possa depositar o seu voto confiante na justiça e na Legalidade”.²³¹

Em 18 de agosto, o *Correio da Manhã* publicou uma entrevista de Lott na qual ele confirmou seu posicionamento legalista, mas na qual também alertava para o perigo que representava o apoio comunista aos candidatos JK e Jango:

“[...] na qualidade de ministro da Guerra, sou um dos responsáveis pela preservação da Lei e da ordem Constitucional e, na presente situação, devo manifestar preocupação de todos nós quanto a fatos recentes, como este de apoio do Partido Comunista a dois candidatos e a aceitação por estes do referido apoio, tornando muito mais delicada a situação política brasileira, porque, de acordo com a Lei, o Partido Comunista não existe [...]. Nós das Forças Armadas desejamos, a todo transe, que não haja a possibilidade de clima de hesitações ou de dúvidas a respeito do resultado das eleições. [...] No clima atual do Brasil o acúmulo de nuvens escuras poderá precipitar o raio, com todas as suas más conseqüências”.²³²

Vários outros oficiais do Exército, em diferentes ocasiões, declararam-se também contrários a qualquer ameaça de golpe e solidários ao ministro. Em pronunciamento por ocasião de uma homenagem que lhe fora prestada, o comandante da 3ª Região Militar (Zona Sul), general José Inácio Veríssimo, afirmou não ser papel dos militares intervirem na política e muito menos na vontade popular, já que “as armas fornecidas pela nação e das quais o Exército é depositário não deverão nunca ser empregadas contra o povo, pois isto é um erro, além de um crime”.²³³

²²⁹ *Correio da Manhã*. 08 de julho de 1955. p. 12.

²³⁰ Início do ano de instrução da Primeira Divisão de Infantaria do 2º RI. *Correio da Manhã*. 17 de junho de 1955. p. 14.

²³¹ *Correio da Manhã*. 26 de agosto de 1955. p. 12.

²³² *Correio da Manhã*. 18 de agosto de 1955. p. 18.

²³³ Ver: *Correio da Manhã*. 14 de julho de 1955. p. 14.

Militares acusados de golpistas tentavam se defender. Em primeiro de julho, o general Fiúza, em discurso por ocasião de sua ida para a reserva após cinquenta anos de serviço militar, afirmou o difícil momento por que passava a política nacional, mas declarou confiar na união das três Forças militares, no patriotismo e “na garantia da ordem e da tranqüilidade públicas”.²³⁴

Já o almirante Amorim do Vale declarou, em almoço no Clube Naval da Marinha, realizado em homenagem a Fiúza, o seu apoio as palavras pronunciadas pelo ministro da Guerra, em defesa da ordem e da legalidade.²³⁵ Em outro momento, chegou mesmo a declarar:

“Não sou de golpe e muito menos golpista [...]. O que dizem ao meu respeito são puras balelas. Na Marinha vivemos em espírito de perfeita união [...]. Essa história de golpista não passa de exagero de certos jornais [...]. Deus é brasileiro e tudo ocorrerá bem”.²³⁶

Na contramão, outros militares insistiam em descrever um quadro pessimista da situação nacional, denunciando farsas, corrupção e ideias obscuras de alguns grupos políticos. Voltavam o ataque para os setores getulistas e denunciavam o perigo de retorno ao passado anterior a agosto de 1954, quando os militares começaram o movimento de “purificação da política nacional”.

No início de agosto de 1955, um discurso repercutiu enormemente nos meios militares e na sociedade civil em geral. O general Canrobert, em sessão solene por um ano da morte do major da Aeronáutica, Rubens Vaz, proferiu um discurso no Clube da Aeronáutica, no qual cobrava justiça e a verdade sobre o crime da rua Tonelero. O episódio do assassinato do oficial, tal como em agosto de 1954, novamente servia como ponto de convergência das insatisfações de alguns oficiais militares, principalmente da Aeronáutica, com os rumos da política nacional.

Canrobert, em seu discurso, resumia o pensamento dos que apoiavam intervenção militar na política nacional perante as “novas ameaças” das “forças maléficas das paixões partidárias exarcebadas” e das “ambições descontroladas de indivíduos e grupos diversos”, que sempre conspiraram contra a união das Forças Armadas. Temiam o retorno do “regime de crônica instabilidade que, de longo anos, vem submetendo periodicamente as Forças

²³⁴ *Correio da Manhã*. 01 de julho de 1955. p. 12.

²³⁵ *Correio da Manhã*. 23 de junho de 1955. p. 16.

²³⁶ *Correio da Manhã*. 04 de agosto de 1955. p. 16

Armadas a tremendas e até mesmo sangrentas provas, de [...] sucessivas revoluções, intervenções e movimentos militares”.²³⁷

O general também conclamou os militares a lutarem contra a “pseudo legalidade, imoral e corrompida”, a corrupção generalizada nos meios públicos e o “criminoso fomento e agitação da massa trabalhadora”. Exigia o “saneamento dos quadros de nossa tão desacreditada administração pública e reforma de nossos lamentáveis costumes políticos” para se evitar “um futuro ainda prenhe de intranquilidade e desconfianças, de estereis agitações demagógicas e ódios destruidores, sempre e sempre renovados por interesses de corrupção insaciável, a cevarem-se incontidos no espetáculo eterno da desarmonia e da luta entre brasileiros, da desordem do país e da miséria do povo.”²³⁸

No Mesmo mês, também foi publicado no *O Jornal* uma declaração do general Cordeiro de Farias, que estava em sintonia com o descontentamento dos setores militares. Afirmava ele estar a nação vivendo em “estado de emergência”, pois não era um simples problema político que atravessava o país, mas “uma crise econômica, financeira e social”. Após análise da situação nacional, o general afirmou: “Não sou o que vulgarmente se denominaria de golpista, nem também sou um antigolpista. Sou, talvez, um realista”.²³⁹

O conceito de legalidade constituiu-se em campo de disputa dentro das Forças Armadas e refletiu os interesses políticos dos grupos militares e civis envolvidos no debate. Nos quartéis, o debate assumiu dimensão singular, para os militares “profissionais” da linha do general Lott, a legalidade estava estritamente vinculada à defesa da Constituição, independentemente dos grupos políticos que estivessem no poder. Já para aqueles que identificavam as Forças Armadas como um “quarto poder” na República, a legalidade e a democracia deveriam estar compatíveis com um determinado projeto de nação. Para este grupo, a legalidade não era um estado alcançável apenas pelo cumprimento da lei constitucional. Ela e a própria democracia estavam relacionadas à condição moral e à racionalidade política do povo, que, desde o Estado Novo, se encontravam corrompidas pelos direitos trabalhistas. Portanto, a intervenção era justificável e necessária.

De acordo com a historiadora Ângela de Castro Gomes, os setores conservadores militares e civis da época responsabilizavam a legislação trabalhista elaborada durante o

²³⁷ *Revista do Clube Militar*. Novembro/dezembro de 1955. p. 6-11.

²³⁸ *Revista do Clube Militar*. Novembro/dezembro de 1955. p. 6-11.

²³⁹ *O Jornal*. 14 de agosto de 1955.

Estado Novo, como o fator responsável pela corrupção da classe operária e de suas escolhas políticas. Interpretavam que a sociedade vivia uma inversão de valores onde a cidadania política tinha sido corrompida pela forma como o trabalhador alcançou a cidadania social – através de um ditador, ou seja, sem gozar dos direitos políticos. Desta maneira, os trabalhadores seriam manipulados e induzidos pelo Estado e seus representantes e não demonstravam nas urnas suas reais convicções políticas, pois estavam sob o domínio da emoção e não da razão.²⁴⁰

Para os que compartilhavam deste pensamento, o fim de Getúlio, em agosto de 1954, seria o início da “regeneração da democracia”. Mas a nova e salutar direção política vinha sendo prejudicada pela comoção promovida pela morte do ex-ditador. O momento dramático de sensibilidade nacional estaria sendo maquiavelicamente aproveitado pelos candidatos ligados à herança de Vargas. O sentimento teria sobrepujado a razão nas escolhas políticas do povo – o que seria inconcebível para a construção de uma verdadeira democracia.

Os discursos dos oficiais evidenciavam uma séria divisão no interior dos meios militares. As divergências não eram apenas entre as forças, mas dentro de cada uma delas. Não era privilégio do Exército abrigar tendências opostas dentro dos seus quadros. Em 23 de agosto, o almirante Silvio de Camargo, então comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, enviou um memorial ao ministro da Marinha, almirante Amorim do Vale. O almirante Camargo relatou grave divisão interna na Marinha e nas Forças Armadas e a radicalização dos grupos divergentes, além do clima tenso vivido pelo país às vésperas das eleições presidenciais. Eis trechos do memorial:

“[...] A minha preocupação como comandante geral do Corpo de Fuzileiros Navais, entretanto, continua viva porque a situação política se mistura com possíveis agitações militares, mesmo com iminente possibilidade de uma guerra civil. [...] V. Exa. como Ministro, a estas horas, sabe que já é público e notório: existe na Marinha um grupo que parecendo a mim agir fora dos quadros hierárquicos já que pela minha posição superior de comando nada sei, admite como única solução do atual problema político a implantação de um regime extra-legal, talvez como definido pelo jornalista Carlos Lacerda. [...] Essas agora [as Forças Armadas], Sr. Ministro, como V. Exa. Já sabe, assim divididas: um grupo, que se diz grupo de coronéis na linguagem popular, advogando uma solução extra-legal e mantendo uma propaganda disso fora da escola de comando, e que creio, mesmo, tendo um Serviço Especial de Informações e dizendo contar, praticamente, com todos os oficiais embarcados nos navios da

²⁴⁰ Ver: GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Esquadra, com parte da Força Aérea Brasileira e com percentagem pequena, mas extremamente energética, do Exército. [...] temo que as paixões políticas aliadas a um falso exame de forças e das funções da Forças Armadas no momento, levem parte da Marinha a iniciar o movimento armado apoiando um golpe de Estado, julgando-se, imediatamente vencedor. Temo, principalmente, que a título de se lavar a lama de uns poucos ensangüentando-se a nau, desencadeem-se as paixões, arrebentem-se os diques dos sentimentos primários, violentos e incontidos das massas [...]"²⁴¹.

Mas não era só a oposição direta aos candidatos que se manifestava e animava os sentimentos dos militares partidários de uma intervenção militar na política do país. Além do antigetulismo de alguns círculos militares, uma outra questão também pesava na relação entre as Forças Armadas e o Estado. Era a defasagem dos soldos dos militares de uma forma geral e a falta de equiparação entre os vencimentos das patentes, agravados pela lentidão da tramitação da lei de reclassificação, que se arrastava desde o governo anterior no Congresso. A reivindicação servia como mais um meio para canalizar ataques à ordem estabelecida.

Paralelamente à hierarquia das Forças Armadas, duas organizações compostas por militares atuaram ativamente e com grande autonomia, representando interesses dos dois grupos oponentes. Eram o Movimento Militar Constitucionalista (MMC) e a Cruzada Democrática, movimentos ideologicamente opostos que congregaram, em sua maioria, oficiais militares das três forças e agiram sistematicamente em nome de suas causas com grande grau de independência dentro da instituição militar. Pode-se afirmar que estas duas organizações atuaram dentro das Forças Armadas como verdadeiros partidos políticos e, desta forma, evidenciaram fissuras na instituição militar que estavam em sintonia com as próprias divisões dentro da sociedade civil.²⁴²

Os dois grupos se estabeleceram a partir das cisões verticais e horizontais apresentadas entre e dentro as três forças e mostraram ser a hierarquia das Forças Armadas, naquele momento, incapaz de traçar uma estratégia comum e representativa de todos os segmentos existentes, pois ela própria estava altamente dividida.

²⁴¹ Depoimento do Marechal Henrique Lott, prestado ao juiz da 11ª Vara Criminal a respeito do 11 de Novembro de 1955. Transcrito no jornal *Última Hora*. 28 de agosto de 1959. p. 4 e 10.

²⁴² Sobre o conceito de "partido militar" ver: ROUQUIÉ, Alain. "Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: estratégia de pesquisa e dinâmica institucional". In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. RJ: Record, 1980. p. 12

Articulado por oficiais do Exército no início de 1955, o MMC visava garantir a realização das eleições presidenciais e a posse dos candidatos. A organização congregava principalmente oficiais do Exército, mas também contava com o apoio de praças e, principalmente, sargentos das duas outras forças. Tinha na manutenção da legalidade o seu objetivo principal e por muitos oficiais era tido como um movimento de esquerda.²⁴³

Na maioria eram integrantes do MMC oficiais getulistas e nacionalistas, mas, sobretudo, legalistas, que não viam com agrado a atuação política de oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG). Na prática, o MMC era conduzido apenas por alguns oficiais do Exército. Na liderança estava o coronel José Alberto Bittencourt, que servia então na Inspeção Geral do Exército, “centro ativo conspirativo pela preservação do regime”, que estava sob o comando do general Zenóbio da Costa²⁴⁴, que não havia aceitado de bom grado a sua substituição do ministério da Guerra com o fim do governo de Vargas.²⁴⁵ Nelson Werneck Sodré, que na época servia no local e também ajudou na organização do movimento, descreveu a atmosfera da organização:

“Ali se operavam articulações, estabelecia-se contato entre elementos os mais diversos, armavam-se, desarmavam-se dispositivos, aconselhavam-se decisões – tudo a sombra do general Zenóbio da Costa. [...] Já não havia, na Inspeção, trabalho profissional, todas as energias, todas as horas eram destinadas à trama política.”²⁴⁶

Em sua atuação no meio político, o MMC articulou-se diretamente com o PSD, na luta pela manutenção das eleições e posterior posse dos eleitos. Segundo Amaral Peixoto, na época presidente do partido, houve uma intensa ligação da organização com o PSD, chegando o coronel Bittencourt, principal elo desta união, a receber apoio financeiro do

²⁴³ ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). Op.cit. pp. 3980-3982.

Para Oliveira Ferreira o MMC se constituiu a partir de uma crise de gerações entre coronéis e generais dentro do Exército: “[...] formou-se para assinalar aos generais que eram eles, os coronéis, que conduziam a tropa. Os coronéis do Exército não perdoavam aos generais o fato de não os haver consultado em 1954. Consideravam-se as peças-chave do mecanismo do relógio militar”. Contudo o autor não cita fontes que possam comprovar essa hipótese. FERREIRA, Oliveira S. *A vida e morte do partido fardado*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. p. 104.

²⁴⁴ Segundo Nelson Werneck Sodré, o cargo de Inspetor Geral do Exército, embora fosse pomposo o título, era esvaziado de sentido. “A função tornara-se necessária como abrigo de chefes muito antigos, e, ao mesmo tempo, aos quais não era desejável entregar comandos de força”. SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. (1967). p. 453.

²⁴⁵ Segundo o general Juarez Távora, Zenóbio da Costa, após saber de sua substituição, fez declarações à imprensa no dia 27 de agosto “defendendo-se de imputações que lhe teriam sido feitas e acusando os seus camaradas generais de haverem traído compromissos de honra para se apossarem do Catete”. TÁVORA, Juarez. Op.cit. p. 15.

²⁴⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. (1967). p. 497.

partido para fazer as ligações telefônicas, explicando a situação dentro das Forças Armadas e do próprio Palácio do Catete: “O MMC organizou uma espécie de serviço de espionagem – de informações, vamos assim dizer – dentro do Palácio do Catete, com funcionários antigos do Palácio, do tempo do Getúlio. Eles informavam para o partido tudo o que se estava passando”²⁴⁷.

Em sua tarefa de “mapear as ações do inimigo”, o MMC elaborava boletins informativos como o boletim “Sessão Solene no Clube da Aeronáutica (noite de 5/6 de Agosto)” – episódio no qual foi lembrado um ano de morte do major Vaz. Além de constar no boletim uma lista com os nomes dos oficiais que participaram da solenidade (maioria da FAB) e onde estavam lotados, o boletim faz uma análise do fervoroso discurso do General Canrobert, classificado como “nitidamente golpista”.²⁴⁸

Em agosto, o *Jornal do Comércio* de Recife publicou o “Manifesto de Apoio a Legalidade” de um grupo de oficiais do MMC que serviam no comando militar do Norte. O manifesto afirmava que “servir a nação não é tutelá-la” e, desta forma, fazia severa crítica aos militares que intervinham na política da nação por objetivos pessoais já de longa data – “revolucionário ontem e golpistas de hoje”. Ameaçava: “ninguém se iluda: estamos sobre um barril de pólvora e quem deflagrar a luta não conduzirá os acontecimentos! Que os ambiciosos acendam o estopim e verão os resultados!”. A decisão do grupo, que se via como “esmagadora maioria no seio do Exército”, era “manter a legalidade a qualquer preço”. O manifesto lamentava ainda “a atitude de alguns chefes militares, investidos de altos cargos, intranquilizando o país e desrespeitando preceitos disciplinares, oferecendo, assim, um péssimo exemplo aos seus subordinados” e, por fim, terminava com a advertência: “reafirmamos nossa integral confiança nos destinos do Brasil, cuja honra, integridade e instituições defenderemos com o sacrifício da própria vida!”.²⁴⁹

Eram claras a atuação política e a radicalização do movimento. Mesmo sendo legalista, a ação do MMC não agradava ao ministro da Guerra, que “não tolerava organizações paralelas à organização oficial”.²⁵⁰ De qualquer forma, o movimento pretendia apoiar o general enquanto ele defendesse a legalidade e a Constituição.

²⁴⁷ PEIXOTO, Augusto do Amaral. Entrevista CPDOC/FGV.

²⁴⁸ Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC.

²⁴⁹ *Jornal do Comércio*. Recife. 20 de agosto de 1955.

²⁵⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. (1967). p. 480.

A Cruzada Democrática era o contra ponto do MMC. Organização militar surgida em 1952, por conta da disputa nas eleições no Clube Militar, congregava oficiais como Juarez Távora, Góis Monteiro, Fiúza, Cordeiro de Farias e Canrobert da Costa – muitos ex-combatentes da FEB e pertencentes aos quadros de direção da ESG. Esses militares se identificavam pela oposição ao presidente Vargas e ao que sua política representava – monopólio estatal na exploração de recursos minerais, principalmente do petróleo, e a política de aproximação aos trabalhadores urbanos. Dominando a presidência do Clube Militar, de 1952 a 1956, a organização manteve relativo controle da instituição e tentou coibir manifestações políticas contrárias a sua orientação. Pregava um “nacionalismo racional” e alinhamento do Brasil aos EUA.²⁵¹

A Cruzada Democrática, aliada a setores civis, principalmente a UDN, esteve amplamente envolvida na crise política que culminou com o suicídio de Getúlio e na tentativa de não realização das eleições presidenciais de 1955. A integração entre militares e civis aumentava o grupo de oposição ao getulismo, ao trabalhismo e ao comunismo, unindo-o com a elite econômica interessada no privilégio do capital privado e estrangeiro e no alinhamento político e econômico aos EUA.²⁵²

É importante salientar que muitos militares da Cruzada Democrática ou simpatizantes de suas orientações tinham em comum o fato de pertencerem aos quadros da ESG, espaço por excelência de elaboração ideológica e de estratégias dos grupos civis e militares defensores de um projeto político e econômico liberal alinhado aos Estados Unidos e preocupados com a segurança nacional ante a ameaça externa e interna do comunismo.

Dessa forma, em fim de setembro, o campo de combate estava posto e as forças opostas tinham se alinhado. No interior das instituições militares haviam se consolidado verdadeiros partidos em torno das eleições presidenciais e, ao contrário da conhecida máxima do general Góis Monteiro, fazia-se política nas Forças Armadas. Aeronáutica e Marinha concentravam o maior número de oficiais que eram suscetíveis as propostas de intervenção militar. Nos meios militares, as organizações da sociedade civil encontravam ressonância para suas aspirações de golpe ou para a defesa do ideal legalista e a imprensa tinha se transformado em *front* de batalha.

²⁵¹ ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). [et al]. Op.cit. pp.1725-1726.

²⁵² CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. Op.cit. p. 81.

Finalmente, no dia 3 de outubro de 1955, apesar do clima tenso e das acusações mútuas, as eleições foram realizadas. Transcorreram pacificamente. O general Lott, que havia pronunciado várias vezes à imprensa e aos políticos que, se o Superior Tribunal Eleitoral chamasse os militares à defesa da ordem, suas tropas estariam às ruas em 3 de outubro para garantir o pleito eleitoral. Assim o fez:

“Tomamos providências para que [houvesse] em todo o Brasil plena segurança para o eleitor ir até os locais de votação sem que ninguém o ameaçasse, prejudicasse ou dificultasse o exercício de seu direito e dever de voto, colocando em vários lugares nossa tropa postada de modo a que ninguém pudesse atrapalhar as atividades eleitorais. Um dos ministros, o ministro da Justiça, disse que aquela tinha sido a eleição mais correta até então havida no Brasil. Então estava tudo às mil maravilhas. [...] Essa tinha sido uma eleição respeitável.”²⁵³

Com expressiva abstenção eleitoral, 40%, que pode ser justificada, em parte, pelo cadastro eleitoral não atualizado, Juscelino venceu as eleições com uma estreita margem de votos, 33,8% - Juarez Távora chegou a 28% e Ademar de Barros 24%. Na disputa pela vice-presidência, Goulart despontou com 39,5% dos votos, derrotando Milton Campos, com 37,2% e Danton Coelho, com 12,5%. Saía vitoriosa a chapa PSD e PTB.²⁵⁴

A realização das eleições não significou o fim da disputa entre as forças políticas, civis e militares. Se o processo para as realizações das eleições tinha se dado através de pequenos embates, a grande batalha ainda estava por vir. A corrente antigetulista tinha perdido a sua chance de tomar o poder através das regras do jogo democrático e agora, mais do que nunca, passaria a elaborar estratégias mais radicais para impedir a posse dos eleitos. Já os que agiram a favor do cumprimento da Constituição viam com urgência a necessidade de garantir a posse de JK e Jango, em janeiro do ano seguinte.

O MOVIMENTO 11 DE NOVEMBRO: ASCENSÃO POLÍTICA DE LOTT E CISÃO NAS FORÇAS ARMADAS

Depois do resultado eleitoral, as estratégias de disputa dos grupos civis e militares foram radicalizadas. A oposição tentou recursos jurídicos nos tribunais pela anulação das eleições. Os argumentos para a ação legal eram dois: a não validade dos votos dos comunistas, por não existir legalmente o partido, e a tese da maioria absoluta.

²⁵³ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.31.

²⁵⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Op.cit. pp. 111-112.

Mas não foi somente no campo legal que se deu o embate. As idéias de rompimento institucional ganharam forças nas vozes não só de Lacerda e dos militares alinhados pela idéia de intervenção. Diferentemente da crise de agosto de 1954, quando praticamente a totalidade da imprensa foi a favor de uma solução legal para a crise política – afastamento de Getúlio sem um golpe militar –, alguns jornais, em 1955, além do próprio *Tribuna da Imprensa*, apoiaram medidas extralegais, principalmente *O Globo*, *Diário de Notícias* e *O Estado de São Paulo*.²⁵⁵

Circulavam pelo país reportagens e artigos “contra a volta dos ladrões e peronistas”.²⁵⁶ Em 5 de outubro de 1955, mesmo antes de ser declarado o resultado oficial das eleições, Lacerda publicou um apelo às Forças Armadas em nome de uma revolução que instaurasse “uma legalidade de tempo de crise”, para afastar a “podridão” e a “falsa democracia”. O deputado radicalizava e cobrava uma atitude dos militares:

“A inércia das forças encarregadas da preservação dos valores fundamentais da República permitiu o estabelecimento e consolidação, no país, notadamente a partir de 1937, desses grupos políticos que se fixaram nas fontes do Poder e nessas encontraram recursos para continuar a pleiteá-lo e a obtê-lo tantas vezes quantas lhes for permitido usar tais meios para alcançar tais fins”.²⁵⁷

O Clube da Lanterna, no dia 13 do mesmo mês e no mesmo jornal, publicou uma declaração assinada pelo seu presidente, Amaral Netto, que conclamava o povo a “impedir a todo custo a volta dos gregórios”. Igualmente denunciava a “falsa legalidade” que vivia o país contra a “vitória do 24 de agosto”, data do suicídio de Vargas e que deveria ter sido o “princípio de uma limpeza exemplar”. E terminava por instigar as Forças Armadas: “Aí estão eles [JK e Jango]. A espera das continências dos generais, dos almirantes, dos brigadeiros, continências que, se Deus quiser, não serão dadas, para a honra do Brasil e de suas tradições”.²⁵⁸

A radicalização não partiu somente da oposição. Apesar de ir contra a ordem do próprio ministro da Guerra, militares que defendiam o regime legal também faziam as suas declarações e organizavam as suas forças. Datando do dia 15 de outubro, um boletim

²⁵⁵ Os jornais que mantiveram a linha de defesa da legalidade foram, principalmente, os jornais *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *O Jornal* e *Folha da Manhã*. Para uma melhor compreensão do comportamento da imprensa diante da crise política de 1955, ver: ABREU, Alzira Alves. *Crise e sucessão 1954-1955: o papel da imprensa na formação de uma identidade política*. RJ: CPDOC /FGV, 1995.

²⁵⁶ *Tribuna da Imprensa*. 8-9 de outubro de 1955.

²⁵⁷ *Tribuna da Imprensa*. 05 de outubro de 1955. pp. 1 e 4.

²⁵⁸ *Tribuna da Imprensa*. 8-9 de outubro de 1955. p.1.

especial do MMC, *Boletim n°1*, de autoria do general Zenóbio da Costa, circulou pelos meios militares e posteriormente foi publicado pela imprensa. Nele, o general defendeu a manutenção da legalidade, “o Exército não está inerte nem ficará inerte diante de nenhuma ameaça às Instituições”, e conclamou a Marinha, a Aeronáutica e a imprensa, a lutarem juntos ao general Lott, o “único e incontestável chefe na defesa das Instituições”.²⁵⁹ Tal declaração custou a Zenóbio, a pedido de Café Filho, a exoneração do cargo de inspetor-geral do Exército. Na mesma ocasião, Lott igualmente solicitou ao presidente a exoneração do general Alcides Etchegoyen, então inspetor da Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea do Exército, que havia se pronunciado contrário à posse de Juscelino e Goulart. Assim procedeu Café Filho.²⁶⁰

Outro documento que demonstra a identidade e a radicalização do principal grupo militar defensor da manutenção da legalidade era o *Boletim de Informações N° 11*, do MMC. O documento faz um resumo da história política nacional a partir de agosto de 1954, quando, segundo seus autores, “subiu ao Governo um conjunto que podemos chamar de ‘udeno-corono-golpista’, pois tudo resultou de uma conspiração e conseqüente ‘golpe de Estado’ planejado e desfechado por elementos daquelas 3 procedências”: coronéis udenistas e golpistas. Os militares do movimento se colocavam contrários ao governo estabelecido após a morte de Getúlio e condenavam os militares que conduziram a crise de 1954 e que assumiram o poder com Café Filho.

Ainda no documento, o tópico “Situação futura” faz uma série de previsões quanto ao comportamento dos grupos civis e militares golpistas, caso JK, principalmente, ou Ademar de Barros, vencessem as eleições, e dá especial atenção ao caso de Goulart. Assim estão resumidas de forma bem elucidativa as possíveis dificuldades a serem enfrentadas, até a posse:

“Esse período se prestará a tumultuação (...). Tudo será feito para demonstrar que houve ‘fraude e corrupção’ em tal escala que os resultados do pleito não correspondem à realidade. (...) os resultados sejam incriminados de ‘ilegítimos’ (...). O Bloco udeno-corono-golpista tem esperanças de que o candidato Juarez poderá, se

²⁵⁹ *Boletim N° 1* (Zenóbio da Costa). 15 de outubro de 1955. Arquivo Getúlio Vargas /CPDOC. Seguindo a mesma linha, outra declaração que repercutiu na imprensa foi a do major brigadeiro Netto Reis. Publicada em 5 de novembro de 1955, no *Correio da Manhã*, afirmava que os militares deviam ficar alheios à política, e prestigiar as normas constitucionais e respeitar a opinião pública. Não acreditava o major na ameaça de golpe militar, pois havia muita gente que “fala em nome das Forças Armadas fingindo um prestígio que não possui”. p.14.

²⁶⁰ *Correio da Manhã*. 19 de outubro de 1955. p. 14.

derrotado, ingressar nas suas hostes e tornar-se o chefe militar que precisam. (...) a emenda de colegiado deverá estar agitando o Congresso. Esforços finais serão feitos para que os Ministros Militares sejam arrastados na crista da onda. Finalmente, o propalado acordo com os comunistas, o MNPT, e o nome de Jango Goulart serão os motivos mais visados para agravar a situação. Nesta altura, o *Plano Cohen n°2* (grifos meus) estará pronto para ser usado. (...) Mais provável é um golpe branco, à semelhança do de 37, na presunção que um bluff (como o de Agosto) dê resultado (...).²⁶¹

O boletim faz importante apanhado do pensamento daqueles militares legalistas envolvidos no MMC. Identificados por seus opositores e pela própria historiografia como getulistas, seus integrantes condenavam o Golpe de 1937 e a fraude do suposto plano Cohen, que o justificou, associando essa estratégia aos que agora, em 1955, reconhecidamente anti-getulistas, apoiavam medidas de intervenção na política.

O documento ainda prevê as estratégias para efetivação do golpe e os possíveis tipos de governo que poderiam ser constituídos a partir dele. O item importante para entendermos a identidade do grupo, constituído de forma ativa no meio militar, mantendo-se em alerta e traçando estratégias de atuação dentro das Forças Armadas e no meio político, é a existência de orientações para que os “soldados da legalidade” se mantivessem em guarda e prontos para defender a Constituição: “se mantenha permanentemente montado e em alerta, tal como está...”.²⁶²

Apesar da radicalização da disputa no seio das Forças Armadas, o ministro da Guerra tentava a todo custo manter a ordem e a calma no ambiente militar, punindo as declarações de ordem política e afirmando sempre o caráter legalista da instituição. Em uma solenidade chegou a declarar:

“A sociedade só pode proporcionar aos seus membros condições de vida digna, de liberdade e bem estar, com o funcionamento perfeito do seu conjunto de regras e normas no qual se sustenta, tendo como base a carta Magna. Em todas as circunstâncias e em qualquer situação, nós militares devemos estar dispostos ao sacrifício máximo, o risco da própria vida, para manter esses princípios e defender a nossa Constituição”.²⁶³

Ainda no período de apuração dos votos, Lott foi procurado pelo brigadeiro Eduardo Gomes e pelo o almirante Amorim do Vale, a fim de que juntos interviessem para que o

²⁶¹ *Boletim de Informações N° 11* (MMC). 10 de setembro de 1955. Arquivo Getúlio Vargas/CPDOC.

²⁶² *Boletim de Informações N° 11* (MMC). 10 de setembro de 1955. Arquivo Getúlio Vargas/CPDOC.

²⁶³ *Correio da Manhã*. 22 de outubro de 1955. p. 14.

princípio da maioria absoluta prevalecesse. O brigadeiro apresentou ao general o artigo nº 1 da Constituição, “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”, e argumentou que estava implícita nessa lei a tese da maioria absoluta. Mas a resposta do general não agradou os chefes militares:

“Pessoalmente, sou inclinado à adoção desse princípio, que reveste a autoridade do Presidente de maior garantia. Mas não sou especialista, não sou autoridade no assunto. Meu ponto de vista era e é que nós, militares, não devíamos manifestar nossa opinião acerca de problemas dessa ordem. Voltei a posição que sempre defendi, que sustenta que a nós nos cabe respeitar os julgados da Justiça Eleitoral e nada mais, quaisquer que sejam esses julgados. Mas [afirma Lott] o Ministro Eduardo Gomes insistia (...) respondi ao Brigadeiro que eu não podia desenvolver tais demarches, que desrespeitariam a independência da Justiça. (...) Naturalmente, diante de minha decisão, o Brigadeiro Eduardo Gomes não gostou. Nossas relações cordiais continuaram, mas o Almirante Amorim do Vale, posto ao corrente que se passara, tornou-se mais reservado comigo”.²⁶⁴

A crise estava consolidada e a polarização dos grupos militares estava definida. Mas a gota d’água para a eclosão do choque entre as forças opostas foi no dia primeiro de novembro de 1955, durante o enterro do chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Canrobert. Na solenidade realizada sob forte chuva, o coronel Jurandir Bizzarria Mamede, destacado udenista, proclamou, em nome da diretoria do Clube Militar, um fervoroso discurso no qual fazia alusões a uma fala do próprio general falecido, na cerimônia de um ano da morte do Major Rubens Vaz. Na ocasião, o falecido general havia atacado a legitimidade da democracia brasileira. Para Mamede, o pronunciamento de Canrobert tinha sido sem dúvida extralegal, mas “plenamente justificado pela moral e pela razão ante o imperativo das circunstâncias, a fim de vencer, como se impunha, a crise trágica de agosto de 1954”.²⁶⁵

Mamede acusou estar vivendo a nação uma “legalidade imoral e corrompida” criada por um sistema político desonesto e questionou o resultado das eleições:

“Não será por acaso indiscutível mentira democrática, um regime presidencial, que dada a enorme soma de poder que concentra em mãos do Executivo, possa vir a consagrar, para a investidura do mais alto mandatário da nação, uma vitória da minoria? Não será também, por acaso, pseudolegalidade patente, aquela que ousa

²⁶⁴ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. 19 de novembro de 1955.

²⁶⁵ SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984. pp. 104-106.

legitimar-se para defesa intransigente de um mecanismo adrede preparado para assegurar, em toda a sua plenitude, o voto do analfabeto proibido por lei?”²⁶⁶

O discurso do coronel, que não estava escalado para se pronunciar, causou o constrangimento de alguns e o entusiasmo de outros. O general Lott, que se encontrava na cerimônia, se sentiu profundamente contrariado e logo pensou em prender Mamede, mas julgou que não era aquele o local apropriado para uma punição disciplinar – enquanto Carlos Luz cumprimentou efusivamente o coronel, o que contrariou mais ainda o general.²⁶⁷

Lott julgou o discurso de Mamede um grave ato de indisciplina que poderia comprometer a unidade das Forças Armadas. Decidido a punir Mamede, o general, na mesma noite do enterro, tentou entrar em contato com o presidente da República. Julgava que, por estar servindo na ESG, o coronel não estava sob o seu comando, pois a escola estava subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, que, por sua vez, estava subordinado diretamente à presidência da República. Porém, não conseguiu encontrar Café Filho²⁶⁸.

No dia 3 de novembro, ao procurar novamente Café Filho, Lott foi informado de que o presidente tinha sofrido um acidente cardiovascular e encontrava-se internado no Hospital dos Servidores do Estado, incomunicável. No dia seguinte, o general procurou o brigadeiro Gervásio Duncan, que ocupava o cargo de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e questionou-o se pretendia punir o coronel Mamede por seu ato de indisciplina. A resposta

²⁶⁶ Revista Manchete. 19 de novembro de 1955.

²⁶⁷ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. 19 de novembro de 1955. e LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott* (depoimento, 1978). Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. p.75.

²⁶⁸ Lott, pelo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), poderia enquadrar o coronel, apoiado no artigo 10 e 37. Segundo o primeiro, estão sujeitos ao RDE todos militares da ativa, enquanto o último define que é da competência do ministro da Guerra aplicar penas a todas as pessoas sujeitas ao RDE. Na entrevista à *Revista Manchete*, de 19 de novembro de 1955, o general afirmou já saber dessa possibilidade quando solicitou ao presidente em exercício a punição de Mamede, mas preferiu “agir como se faz no Exército, quando um chefe pretende punir um subordinado que escapa à sua área para cair no setor de outro chefe”. Porém, em entrevista ao CPDOC, vinte e três anos depois, diz que, na época do caso Mamede, desconhecia esse detalhe.

Em 10 de novembro de 1955, o *Correio da Manhã*, em matéria intitulada “Para o Presidente da República ler”, reproduziu dois dispositivos que, segundo o jornal, poderiam auxiliar o presidente em exercício na solução do caso Mamede. Eram os artigos 37 do regulamento da ESG e o artigo 41 do RDE. O primeiro determinava que “o pessoal do corpo permanente deverá em princípio servir na Escola pelo prazo de um a três anos”, sendo que Mamede já servia há cinco anos. O segundo determinava que “a autoridade que tiver de punir subordinado em serviço ou à disposição de outra autoridade requisitará a apresentação do infrator, devendo tal requisição ser atendida sem demora”. p.16.

foi negativa. Desta forma, Lott informou a Duncan que lhe mandaria uma notificação, pedindo a volta do coronel Mamede aos quadros do Exército.

O discurso de Mamede não tinha incomodado somente o general Lott. No dia 5 de novembro, oficiais do Exército sediados em Recife enviaram um telegrama ao presidente do Clube Militar, cargo que passaria a ser ocupado pelo general Leonardo de Campos, com a morte de Canrobert, protestando contra o pronunciamento de Mamede²⁶⁹.

Nesse mesmo dia, o MMC expediu um novo comunicado, o *Boletim Confidencial n° 12*, fazendo um balanço da correlação de forças entre os grupos militares. Publicado no jornal *O Semanário*, em julho de 1957, o boletim apresenta riquezas de detalhes e acertadas previsões dos acontecimentos que se sucederiam nos próximos dias.²⁷⁰

Além da análise da situação político-militar então vivida, na qual são identificados os oficiais e os civis comprometidos com as ideias de golpe, o boletim ajuda a entender um pouco mais a identidade política daqueles militares que fizeram parte da organização. Quando o documento relaciona o tipo de operação e o tipo de governo a serem implementados pelos “inimigos”, traçam-se preocupações que vão além da questão legalista. São expostos temas em sintonia com demandas de setores nacionalistas da época que tinham algum grau de identificação com a herança política popular e nacionalista deixada por Vargas em seu segundo governo. São citadas questões como a preocupação com as conquistas operárias adquiridas, a revisão da legislação trabalhista, a presença de empresas estrangeiras dentro da economia nacional e a extinção de um dos principais símbolos da luta nacionalista, a Petrobrás.

Estas demandas faziam parte de uma identidade tida pelos setores conservadores da época como uma orientação de esquerda e contaminada pelo comunismo, já que era o PCB o partido mais radical na defesa desses interesses. Mas era a pauta do nacionalismo que se construía exigindo um capitalismo mais humano. Ao longo do final da década de 1950 e início da década de 1960, esta ideologia conheceria os caminhos da radicalização.

Retornado ao caso Mamede, o general Lott, que tinha resolvido esperar o restabelecimento do presidente Café Filho, no dia 6, recebeu em sua residência Carlos Luz, que, como presidente da Câmara dos Deputados, desejava um relatório geral da situação do

²⁶⁹ *Correio da Manhã*. 8 de novembro de 1955. p.16.

²⁷⁰ A transcrição completa do documento pode ser também encontrada em: COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. Em 30 de janeiro de 1959 o general Lott foi transferido para a reserva remunerada no posto de marechal.

Exército. E assim Lott o fez especificando a existência de três correntes no seio militar. O general se identificava com o “grupo moderado”, contrário a qualquer medida extralegal e apontava dois grupos que perigosamente radicalizavam em direções opostas:

“Informei-lhe, outrossim, que havia um grupo, pequeno mas muito atuante, que desejava a intervenção militar, para suspender o regime. Por outro lado, um segundo grupo se mostrava violentamente contra esse grupo. E contra era também o grupo de oficiais a que se pode chamar de moderado e ao qual pertencia eu próprio, de respeito a Constituição e muita cautela para não ferir as Forças Armadas.”²⁷¹

O general também aproveitou a ocasião para expor o problema do caso Mamede e afirmou a necessidade, para a manutenção da unidade militar, do enquadramento do coronel.²⁷² Lott resolveu aguardar novamente o desdobramento dos acontecimentos e, no dia 8 de novembro, junto a outros ministros, compareceu ao hospital onde se encontrava internado o presidente Café Filho, que, por motivos do agravamento do seu quadro de saúde, não pode recebê-los. Muitos desconfiaram de que o presidente havia se ausentado para possibilitar a atuação livre daqueles que preconizavam o golpe, mas em nenhum momento Lott duvidou sobre a gravidade do estado de saúde do presidente.²⁷³

A suposta doença de Café Filho não o permitiu participar do desenvolvimento da crise político-militar produzida pelo discurso do coronel. No mesmo dia 6 de novembro, Café Filho passou a direção do governo a Carlos Luz, que tomou posse imediatamente e mandou reunir os ministros do governo para lhes informar a manutenção de suas respectivas pastas. O ministro da Guerra, após a reunião, solicitou uma audiência particular com o presidente recém-empossado, a fim de cobrar uma solução para o caso Mamede. Lott, diante dos acontecimentos, previa a orquestração de uma situação para o seu afastamento do ministério da Guerra, já que era o único a cobrar a punição do coronel, e, o mais importante, o único ministro militar disposto a respeitar os resultados das eleições:

“Ao final não sou um ingênuo. Aos 60 anos de idade, não poderia ser um tolo incapaz de ligar os fatos. Lacerda compareceu à posse do dr. Luz, verificada dois dias depois do nosso encontro. (...) Eu já sabia que já se tratara antes de outra manobra para obter o meu afastamento. (...) Era pelo menos o que se dizia. (...) Tinha tido, antes uma discussão com o Almirante Amorim do Vale. Ele, como o Brigadeiro Eduardo Gomes, batia-se por uma participação ativa do Exército no problema político. O jornalista Carlos Lacerda era, na imprensa o porta-voz dessa posição. Provavelmente,

²⁷¹ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. 19 de novembro de 1955.

²⁷² SILVA, Hélio. Op.cit. pp. 109-110.

²⁷³ Entrevista do Marechal Lott ao jornal *Folha de São Paulo*. 28 de setembro de 1980.

se vingasse a medida, seria esse jornalista o mentor dos militares que iam empolgar o governo, para mais um desastre, como aconteceu, por exemplo em 1930.”²⁷⁴

Na audiência, o general expôs a necessidade do enquadramento do coronel, pois a situação, então muito explorada pela imprensa, tornara-se insustentável e ameaçava a disciplina do Exército. Para Lott “o cel. Mamede estava como uma criança mimada, agarrada às saias da avó, a fazer caretas para o pai... Com isso, sofria danos irreparáveis o elo básico do Exército, que era a disciplina”.²⁷⁵

Carlos Luz afirmou que não pretendia tomar nenhuma decisão no momento e que ainda desejava consultar outros chefes militares sobre o assunto. No dia 10 de novembro, o presidente recebeu a resposta referente a sua consulta. Segundo os comandos do EMFA e da ESG, não teria constituído um ato de indisciplina o discurso do coronel. O documento concluía que o posicionamento tomado pelo ministro da Guerra “passou a assumir, assim, por si só, o caráter de uma punição e representar uma diminuição para a autoridade desta chefia.”²⁷⁶

No mesmo dia 10 de novembro, Luz chamou Lott para uma nova audiência, marcada para as 18 horas, no Palácio do Catete. Chegando com sete minutos de atraso, o ministro da Guerra foi conduzido a um salão ao lado da sala de despachos do presidente, no segundo pavimento do palácio. Recorda o general: “Vi então com surpresa, que várias pessoas que ali se encontravam eram recebidas, enquanto eu esperava. (...) Afinal, apesar da hora previamente marcada, fui atendido 1,30 horas, ou talvez 1,40 horas depois das 18 horas.”²⁷⁷

Na conferência, Lott dispensou a exposição dos fatos que motivavam aquele encontro, então iniciado pelo presidente. Desta forma, Luz partiu para a apresentação do parecer elaborado por Temístocles Cavalcanti, consultor-geral da República, sobre as competências da autoridade do presidente da República em relação aos assistentes da Escola Superior de Guerra. O parecer confirmava que o coronel Mamede estava totalmente fora da jurisdição do ministro da Guerra.²⁷⁸

²⁷⁴ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. Op.cit.

²⁷⁵ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. Op.cit.

²⁷⁶ Resposta do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas à consulta de Carlos Luz sobre o Caso Mamede. 10 de novembro de 1955. SILVA, Hélio. Op.cit. pp.111-112.

²⁷⁷ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. Op.cit.

²⁷⁸ Assistentes da Escola Superior de Guerra. Nomeação. Requisição da autoridade. Competência do Presidente da República. Nº de referência- 185 – X. 10 de novembro de 1955. SILVA, Hélio. Op.cit. pp.113-117.

O general Lott afirmou que a audiência de um civil sobre matéria disciplinar do Exército era inútil, “pois a disciplina só se aprende servindo, comandando e sofrendo, dentro do Exército”. O general assegurou que só a decisão do presidente lhe interessava e relembrou as quatro hipóteses expostas por ele no último encontro que tiveram. Assinalou ser a volta do coronel para os quadros do Exército a por ele preferida, pois não queria manchar a folha daquele “brilhante oficial que prestou grandes serviços ao Brasil, e participou dos campos de batalha da Europa, com inegável bravura e eficiência”. Concluindo, Lott frisou que, se o caso Mamede não fosse resolvido dentro do esquema apresentado, ele disponibilizaria o cargo de ministro da Guerra.²⁷⁹

Carlos Luz afirmou ao general que não havia nada a punir. Então, imediatamente, Lott perguntou a quem deveria passar a pasta da Guerra. O presidente lhe apontou o nome do general Fiúza de Castro – que já se encontrava no Palácio do Catete, pronto para assumir o cargo – e teceu elogios sobre esse oficial. Lott fez detalhadas considerações a Carlos Luz sobre o perigoso posicionamento político de Fiúza – chefe de um grupo dentro do Exército e ativo participante nos acontecimentos de agosto de 1954, e, que por este mesmo motivo, não tinha ocupado o ministério da Guerra, quando Café Filho montou o seu ministério. Por fim, fez ressalvas ao presidente ao atentar “para o fato de submeter um oficial mais moço do que o General Fiúza, mas igualmente respeitável e respeitado, àquela prova de deixar a pasta por coerência de atitudes, enquanto seu substituto a assumia para permitir a quebra da disciplina”. E conclui com a seguinte frase: “o General Fiúza merece mais consideração e melhor sorte”.²⁸⁰

A presença de Fiúza no Palácio do Catete e a circulação, no mesmo dia, do *Diário Oficial* com a nota confirmando a exoneração de Lott do Ministério da Guerra deixavam explícita a intenção de Carlos Luz em afastar o general.²⁸¹ Estava iniciado o confronto direto entre os dois grupos militares. A unidade das Forças Armadas, principalmente no Exército, estava ferida, um general tinha sido derrubado por um coronel. O ultraje a que foi exposto Lott foi encarado pelos militares, ligados ao ministro, como uma ofensa do presidente da República ao Exército.

²⁷⁹ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. Op.cit.

²⁸⁰ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. Op.cit.

²⁸¹ *Diário Oficial*. 10 de novembro de 1955. p. 20749.

Lott não contava só com o apoio de oficiais. Era grande o seu prestígio entre os sargentos do Exército – muitos generais já haviam reclamado que ele tratava melhor os sargentos do que os generais.²⁸² Os sargentos das três forças, principalmente do Exército e da Aeronáutica, se encontravam organizados em associações regionais que proporcionaram a construção de uma identidade política comum na luta por reivindicações da corporação e uma sólida rede de comunicação, a maioria apoiava o general. Enquanto Lott aguardava ser recebido pelo presidente no Palácio do Catete, um grupo de sargentos da Aeronáutica, reunidos na Cinelândia (RJ), aguardava os acontecimentos. O sargento Jessé Ferreira Falcão, da sede do governo comunicava os acontecimentos aos seus colegas e, quando a demissão do ministro da Guerra foi dada por certo, avisou: “o cavaleiro caiu do cavalo”.²⁸³

Ao disponibilizar o ministério, Lott recusou a passar imediatamente a pasta para Fiúza como este desejava. Afirmou que ainda precisava redigir o seu boletim de despedida e que faltavam algumas providências para abandonar o seu posto. Desta forma, acertaram para as 15 horas do dia seguinte, 11 de novembro, a transferência de cargo²⁸⁴.

Ainda na noite do dia 10, já em sua casa, o general Lott entrou em contato, através de um telefone de campanha (instalado para se precaverem de interferências ou escutas), com o general Odílio Denys, comandante da Zona Militar Leste (RJ), que era o seu vizinho no bairro do Maracanã, e que horas antes esteve em sua residência a sua espera. Denys se dirigiu para a residência de Lott e o alertou para as consequências de sua demissão. O comandante avisou que iria se demitir do seu cargo e que, como ele, outros comandantes tomariam a mesma decisão. Por fim, Denys afirmou estarem as tropas da Marinha e da Aeronáutica de prontidão e questionou se Lott não desejava que o Exército fizesse o mesmo.²⁸⁵

Lott, após expor para Denys como lhe era inconveniente transpor os limites da legalidade, mesmo que para defendê-la, respondeu: “A Marinha e a Aeronáutica têm um número de militares relativamente pequenos aqui no Rio; mas o Exército é muito grande,

²⁸² FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. Op.cit. p. 452.

²⁸³ Depoimento do sargento anistiado da FAB José Maria dos Santos ao professor Jorge Ferreira do departamento de História da UFF. LABHOI/UFF.

²⁸⁴ “Depoimento de Lott”. Revista Manchete. Op.cit.

²⁸⁵ “Depoimento de Lott”. Revista Manchete. Op.cit.

possui muitos quartéis, e a população vai ficar assustada com uma prontidão. Não devemos, sem motivo plausível, estar deixando a população atemorizada”.²⁸⁶

Naquela mesma noite, o general Lott recebeu a inesperada visita de um grupo de sargentos que afirmavam a necessidade de agir e lhe informaram que as tropas se encontravam em prontidão a espera de suas ordens.²⁸⁷ Um importante elemento, para a mobilização daqueles praças e oficiais que se solidarizaram ao general Lott, era a honra do representante do Exército, que tinha sido maculada por elementos civis e pela hierarquia militar quebrada. Para muitos, esses pontos eram mais importantes que qualquer questão legal.

Após as conversas daquela noite, Lott foi tomado por questionamentos que não lhe permitiram dormir, como ele próprio relatou:

“Não dormi. Passei cerca de quatro horas insone, com o coração aos pulos, cheguei até recear que algo me fosse acontecer, apesar da rijeza de meus 60 anos.... Foi aí que vivi bem o dilema a que meu amigo Canrobert se referiu no seu discutido discurso. Conformar-me, aceitar minha demissão como um fato consumado a que nada deveria opor, ou rebelar-me? A paixão da legalidade me impedia qualquer gesto que importasse em quebra das normas constitucionais. Mas, por outro lado, meditava: minha demissão viria permitir a substituição de camaradas experientes e menos apaixonados por elementos exaltados, partidários da solução ilegal. A legalidade estava, assim, ferida de morte, e sem possibilidade de uma defesa imediata e eficiente. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica viriam a cair nas mãos dos comandantes favoráveis ao golpe nas instituições e, acima deles, um Presidente da República interino alimentava a mesma intenção de suspender as garantias democráticas, negando o pronunciamento livre nas urnas. (...) marcharíamos a passo largos para a guerra civil e a anarquia. Tudo isso seria consequência de minha conformação naquele momento. Mas havia uma alternativa: sair temporariamente do quadro legal para chefiar um movimento que afastasse o Presidente moralmente incapaz de exercer as altas funções, assim como outras autoridades militares favoráveis à solução ilegal”.²⁸⁸

Diante das invocações feitas por grupos de oficiais e praças solidários ao general, Lott, segundo entrevista, chegou à conclusão de que, naquele momento, além de militar, ocupava um cargo político e estava em suas mãos a responsabilidade de evitar uma guerra civil, que seria consequência da reação à ação dos militares que desejavam um golpe militar. Em

²⁸⁶ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.77.

²⁸⁷ Depoimento do sargento anistiado da FAB José Maria dos Santos ao professor Jorge Ferreira do departamento de História da UFF. LABHOI/UFF.

²⁸⁸ “Depoimento de Lott”. Revista Manchete. Op.cit.

novembro de 1955, se o general Lott aceitasse o seu afastamento, todos aqueles que estavam em sua órbita também seriam afastados e, conseqüentemente, seus ideais anulados.

Aceitando o compromisso com os oficiais e praças que o apoiavam, o general Lott vestiu a farda, telefonou para o general Denys e lhe disse que estava decidido a agir. Saíram imediatamente para o ministério da Guerra no carro do general Denys, no qual estavam também, para surpresa de Lott, um oficial do comando militar Leste e o general Falconiere, comandante da Zona Militar Centro (SP).²⁸⁹

Do Palácio Duque de Caxias, Lott começou a dar as ordens necessárias para o movimento legalista. Embora a Marinha e a Aeronáutica estivessem de prontidão desde a noite do dia anterior, o Exército não estava em desvantagem em relação a essas forças. Lott, em entrevistas posteriores, declarou que, mesmo vivendo um “drama de consciência” por não apoiar medidas de intervenção das Forças Armadas, guardava em “suas gavetas” planos elaborados desde julho de 1955, prevendo a hipótese de uma ação armada do Exército, diante da tentativa da Marinha e da Aeronáutica tentarem um golpe militar:²⁹⁰

“Como naquela ocasião o governo estava sediado no Rio de Janeiro, e a situação do I Exército [Zona Militar Leste] era da maior importância para a manutenção da ordem constituída, dei ordem ao general Denys para que preparasse para eventualidade de um movimento armado da Marinha e da Aeronáutica. O I Exército deveria agir prontamente, ocupando os postos onde se esperava que viriam reunir-se os possíveis adversários de modo que pudéssemos abafar o seu movimento antes que ele se estendesse. Determinei, além disso, que expedisse ordens de constituição de certo número de destacamentos, entregando a cada um desses destacamentos uma missão e trouxesse as ordens para eu ver. Ele assim procedeu com seus auxiliares. Li o conjunto das ordens e fiz algumas modificações (...) Deveria ser feita uma combinação das tropas em que o cidadão trabalhasse com elementos que ele já conhecesse. Feitas essa modificação, as ordens foram datilografadas, seladas e guardadas como secreto. Ordens prontas para serem expedidas em caso de necessidade. Quando tomei a decisão, logo que cheguei ao quartel general, o general Denys expediu todas essas ordens”.²⁹¹

O comando do general Denys foi fundamental para a realização dos planos da “Operação Formiga”.²⁹² Mesmo antes da tomada de decisão do general Lott, este general,

²⁸⁹ “Depoimento de Lott”. Revista Manchete. Op.cit. e LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.77-78.

²⁹⁰ “Depoimento de Lott”. Revista Manchete. Op.cit. e LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.77-78.

²⁹¹ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. pp.77-78.

²⁹² COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. p. 303.

consciente da existência dos planos elaborados, já tinha convocado os comandantes das grandes unidades para tomarem as providências preliminares. Porém, o que parece ter motivado Denys não foi a possibilidade de rompimento da legalidade, com a instauração de um golpe que impediria a posse dos eleitos ou apenas o desprestígio do general Lott.

Denys, tal como Lott, já havia diagnosticado dentro das Forças Armadas dois grandes grupos opostos que radicalizavam suas posições e que colocavam em ameaça a coesão militar. A situação tinha se tornado explosiva com a exoneração do ministro da Guerra, situação que indignou as tropas e insuflou o MMC a agir. Os oficiais deste movimento, na mesma noite do dia 10 de novembro, reunidos na casa do general Zenóbio, elaboraram um plano que marcava a deflagração de um “golpe revolucionário”, já indicado por seus boletins internos, para a madrugada do mesmo dia 11. Ciente desta informação, Denys – junto aos oficiais que se reuniram em sua residência²⁹³ – quis se antecipar não ao general Lott, mas à tomada de ação do MMC, do qual não era simpatizante, como ele próprio afirmou posteriormente:

“O MMC reuniu-se na casa de seu chefe para aproveitar a situação, que era favorável aos seus desígnios, com o ambiente existente na tropa contra o governo de Carlos Luz, e marcou a realização de um golpe revolucionário às 4h do dia 11. Em entendimento com o Marechal Lott, vi que ele iria passar a Pasta no dia seguinte ao seu substituto, sem perceber que havia grande agitação e indignação na tropa. Sabendo de tudo corri, reuni os generais sob meu comando em minha casa e disse-lhes: ‘Meus senhores, vamos fazer um exame da situação militar que está criada’. Nesse exame vimos que a indignação da tropa era grande e que fora impensado o ato do presidente, demitindo o Marechal Lott de forma tão humilhante, que era sentida pelos próprios oficiais superiores e generais, não políticos. (...) os generais, de modo unânime e firme, opinaram que se realizasse, naquele momento, o movimento que deveria depor o Presidente Carlos Luz e manter a ordem legal, na substituição do presidente (...) a ele solidarizou-se o General Lott (...). E assim não pode haver o outro, das 4h do MMC, cujos intentos sabíamos que não coincidiam com os nossos (grifos meus)”²⁹⁴.

²⁹³ Oficiais militares que se encontravam na residência de Denys na noite do dia 10 de novembro, segundo o *Correio da Manhã*: Manoel Azambuja Brilhante, comandante da Primeira Divisão de Infantaria; Lima Câmara, comandante da Primeira Região Militar; Oswaldo de Araújo Mota, chefe do Estado Maior da Zona Militar Leste; Segadas Vianna, da Divisão Blindada; Alves Bastos, comandante da Artilharia Divisionária; Nilo Sucupira, da Infantaria Divisionária; José Teófilo de Arruda, comandante do Grupamento de Unidades Escola; Djalma Dias Ribeiro, comandante da Divisão de Paraquedistas; Correia Lima, comandante da Artilharia de Costa da Primeira Região Militar; Olímpio Falconieri da Cunha, comandante da Zona Militar Centro (SP). *Correio da Manhã*, 15 de novembro de 1955. p.1.

²⁹⁴ DENYS, Odylio. *Ciclo Revolucionário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 83.

Denys considerava o MMC um movimento ligado a grupos de esquerda, como relatou em anotações pessoais. O general, ao escrever de seu próprio punho o esboço do que seria mais tarde um livro com a recapitulação dos principais acontecimentos político-militares de 1922 a 1964, afirmou sobre o movimento: “general Zenóbio Movimento Militar Constitucionalista, com as esquerdas civis e militares, para influir na sucessão presidencial”; “general Zenóbio continua fazendo reuniões com o seu Partido MMC; composto de esquerdistas na maioria”.²⁹⁵ Desta forma, para Denys e muitos oficiais que participaram do movimento do 11 de novembro, sob a liderança do general Lott, a principal questão a ser defendida não era a legalidade ou a posse dos eleitos, tese defendida por Lott, e sim a oposição a um possível “golpe revolucionário” do MMC, organização integrada por elementos considerados da esquerda política.²⁹⁶

Para Oliveiros Ferreira, o general Lott, como representante do Estabelecimento Militar²⁹⁷, atuou como agente aglutinador dos militares organizados no MMC, que era constituído, em sua maioria, por coronéis. “(...) quando as tropas começaram a marchar, (o MMC) foi obrigado, como em todas as ações do Partido Fardado ao longo de sua história, a buscar apoio de um totem capaz de oferecer solidez ao movimento, mesmo que fosse um totem burocrático como era o ministro da Guerra (...)”.²⁹⁸

A ideia de totem, conceito desenvolvido por Oliveira Vianna e utilizado por Oliveiros Ferreira, corresponderia ao elemento de carisma que impõe a sua autoridade invocando os ideais de hierarquia e disciplina do grupo militar. O totem invocaria a “ética militar” que impõe aos seus compartilhantes o dever de cumprir a ordem das autoridades competentes. Podendo haver, em nome da obediência a lei, a diluição da responsabilidade individual do subordinado prevalecendo a ideia de que “manda quem tem mais galões ou estrelas, e os subordinados devem obedecer, mesmo se as ordens forem despropositadas”.²⁹⁹ Lott

²⁹⁵ DENYS, Odylio. “De 1922 a 1964 – Recapitulação dos acontecimentos principais”. Documento textual. CPDOC/FGV.

²⁹⁶ Robert Hayes chegou a esta mesma conclusão sobre a atuação do general Denys, na crise político-militar de novembro de 1955, através de outra fonte histórica da qual não tive acesso: Clube Militar. *Projeto Memória Militar*. Entrevista com o Marechal Odylio Denys e com o Marechal Segadas Vianna (1976). Ver: HAYES, Robert Ames. *Nação Armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991. p. 202.

²⁹⁷ Oficiais que acreditam na obediência ao governo estabelecido e na Constituição. FERREIRA, Oliveiros S. *Op.cit.* São Paulo: Ed. SENAC, 2000. p. 41-42.

²⁹⁸ *Idem.* p.104.

²⁹⁹ *Idem.* p. 20-21.

representava o segmento mais importante das Forças Armadas, representava o Exército como instituição.

De qualquer forma, na madrugada do dia 11 de novembro, os comandantes de tropa, após receberem do general Lott ordens preventivamente elaboradas ainda em julho de 1955 e dentro dos envelopes fechados, imediatamente partiram do prédio do Ministério da Guerra para os seus respectivos comandos.

Durante a transmissão de ordens, o general Lott recebeu um telefonema do general Fiúza, que o questionou sobre o movimento de tropas na cidade do Rio de Janeiro. Em resposta, Lott se viu obrigado “senão a uma mentira, pelo menos a uma restrição mental”:

“Disse-lhe então que eu ainda era Ministro da Guerra e, como tal, responsável pela ordem pública. Estava tomando providências que as circunstâncias impunham, para garantia da segurança geral, [que então] não se incomodasse. O General Fiúza parece que acreditou na informação”.³⁰⁰

As tropas do Exército sediadas no Rio de Janeiro foram imediatamente postas em movimento e ocuparam o arsenal da Marinha, o Campo dos Afonsos, o Departamento Federal de Segurança Pública, o Palácio do Catete – que foi cercado impedindo-se a entrada ou saída de qualquer pessoa – e os lugares onde poderia haver reunião de militares contrários ao movimento. As demais unidades do Exército espalhadas pelo país foram acionadas por meio de rádio ou por telefone. Praticamente todos se pronunciaram a favor do movimento. O general Denys ficou responsável por fazer a movimentação das tropas de Minas Gerais de maneira que essa fechasse sobre o Distrito Federal.³⁰¹

Somada à movimentação das tropas, alguns oficiais do Exército foram detidos no Ministério do Exército, como o general Fiúza de Castro, o general Alcides Etchegoyen e o coronel Menezes Cortes. Dois dias depois, todos estavam soltos.³⁰² Além destes, segundo Nelson Werneck Sodré, também foram detidos na Inspetoria Geral do Exército: os tenentes-coronéis Canavarro Pereira; Golbery do Couto e Silva; Newton Fontoura de Oliveira Reis; Antônio Herrera e o major Sebastião Ferreira.³⁰³

³⁰⁰ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. Op.cit.

³⁰¹ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. Op.cit.

³⁰² COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. p. 304.

³⁰³ SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. (1967). p. 484.

Mas o problema maior era São Paulo, cujo governador, Jânio Quadros, era ligado à UDN e simpatizava com as teses golpistas. Neste Estado, inicialmente, a situação era favorável as forças de oposição ao movimento liderado por Lott. Como comandante de uma das tropas estava o general Tasso Tinoco, primo do brigadeiro Eduardo Gomes e simpatizante das teses golpistas. O próprio brigadeiro estava a caminho do Estado a bordo de um avião num C-47 acompanhado por três aviões bombardeiros. Desejavam organizar a resistência na base aérea de Cumbica. O brigadeiro tinha deixado ordens para que todos os aviões caças e bombardeiros das bases aéreas estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro, Galeão e Afonsos seguissem rumo à base aérea de Cumbica, em São Paulo. Tinoco expediu ordens por telefone para prontidão dos corpos ao seu comando e, posteriormente, esses grupos receberam “ordem de marcha”. Esses militares esperavam ter apoio da Força Pública de São Paulo.³⁰⁴

Diante deste quadro, Lott determinou imediatamente que as tropas de Minas, que se deslocavam para o Rio de Janeiro, se deslocassem rumo a São Paulo. O mesma ordem foi dada para as tropas do Paraná e do Mato Grosso. O general Falconiere conseguiu rumar rapidamente para São Paulo e assumiu o comando das tropas deslocando-as para a base de Cumbica. E a tempo tropas foram deslocadas para o Porto de Santos para impedir que a Marinha o ocupasse, já que era lugar privilegiado em caso de qualquer tentativa de desembarque dos dissidentes e formação de um governo de resistência com o apoio do governador Jânio Quadros. Não houve o confronto armado, vista a superioridade de forças do movimento liderado por Lott. As trincheiras que foram cavadas por ordem do general Tinoco não chegaram ser utilizadas, o general tinha ficado isolado.³⁰⁵

Enquanto transcorriam estes acontecimentos, o presidente Carlos Luz, ao perceber que a sede do governo estava cercada por tropas do Exército, rumou para o Ministério da Marinha junto com alguns ministros. Os ministros da Marinha e da Aeronáutica, que se encontravam neste ministério, lançaram um manifesto público condenando a ação do Exército e apoiando o presidente em exercício:

“Os Ministros da Marinha e da Aeronáutica, face ao atentado que acaba de ser perpetrado contra a autoridade legítima e suprema do Presidente da República, declararam que a Marinha e a Aeronáutica se mantêm e se manterão inabalavelmente

³⁰⁴ COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. p. 306 e308.

³⁰⁵ “Depoimento do general no Departamento de Memória Social da Faculdade Cândido Mendes”. In: SILVA, Hélio. Op.cit. pp.118-122. e “Depoimento de Lott”. Revista Manchete. Op.cit.

fiéis a esse Presidente, Chefe da Nação e Comandante-Chefe das Forças Armadas, e consideram ilegal e subversivo o gesto dos companheiros transviados que pretextando uma inexistente e inconcebível desconsideração ao Glorioso Exército Nacional, tão tragicamente vêm ameaçar a paz da família brasileira e criar horas de aflição e angústia a todos bons patriotas”.³⁰⁶

Após perceberem que a situação na cidade do Rio de Janeiro estava praticamente decidida a favor do general Lott, Carlos Luz, Amorim do Vale e alguns parlamentares e oficiais militares, na intenção de formar um governo de resistência, embarcaram no cruzador Tamandaré, que se encontrava atracado no Arsenal da Marinha abastecendo-se. O plano era rumar para o porto de Santos, no Estado de São Paulo, e, junto com o brigadeiro Eduardo Gomes, organizar a oposição, com o apoio do governador Jânio Quadros. Além do presidente da República e do ministro da Marinha, partiram no navio de guerra o almirante Penna Botto; os ministros Prado Kelly, Munhoz da Rocha e Marcondes Ferraz; o brigadeiro Sá Escarp; os coronéis Mamede, Canavarro Pereira e Jayme Portela; o deputado Carlos Lacerda, outros civis e mais oito oficiais.

A sugestão de embarque tinha sido dada pelo almirante Penna Botto, que, às 18:30h, do dia 10 de novembro, prevendo a possibilidade de um golpe dos militares que não aceitaram o afastamento do general Lott do ministério do Exército, já havia mandado acionar todos os navios da esquadra da Marinha que estavam prontos para operações navais, que totalizavam dez. O almirante, nesta mesma noite, se estabeleceu no cruzador Barroso a espera de informações e, às 5:00h da madrugada do dia 11 de novembro, diante a falta de informações, rumou para o Ministério da Marinha, no qual estavam Carlos Luz e alguns dos seus ministros. Em virtude da situação, Penna Botto sugeriu ao presidente da República: “Embarcar imediatamente num dos navios da Esquadra e seguir para Santos, de onde posteriormente S. Excia. se deslocaria para São Paulo, onde instalaria o seu governo, em torno do qual se poderiam aglutinar todas as forças vivas, sadias, da Nação”.³⁰⁷

Alguns oficiais do Exército já estavam cientes de que a esquadra estava preparada para combate. Segundo Lott, o próprio Ministério da Guerra tinha documentação que comprovava que a esquadra estava realmente preparada, inclusive com o aumento de

³⁰⁶ O manifesto foi lido na Câmara dos Deputados, pelo Deputado Alberto Torrês no dia 11 de novembro. COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. p. 305.

³⁰⁷ Depoimento do almirante Penna Botto. *Revista Manchete*. 24 de novembro de 1955.

munição, para emergência de uma luta e, desta forma, estava claro que alguns oficiais da Marinha estavam organizados para uma ação de combate para conquistar os seus objetivos.

Ciente da situação da esquadra e da possibilidade de resistência de oficiais desta força, na madrugada do dia 11 de novembro, o general Lott determinou que fossem tomadas todas as providências para que a barra da Baía de Guanabara fosse fechada a todos os navios de guerra e que não fosse permitida a saída dos navios da Marinha. A ordem era para a utilização de sinais de semáforos e outros recursos visuais para advertir os navios. Quando Lott foi informado da saída do Tamandaré, que partiu às 9:00 horas daquela manhã, ordenou ao comandante da Artilharia de Costa, general Correia Lima, que continuasse a fazer a intimação utilizando canhões dos fortes que guarneciam a baía: “- Então dê tiros de intimidação à frente. Se continuar, então atire em cima porque é preciso que a Esquadra não saia. E se o Tamandaré não sair, os outros navios naturalmente não sairão”.³⁰⁸

O Tamandaré, comandado pelo capitão-de-mar-e-guerra Silvio Heck, foi advertido pelas fortalezas Laje, Santa Cruz e São João. Mas os fortes Copacabana e Leme abriram fogo contra o navio, que, com uma manobra do seu comandante, ultrapassou a barra.³⁰⁹

Penna Botto, almirante que comandava a missão, confessou que não contra atacou “os maus brasileiros que tão impatrioticamente procuravam atingir e possivelmente destruir um possante cruzador da pequena Esquadra brasileira”, pois eram grandes os riscos de uma matança da indefesa população civil de Copacabana. E, desta forma, colocou a tripulação do Tamandaré a uma:

“ (...) rude prova de nervos, de disciplina e de estoicismo, pelo fato de conservá-la inerte, malgrado os projeteis que caíam em torno do navio, quando a tripulação otimamente adestrada como estava e dispondo de uma bateria com grande volume e rapidez de fogo, sabia perfeitamente bem que seria possível silenciar aquele forte numa questão de poucos minutos”.³¹⁰

A população do Rio de Janeiro assistiu atônita aos acontecimentos e demorou a entender o que estava acontecendo. A imprensa estava sob censura e os deslocamentos de tropas assustavam os cariocas. Samuel Wainer, dono do jornal *Última Hora*, recorda: “No dia 11 de novembro de 1955, ouvi o som de sirenes e notei uma movimentação de tanques

³⁰⁸ Depoimento do general no Departamento de Memória Social da Faculdade Cândido Mendes. SILVA, Hélio. Op.cit. pp.118 -122. p. 121.

³⁰⁹ SILVA, Hélio. Op.cit. p. 125.

³¹⁰ Depoimento do almirante Pena Botto. Op.cit.

nas imediações da rua Frei Caneca (Wainer se encontrava no Hospital da Polícia Militar, localizado no Centro do Rio de Janeiro). Liguei um aparelho de rádio para saber o que ocorria, mas nenhuma emissora dava qualquer notícia; todos haviam substituído a programação normal por músicas suaves”.³¹¹ Uma senhora que na época vivia em Copacabana relembra o pânico dos moradores do bairro aos sons dos tiros dos canhões dos fortes e frente a ameaça do revide do Tamandaré: “O almirante Pena Boto (...) voltou os canhões para aquele trecho final da praia [Copacabana] com ameaças, criando um pânico. Os mais assustados deixaram as suas residências à procura de um lugar seguro, e os mais apressados estocaram alimentos”.³¹²

O comando do cruzador Tamandaré, que havia conseguido ultrapassar a barra da Baía de Guanabara e partir para o porto de Santos, durante a viagem, foi informado de que o porto desta cidade já se encontrava guarnecido por tropas do Exército sediadas em São Paulo com ordens de atirar em todo navio de guerra que se aproximasse. Independentemente da ameaça, os oficiais que comandavam o cruzador estavam dispostos a atracar e, se necessário, bombardear o local, porém, Carlos Luz não permitiu que a situação de luta se instaurasse e, a bordo do navio, fez duas declarações: uma negando-se a reconhecer o governo que não fosse o seu e outra aceitando a situação imposta por Lott e os oficiais aliados ao general.

Diante da impossibilidade de manter a resistência e após ser aceita a capitulação, o cruzador Tamandaré regressou e chegou ao Rio de Janeiro na manhã do dia 13 de novembro. Depois de ancorar, estiveram presentes no navio parlamentares da UDN e o deputado Ovídio de Abreu, responsável por tratar com Carlos Luz os termos de sua renúncia da presidência da Câmara dos Deputados. Carlos Lacerda, ao desembarcar, procurou asilo na embaixada de Cuba e, posteriormente, partiu para os Estados Unidos.

Paralelamente aos acontecimentos militares, o general Lott acionou os chefes parlamentares e o cardeal Jaime Câmara, para que tomassem conhecimentos dos fatos. Em reunião com os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, no ministério da Guerra, expôs a situação, dada como consolidada, e pediu-lhes

³¹¹ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memória de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1968. p. 212.

³¹² GOLDFARB, Rosa. Mudanças. *ASA: judaísmo e progressismo*. Órgão Informativo e de divulgação cultural da associação Scholem Aleichem de Cultura e Recreação. Ano 14, n. 89, Julho-Agosto de 2004, p. 10.

que promovessem a substituição legal do presidente Carlos Luz. Essa urgência se justificava, pois os militares, segundo Lott, não queriam assumir o controle político do país e era preciso fazer retornar o mais rapidamente possível a normalidade constitucional e democrática.³¹³

Carlos Luz foi declarado legalmente impedido, Nereu Ramos foi indicado como seu substituto legal e Lott foi empossado novamente como ministro da Guerra pelo recém investido presidente da República.³¹⁴ Novos ministros militares também assumiram, na pasta da Aeronáutica, o major-brigadeiro Vasco Alves Seco e, na pasta da Marinha, o almirante Antônio Alves Câmara.

Várias entidades enviaram telegramas ao ministro da Guerra prestando irrestrito apoio ao movimento: Ferroviários; Jornalistas; Hoteleiros; Marceneiros; Bancários; Gráficos; Têxteis; Metalúrgicos; Funcionários da Central do Brasil; e Assembléia de Ex-Combatentes do Distrito Federal.³¹⁵

Posteriormente, em declaração para a imprensa, Lott identificou o deputado Carlos Lacerda como um dos principais civis que atuaram no movimento golpista e, entre os militares, apontou nomes como os de Eduardo Gomes, Amorim do Vale e Bizarria Mamede.³¹⁶ Acusou Carlos Luz de ter servido como cúmplice destes homens, facilitando suas ações dentro do governo federal. Por fim, após descrever a sua atuação e dos chefes militares que a ele se aliaram, revelou que, antes do 11 de novembro, “tinha pleno conhecimento das intenções dos conspiradores de dissolver o Congresso, intervir no poder Judiciário e colocar à frente do Executivo um chefe militar”. Concluindo, afirmou que o papel das Forças Armadas, agora com o perigo eliminado, era “dar apoio ao Presidente da República e ao Congresso e fazer respeitar os julgados da Justiça”.³¹⁷

No dia 16 de novembro, comemorou-se o aniversário do general Lott. A ocasião serviu para manifestações de solidariedade ao contragolpe e prestígio do seu principal líder. Pela manhã, o general recebeu em seu gabinete a visita do chefe da Missão Militar Norte

³¹³ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. Op.cit.

³¹⁴ COSTA, Joffre Gomes da. Op.cit. pp. 312-313

³¹⁵ *Correio da Manhã*. 13 de novembro.1955. p.2.

³¹⁶ O Coronel Mamede, e outros oficiais, supostamente ligados à conspiração golpista, pertencentes a ESG, foram desligados dessa escola por Nereu Ramos, em decreto datado de 15 de novembro. Entre os oficiais estavam os coronéis Golbery do Couto e Silva, Antônio Mendonça Molina e Heitor Almeida Herreira. Reportagem de 16 de novembro de 1955. S/ identificação. Acervo Aurélio Ferreira Guimarães. Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá.

³¹⁷ *Correio da Manhã*. 16 de novembro de 1955. p. 1.

Americana, o general Sink, que o saudou em nome do Exército de seu país e lhe presenteou. E, dentre as várias homenagens prestadas ao general, a maior de todas foi uma missa na igreja da Candelária, que reuniu milhares de pessoas entre oficiais, praças, sindicalistas e trabalhadores, que fizeram questão de cumprimentar e saudar o ministro da Guerra.

Como era de se esperar, a crise político-militar que motivou o contragolpe não teve desfecho com o mesmo. A posse de Juscelino e Jango, motivo de insatisfação dos grupos civis e militares que preconizavam uma intervenção militar, estava prevista somente para 31 de janeiro próximo, o que criava um intervalo de tempo suficiente para novas rearticulações. Agora, além da insatisfação com os resultados das eleições presidenciais, um novo fator potencializava o descontentamento dos grupos militares. Os oficiais que participaram do golpe frustrado estavam com os seus brios feridos. A Marinha e a Aeronáutica se viam desprestigiadas e contrariadas. Parte dos seus oficiais interpretavam o contragolpe como uma afronta do Exército a estas forças.

Uma declaração da Marinha, escrita pelo vice-almirante Benjamin Sodré e lida na Câmara pelo deputado Alberto Torres, em 2 de dezembro de 1955, traçou a situação então vivida por aquela força. O documento, ao fazer um breve retrospecto dos acontecimentos, expõe que aquela arma manteve “uma atitude de disciplina, de obediência à lei, prestigiando as autoridades constituídas, enquanto alguns chefes do Exército se punham fora da lei”, mas que, embora o mal já estivesse feito, desejava manter a união das três Forças Militares no combate contra o comunismo. Contudo, acrescenta a declaração, em uma reunião datada de 22 de novembro, por convocação do Ministro da Marinha, que os almirantes sediados no Rio de Janeiro afirmaram ser a seguinte atitude daquela força militar: “não concordara com o novo golpe dado por alguns chefes do Exército, por considerá-lo ilegal; submeter-se, por se tratar de uma situação de fato e não ter a Marinha possibilidade de reagir”. As observações dessa declaração continham decisões anteriormente já divulgadas em uma circular de 11 de novembro.³¹⁸

Dentro do quadro de insatisfação, um boletim, divulgado pelo almirante Penna Botto, somente em início de dezembro, reflete o sentimento de ultraje vivenciado pelos oficiais da

³¹⁸ SODRÉ, Benjamim. “Para Conhecimento da Marinha”. 1 de dezembro de 1955. CPDOC/FGV. Esta declaração custou a exoneração do vice-almirante, por ordem do ministro da Marinha.

Marinha. O almirante indica que a decisão do Exército em atirar no cruzador Tamandaré criou uma indisposição da Armada contra os seus colegas de farda. Com palavras coléricas acusa o general Lott de ter liderado uma “intentona” e que aqueles que atiraram sobre o Tamandaré demonstraram o pouco caráter e preparo do Exército em relação à Marinha:

“Ora, uma *tropa* que não consegue atingir, com obuses de 280 mm um grande navio que se lhe oferece como alvo passivo durante 22 minutos, à pequenas distancias e com marcha lenta, é uma *tropa* que, para fins artilheiros e balísticos, *não tem valor algum* (...) Debaixo de fogo estiveram, isso sim, os marujos do Cruzador Tamandaré, que ficaram decepcionados ao verificarem o quanto é reduzida a confiança que podem merecer os fortes e as fortalezas encarregadas da defesa da entrada do porto do Rio de Janeiro (...) Quanta quixotada nesse extravasamento bilioso de um artilheiro de fancaria que não soube, com seus tiros mal dirigidos, atingir um navio de guerra cujas couraças escondiam, na sua generosa opinião, ‘despudorados, mentirosos e infames’!”³¹⁹

No Exército, também não era unânime o apoio a Lott. Se esta força não saiu melindrada da situação, tampouco era integral a adesão de seus oficiais ao posicionamento do ministro da Guerra. O general Cordeiro de Farias foi um dos que não aceitou o “golpe do general”:

“(…) quando Lott derrubou Carlos Luz e não deixou Café Filho reassumir o poder, eu tomei uma posição frontal. Reagi quixotescamente. Fiz um manifesto contra a atitude de Lott e passei telegrama a Nereu Ramos reafirmando minha posição política contra o golpe do ministro da Guerra. Além disso, enviei a Carlos Luz um telegrama – que infelizmente ele não recebeu – oferecendo Pernambuco como base de apoio para os revoltosos do Tamandaré.”³²⁰

Ciente da oposição latente dentro dos meios civis e militares, em 14 de novembro de 1955, Lott elaborou um documento que foi assinado pelos três representantes militares e entregue ao presidente da República. A declaração expunha um retrospecto de todo o contragolpe e alertava quanto à instabilidade militar e política ainda vivida pela nação, visto que, na capital federal e nos estados, ainda perduravam “focos de subversão, momentaneamente silenciosos, mas dotados de perigosa potencialidade”. Desta forma, segundo o documento, a normalização da vida política e o restabelecimento da ordem traziam sérias ameaças, pois “o estabelecimento das atividades subversivas de parlamentares, amparados por suas imunidades, não tardará em favorecer a rearticulação do

³¹⁹ BOTTO, Carlos Penna. *Reflexões sobre o Boletim Interno N. 252 do Comandante do Forte Duque de Caxias*. 14 de dezembro de 1955. S/ identificação. Acervo Aurélio Ferreira Guimarães. Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá.

³²⁰ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. Op.cit.pp. 449-450.

que no primeiro instante parece extinto, e, na verdade, está adormecido”. Neste contexto, a imprensa e os discursos parlamentares novamente eram locais de “afrontosa pregação de crimes contra a segurança do Estado”, tudo isso revelando uma “trama revolucionária”, o que exigia com urgência a decretação do Estado de Sítio no país.³²¹

O documento foi votado e aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. O Estado de Sítio foi decretado e prolongado, perdurando até fevereiro de 1956. Os ministros militares liderados por Lott tentaram a todo custo assegurar o mínimo de coesão entre as forças militares e impedir qualquer manifestação civil ou militar que pudesse por em cheque a ordem restabelecida. A missão em parte estava cumprida, o contragolpe tinha conseguido afastar os oficiais e os parlamentares diretamente comprometidos com a tentativa de golpe e estava garantida a posse dos eleitos em janeiro próximo. Em 31 de dezembro de 1955, em uma festa das Forças Armadas por ocasião da passagem do ano e homenagem ao presidente da República, Lott declarou à tropa a síntese do pensamento militar por ele representada naquele importante momento da história militar republicana:

“Lembremo-nos sempre de nosso juramento de soldados, e à sombra da Bandeira que a todos irmana, trabalharemos juntos nos quartéis e fortes, nos campos de manobra e polígonos de tiro, a fim de que possamos ser, acima e fora das competições políticas, isentos guardiões da ordem, sustentáculos fortes das instituições e defensores capazes da integridade da Pátria, honrando a farda gloriosa que vestimos para serviço exclusivo do Brasil”.³²²

Para o ministro da Guerra, apesar de toda a oposição enfrentada, o episódio, que ficou oficialmente conhecido como *Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes*, demonstrou, a oposição da maioria dos oficiais do Exército a uma situação extralegal e fez prevalecer como ordem esta conduta. Lott garantiu o respeito à legalidade constitucional, encarando a tarefa como uma obrigação de sua posição de liderança e, mais ainda, uma obrigação das Forças Armadas perante a Carta Magna. O general não tinha interesse direto na posse de Juscelino e Jango, pelo contrário, tinha votado em Juarez Távora e não simpatizava com o apoio comunista à chapa PSD-PTB³²³. Considerava-se não uma figura política, mas, segundo as suas palavras, um puro e simples democrata que não compreendia regimes

³²¹ *Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes*. Exposição dos ministros militares ao presidente Nereu Ramos. 14 de novembro de 1955. Correio da Manhã. 23 de novembro de 1955. p. 1 e 8.

³²² *Correio da Manhã*. 1 de janeiro 1956. p. 14

³²³ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.31.

ditatoriais, pois, “a melhor das ditaduras seria, sempre, pior que o pior dos governos democratas”.³²⁴

Mas novembro de 1955 não deixou somente heranças positivas. A unidade das Forças Armadas foi severamente atingida e as divergências entre militares – que se apresentavam desde a queda do Estado Novo e se acentuaram no final do último governo Vargas – afloraram de tal forma que não seria mais possível abafá-las pela ação da hierarquia militar. As clivagens nos meios militares, tal como na sociedade civil, avultaram-se e grupos formularam estratégias de atuação e alianças no campo político-militar de acordo com os seus próprios interesses. Se há, na história militar nacional, a constante formação de partidos políticos, no sentido elaborado por Rouquié³²⁵, o período aqui estudado pode ser considerado um nos quais mais se sobressaíram as divergências e a heterogeneidade dentro das Forças Armadas. A unidade militar não foi suficiente para silenciar as disputas políticas no interior das três forças e muito menos para evitar a constante intervenção dos militares na política nacional.

O contragolpe de 1955 deixou claro a complexidade e a pluralidade de identidades presentes no interior das Forças Armadas. Se há uma tentativa de agrupar os oficiais que realizaram o contragolpe sob a identidade de nacionalistas e até mesmo simpatizantes do comunismo, como tenta José Murilo de Carvalho, que chega a utilizar a tipologia “nacionalismo de esquerda”³²⁶, quando se joga luz sobre os que efetivamente planejaram e atuaram no *Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes*, verifica-se que há uma pluralidade de interesses e identidades naqueles que o fizeram. A partir da pesquisa realizada, as fontes apontam pelo menos três orientações e, portanto, três identidades diferentes, dentre aqueles que participaram do contragolpe de 11 de novembro de 1955. Em primeiro lugar, oficiais que integravam o MMC, movimento que teve a sua origem na crise de 1954, como o general Zenóbio da Costa. Identificavam-se com a herança nacionalista de Getúlio Vargas e até mesmo com a esquerda política. Apoiavam Juscelino Kubitschek e

³²⁴ *Correio da Manhã*. 6 de dezembro de 1955. p 1.

³²⁵ ROUQUIÉ, Alain. Op.cit. p. 12.

³²⁶ Segundo José Murilo de Carvalho, o grupo “nacionalista de esquerda” congregava elementos heterogêneos, mas pode ser identificado pelo apoio ao projeto político nacionalista onde, às Forças Armadas, caberia garantir a democracia e a legalidade constitucional. Outro ponto também de diferenciação do grupo era a questão do anticomunismo que, segundo o mesmo autor, não estava presente e até mesmo foi refutada entre muitos destes militares. CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os Militares”. Op.cit. pp. 341-345, p. 343.

João Goulart e propunham um “movimento revolucionário” para afastar aqueles que tinham subido ao poder após a morte de Vargas e garantir as conquistas operárias e anti-imperialistas, como a Petrobrás. Em segundo lugar, oficiais conservadores anticomunistas, como o general Denys, que se alinharam ao movimento liderado pelo general Lott, não pela causa legalista, muito menos pela defesa da posse dos eleitos, mas pela necessidade de barrar a liderança do MMC, considerado um movimento de esquerda e infiltrado pelo comunismo. Por último, oficiais conservadores com uma identidade fortemente profissional, como o general Lott. Agiram em nome da legalidade e da Constituição e, em alguma medida, por pressão dos outros dois outros grupos (os oficiais ligados ao general Denys e o MMC).

Desta forma, pode-se concluir que o contragolpe de novembro de 1955 teve significados diferentes para os militares que o fizeram. Sob a liderança do general Lott, militares legalistas, militares considerados de esquerda e militares conservadores preocupados com a atuação da “esquerda militar” aturam unidos, contra militares, em sua maioria ligados à UDN, que preconizavam um golpe militar para afastar a possibilidade de um governo identificado com a herança política de Vargas e de aproximação com os comunistas .

Quanto à identidade nacionalista, não podemos deixar de considerá-la, mesmo porque a cultura política nacionalista abarcou grandes segmentos da sociedade brasileira nas décadas de 1940 e 1950. Mas abrigou grupos de variadas orientações políticas, não sendo uma exclusividade da esquerda, embora tenha tido nela a sua maior e mais radical defensora. Desta forma, não se pode entender o nacionalismo militar como categoria unívoca. A pluralidade de significados que adquiriu o conceito nacionalista no período estudado inviabiliza o seu uso como conceito principal para o entendimento do contragolpe de 11 de novembro de 1955. Os militares que participaram do movimento certamente teceram identidades nacionalistas, mas, como as fontes permitiram identificar, o nacionalismo por si só não foi o elemento motivador para a tomada de ação de todos os oficiais e praças que atuaram no movimento, muito menos a ideia de nacionalismo era a mesma para todos.

Nos anos que se sucederam ao contragolpe de 1955, muitos militares legalistas e militares considerados de esquerda se viram unidos sob uma bandeira maior, o

nacionalismo em seus múltiplos significados. Estes militares apoiaram, sem perder a especificidade de suas identidades, as teses reformistas nacionalistas que, na sociedade civil, encontraram eco em grupos variados. O 11 de novembro serviu como oportunidade para grupos militares saírem dos quartéis e atuarem junto aos grupos civis no cenário político nacional, como demonstraria a formação, no ano de 1956, da Frente de Novembro. Uma organização que, em aliança com partidos políticos, principalmente o PCB e o PTB, uniria homens das armas e homens do povo que compartilhavam uma identidade comum, a defesa da cultura política nacionalista.

Já aqueles militares que se sentiram traídos e desprestigiados pelo contragolpe de novembro de 1955 e aqueles que tinham como maior missão o combate à “infiltração comunista” nos quartéis e na vida política, como chegou a afirmar o general Denys³²⁷, em união com grupos conservadores da sociedade civil, principalmente com a UDN, deram continuidade as suas atuações, cada vez mais radicalizadas, contra a crescente participação dos setores populares no cenário político nacional. A luta contra a “permissiva herança de Vargas” perduraria até abril de 1964.

³²⁷ DENYS, Odylio. Op.cit. p. 78. Vale lembrar que o general Denys, que na época ocupava o ministério da Guerra, teve intensa participação na instauração no Golpe de 1964.

CAPÍTULO IV - O MINISTÉRIO DA GUERRA

Contrariando a oposição e sob a garantia a garantia do Exército, além de apoiados por parcelas significativas da opinião pública e das lideranças políticas, Juscelino Kubitschek e João Goulart foram empossados no governo da República, em 31 de janeiro de 1956. Para maior descontentamento dos adversários e da ala militar conservadora, principalmente da Marinha e da Aeronáutica, Lott foi mantido no Ministério da Guerra. JK teve no velho general um dos pilares de sustentação do seu governo. A história nacional já havia provado que um presidente não conseguia governar à revelia das Forças Armadas. Lott, com pulso firme, enfrentou revoltas e resistências nos meios militares e, ao mesmo tempo, tornou-se figura de destaque no mundo político ao ser identificado pelas esquerdas da época como símbolo ideal do nacionalismo popular.

O MINISTRO DA GUERRA E O GOVERNO DE JK

O primeiro ano de governo de Juscelino Kubitschek foi marcado por instabilidades política e social. Inaugurado sob Estado de Sítio, o ano de 1956 presenciou greves, descontentamentos e pressão da oposição. Setores das classes produtoras manifestavam a sua insatisfação. No mês de agosto, os jornais noticiavam greve de abastecimento de leite nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal. No mesmo mês, havia ocorrido o “lock out” do pão. A população sofria com a carência de alimentos básicos.³²⁸ Já no mês anterior, havia sido deflagrada greve na aviação civil. Pilotos, aeronautas e aeroviários resolveram não aceitar a tabela salarial proposta pelos ministros do Trabalho e da Aeronáutica.

Os setores populares também demonstravam descontentamento e os jornais faziam questão de alardear a instabilidade como forma de pressionar o governo. O mês de maio foi marcado por violenta revolta de trabalhadores e estudantes do Distrito Federal contra a lei de aumento das passagens de bonde, sancionada pelo prefeito Negrão de Lima.³²⁹ Em 12 do mesmo mês, ocorreram distúrbios em São Paulo, onde foi deflagrada greve dos funcionários da CMTC, empresa responsável pelo transporte, e, no Rio de Janeiro: “Quebra-quebra na zona da Leopoldina: a pretexto de atraso de trens o povo depredou

³²⁸ *Correio da Manhã*. 16 de agosto de 1956. p.14.

³²⁹ *Correio da Manhã*. 31 de maio de 1956. p.20.

estações daquela ferrovia – Pedro Ernesto, Ramos, Bonsucesso, Mangueiras, Triagem e Caxias (...)”.³³⁰

A imprensa pressionava JK. Também em maio, o jornal *O Correio da Manhã* publicou um editorial da revista inglesa *The Economist*, que qualificava a situação política do Brasil como “insegura” e comentava a divisão entre o Exército, Marinha e Aeronáutica. Segundo a revista, a oposição estaria sinceramente preocupada “a respeito da associação do governo com alguns elementos notórios do antigo regime de Vargas”.³³¹

O governo Kubitschek foi marcado por tensões no âmbito civil e militar. As disputas ideológicas em relação ao futuro político e econômico do país dividiam as elites políticas e promoviam união entre civis e militares que rejeitavam ou exaltavam a herança nacionalista e trabalhista deixada pela carta-testamento de Getúlio Vargas. Os setores conservadores alardeavam os perigos de uma “República Sindicalista” e as esquerdas adaptavam e resignificavam os símbolos da Era Vargas para o programa nacionalista popular. A memória do presidente morto era importante divisor de águas.

JK foi o único presidente civil que, durante o período democrático de 1945-1964, conseguiu governar do início ao fim do seu mandato. A aparente estabilidade política conquistada durante o seu governo, de acordo com Celso Lafer e Maria Victória Benevides, deveu-se à manutenção de um tripé estrutural: a aliança entre os dois maiores partidos políticos da época, PSD e PTB; o apoio das Forças Armadas, principalmente na figura de seu ministro da Guerra, o general Henrique Lott; e uma política econômica conciliatória com as elites econômicas, através do Plano de Metas. O que não excluiu, contudo, a instabilidade política como característica importante da Era JK.³³² O povo, embora afastado da tese dos dois autores, acompanhou com otimismo o crescimento econômico do país e a liberdade democrática vivenciada. Eram os “Anos Dourados”.

A manutenção do governo de Juscelino, segundo Celso Lafer, se deu através de um “pacto de dominação” no qual coerção e consenso se equilibraram. Por meio do sistema democrático, portanto, do voto, o sistema político ganhou a sua legitimidade na sociedade e, por sua vez, o poder militar, com destaque para o Exército, seria a “coerção organizada”

³³⁰ *Correio da Manhã*. 12 de maio de 1956. p.04.

³³¹ *Correio da Manhã*. 13 de maio de 1956. p.6.

³³² BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 3ª ed.

capaz de ajudar a manter, através da força, a conciliação dos diferentes interesses em disputa.³³³

Desenvolvendo a tese de Lafer, Maria Victoria Benevides, em *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*, investiga a correlação entre a instabilidade política e econômica controlada, conquistada pelo governo JK, e os pactos acordados entre o Congresso, o governo e as elites da época. A ideologia desenvolvimentista teria conseguido conciliar, mesmo que de forma instável, interesses de setores conservadores e “progressistas”:

“O Programa de Metas não envolvia mudança estrutural na sociedade, deixando intacta a estrutura de poder no campo, o que correspondia aos interesses do PSD rural que, com o apoio da UDN e de outros partidos menores, consegue bloquear toda e qualquer tentativa de se estender a Legislação Trabalhista ao campo”.³³⁴

Já o PTB tinha papel fundamental no Ministério do Trabalho e na Política Sindical, através da figura do vice-presidente João Goulart. Era o mecanismo de manutenção da estabilidade entre os setores populares.

“JK precisava de um partido organizado que controlasse as massas, contendo suas reivindicações dentro do âmbito do Ministério do Trabalho, sem ser obrigado a recorrer à repressão policial ostensiva. Assim, as greves eram contidas dentro de acordos coletivos e os salários também podiam ser contidos dentro dos 30% previstos no teto do aumento salarial, sem ir de encontro aos interesses da política de desenvolvimento acelerado”.³³⁵

Se por um lado a manutenção da frágil estabilidade política se dava pelo apoio da maioria do Congresso ao governo e pela política conciliatória do Plano de Metas, havia um outro lado da moeda, a coerção exercida pelo apoio das Forças Armadas, principalmente pelo Exército, representado pela figura de seu ministro da Guerra, o general Henrique Lott. Mantido na pasta da Guerra, Lott conduziu com pulso firme a mais importante das três forças militares, silenciando e dissipando dissidências e rebeliões de oficiais militares das três forças que se opunham ao seu ministério e ao governo JK.

Lott, junto ao grupo militar que se consolidou no poder com o Movimento 11 de Novembro, em aliança com os atos da maioria do Congresso, foi pedra angular no governo

³³³ Idem. p.70.

³³⁴ Idem. p.77.

³³⁵ Idem. p.92.

de Juscelino, garantindo a implementação da política econômica do governo, o Plano de Metas.

Benevides destaca que, nas frequentes mudanças ministeriais ocorridas durante o governo JK, Lott, apesar de inúmeros ataques à sua pessoa e de seu pedido de transferência para a reserva remunerada, em janeiro de 1959, foi o único, com exceção do ministro da Educação, Clóvis Salgado, que permaneceu do início ao fim do governo no cargo.³³⁶

Amplamente criticado pelos grupos mais conservadores da direita militar e civil, Lott não poupou esforços para garantir a manutenção da hierarquia e da disciplina na base e nos escalões superiores do Exército. Conteve as manifestações de desagrado a sua figura e a JK. Uma de suas primeiras medidas como ministro do novo governo foi desarticular os oficiais suspeitos ou envolvidos na tentativa de golpe contra JK e Jango em 11 de Novembro do ano anterior. Os golpistas foram deslocados para zonas fronteiriças e para as Circunscrições de Recrutamento, para exercerem funções meramente burocráticas.

A aparente estabilidade escondia a atmosfera tensa. Já na sessão solene de instalação do Congresso Nacional a ausência de importantes autoridades militares repercutiu na imprensa. Segundo o jornal *Correio da Manhã*, a solenidade contou somente com a presença do ministro da Guerra, do general Mascarenhas de Moraes, do brigadeiro Álvaro Hecksher e de um general não identificado pela reportagem. “A Marinha de Guerra não mandou nenhum representante”.³³⁷

No mês seguinte, o general Juarez Távora enviou à imprensa uma carta criticando a permanência de Lott no Ministério da Guerra. Segundo o oficial, residiria na participação do ministro no episódio do 11 de novembro a instabilidade militar e política que atravessava o país:

“Devo esclarecer, a bem da verdade que [...] em recente encontro que tive com o sr. General Lott, abordando o tema da necessária harmonização das Forças Armadas, disse-lhe, com a lealdade e a franqueza que o momento e o assunto impõem, considerar sua permanência à frente do Ministério da Guerra, um dos grandes empecilhos à desejável tentativa de alcançar aquela harmonização, em virtude de sua atuação, nos acontecimentos de novembro de 1955. (...)”.³³⁸

³³⁶ Idem. pp.154-155.

³³⁷ *Correio da Manhã*. 17 de março de 1956.p.13.

³³⁸ *Correio da Manhã*. 15 de abril de 1956. p.15.

Lott não se abalava. Em 29 de junho, expediu uma ordem do dia pelo aniversário de morte do “consolidador da República”, marechal Floriano Peixoto. A memória construída em torno do antigo personagem militar exaltava o regime democrático e a legalidade, enfatizando o papel do militar na República: o respeito à lei e à autoridade constituída como o verdadeiro caminho para a nacionalidade.

“Seduções, intrigas, entusiasmos frenéticos de amigos e partidários de nada valeram para desviar o ínclito chefe do ideal republicano e democrático. Era homem da legalidade. Julgaria trair o seu passado, se usurpasse o direito inalienável previsto pela Constituição. É bem verdade que poderia reformá-la para justificar a sua continuidade no poder, mas, acima de qualquer motivo, estava uma límpida, consciência de soldado e de cidadão”.³³⁹

O ministro da Guerra montou um ministério com homens de sua confiança, muitos pendiam para a esquerda política, embora esta não fosse a orientação do general. Apesar das inúmeras críticas de oficiais como Cordeiro de Farias, Castelo Branco, Ernesto Geisel e Juarez Távora, o critério de escolha do ministro era a defesa da democracia, da legalidade e dos ideais nacionalistas. Até hoje Lott é acusado de ter politizado e protegido oficiais comunistas e ter perseguido a direita quando ministro.

O coronel de cavalaria e anistiado, Kardec Lemme, na época membro do Partido Comunista, fez parte do ministério de Lott. Lotado no Departamento Geral Pessoal, passavam por suas mãos os pedidos de transferência de oficiais e suboficiais: “Eu era responsável por indicar ao Lott todos aqueles que deveriam ser transferidos ou não (...) Eu trouxe muitos companheiros do Sul e do Norte para servir nos postos estratégicos”.³⁴⁰

Ao ser questionado a respeito de suas escolhas para ajudar a compor o quadro de oficiais auxiliares do ministro, Kardec explica a sua lealdade ao chefe político e a confiança depositada por ele em oficiais com orientação política tão diferente:

“Lott era consciente de que, se não montasse um dispositivo militar comprometido com o nacionalismo, ele seria esmagado pelo anticomunismo dos militares de direita. Lott sabia que podia contar conosco, oficiais que viviam e morreriam para defender o Brasil grande, como ele desejava”.³⁴¹

Na sua memória de militante comunista, Kardec compara seu grupo com os soviéticos da Batalha de Stalingrado, durante a II Guerra Mundial:

³³⁹ *Correio da Manhã*, 29 de junho de 1956. p.03.

³⁴⁰ Entrevista por telefone Cel. de Cavalaria Kardec Lemme. 31 de julho de 2008.

³⁴¹ Idem.

“Nós poderíamos fazer resistência a qualquer ação da direita, não porque éramos oficiais com capacidade superior ou tínhamos melhores condições técnicas, mas porque éramos resistentes. Por isso do meu grande amor pelo Lott. Ele sabia que éramos perigosos para os caras que queriam assumir o poder e não para o povo. Não sei se ele chegou a saber da minha filiação de carteirinha ao partido, pois isso já era uma coisa antiga, mas sabia do meu posicionamento político”.³⁴²

Os militares comunistas constituiriam um “serviço de espionagem” dentro do próprio Exército:

“Muitos oficiais, como o major do Paraná, Joaquim Pires Cerveira, preso e morto durante o Regime Militar, passaram a informar o ministro a respeito da movimentação dos militares de direita. Podemos afirmar que foi montada uma verdadeira rede de informações que mantinha o ministro informado”.³⁴³

Já segundo o coronel reformado Carlos Ramos de Alencar, que ocupou o Serviço Secreto do Gabinete do Ministério da Guerra no período em que Lott esteve na pasta e se tornou “homem de confiança” do ministro, a aproximação de Lott dos militares comunistas era algo pouco compreensível. Afirma que havia praticamente dois grupos em torno do marechal, um de “centro”, do qual ele fazia parte, e um de “esquerda”, claramente comunista. Os dois grupos não eram próximos. Ele nunca tinha contato com os comunistas, só cumprimentava: “Eu não me misturava com essa gente”.³⁴⁴

Ao ser perguntado a respeito de Kardec Lemme, Alencar disse nunca ter tido contato com ele e que somente o cumprimentava. A respeito da aproximação entre Werneck Sodré e Lott, disse nunca ter visto os dois juntos e que somente uma vez esse oficial o procurou e, ao obter resposta negativa para o envolvimento em questões políticas, nunca mais se encontraram:

“Werneck era homem muito inteligente e ótimo professor, porém, comunista. Lott admirava Prestes, dizia que o líder comunista quando era cadete não saía nos finais de semana e ficava dando aula para os colegas mais fracos da Escola Militar. Muitas vezes Lott falava com admiração de Prestes, como homem humano”.³⁴⁵

O que unia oficiais de diferentes orientações políticas sob o comando do ministro da Guerra não era a ideologia política liberal ou comunista, embora o mundo vivesse a bipolaridade da Guerra Fria. A possibilidade de um Brasil emancipado política e

³⁴² Idem.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Entrevista Coronel Carlos Ramos de Alencar. 15 de setembro de 2008.

³⁴⁵ Entrevista Coronel Carlos Ramos de Alencar. 15 de setembro de 2008.

economicamente, o que para muitos significava desenvolvimento social e a manutenção do regime democrático, superava temporariamente as divergências ideológicas. Para Kardec, o general tinha “consciência clara” e “não tinha preconceito ideológico”: “Sua filha, a Edna Lott, vivia em minha casa e era o nosso principal contato com o ministro. Ele não fazia restrições ao convívio dela conosco. Lott sabia que nós tínhamos capacidade de lutar e dar nossas vidas”.³⁴⁶

Não foram somente oficiais de diferentes orientações ideológicas que Lott conseguiu aproximar. Quando ministro, o general conseguiu uma coisa até então inédita: quebrar a rígida barreira que separava o Ministério da Guerra e seu chefe dos escalões mais baixos do Exército. Em agosto de 1956, Henrique Lott assinou, juntamente com Juscelino, a lei número 2.852 que “assegura estabilidade no serviço ativo militar dos Sargentos das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências”. Até então os sargentos não tinham garantia de permanência nas forças militares, o que implicava em afastamento após 10 anos de serviço. O sargento poderia se reengajar na tropa até completar 10 anos de serviço, posteriormente era obrigado a procurar outra atividade profissional, o que era difícil devido à idade avançada e à dificuldade de adaptar-se novamente à vida civil. A falta de estabilidade representava uma ameaça financeira e ao mesmo tempo desprestígio no meio militar. Após dez anos de dedicação ao Exército, o sargento era dispensado.

A questão da estabilidade era uma demanda antiga da categoria. Um panfleto apreendido pela Polícia Política demonstra a importância simbólica e material que a estabilidade significava para os sargentos:

“Por que não é concedida ESTABILIDADE aos sargentos com mais de 10 anos de efetivo? Esta é a pergunta que assalta o espírito de milhares de colegas das Forças Armadas.

“Será porque é necessário às Forças Armadas constituírem reserva? Se assim é, justo será não permitir ao jovem promovido a sargento permanecer na caserna, mais do que 5 anos, para que possa ainda em tempo, na vida civil, conseguir uma situação definida.

Alegar que os sargentos ao conseguirem ESTABILIDADE poderão prejudicar o serviço e a disciplina é argumento fraquíssimo, porque se uma classe pudesse sofrer as pretensas oscilações produzidas por essa medida, então, não se concederia tal direito aos funcionários públicos, comerciários, operários etc...

³⁴⁶ Entrevista por telefone Cel. de Cavalaria Kardec Lemme. 31 de julho de 2008.

Não cremos que os milhares de sargentos, após conseguirem servir independente de reengajamento, percam a moral e a personalidade tornando-se indisciplinados e malandros. Para os que assim procederem há as penas previstas no Estatuto dos Militares e outros regulamentos.

Será que os nossos chefes para aquilatar a nossa qualidade moral e profissional precisam de mais de 10 anos, ou melhor, de 25 anos?

Enquanto os que pertencem a outras classes conseguem, após 2 ou 5 anos de trabalho, permanência assegurada em seus cargos, nós os sargentos, apesar dos inúmeros cursos que fazemos e da disciplina a que estamos obrigados, permanecemos na dependência de certos requisitos banais, os quais, muitas vezes, motivados por certas incompreensões não nos é possível satisfazer, não sendo em consequência renovado o nosso 'contrato', advindo daí o licenciamento, obrigando-nos a começar vida nova depois de nossa família já constituída e haveremos dedicado grande parte de nossa existência ao serviço da Pátria.

Todos os sargentos sabem que a instabilidade só nos traz prejuízos materiais e morais. Não podemos transacionar com os estabelecimentos de crédito, a não ser quando estamos com o 'contrato' renovado, conseguindo assim um mísero empréstimo que não resolve, na maioria dos casos, a nossa situação. Mas quem deseja transação com os sargentos de estabilidade presumida?

[...].

Conclamamos a todos os jornais e revistas editadas por associações de sargentos que escrevam algo sobre a ESTABILIDADE, a fim de que o problema chegue ao conhecimento do maior número possível de colegas. [...]

COLEGAS!!! NÃO ESQUEÇAMOS QUE DE NOSSA LUTA DEPENDE A NOSSA VITÓRIA”.³⁴⁷

Lott também foi responsável pela criação do Quadro de Oficiais Auxiliares e do Quadro de Oficiais Especialistas no Exército. A lei, que ficou conhecida como “Lei General Lott”, foi sancionada pelo Congresso nacional em 1957 e criou condições para o acesso dos sargentos do Exército ao oficialato.³⁴⁸

As duas medidas acima descritas foram responsáveis por um enorme prestígio do ministro entre os sargentos, o que iria repercutir por anos. A gratidão dos sargentos foi revertida em extrema lealdade. Os oficiais da oposição sabiam que não podiam contar com este grupo para desestabilizar o Ministério da Guerra ou o governo JK:

“Os sargentos tinham grande carinho pelo Lott. Eles passaram a ser ouvidos pelo ministro, coisa que não ocorria antes. Em uma portaria Lott decretou que os sargentos não

³⁴⁷ APERJ. Catálogo de Panfletos Apreendidos pela DPS – Divisão de Polícia Política (1944-1960). Eleições Lott - Jango 1960. n.º 955. s/data.

³⁴⁸ República dos Estados Unidos do Brasil. *Coleção das Leis de 1956. Atos do Poder Legislativo*. vol.V. (julho a setembro). RJ: Departamento de Imprensa Nacional, 1956. p.60. *Última Hora*. 23 de fevereiro de 1960.

mais dependeriam de conceitos para serem promovidos. Isso deu enorme prestígio ao ministro. Realmente podemos afirmar que o Nelson [neto de Lott preso durante o Regime Militar] só sobreviveu a sua prisão por conta do prestígio que seu avô tinha com os sargentos. Fiquei preso com ele em um quartel de artilharia em São Cristóvão, lá nós éramos bem tratados e sabíamos que se saíssemos dali a coisa iria mudar”.³⁴⁹

A FRENTE DE NOVEMBRO: AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIAL

Em março de 1956, por iniciativa de militares e civis que apoiaram o Movimento 11 de Novembro, foi criada uma nova organização política, a Frente de Novembro. A iniciativa repercutiu enormemente na sociedade. A organização reuniu sob uma mesma bandeira petebistas, pessedistas, comunistas, militares, sindicalistas e trabalhadores que defendiam a legalidade democrática e o nacionalismo. Elegeram o general Lott como símbolo capaz de aglutinar e representar seus interesses. A presidência do movimento ficou com Figueiredo Alves, presidente do Sindicato dos Gráficos do Distrito Federal e ninguém menos que o herdeiro de Vargas, João Goulart, ocupou a vice-presidência. Mas o principal articulador do movimento foi o coronel Nemo Canabarro Lucas, que ocupou o cargo de secretário-geral e era detentor de uma trajetória peculiar dentre os militares que participavam do movimento.

O oficial Nemo Canabarro, simpatizante dos ideais tenentistas, participou da Revolução de 1930; Revolução Constitucionalista de 1932; da Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, lutando ao lado das tropas do Exército paraguaio como 1º tenente; na década de 1930 aderiu à Aliança Nacional Libertadora e foi preso, tendo cassada a sua patente de oficial do Exército por participação no levante comunista de 1935. Em 1937, aliou-se aos republicanos que lutaram contra o general Franco na guerra civil espanhola, sendo designado, no Exército da Catalunha, oficial de estado-maior na 218ª Brigada Mista da 34ª Divisão de Infantaria do 10º Corpo do Exército do Leste. Perdida a batalha no solo espanhol, passou por um campo para refugiados na França, retornando, mais tarde, ao Brasil e permanecendo detento por alguns dias na Polícia Federal. Esteve nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial como correspondente do jornal *A Noite* e da *Agência Reuter*, acompanhou os exércitos inglês, francês e americano, em campanhas por boa parte

³⁴⁹ Entrevista por telefone Cel. de Cavalaria Kardec Lemme. 31 de julho de 2008.

da Europa. Em 1945, foi beneficiado pela anistia, retornando para as fileiras do Exército brasileiro e atingindo o posto de tenente-coronel em 1951.³⁵⁰

Para conclamar a adesão das “massas populares” à Frente de Novembro lançou, em 7 de junho de 1956, um manifesto no qual estabeleceu as suas principais metas. Direcionado aos “trabalhadores e militares, funcionários, empregados do comércio e pequenos proprietários”, o manifesto descreve o momento crítico pelo qual passava a sociedade brasileira, após duas grandes crises políticas – agosto de 1954 e novembro de 1955. Baixos salários, inflação crescente e dependência econômica definiam a conjuntura nacional.³⁵¹

De acordo com o manifesto, o principal objetivo da organização era liderar um movimento nacional rumo à “democratização social, econômica e política” do país. A meta deveria ser alcançada através de uma série de medidas práticas que figuram no “Programa de Emancipação Social do Povo e Emancipação Econômica da Nação”: reforma agrária; trabalho para os homens e mulheres desempregados; reajuste dos salários, dos preços e dos impostos, a fim de se acabar com o surto inflacionário; participação dos trabalhadores nos lucros integrais (repartíveis e conversíveis) das empresas; fim dos monopólios privados e estatais; monopólio nacional da exploração dos recursos naturais da nação; regulamentação e controle do capital estrangeiro; construção de bases para o desenvolvimento industrial e agrícola da nação (construção de hidrelétricas, fabricação de ferro e aço, construção de estradas de ferro e rodagem...); elaboração de missão econômica para as Forças Armadas na tarefa de desenvolvimento nacional; unificação e democratização das Forças Armadas, eliminando a diferença entre os seus quadros e pondo fim as divergências internas; concessão a homens e mulheres analfabetos a faculdade de votar; representatividade proporcional de trabalhadores nos órgãos de governos municipais, estaduais e federais; democratização do Ensino e da Cultura; por fim, reforma da Constituição.³⁵²

Todas essas medidas tinham como objetivo final a construção de uma “verdadeira democracia”, na qual a sociedade brasileira, segundo as palavras do manifesto, seria

³⁵⁰ “Uma democracia em 3 dimensões: o cel. Nemo Canabarro explica o que é e o que pretende a Frente de Novembro”. *Revista Manchete*. 17 de novembro de 1956. e ABREU, Alzira Alves de. (coord.). Op.cit. pp. 3313-3314. As referências a respeito da reintegração ao Exército (data e posto) foram retiradas do DHBB, contudo, em entrevista datada de 1956, o coronel afirma ter somente voltado às fileiras do Exército no ano de 1951, ocupando o posto de major.

³⁵¹ Frente de Novembro. Manifesto à Nação. Publicado na *Tribuna da Imprensa* em 22 de outubro de 1956. APERJ; Fundo DPS; Série 787; Dossiê 2087; folha 26. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Departamento Federal de Segurança Pública. DOPS.

³⁵² Idem.

transportada da pobreza para a riqueza. O ponto fundamental para o processo estaria na “democratização social” que seria proporcionada pela formação de uma consciência coletiva popular, na qual o trabalhador seria convertido de “trabalhador-assalariado em trabalhador-proprietário, à proporção que as empresas de trabalhadores-assalariados fossem sendo substituídas, nas cidades e nos campos, por empresas de trabalhadores-proprietários”.³⁵³

Embora houvesse grupos de variadas opções políticas dentro da Frente de Novembro, a oposição logo a relacionou ao Partido Comunista. Inúmeras foram as reportagens dos jornais de oposição que acusavam ser a organização mais uma das armas disfarçadas do comunismo. Em novembro de 1956, o almirante Carlos Penna Botto, presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista, apresentou ao ministro da Justiça, Nereu Ramos, um “processo representação” em nome da organização, solicitando, com base na Constituição de 1946, o fechamento da Frente de Novembro, por essa ser, segundo o documento (elaborado pelo secretário-geral da Cruzada, o jornalista, Joaquim Miguel Vieira Ferreira), uma entidade representativa do proscrito Partido Comunista do Brasil³⁵⁴.

O processo que tramitou no Ministério da Justiça e Negócios Interiores estava baseado na documentação elaborada e recolhida pela Cruzada Brasileira Anticomunista. Nele estão expostas as semelhanças entre o Manifesto do Partido Comunista Brasileiro de setembro de 1954 (data fornecida pelo próprio documento) e o manifesto elaborado pela Frente de Novembro, em junho de 1956, apontando, desta forma, em sucintos dezesseis pontos, “a perfeita identidade existente entre o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL e a tal FRENTE DE NOVEMBRO”³⁵⁵.

Uma das maiores preocupações apresentadas no documento é a suposta ameaça que a Frente de Novembro representava às Forças Armadas. A frente, tida como “cópia da falida ‘Aliança Nacional Libertadora’” da “revolução bolchevista”, de novembro 1935, pregava a “união entre grupos civis e militares, estimulando, dessa forma, o ódio entre as classes, entre as forças armadas” e desejava “jogar parte das Forças Armadas, unidas aos trabalhadores e, estes, organizados em milícias comunistas, contra as outras forças, (...) é o caos, a revolução, a catástrofe do equilíbrio e da consciência nacional. Morte, terror

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ Arquivo Nacional. Processo nº 48655.

³⁵⁵ Idem.

coletivo, enfim, toda a corte que acompanha os ‘Cavaleiros Apocalípticos’”. A “democratização das Forças Armadas”, pregadas tanto pela frente quanto pelos comunistas, significava a formação de forças militares identificadas com os anseios dos trabalhadores, eliminadas de qualquer diferenciação interna e defensora da independência nacional. De acordo com a Cruzada Brasileira Anticomunista, esses objetivos seriam alcançados a partir do incentivo ao clima de “insubordinação de grupos militares unidos a grupos de trabalhadores e camponeses, para o estabelecimento da continuidade do ‘Movimento de Novembro de 1955’”.³⁵⁶

A presença do general Lott como figura simbólica e aglutinadora do movimento é, também, um dos principais pontos de preocupação e ataque, pois seria um ministro da Guerra associado a “comunistas e esquerdistas”, ameaçando a unidade interna das Forças Armadas. Era a formação de um “Exército do GENERAL LOTT” – “um GENERAL DO EXÉRCITO, com um EXÉRCITO PARTICULAR, isto é, um Exército de um único GENERAL, e não, de TODOS OS GENERAIS, e não, da PÁTRIA BRASILEIRA”.³⁵⁷

Vários outros pontos de semelhanças, entre o manifesto do PCB e o manifesto da Frente de Novembro, são expostos: eliminação de empresas nacionais associadas a capitais estrangeiros; reforma agrária; democratização do trabalho e da legislação social; representação proporcional de trabalhadores nos órgãos governamentais; voto para o analfabeto, etc.³⁵⁸

Realmente, se forem verificados alguns documentos elaborados pelo PCB a partir de 1954 e o Manifesto da Frente de Novembro de 1956, podem ser encontrados fortes pontos de aproximação. Ambos se alinhavam por um uma sociedade mais igualitária, pela ampliação do conceito de democracia e tinham como elemento central o trabalhador. É clara a inspiração do manifesto elaborado pela Frente Novembro nas aspirações comunistas, mas se deve refletir até que ponto estes anseios eram estritamente comunistas ou faziam parte de um ideário mais amplo, que abarcava outras parcelas da população. Dentre aqueles que falavam em nome do 11 de novembro de 1955, havia muitos outros além dos próprios comunistas.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ Idem.

Se for verificada a constituição dos organizadores da frente, iremos perceber a presença de parlamentares pessedistas e petebistas e de militares desvinculados de partidos. Os ideais proclamados pela frente estavam em sintonia com uma esquerda militar e civil que ultrapassava os limites do PCB. Era a idéia reformista de um capitalismo mais regulado e mais distributivo, aliado à defesa da democracia e da independência econômica da nação.

O próprio processo, pelo qual passou o PCB após a morte de Vargas, confirma a existência de valores que ultrapassavam em muito as fronteiras do partido – eram valores que circulavam pela sociedade brasileira sem estarem restritos a uma determinada orientação partidária. Na crise política de 1954, que levou ao suicídio o ex-ditador, os comunistas haviam se colocado, ironicamente, ao lado daqueles que se opunham a Getúlio. Mas a reação dos trabalhadores e de populares consternados com a morte do presidente “aturdiu os comunistas, quase que tornando obrigatória uma profunda reviravolta política nas relações com os trabalhistas – até porque as direitas, com o poder empalmado, preparavam-se para empreender uma volta aos temíveis tempos de Dutra”.³⁵⁹ O Partido acelerou seu processo de redefinição política. Embora, em 1954, o IV Congresso do partido consolidasse o radicalismo revolucionário dos manifestos de 1948 e 1950, os anos de 1955 e 1956 corresponderam a uma prática política, que, cada vez mais, se organizava junto aos movimentos sociais sindicais e nacionalistas, que pregavam plataformas claramente reformistas e em sintonia crescente com o PTB.³⁶⁰

Em outubro de 1954, o PCB declarou-se favorável a uma aliança com o PTB, pois entendia que o momento “exigia a união de todos os patriotas” na luta pela liberdade e contra o imperialismo. Assim, revelou Prestes: “trabalhistas e comunistas, lutamos contra o mesmo inimigo que é o imperialismo norte-americano, lutamos contra os seus agentes em nosso país – os generais fascistas e os politiquinhos reacionários da UDN – somos todos interessados na preservação dos direitos constitucionais e na defesa das conquistas sociais dos trabalhadores”.³⁶¹ O partido se tornou aliado, desejável ou não, nas lutas democráticas

³⁵⁹ REIS, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol:V. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2002. p. 81.

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ PRESTES, Luís Carlos. “Comunistas e Trabalhistas Ombro a Ombro na Luta Contra o Inimigo Comum”. *Voz Operária* (2 de outubro de 1954). Apud. CARONE, Edgard. *O P.C.B.* Op.cit. pp. 123-125.

de 1955 e na posse de JK e Jango em janeiro de 1956, constituindo significativa presença, mas não a única, nos movimentos nacionalistas e legalistas.

Adeptos de uma política moderada, os comunistas trabalharam a favor de uma frente única que congregasse todas as classes e grupos sociais comprometidos com a modernização do país, aliada a uma política social e ao combate ao imperialismo. A defesa desses ideais não era atributo somente do PCB, o próprio partido havia percebido tarde a força das reivindicações nacionalistas dentro da sociedade brasileira.

Uma nota escrita pelo coronel Nemo Canabarro, publicada no dia sete de novembro de 1956, no jornal *Última Hora*, contra a Cruzada Brasileira Anticomunista e o seu pedido de fechamento da Frente de Novembro, pode ajudar no esclarecimento da questão. O documento ataca aqueles que pertenciam à Cruzada – “sobreviventes de uma época extinta e talvez hoje montando em cavalos marinhos” – acusando-os de passado fascista: “ali, quem não pertenceu ao integralismo (fascismo crioulo) foi partidário de Hitler ou Mussolini e, em geral, todos tiveram parte ativa na traição nacional de 10 de Novembro”. Porém, o mais importante da nota é o esclarecimento em relação à semelhança entre os manifestos do PCB e da Frente.³⁶²

Canabarro tenta esclarecer que, apesar da coincidência, não há aproximação da Frente de Novembro com os comunistas, pelo contrário. Segundo a nota, as ideias defendidas pelo coronel e seus companheiros estavam baseadas nas teses da Democracia Social, linha de pensamento na qual eles próprios foram os pioneiros no Brasil. De acordo com Canabarro, o tema da “Democratização em moldes sociais” tinha sido elaborado e trabalhado já no “Manifesto Democrata”, de 14 de julho de 1950, e na “Mensagem aos Homens do Povo”, de 31 de março de 1951, ambos lançados pelo Partido Democrata do Brasil³⁶³, organização à qual muitos que se encontravam na Frente de Novembro pertenceram. Portanto, segundo a nota, seria mais provável que os comunistas tivessem “copiado” as teses democratas do PDB, do que o contrário.³⁶⁴

³⁶² *Última Hora*. 7 de novembro de 1965. APERJ.; Fundo DPS; Série 787; Dossiê 2087; folha 89. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Departamento Federal de Segurança Pública.

³⁶³ Não foram encontradas em outras fontes referências a este partido. Segundo a entrevista com Nemo Canabarro o partido teve breve existência. Ver: “Uma democracia em 3 dimensões: o cel. Nemo Canabarro explica o que é e o que pretende a Frente de Novembro”. *Revista Manchete*. 17 de novembro de 1956.

³⁶⁴ *Última Hora*. 7 de novembro de 1965. APERJ.; Fundo DPS; Série 787; Dossiê 2087; folha 89. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Departamento Federal de Segurança Pública.

Mais uma vez, o que importa perceber não é quem “copiou” ou foi o pioneiro na defesa da ampliação do conceito de democracia e sim constatar que essas ideias circulavam pela sociedade e eram apropriadas por diferentes segmentos sociais, originando aquilo que a historiografia conceituou de nacional-estatismo, um conceito que em si pode abrigar variadas linhas interpretativas para os temas do intervencionismo estatal, da distribuição de riquezas e da igualdade social.

O ANIVERSÁRIO DO MOVIMENTO 11 DE NOVEMBRO: A ESPADA DE OURO

Em comemoração a um ano do Movimento 11 de Novembro, data que, segundo os que apoiaram o movimento, deveria ser incorporada ao calendário das grandes datas nacionais, a Frente de Novembro resolveu organizar um evento em homenagem à “histórica jornada militar e popular”. Autodenominado-se a “vanguarda do povo e dos trabalhadores”, a organização convidou o povo para uma “Grande Manifestação Popular” em homenagem ao seu símbolo maior, o general Lott. Em um manifesto publicado nos jornais, a frente pediu aos trabalhadores, estudantes, sindicalistas, moradores de bairros e morros, membros de associações culturais ou esportivas, que formassem “Comissões de Comemoração”, para que, na tarde do dia 12 de novembro, fosse celebrada a causa popular e entregue ao general, através das mãos do vice-presidente da República, João Goulart, e “em nome de todos os trabalhadores”, uma espada de ouro, a “Espada de Honra”, “símbolo do ato de comando nacional desempenhado pelo general Lott, na imperecível jornada do dia 11, - a Espada de Novembro”.³⁶⁵

Ao ser divulgada a celebração, houve fortes reações na oposição civil e militar. Jornais noticiaram toda a inquietação causada durante os preparativos. Em 11 de novembro, na véspera da homenagem, o jornal *Diário de Notícias* publicou uma carta do general Humberto de Alencar Castello Branco, oficial da ESG, datada do dia 8 do mesmo mês, denunciando o “nítido sentido subversivo da homenagem ao general Lott”. A carta que havia sido enviada à própria Frente de Novembro, em rejeição ao convite para comparecer

³⁶⁵ Manifesto da Frente de Novembro. *O Jornal*. 30 de outubro de 1956. APERJ.; Fundo DPS; Série 787; Dossiê 2087; folha 53. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Departamento Federal de Segurança Pública. DOPS.

à homenagem, denunciava a suposta atitude subversiva e a grave falta disciplinar que se constituiria a presença de algum militar no evento.

A carta de Castelo Branco demonstra mais uma vez a preocupação dos oficiais da oposição com as propostas da Frente de Novembro de democratização das Forças Armadas. O general esclarece as suas objeções à “reunião político-partidária”, condenando a proposta de formação de uma força militar “popular e nacionalista”, constituída por trabalhadores e militares envolvidos com o comunismo e que pretendia criar a fragmentação das três Forças. Eis um trecho da carta:

“Essa arregimentação de militares, como classe e como força, ao lado de outras classes, alinhadas de uma maneira politicamente suspeita, é, antes de tudo, subversiva. É também subversiva por desejar subordinar as Forças Armadas à sua linha de ação e DEMOCRATIZA-LAS (...) [e] UNIFICA-LAS. (...) As Forças Armadas, por motivos políticos, estão politizadas e, conseqüentemente, divididas. Agora a FORÇA POPULAR E NACIONALISTA, querendo absorve-las, pretende promover sua desagregação pelo processo odioso do expurgo dos que lhes são contrários e pela sujeição dos que fiquem a seu serviço. Vão elas, então, para o regime totalitário, de natureza comunista ou nazista. Assim, há uma conspiração contra a ordem nas Forças Armadas para subversão de sua vida profissional e constitucional”.³⁶⁶

A condenação de elementos militares supostamente ligados ao comunismo também é pontuada na carta do general. Os comunistas estariam se infiltrando nas Forças Armadas e insuflando expurgos daqueles que não fossem os seus adeptos. Desta forma, a solução seria o afastamento do Exército da política através do “fortalecimento do poder civil e pela vitalização militar-profissional das Forças Armadas”. Interessante confirmar que, para os militares da oposição, a presença político-partidária nas Forças Armadas só era nociva quando se posicionava contra os seus valores. A ideia de militar-profissional somente era conclamada pela oposição, quando a política feita nos quartéis não ia de encontro com as suas próprias convicções políticas. Em nenhum momento de 1955, esses militares condenaram as declarações conspiratórias e as quebras de hierarquia daqueles que propunham a interrupção da democracia.

No mesmo dia da publicação da carta do general Castelo Branco, 11 de novembro, ou seja, dia exato do aniversário do movimento de novembro de 1955, foi prestada pela

³⁶⁶ APERJ.; Fundo DPS; Série 787; Dossiê 2087; folha 128. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Departamento Federal de Segurança Pública.

Marinha uma homenagem ao almirante Amorim do Vale, um dos líderes golpistas de 1955. Foi realizado um comício, no qual foram exaltados, além do próprio almirante, os principais nomes da trama antidemocrática do ano anterior: almirante Penna Botto; coronel Mamede; Carlos Luz; Carlos Lacerda; Café Filho. Em discurso, o almirante Ernesto Araújo saudou o almirante homenageado afirmando:

“(...) procuraste manter a coesão interna da Marinha e solidificar, cada vez mais, sua estreita união com o Exército e a Aeronáutica, imperativo para a sobrevivência da nação dentro do regime democrático e cristão (...) Entretanto, apesar da ação desassomburada de Amorim do Vale, sobreveio aquilo que a tua lealdade, jamais poderias admitir como possível: a sublevação das tropas do Exército com sede no Distrito Federal, sob a égide de seu ministro demissionário, assessorado por um grupo de generais”.³⁶⁷

Ao agradecer a homenagem prestada, Amorim do Vale destacou o ressentimento da Marinha com o Exército e seu ministro, e fez questão de afirmar a oposição daquela Força ao Governo estabelecido:

“A unidade nacional foi desfeita pela negra traição de novembro. Restabeleceram-se no país os privilégios de corrupção, garantidos pela impunidade. Abrem-se as portas aos crimes políticos, travestidos de expurgos. (...) A mais desenfreada demagogia pretende substituir-se ao verdadeiro amor ao povo, que lhes diz verdades e não mentiras e que zela pela sua causa, sem cortejar vícios. (...) Vemos a inundação, não vemos os diques. Resta, entretanto, a Marinha. E restam, com ela, os intrépidos que resistem – militares e civis – na maior resistência moral de nossa história. A Marinha, incorrupta, incorruptível, eterna, indomável, exemplarmente unida, a convencer-nos, somente de olhar a serenidade impávida de seus navios e de sua gente, que o Brasil sobreviverá à traição de alguns de seus filhos [...]”.³⁶⁸

Finalmente chegou o dia da homenagem. Apesar das manifestações da oposição, no dia 12 de novembro de 1955, uma segunda-feira, em frente ao Ministério do Exército (atual Palácio Duque de Caxias, no Centro da cidade do Rio de Janeiro), reuniram-se aproximadamente 15 mil pessoas, entre militares, petebistas, pessedistas, sindicalistas,

³⁶⁷ *Tribuna da Imprensa*. 12 de novembro de 1956. APERJ.; Fundo DPS; Série 787; Dossiê 2087; folha 130. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Departamento Federal de Segurança Pública.

³⁶⁸ Também estavam presentes ao evento os seguintes oficiais e civis: ministro Gomes Carneiro do Superior Tribunal Militar; general Fiúza de Castro; general Bernardino de Matos; general Ademar de Queiroz; ministro Marcondes Ferraz; deputado Otávio Mangabeira; almirante Salalino Coelho; almirante Guimarães Roxo; deputado Carlos Lacerda; Monteiro de Castro (chefe da Casa Civil durante o governo Café Filho); deputado Raimundo Padilha. *Tribuna da Imprensa*. 12 de novembro de 1956. APERJ.; Fundo DPS; Série 787; Dossiê 2087; folha 130. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Departamento Federal de Segurança Pública. DOPS.

comunistas e simples trabalhadores, para entregar ao general Teixeira Lott a espada de ouro. Fabricada em Caxias do Sul (RS), a espada, com o punho e bainha de ouro de 18 quilates e lâmina de aço de Toledo, trazia a seguinte inscrição no punho: “Civis e Militares oferecem ao General Lott” e, na lâmina: “A espada de novembro”.³⁶⁹

Para a felicidade de muitos e a consternação de tantos outros, o orador oficial do evento foi nada menos que o vice-presidente, João Goulart. Em seu discurso, Jango ressaltou as qualidades do general, mas, sobretudo, evocou a união entre trabalhadores e militares – “unidade Povo e Classes Armadas” – sob o ideal nacionalista. Segundo as palavras do orador, “a comunhão entre o Exército e os trabalhadores” em defesa da legalidade e da democracia deveria ser mantida e reforçada em nome do “nacionalismo esclarecido”, que fornece à nação consciência e que “não consente em ver sair do nosso território o centro de decisão e orientação dos nossos problemas”.³⁷⁰

No discurso do vice-presidente, o elemento de unidade e de identificação entre militares e trabalhadores estava no nacionalismo e na figura de Getúlio Vargas:

“Tem uma tradição, aliás, e tem um sentido, esse traço de sentimento nacionalista, que identifica o trabalhador com as Forças Armadas. O povo brasileiro tem tido nas fileiras do Exército a sua mais constante e eficiente escola de nacionalismo. Por seu lado tem sido as classes trabalhadoras a grande vanguarda dessa luta, de que se fez interprete e mártir aquele que selou com o sacrifício de sua vida o encontro com o Brasil consigo mesmo, o imortal presidente Vargas”.³⁷¹

Na voz de Goulart, entendemos que os argumentos utilizados pelos que desejavam a presença do Exército como guardião da democracia e da legalidade e aliado na busca pelas reformas sociais desejadas suscitavam a evocação de categorias altamente significativas na mentalidade militar, seus símbolos: o nacionalismo, a Pátria e a soberania nacional.

“A alta missão de vigília sobre os destinos da Pátria que têm as Forças Armadas, sob a inspiração tutelar de Caxias, e a responsabilidade que têm os trabalhadores, como a grande classe produtora de riqueza nacional, faz com que se entendam, efetivamente, soldado e povo, consolidando uma mentalidade comum, formando um só exército, para as tarefas de nossa emancipação. É através dessa mentalidade que se mostra o modo porque devemos encarar a necessidade de enriquecimento e da independência econômica do país (...)”.³⁷²

³⁶⁹ *O Jornal*. 18 de novembro de 1956. APERJ.; Fundo DPS; Série 787; Dossiê 2087; folha 138. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Departamento Federal de Segurança Pública.

³⁷⁰ *Idem*.

³⁷¹ *Idem*.

³⁷² *Idem*.

Em resposta à homenagem prestada, Lott leu um discurso no qual foi feito um retrospecto dos acontecimentos de novembro de 1955, quando, segundo as palavras proferidas, a maior parte do Exército e das Forças Armadas brasileiras, imunes às paixões e interesses político-partidários, preservaram a legalidade e asseguraram ao povo o seu direito de eleger, proclamar e empossar livremente os seus representantes, de acordo com o artigo primeiro da Constituição: “Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”.³⁷³

O general defendeu a sua posição e a Frente de Novembro das acusações de serem aliados do Partido Comunista. Definindo-se como “cristão, democrata por índole e educação” e “soldado por vocação”, o general afirmou que as aspirações comunistas eram incompatíveis com as tendências cristãs e democráticas do povo brasileiro. Assegurou que o interesse pela sorte dos trabalhadores do Brasil representava o sentimento cristão de vê-los como semelhantes e, por isso, dignos de atenção e estima. Aqueles que participavam da Frente de Novembro eram desejosos de “uma pátria próspera e feliz” e livre de qualquer tipo de revolução subversiva. Por fim, o general evocou a união de todos os brasileiros em apoio ao presidente Juscelino Kubitschek e agradeceu a espada a ele entregue, afirmando ser “símbolo da confiança que depositais no patriotismo das Forças Armadas”.³⁷⁴

Todavia, dentre todos os discursos proclamados durante a homenagem, o que causou grande descontentamento e inquietude nos círculos militares e civis foi o discurso do prefeito de São Paulo, Toledo Pizza, que afirmou nada menos que o general Lott deveria ser o substituto de Getúlio Vargas na liderança da nação. Eis os trechos mais significativos do discurso:

“Com a morte de Getúlio Vargas, abriu-se um hiato na história do Brasil. Seu lugar deve ser ocupado por um leader. [...] Neste momento histórico da vida nacional, esse homem deve ser encontrado nas fileiras do exército, porque, no Brasil, o Exército é o povo fardado! [...] Porque, um dia, esse Exército negou-se a exercer o infame papel de ‘capitão-do-mato’ e, neste momento, não desmentirá o seu glorioso passado para, com o fogo dos seus fuzis e com o gume das suas espadas, manter um regime de injustiça social, desumano e anticristão.

Esse leader, o povo brasileiro aponta, neste instante na pessoa do General Teixeira

Lott!

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ Idem.

Este povo está certo de que a espada, que agora lhe é entregue, General Teixeira Lott, só será desembainhada em defesa dos oprimidos, para a garantia das nossas liberdades e para a preservação da independência da Pátria”.³⁷⁵

A reação à manifestação e sua repercussão foram inúmeras. Se, antes, a oposição já atacava a realização do evento através da crítica à Frente de Novembro, agora a crítica passou a recair diretamente sobre o general Lott. O jornal *Tribuna da Imprensa*, em 13 de novembro de 1956, publicou uma charge intitulada “O novo bezerro de ouro”. Nela, um bezerro com a face do general Lott é aclamado e reverenciado por populares que sustentam faixas das principais organizações e movimentos nacionalistas e legalistas da época: MNPT; Frente de Novembro; Fundo Sindical; PC; Clube J.J... E, enquanto isso, passa ao largo o general Juarez Távora, segurando nas mãos uma tábua com as inscrições “pacificação dos espíritos”.³⁷⁶ Era evidente nos círculos conservadores a clara reprovação da atitude assumida pelo general Lott de se deixar homenagear por um grupo supostamente ligado ao comunismo. Suspeitavam da grande popularidade adquirida pelo ministro da Guerra, que, aparentemente, não havia feito grandes esforços para conquistá-la.

Neste mesmo dia, o jornal *Correio da Manhã* publicou uma reportagem intitulada “A comédia da repetição”. De forma colérica, o texto assegura que a homenagem ao general se constituiu, na realidade, na “fundação de uma seita de fanáticos”, composta por pelegos e comunistas seguidores do “novo Encoberto do Sebastianismo nacionalista: o general Henrique Teixeira Lott”. A Frente de Novembro, severamente acusada de subversiva, é descrita como movimento que tinha como única intenção a de “abertura temporã de uma campanha eleitoral” do general Lott – ironicamente descrito como a reencarnação de Getúlio Vargas. Mais uma vez a valoração dos conceitos de legalidade e democracia era disputada:

“Justificou-se e defendeu-se a organização subversiva da Frente de Novembro. Reclamou-se a afirmação de uma ideologia agressiva cozinhada com os ingredientes do complexo de inferioridade colonial. Misturou-se – tudo era promiscuidade – cristianismo com o expansionismo soviético; democracia com paternalismo estatal; consciência popular com hipnotização das massas. E da estranha mistura irrompeu uma espada que luzia como ouro. Mas como nem tudo que luz é ouro, pode-se

³⁷⁵ *O Jornal*. 13 de novembro de 1956. APERJ.; Fundo DPS; Série 787; Dossiê 2087; folha 149. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Departamento Federal de Segurança Pública.

³⁷⁶ *Tribuna da Imprensa*. 13 de novembro de 1956. APERJ.; Fundo DPS; Série 787; Dossiê 2087; folha 151. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Departamento Federal de Segurança Pública.

duvidar tanto da autenticidade de sua substância metálica quanto da seriedade com que ali se falou em acatamento ao poder civil, às instituições e à ordem constitucional”.³⁷⁷

As denúncias da oposição sobre o caráter messiânico da Frente de Novembro em torno do seu “encoberto” só confirmavam a força simbólica exercida pela imagem do general sobre os grupos políticos que apoiavam as causas nacionalistas e a legalidade. A elite política civil e militar foi surpreendida por aquele “oficial profissional”, que, até outubro de 1954, encontrava-se, por vontade própria, distante dos centros de poder e que agora sobressaía como bastião das causas populares e agregava em si grande parte dos valores exaltados pela esquerda política da época. Para muitos, a emergência do anódino general em uma das mais importantes figuras políticas do governo Kubitschek encontra resposta em uma suposta ambição política do general, até então reprimida, e maquiavelicamente posta em prática a partir de novembro de 1955, ou, ainda de forma mais reducionista, se justifica simplesmente pela total manipulação do “inocente útil” por políticos habilidosos e aproveitadores.

Se, por um lado pode-se afirmar que o PTB e o PCB aproximaram-se dos quartéis através da exaltação da figura de Lott, é preciso considerar que o destaque adquirido pelo general tem muito mais a ver com os símbolos que sua imagem evocava do que uma suposta manipulação ou desejos ocultos do general. Evitando o reducionismo, o conceito de carisma, originário da sociologia weberiana, ajuda no entendimento do fenômeno que agitou amplos setores da sociedade brasileira nos anos que se seguiram de governo democrático até 1964.

O antropólogo Geertz, propondo fugir do senso comum sobre a idéia de carisma, que concebe tal característica como um “dom” de determinadas personagens, e igualmente negando o exagerado psicologismo proposto por alguns autores, define o conceito como fenômeno cultural e histórico que pode assumir variadas formas de acordo com a sociedade e o processo histórico no qual se desenvolve.³⁷⁸

³⁷⁷ *Correio da Manhã*. 13 de novembro de 1956. p. 6.

³⁷⁸ Clifford Geertz se baseia em estudos de Edward Shils, para desenvolver reflexões sobre a validade do conceito weberiano de carisma nas realidades políticas do século XX. GERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997. p. 182-183.

A partir de Shils, entende-se que, no campo da política e de suas relações de poder, a razão de grupos sociais enxergarem sua transcendência em determinados indivíduos tem parte de sua explicação na “conexão entre o valor simbólico de indivíduos e a relação que estes mantêm com os centros ativos da ordem social”. Ou seja, o envolvimento, mesmo que seja resultado de uma oposição, com instituições valorizadas e dominantes dentro da sociedade e as idéias por elas produzidas, associadas a eventos que ocorrem netas esferas, é que conferem o caráter carismático a um determinado indivíduo: “o carismático não é necessariamente dono de algum atrativo especialmente popular, nem de alguma loucura inventiva; mas está bem próximo do centro das coisas”. Desta forma, não há uma única forma de existência da emoção carismática, o sujeito carismático pode surgir de qualquer área da vida social “desde que esta área esteja suficientemente em evidência, e, por esta razão, pareça imprescindível à sociedade”.³⁷⁹

Se a dimensão simbólica adquirida pelo carismático é fenômeno cultural e historicamente construída e está diretamente ligada ao centro de poder e suas representatividades, os símbolos materializados em um indivíduo fazem parte do imaginário social. São os símbolos conferidos ao carismático que lhe dão credibilidade e não o contrário. Pode-se afirmar que uma cultura política, por mais racional que seja, está permeada por valorações que transitam no terreno do transcendental, do místico e, desta forma, produzem o fenômeno do carismático:

“Os tronos podem estar fora de moda, bem assim como os cortejos e a pompa; mas a autoridade política – e a própria oposição a esta autoridade – ainda exigem uma estrutura cultural em que se definir e fazer suas asserções. Um mundo totalmente desmistificado é um mundo totalmente despolitizado [...]. O extraordinário não deixou a política moderna, por mais que a banalidade nela tenha entrado; o poder ainda inebria, mas também dignifica”.³⁸⁰

Lott, mais do que nunca, estava próximo ao centro de poder. Além de ser ministro de Estado, ele representava a mais importante instituição militar das Forças Armadas, o Exército – que evocava os ideais de uma nação forte e soberana. A cultura política gestada pela mentalidade nacional-estadista apresentava valores que se encaixavam perfeitamente na imagem do general. O ministro da Guerra e seus oficiais aliados tinham garantido a

³⁷⁹ GERTZ, Clifford. Op.cit. p. 184.

³⁸⁰ Idem. pp. 214-215.

posse dos representantes da nação, eleitos pelo voto livre, e, em sua batalha pela legalidade democrática, revelaram um Exército que podia representar as aspirações dos setores populares. O general, independentemente de seus objetivos legalistas em novembro de 1955, logo foi associado as mais amplas aspirações de militares e civis compromissados com uma maior igualdade social e com a independência política e econômica do país.

O ministro da Guerra, um dos principais sustentáculos do governo JK e altamente prestigiado pela esquerda política da época, forneceu o símbolo ideal aos que lhe aplaudiram durante a sua homenagem em frente ao Ministério do Exército: a união entre povo e Exército – o que não significou em nenhum momento o monopólio dos ideais comunistas. Era materialização em uma só pessoa das demandas de uma sociedade que se modernizava e tinha urgência desta transformação, mas que, igualmente, buscava uma solução para as desigualdades sociais que se perpetuavam e se radicalizavam.

As Forças Armadas, principalmente o Exército, tinham conquistado poder e prestígio. Tinham se tornado centro de decisão da política nacional desde a década de 1930 e nada mais natural que fosse de dentro de seus quadros que surgisse aquele que representaria amplos segmentos da sociedade comprometidos com os ensinamentos nacionalistas da carta testamento de Getúlio Vargas. Se o ex-ditador tinha desaparecido, agora, entre os “candidatos a herdeiro” de sua política, o general era nome importante, por unir o lado civil ao lado militar.

Estava formada a identidade de um Exército amigo do povo e aliado do trabalhador. O Exército de Caxias se aproximava dos setores urbanos e do nacionalismo gestado nesse meio. A doutrina Góis Monteiro, pregadora, entre outras coisas, de que os militares deveriam estar próximos aos centros de poder, mas distanciados das conturbações políticas da vida civil, perdia espaço para uma ideologia que continuava concebendo o Exército como o grande orientador da nação, mas, agora, aliado ao povo e representante de suas aspirações de reformas sociais, econômicas e políticas. A nova fase democrática da política nacional possibilitava uma cultura política em que, cada vez mais, os líderes políticos se aproximavam da população e quebravam as barreiras de uma sociedade oligárquica e elitista. Nada mais sintomático que estarem em um mesmo palanque, em comemoração ao Movimento 11 de Novembro, o ministro da Guerra criticado por receber bem os sargentos

em seu gabinete e o igualmente criticado ex-ministro do Trabalho, que também recebia trabalhadores.

Em oposição estavam os militares aliados às elites civis e adeptos do conservadorismo. Propunham a continuação da modernização “pelo alto” e não estavam dispostos a ouvir as reivindicações, muitas até hoje pertinentes, de homens e mulheres que possibilitaram o processo de industrialização nacional através de seus próprios braços. Esses oficiais das Forças de terra, mar e ar passavam a ser identificados como golpistas e inimigos do trabalhador.

Em entrevista concedida à *Revista Manchete*, publicada na semana seguinte à homenagem ao Ministro da Guerra, o coronel Nemo Canabarro, provavelmente a figura mais radical da Frente de Novembro, acentuou a existência de um rompimento entre as Forças Armadas. Era a polarização de dois grupos: um engajado na “luta de emancipação popular” e outro golpista e defensor dos interesses dos reacionários e conservadores. Segundo as suas palavras:

“[...] uma força de propensão democrata e nacionalista, representada no dispositivo do 11 de novembro; e a força conservadora, reacionária, advogando a participação do capital estrangeiro a pretexto de acelerar o desenvolvimento do país, mas na verdade acumpliciada com organizações internacionais ou com capitais brasileiros ligados a esses grupos para o saque das nossas riquezas”.³⁸¹

Para o coronel, a oposição entre as duas forças não poderia ser resolvida pela “pacificação” proposta por alguns. Seu discurso era enfático: “ela só terminará quando uma das facções tiver esmagado a outra. De nossa parte só aceitaremos do adversário a rendição incondicional, ou o seu total aniquilamento como força de atuação ou de influência”. E, se a conspiração golpista não se calasse: “os trabalhadores oferecem-se para receber armas e compensar uma eventual divisão nas forças militares. Podemos contar com três milhões de trabalhadores, em torno do general Lott e na defesa do regime”.³⁸²

Mais uma vez o coronel aproveitou para definir, segundo seus propósitos, os interesses da Frente de Novembro. Misturando elementos do discurso nacionalista com o radicalismo dos movimentos de orientação política extremada, Canabarro anunciava uma “nova época”. O movimento de “imposição de respeito aos interesses populares”, que

³⁸¹ “Uma democracia em 3 dimensões: o cel. Nemo Canabarro explica o que é e o que pretende a Frente de Novembro”. *Revista Manchete*. 17 de novembro de 1956.

³⁸² *Idem*.

tinha se iniciado com as jornadas de 11 e 21 de novembro de 1955, seria “mais extenso e profundo” que a Revolução de 1930. Era o início do “aperfeiçoamento da democracia” com a rejeição do comunismo e do capitalismo como modelos e a defesa de uma democracia social, econômica e política – a “democracia 100%”. Algo tão novo quanto foi o comunismo de 1917 e o fascismo de 1921, e que serviria de modelo para os demais países.³⁸³

Por conta do conteúdo de sua declaração, o coronel foi preso e enquadrado no código disciplinar do Exército. Entretanto, se o coronel Nemo Canabarro era uma das vozes mais radicais da Frente de Novembro, isso não excluía a participação de outros oficiais como o general Lott, que via as reformas propostas pela Frente de Novembro como um meio de combater as injustiças do capitalismo e, ao mesmo tempo, afastar o trabalhador do perigo comunista. Em dezembro de 1956, o próprio Canabarro foi classificado para serviço na Secretaria Geral do Ministério da Guerra e juntava-se ao dispositivo militar de Lott.³⁸⁴

FECHAMENTO DA FRENTE DE NOVEMBRO

A Frente de Novembro causava embaraços ao presidente da República. Várias foram as declarações na imprensa e no Congresso contra a organização. Ao mesmo tempo em que tentava se distanciar dos discursos e das manifestações realizadas pela frente, associadas pela oposição ao comunismo, Kubitschek era pressionado por oficiais e civis conservadores a tomar atitudes de repressão. Muitos questionavam a própria pertinência do general Lott como ministro da Guerra. Em 24 de novembro de 1956, tentando acalmar os ânimos da elite política, o presidente República resolveu decretar o fechamento dos dois grandes espaços de manifestações antagônicas: a Frente de Novembro e o Clube da Lanterna, este último reduto dos lacerdistas.³⁸⁵

Mesmo após o fechamento da Frente de Novembro, o clima de tensão permaneceu na República. A sociedade civil se mostrava descontente com os rumos da nação. Grupos conservadores e as esquerdas queriam colocar seus projetos de nação em ação. Consta no acervo da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) um dossiê sobre o movimento que mapeia a atividade política da Frente de Novembro e a sua repercussão na imprensa, a

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ *Correio da Manhã*. 07 de dezembro de 1956. p.16.

³⁸⁵ Sobre o governo JK e a crise gerada pela Frente de Novembro ver: BOJUNGA, Cláudio. Op.cit.

partir de outubro de 1956 a novembro de 1957. A documentação de 247 páginas é composta em grande parte por recortes de reportagens sobre a frente, veiculadas em jornais do Rio de Janeiro. O material foi recolhido tanto em jornais conservadores e direitistas, quanto em jornais ligados ao PCB e PTB, eram eles: *O Globo*; *última Hora*; *Diário de Notícias*; *Tribuna da Imprensa*; *O Jornal*; *Imprensa Popular*; *Voz Operária*; *Correio da Manhã*.³⁸⁶

Todavia, o que mais chama a atenção no material é um relatório sobre a repercussão, no meio sindical e na sociedade em geral, do fechamento da Frente de Novembro, distinguindo os principais envolvidos com o movimento – há uma lista com todos os sindicatos que supostamente deram apoio à frente. Interessantemente, o documento aponta, também, como subversivos, alguns partidos e associações de direita que, segundo a apreensão do agente que elaborou o documento, colocavam a ordem social, neste delicado momento, igualmente em perigo. Foram citados parlamentares da UDN, como Carlos Lacerda; do PTB; do PSB; do PRT; do PL; do PSB; além das organizações Associação Feminina; Centro de Defesa do Petróleo; Centro de Defesa da Emancipação Nacional; Clube da Lanterna e Cruzada Brasileira Anticomunista, sendo citado nominalmente o almirante Penna Botto.³⁸⁷

O documento relata a preocupação da reação popular diante da ordem do presidente da República em fechar a Frente de Novembro, “agremiação puramente de peronismo porque em palestra no seio das massas era voz corrente de que há de se armar as massas no que tange aos operários e camponeses com instrutores militares”. O relatório alerta as autoridades competentes sobre a necessidade de serem tomadas providências urgentes diante o estado de revolta em que se encontravam não só os que apoiavam e/ou participavam da Frente de Novembro, mas os seus próprios opositores, como algumas das organizações acima citadas e oficiais da Marinha e da Aeronáutica, que haviam se pronunciado contra o próprio governo. Eram necessárias:

“[...] providências urgentes e energéticas para por fim a este estado de coisas. Conquanto o ato do Sr. Presidente da República não foi bem recebido com satisfação nos meios operários e camponeses e do povo em geral, e com as detenções de

³⁸⁶ APERJ.; Fundo DPS; Série 787; Dossiê 2087. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Departamento Federal de Segurança Pública.

³⁸⁷ APERJ.; Fundo DPS; Série 787; Dossiê 2087; folha 1. Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Departamento Federal de Segurança Pública.

generais e coronéis, e reunião do alto comando das forças armadas em conjunto com líderes parlamentares, e ainda temos o memorial dos almirantes, e alguns descontentamentos dos aeronautas que estão solidários com tal memorial da Marinha”.³⁸⁸

Mesmo após ter passado um ano do episódio do 11 de novembro, o governo de JK tinha que lidar com a conturbada polarização dos grupos militares, aliados a civis, que lutavam pela predominância de seus ideais de nação. O movimento liderado por Lott, em 1955, além de garantir a obediência à Constituição e, portanto, respeito aos resultados das eleições presidenciais, serviu, também, como estopim para a manifestação tanto dos seus opositores, quanto daqueles que apoiaram a atuação do general. O combate, que só foi resolvido pela força, no golpe de 1964, serviu como meio de aproximação entre uma ala das Forças Armadas, principalmente do Exército, com os trabalhadores e suas instituições representantes.

CARTAS AO GENERAL

Além da cerimônia de entrega da espada de ouro e da organização da Frente de Novembro, a popularidade do ministro da Guerra cresceu muito também por conta de outra novidade. Durante o período em que ocupou a pasta, o general passou a receber semanalmente em seu gabinete militares oficiais e subalternos que desejavam ter uma audiência com o ministro. No Ministério da Guerra, foi organizada uma equipe responsável por receber e encaminhar as demandas destes homens. Existiam duas formas de entrar em contato com o chefe da casa: audiência com o próprio ministro ou requerimento via carta ou telegrama que poderiam ser enviados de qualquer unidade do Brasil ou ser escritos no próprio ministério por algum oficial de plantão.

Em 30 de junho de 1958, o terceiro sargento Haroldo Corte Tornour, do 4º RI de Quitaúna (SP), escreveu solicitando maior atenção do ministro para reformulação da lei que permitia casamento dos sargentos. O sargento argumentava com surpreendente franqueza:

“Considerando que, em virtude da rigidez dos dispositivos dos Estatutos Militares, muitos sargentos contrariam esses dispositivos, porque o casamento é uma necessidade ‘social’ e ‘natural’. (...) Considerando ainda que é preferível ao Exército

³⁸⁸ Idem.

serem estabelecidas leis ‘liberais’ que sejam rigorosamente compreendidas e cumpridas, ao invés de leis ‘rígidas’ que não o sejam, venho pela presente solicitar a V.Excia o encaminhamento aos órgãos competentes, a fim de ser apurada a VERDADE e ser estabelecida uma legislação onde o Exército possa exigir o seu cumprimento”.³⁸⁹

Todas as cartas geravam processos que, impreterivelmente, eram analisados e respondidos por uma equipe ligada pessoalmente ao ministro da Guerra, quando não por ele próprio:

“Lott montou uma comissão que trabalhava no 9º andar para atender todos os pedidos que chegavam aquele ministério. Todos eram lidos e recebiam algum tipo de resposta. Eu, no final do expediente, atendia uma fila enorme de militares que desejavam fazer algum requerimento ao ministro. Alguns casos eu mesmo resolvia, outros eu encaminhava o processo para os oficiais que auxiliavam o ministro. Era uma diretoria menor. Por conta dessa postura, muitos oficiais e subalternos passaram a reconhecer em Lott um ministro preocupado com a vida do militar, diferente dos seus antecessores que ficavam encastelados”.³⁹⁰

Lott foi muito criticado por esta atitude. Para o general Cordeiro de Farias, por exemplo, o ministro foi responsável pela politização dos subalternos das Forças Armadas, que culminaria na Revolta dos Sargentos em 1961. Chegou a dizer que, enquanto Lott recebia os sargentos em seu próprio gabinete, os generais eram recebidos em pé.³⁹¹ Os oficiais conservadores viam com extrema desconfiança a postura de aproximação à tropa. O ministro rompia com o tradicional distanciamento entre oficiais e praças. Já os grupos subalternos e a esquerda militar se identificavam mais ainda com o novo líder.

O Ministério da Guerra passou a ser referência importante para os militares oficiais e praças que necessitavam de algum tipo de auxílio do Exército. Mas não eram somente tenentes, soldados ou cabos que escreviam ao ministro. Mães, filhas e esposas destes homens escreviam de próprio punho solicitando transferência, pensões e até mesmo a liberdade prisional dos entes queridos.

Em carta datada de 15 de maio de 1959, as irmãs Leopoldina, Carolina e Éster Maria Pereira de Carvalho, originárias de Recife e filhas do veterano da Guerra do Paraguai, Antonio Bertino Pereira de Carvalho, escreveram uma carta ao ministro da Guerra solicitando ajuda para receber a pensão do pai, atrasada já em sete meses:

³⁸⁹ Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Coleção de Requerimentos ao Ministro da Guerra.

³⁹⁰ Entrevista por telefone Cel. de Cavalaria Kardec Lemme. 31 de julho de 2008.

³⁹¹ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. Op.cit. p.346.

“(…) esperando dia após dia notícias é que vimos mais uma vez apelar para vossa bondade a fim de termos notícias do pagamento de nossos atrasados.(…) Pois como é de vosso conhecimento de cidadão católico é permitido ao pobre apelar para os seus superiores principalmente achando-se enferma como Carolina e Ester e só dispondo do soldo a que fazemos jus”.³⁹²

Em julho do mesmo ano, Dona Maria Luiza Sant`Anna escreveu carta ao ministro solicitando solução para problema semelhante ao das irmãs de Recife. As pensões dos antigos veteranos da Guerra do Paraguai estavam atrasando. A letra desenhada surpreende pela franqueza dramática e pela simplicidade das palavras:

“Venho por meio desta simples cartinha, pedir um favor. (...) Me acho bastante doente, não tenho recursos para o meu tratamento. Recebo a mensalidade, não me dá para nada, preciso de um tratamento sério, já estou com a idade avançada, vou completar 75 anos e preciso do meu dinheirinho atrasado. (...) peço que tenham pena de mim, ver se conseguem botar meu nome nesta primeira lista que vier e um grande favor Deus há de proteger quem me fizer este favor. (...) Não esqueça de mim. Queira desculpar a ousadia”.³⁹³

O ministério também era envolvido em assuntos que em muito ultrapassavam o âmbito militar, como as questões matrimoniais. Em 23 de junho de 1959, Nair de Souza, esposa do Capitão Benedito Waldir Navarro de Souza, lotado em Santo Ângelo (RS), enviou telegrama urgente ao ministro da Guerra solicitando que seu marido não fosse transferido para outra localidade, pois ela ainda não tinha sido informada pelo mesmo da sua solicitação de transferência: “Exmo.Sr. Ministro da Guerra. Somente hoje fui sabedora que meu esposo cap. Benedito V. Souza falou com V.Excia para ser transferido. Peço-vos encarecidamente não transferi-lo de Santo Ângelo”. Em resposta o ministro ordenou que não fosse permitida sem a sua autorização a transferência do referido capitão.³⁹⁴

No dia 5 de novembro de 1958, Olga Marques Xavier, moradora do Rio de Janeiro, em audiência no Ministério da Guerra, solicitou que seu noivo, o soldado reengajado Romeu Gregório da Silva, fosse dispensado do resto do tempo que tinha que servir “para que ele possa empregar-se e ao mesmo tempo casar-se”. A jovem já havia escrito ao ministro:

“Acontece que Sr. Ministro, que neste momento surgiu a oportunidade tão ansiosamente esperada com a oferta de um bom emprego para o mesmo, e que viria

³⁹² Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Coleção de Requerimentos ao Ministro da Guerra. Caixa 437.

³⁹³ Idem.

³⁹⁴ Idem.

proporcionar-nos a realização de nosso grande sonho, o casamento, se não fossem os rigores dos regulamentos militares que, exigindo que o soldado engajado tenha passado mais da metade do tempo para ser licenciado, nos tiram a chance de aproveitar essa maravilhosa oportunidade”.³⁹⁵

Em agosto de 1956, Maria das Dores de Albuquerque Silva, moradora de Recife e esposa do capitão reformado Beethoven Marques da Silva, escreveu ao general Lott solicitando proteção e ajuda para obter pensão do seu próprio marido. Na carta, Maria das Dores descreve as desventuras que tinha com seu esposo com o qual possuía três filhos:

“(...) é por estas crianças que apelo por vosso coração generoso. O meu esposo tem um grande vício, o álcool, então depois que ele foi reformado ele entregou-se dia e noite a embriagues (...) quando recebe dinheiro perde, joga demais no bicho, é uma infelicidade. (...) quando embriagado me chama de tudo quanto é nome (...) não respeita nem os próprios filhinhos. É um inferno. (...) Eu tenho vontade de residir no Rio caso V.Ex. arranjasse o Colégio Militar para internar os meus garotos (...) e um desconto nos vencimentos dele [do pai] para eu manter-me com eles no Rio. (...) eu vivo pior que esposa de soldado”.³⁹⁶

No Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, antiga sede do ministério, o Arquivo Histórico do Exército (AHEx) guarda em seu acervo os inúmeros processos originados de cartas e telegramas de oficiais, subalternos e parentes direcionados diretamente ao ministro Lott, pedindo a sua intervenção nas mais diversas questões.

Não só militares e suas famílias escreviam ao general. Há uma quantidade expressiva de cartas de civis que não tinham nenhum tipo de ligação com o Exército ou com outra força militar, mas que, mesmo assim, escreviam solicitando algum tipo de auxílio ou benefício. Algumas cartas chegavam até a conter fotos ou versos em homenagem ao chefe militar.

Em abril de 1956, Gildete Santos, de Aracaju (SE), escreveu ao ministro da Guerra solicitando dramaticamente uma vaga de datilógrafa no correio militar de sua cidade:

“Achando-me muito sem recurso, sem pai e sem irmão. Sendo eu filha única só com minha pobre mãe. Passando as maiores privações venho por meio desta pedir-vos que me ajude pelo amor de Deus. Pedi a Deus que me mostrasse uma alma caridosa a quem eu pudesse pedir uma colocação (...) foi quando eu ouvi falar em um rádio o nome de V.Ex., o Ministro da Guerra, o General Henrique Teixeira Lott. (...)”.³⁹⁷

³⁹⁵ Idem. Caixa 395.

³⁹⁶ Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Coleção de Requerimentos ao Ministro da Guerra.

³⁹⁷ Idem.

Eram vários os pedidos: emprego nos quadros civis do Exército, doação de casa, doação de dinheiro para instituições de caridade, doação de terreno do Exército, pedido de caminhão, pedido de interferência em transações comerciais realizadas com algum militar, vaga em algum Colégio Militar, etc. Todas as cartas, das mais simples às mais elaboradas, geravam um processo e eram devidamente respondidas através de um telegrama, até mesmo as que tinham respostas negativas. Todas eram arquivadas em maços referentes a intervalos de meses.

A liberdade de escrever aos representantes do poder não foi uma novidade inaugurada pelo ministério de Lott. A prática já era comum no Brasil. No próprio AHEX existem cartas de subalternos ou civis datadas do século XIX, como uma de 1869, do soldado Pedro Jacinto, da colônia militar Santa Thereza da Província de Santa Catarina, ao Imperador Dom Pedro II. O soldado implorava “a graça de lhe mandar dar baixa do serviço, por se achar o suplicante com perto de vinte anos de serviço, ser já idoso, e invalido”. No mesmo arquivo existem cartas ao antigo ministro da Guerra Duque de Caxias e a todos os seus sucessores.³⁹⁸

Uma análise mais cuidadosa do acervo documental do AHEX, porém, põe em evidência uma diferença quantitativa em relação ao período em que Lott ocupou o ministério da Guerra e os demais ministros. O número de caixas nas quais são guardados os processos e o conseqüentemente número de processos do período em que Lott esteve ocupando a pasta da Guerra é visivelmente superior aos demais ministros da Guerra do período democrático de 1945-1959, sendo este último ano data limite do acervo.

RELAÇÃO DA QUANTIDADE DE CAIXAS (REMESSAS) – COLEÇÃO GABINETE DO MINISTRO DA GUERRA

ANO	TOTAL DE CAIXAS
1959*	154
1958*	192
1957*	128
1956*	104
1955*	156

³⁹⁸ Arquivo Histórico do Exército (AHEX). Coleção de Requerimentos ao Ministro da Guerra. Processo nº 699 (etiqueta) e 812 (carimbo). Ver: FERREIRA, Jorge. “A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas”. In: _____. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. (1930-1945). RJ: FGV, 1997.

* Período que Henrique Lott ocupou a pasta do Ministério da Guerra.

1954*	126
1953	112
1952	92
1951	46
1950	52
1949	47
1948	37
1947	48
1946	80
Total	1374

Tal evidência empírica e a verificação de algumas caixas de cada ano do respectivo intervalo de tempo analisado levam à conclusão de que Henrique Teixeira Lott foi o ministro da Guerra que mais recebeu correspondências de militares e civis. O povo, principalmente na figura de militares subalternos, familiares destes militares e populares, sentia liberdade para escrever ao Ministério da Guerra, lugar aparentemente tão distante do cotidiano popular avesso à hierarquia e à rígida disciplina da caserna. Linguagem simples e direta, erros de ortografia, palavras coloquiais e escritas à mão, esse é o perfil da maioria das cartas destinadas ao general. O ministro não inaugurou uma nova forma de comunicação. O paternalismo é uma marca importante da política brasileira, porém, o grande volume de remetentes significa popularidade e aproximação até então inéditas neste ministério. Algo semelhante já havia ocorrido com o Ministério do Trabalho, na presença de João Goulart durante o Segundo Governo Vargas, mas jamais com um chefe militar.

A democracia possibilitou a aproximação dos militares ao povo e a multiplicação de vozes no interior das Forças Armadas. Lott, embora mantivesse suas características de militar rígido e disciplinador, demonstrou uma face do Exército diferente. Um Exército que não temia dialogar com o povo e com os seus subalternos, embora deixasse claro que o limite desta orientação era a perspectiva reformista. A possibilidade de diálogo com o chefe militar ajudou na construção de um novo líder e de esperanças, mesmo que contraditórias, nesta nova figura que emergia com fortes símbolos nacionalistas agregados: a herança política de Getúlio Vargas e o Movimento 11 de Novembro. Batista de Paula, sargento reformado e repórter do *Última Hora*, chegou a comentar em sua coluna “Plantão Militar”:

“Durante as minhas férias, em Guareí, minha terra natal no interior de São Paulo, fui procurado por um trabalhador do Departamento Estadual de Estradas e Rodagem, antigo pracinha, para que eu transmitisse o seu abraço ao marechal e a sua

solidariedade ao candidato nacionalista. E a seguir, metendo a mão no bolso, dele retirou como se fosse uma relíquia um telegrama assinado pelo marechal, informando o antigo pracinha da decisão final dada a seu requerimento”.³⁹⁹

EMBATES INTERNOS: O MINISTÉRIO DA GUERRA E OS CONFLITOS ENTRE A ESQUERDA E A DIREITA MILITAR

A ascensão da imagem do general Lott como símbolo popular e representante dos ideais nacionalistas e a montagem de seu ministério com alguns oficiais ligados ao Partido Comunista, como o coronel Kardec Lemme, ou, defensores de ideais progressistas, como o coronel Nemo Canabarro, causavam imenso mal-estar entre a oficialidade conservadora. Para muitos, o ministro, apesar de seus anos de experiência, estava fazendo papel de “inocente útil”. Era usado para as causas subversivas e protegia ingenuamente militares de esquerda em seu ministério, enquanto perseguia a direita militar:

“O general Lott, que não é comunista, mas se deixa envolver e soprar pelos militantes, simpatizantes e auxiliares do comunismo, ao contrário do general Estillac é inarredável. É o centro de gravidade do próprio Tripé – Supremo Poder da República do Retorno, tão diferente da constitucional. O Exército, dividido, como o conjunto das Forças Armadas, não tem meios de reagir por uma crise de efeito psicológico do tipo da que resolveu o problema daquela vez. [...] a minoria comunista ou pára-comunistas, além de ser extremamente ativa e tecnicamente organizada, está serrando de cima, recebendo o bafejo oficial e o exercício dos comandos. [...]”⁴⁰⁰

Desde o levante comunista de 1935, a vigilância no interior das Forças Armadas em relação à infiltração da perigosa “doutrina vermelha” fazia parte da agenda dos dirigentes militares mais conservadores. Tudo que destoasse da ideologia defendida pelos chefes militares era tachado de subversivo e, portanto, comunista. Pesquisar os militares que se envolveram com organizações de esquerda, no período que antecede 1964, não é tarefa fácil. O caráter clandestino das organizações, a dura repressão sofrida antes e após o Regime Militar e os receios dos antigos militares de esquerda que ainda vivem dificultam o mapeamento destes grupos. O mais conhecido e não menos obscuro é o Antimil, fração nacionalista e militar do PCB. Encontram-se algumas referências a ele nas memórias de

³⁹⁹ Batista de Paula. *Última Hora*. 25 de fevereiro de 1960.

⁴⁰⁰ *Diário Carioca* 26 de outubro de 1956. APERJ. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962).492 - Comitê Antimil – Setor Militar.

Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender. Segundo pesquisas recentes de Paulo Ribeiro da Cunha, o setor tinha uma organização extremamente hierarquizada:

“(…) era composto por militantes do PCB inseridos nas Forças Armadas, e que foi, segundo algumas fontes, historicamente coordenado pro Almir Guimarães e, mais recentemente, por Giocondo Dias – ambos participantes de 35 – (...) Entre várias abordagens pesquisadas, consta que em 1964 havia 10% dos oficiais e praças da corrente nacionalista, sendo alguns de patente superior . Concretamente, era uma fração bem pequena sob todos os aspectos, e amplamente minoritária, ainda que influente, abarcando todos os segmentos da hierarquia militar e, por razões de segurança, era mais que tudo segmentado e altamente compartimentalizado. Ao que parece, prevalecia internamente, em alguma medida, a mentalidade e a hierarquia militar, já que esse setor se subdividia em uma esfera de organização por armas (ainda não que necessariamente) e uma de assistência política direcionada aos soldados e praças. Uma outra, paralela, era direcionada aos sargentos e uma terceira, de oficiais, sempre com assistentes políticos dos partidos, em alguns casos, ex-militares participantes de 35”⁴⁰¹.

De acordo com o mesmo pesquisador, a Aeronáutica foi a arma que mais forneceu generais a Antimil. Já a Marinha contou com aproximadamente 300 marinheiros e suboficiais militantes do Partido Comunista e o dobro de simpatizantes, sendo poucos os oficiais:

“Havia núcleos fortes e atuantes em vários navios de guerra, ao que parece, com uma discussão política intensa com muitas reuniões, que contavam com a presença de assistentes políticos, tendo, inclusive, um jornal clandestino interno intitulado Bandeira Vermelha, que chegou a circular com várias edições. Naquela ocasião, houve inclusive uma deliberação do setor AntiMil, junto aos marujos, para que os cruzadores Tamandaré e Barroso, recém-adquiridos e prontos para serem incorporados a armada, não seguissem diretamente dos Estados Unidos para o teatro de guerra coreano, como suspeitava-se acordado na época entre ambos os governos”⁴⁰².

Já no Exército havia células numerosas de militantes do PCB, sendo compostas, em sua maioria, por sargentos. Havia importante presença na Academia Militar de Agulhas Negras. Mas, se ser nacionalista de esquerda já era difícil, pertencer aos quadros do PCB era tarefa extremamente perigosa. A perseguição e a repressão eram intensas.⁴⁰³

Diante da dificuldade de acesso aos arquivos militares e de antigos militantes, uma alternativa para tentar amenizar tamanha falta de informações é lançar mão de um recurso que ajuda no estudo preliminar: a documentação produzida pelo Departamento de Polícia

⁴⁰¹ CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002. pp. 248-251.

⁴⁰² Idem. pp. 248-251.

⁴⁰³ Idem. pp. 248-251.

Política e Social (DPS). Nos arquivos da Polícia Política e Social, que, atualmente, estão sob a guarda do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), é possível localizar dossiês anteriores a 1964 elaborados por este órgão, ou enviados de outros órgãos de controle de informações ou instituições do Judiciário, como o próprio Ministério da Justiça ou a Justiça Militar, mapeando atividades de militares e organizações militares e ou civis-militares suspeitas de serem “subversivas”. Há uma quantidade relevante de dossiês para o período em que Lott esteve no Ministério da Guerra, sendo o próprio ministro alvo de investigações juntamente a grupos defensores de causas nacionalistas, como sindicatos e associações civis e militares.

Vários dossiês do início da década de 1950, mapeando jornais comunistas divulgados no interior das Forças Armadas, mostram a preocupação da Polícia Política com a circulação das “perigosas idéias vermelhas” nos meios militares. O Boletim Reservado n^o 64, de 11 de abril de 1951 e o Boletim Reservado n^o 120, de 04 de Julho de 1951, denunciam o jornal comunista Guararapes, que circulava na Base Aérea do Recife “por ação do comitê ANTI-MIL organizado por comunistas”. O Boletim Reservado n^o 91, de 23 de maio de 1951, denuncia ação clandestina de integrantes do Partido Comunista que fazem circular nas Forças Armadas o jornal União de Ferro. O jornal que “reapareceu nos quartéis”, segundo o boletim, é bastante antigo e “circulou até os fins de 1935, quando teve ensejo de desempenhar, nos Quartéis, papel preponderante na disseminação do vírus comunista”. Destacava-se, na edição atual do jornal, a divulgação de um manifesto de Prestes que preconizava a criação de um “Exército Popular de Libertação Nacional”. No dossiê, há outras edições do jornal que possuem chamadas como: “Notícias Militares”; “Os caixões de defunto da FAB”, este último denuncia acidentes com oficiais da FAB pilotando aviões de origem norte-americana, descritos como “ferro velho” (União de Ferro, novembro de 1951); “Soldados e Marinheiros, defendamos Luiz Carlos Prestes!” (União de Ferro, Julho de 1951).⁴⁰⁴

Neste mesmo conjunto de documentos, há ainda dossiês de pequenos jornais direcionados principalmente para praças e sargentos. Questionavam o custo de vida e seus respectivos vencimentos, denunciavam a Guerra da Coréia, eram partidários das

⁴⁰⁴ APERJ. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962). 30418 – Jornais comunistas nas Forças Armadas.

Campanhas pela Paz e criticavam o “imperialismo ianque”: O Patriota; O Libertador, O Alvorada: o jornal do soldado; Marinha Vermelha; O Soldado de Prestes.⁴⁰⁵

Outro dossiê, este, porém, sem data, de um fundo com intervalo de 1944 -1962, com o papel timbrado do “Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Departamento Federal de Segurança Pública”, lista nomes militares indiciados como suspeitos de militantes comunistas, praticamente todos são do Exército. Há uma lista nominal com 31 coronéis, 19 tenentes-coronéis, 40 majores, 43 capitães, 43 tenentes, 20 sargentos-cabos (ver anexo I). Entre os nomes figuram Nelson Werneck Sodré, Nemo Canabarro Lucas e Kardec Lemme. O texto que antecede a lista de nomes é enfático:

“Todos, enfim, possuem veementes de exercerem ou terem exercido atividades, se não comunistas, pelo menos ajustáveis dentro da linha de atuação do extinto, ‘de jure’, Partido Comunista Internacional – seção do Brasil. Existem nestas listas membros de entidades comunistas, organizações que funcionam sob nomes diversos, mas cujas finalidades são claramente as de colocarem em funcionamento o Partido Comunista em nosso País. [...] UM MILITAR, NA VERDADEIRA ACEPTÃO DA PALAVRA, NÃO PODE SEQUER SER SUSPEITO. MAS, TODOS ESSES O SÃO”.⁴⁰⁶

Entre maio e junho de 1956, a imprensa noticiou a anistia de oficiais e soldados da Aeronáutica presos e condenados por terem se envolvido em campanhas “subversivas” em defesa do monopólio estatal do petróleo. Jornais de diferentes orientações políticas se posicionavam a favor ou contra os condenados anistiados:

O Globo 13/06/1956: “Justiça Militar: julgamento dos condenados da Aeronáutica”: 12 militares entre oficiais e praças acusados de “atividades subversivas”.

A Notícia. 27/06/1957: “Mantida a condenação dos oficiais envolvidos em atividades comunistas. Decisão ontem do Superior Tribunal Militar (...) organizações de células comunistas nos quartéis e fora dos mesmos, propaganda de origem comunista, exploração da campanha do petróleo com finalidade subversiva, na Base Aérea de Gravataí, no Rio Grande do Sul (...)”.

Imprensa Popular 23/06/1957. “Novo Julgamento dos Patriotas da FAB: (...) por terem participado da campanha nacional que empolgou o país em defesa do monopólio estatal do petróleo”.

Imprensa Popular 24/05/1956: “Caiu o processo-farsa da base aérea de Natal: O conselho de Justiça da Aeronáutica absolveu os vinte e nove cidadãos envolvidos no processo-farsa da Base Aérea de Natal (...). Os cidadãos Civis e militares foram presos durante os famigerados inquéritos policial-militares sobre supostas atividades ‘subversivas’ nas Forças Armadas. Foram vítimas de violências inenarráveis. (...) Centenas de outros cidadãos, em diversas regiões do país, foram submetidos aos

⁴⁰⁵ Idem.

⁴⁰⁶ APERJ. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962). Casa dos Sargentos do Brasil. 20133.Grifos do autor.

mesmos processos-farsa e as mesmas torturas. Quase todos, porém, foram absolvidos unanimemente pelos tribunais competentes – o que vem atestar o embuste de todos esses processos odiosos instaurados sob a direção do FBI americano, aqui representado pelo capitão ianque Bundy e assessorado pelo fascista Pena Boto. (...)”⁴⁰⁷.

As reportagens acima transcritas foram retiradas de um pequeno dossiê da DPS que contém a lista de nomes de civis e oficiais de diferentes forças, incluindo os militares da Aeronáutica envolvidos na campanha de defesa do monopólio estatal do petróleo, condenados por auditoria militar e que foram, na época, beneficiados por anistia. O documento da “Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem – Relação de cidadãos condenados e processados a serem beneficiados pela anistia” data de 1º de março de 1956 e contém o nome 118 militares, sendo destes 16 oficiais e 62 sargentos ou ex-sargentos, e 33 civis (ver anexo II).

Mas não era somente a polícia política ou o Exército que denunciavam os militares suspeitos de envolvimento com o comunismo. Os jornais tinham papel importante, principalmente pressionando o ministro da Guerra. Em agosto de 1956, o combativo *Tribuna da Imprensa* publicou: “Lott favorece no Exército criação de brigada comunista: nomeou 13 oficiais com postos de comandos – Entregue pelo ministro ao PC quase uma Divisão ”.⁴⁰⁸

Neste mesmo mês, o deputado Raimundo Padilha anunciou na Câmara dos Deputados que havia entregue ao ministro da Guerra um requerimento sobre a presença de comunista nos comandos do Exército e no qual exigia explicações ministeriais que não foram dadas pelo chefe militar. Os jornais da época publicaram a lista com o nome de 17 oficiais, citando onde cada um estava lotado (ver anexo III).⁴⁰⁹

O clima de Guerra Fria levava a atitudes extremadas. Enquanto Juscelino cuidava da economia do país, negociando com as elites industriais e com as oligarquias rurais, pondo em marcha seu plano quinquenal, e João Goulart administrava a pasta do Ministério do Trabalho, dialogando com os trabalhadores, o general Henrique Teixeira Lott, no comando do Ministério da Guerra, tentava controlar com mão de ferro as Forças Armadas. Como já

⁴⁰⁷ APERJ. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962). Inquérito Militar. 20165.

⁴⁰⁸ *Tribuna da Imprensa*. 10 de agosto de 1956. APERJ. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962).492 - Comitê Antimil – Setor Militar.

⁴⁰⁹ *Diário de Notícias* 10 de agosto de 1956. APERJ. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962). 492 - Comitê Antimil – Setor Militar.

dito, a história da República já havia demonstrado que nenhum presidente conseguiria governar sem a garantia das Forças Armadas. Lott era o braço armado de JK. A atmosfera militar flutuava entre a sua postura ao mesmo tempo intransigente e conciliatória. Lott era duro na luta contra seus opositores, principalmente os da Marinha e os da Aeronáutica.

No início de 1956 estourou a primeira rebelião militar contra o governo. O movimento pode ser identificado como sintoma da hostilidade das Forças de Mar e Ar em relação ao novo presidente e ao seu ministro da Guerra. Temiam ser prejudicados nos acessos aos postos de comandos e às promoções, como efetivamente ocorreu ao longo do governo de JK.⁴¹⁰

Na FAB um grupo de oficiais permaneceu radicalmente contrário à permanência do brigadeiro Vasco Alves Seco, no Ministério da Aeronáutica. Em fevereiro os oficiais Veloso e Lameirão lideraram uma revolta. Apoderaram-se de um caça AT-11, no Campo dos Afonsos (RJ) e voaram rumo à base aérea de Jacareacanga, no Pará. O objetivo era liderar um movimento de resistência ao governo partindo das unidades militares da região norte do país. Conhecido como Revolta de Jacareacanga, o movimento ganhou adesões de grupos de oficiais da região e se estendeu de 10 a 29 de fevereiro. Foi reprimido pela união das três forças, embora tenha havido a resistência de oficiais da Marinha e da Aeronáutica em seguir os comandos de seus superiores para o combate da rebelião. Debelados, os líderes dos revoltosos obtiveram asilo político na Bolívia. Mais tarde JK concedeu “anistia ampla e irrestrita” aos revoltosos e a todos aqueles que cometeram “atos revolucionários” no período de 10 de novembro de 1955 a 1º de março de 1956. Era uma tentativa de governar sem muitos atritos com os militares da oposição.⁴¹¹

A tentativa de conciliação por parte do governo não rendeu frutos. No final de outubro de 1958, por determinação de Juscelino Kubitschek, Henrique Lott substituiu interinamente o então ministro da Aeronáutica, brigadeiro Correia de Melo, que se ausentou por conta de uma viagem aos Estados Unidos. O evento desencadeou uma série de graves desentendimentos entre o ministro da Guerra e o oficialato da FAB, que reunia um grande número de militares conservadores e, desde o 11 de Novembro de 1955, nutria ressentimento pelo chefe do Exército.

⁴¹⁰ ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). [et al]. Op.cit. pp. 2826-2827.

⁴¹¹ Idem. Ibidem.

A crise na Aeronáutica teve início na própria solenidade de embarque do ministro desta pasta para os EUA e a concomitante posse de Lott como interino. Alguns oficiais não compareceram à cerimônia e muitos dos presentes não cumprimentaram o novo titular. Era forma de demonstrar o desagrado com a decisão de JK. Em reação, no dia primeiro de novembro, Henrique Lott demitiu o brigadeiro Ivo Borges de cargo na Inspeção Geral da Aeronáutica, justamente por não o ter cumprimentado na respectiva solenidade e, segundo os jornais da época, ter declarado: “pelo regimento militar não ser obrigado a cumprimentar o ministro depois de bater continência”. O brigadeiro, em 11 de novembro de 1955, era o comandante da 4ª Zona Aérea (SP), onde houve a maior reação ao Movimento 11 de Novembro. Era um dos mais antigos oficiais da FAB, sendo o seu fundador, e fez parte do grupo pioneiro do Campo do Afonsos.⁴¹²

No dia 04 do mesmo mês, 42 oficiais da FAB endereçaram uma carta aberta aos brigadeiros que não compareceram à posse do general Lott, enaltecendo-os e acusando Henrique Lott de aproximação com os comunistas:

“Carta aberta aos senhores brigadeiros que não compareceram à passagem do cargo de ministro da Aeronáutica:

(...) A Força Aérea Brasileira parece ter sido vítima de uma trama solerte arquitetada nos moldes das ações características da técnica comunista, que procura desmoralizar, aviltar e corromper os homens e as organizações, onde a simples propaganda bolchevista não encontra o eco idealizado pelos dirigentes vermelhos.

A atitude serena, nobre e dignificante que v.exas, tomada de maneira reta, mas ostensiva, ao deixarem de cumprir a ordem superior de comparecimento ao ato de transferência da pasta da Aeronáutica planejada e executada à revelia da classe e por iniciativa e responsabilidade do próprio ministro da Aeronáutica que saía a passeio, evidenciou de maneira insofismável a todos os homens de bem da nossa organização militar e do Brasil, que há realmente na FAB um pugilo de chefes que cultuam a dignidade, reverenciam a honra e orgulham-se da prática dos postulados que distinguem a integridade dos homens que realmente são os condutores morais da organização a que pertencem

(...) [V.exas] revidaram a afronta feita á vários chefes da Aeronáutica (...).

A espada que v.exas utilizaram no revide a essa provocação entre irmãos, foi, para galardão de todos os homens moralmente bem formados, a espada do patriotismo, que nunca corre o risco de manchar as mãos limpas de quem as empunha”.⁴¹³

⁴¹² *Jornal do Brasil*. 02 de novembro de 1958. p.4.

⁴¹³ Exmos. srs. tenente-brigadeiro Eduardo Gomes; tenente-brigadeiro Trompowisky; tenente-brigadeiro Duncan; major-brigadeiro Guedes Muniz; major-brigadeiro Althayr Rozsnyi; major-brigadeiro Ivo Borges; major-brigadeiro Carlos Brasil; major-brigadeiro Américo Leal; major-brigadeiro Armando Pinheiro de Andrade; major-brigadeiro Archimedes Cordeiro; major-brigadeiro Ismar Brasil; brigadeiro Márcio de Souza e Melo; brigadeiro Moss; brigadeiro Balloussier. *Diário de Notícias*. 05 de novembro de 1958. p.01.

A reação de Lott foi imediata e severa. No dia 06, os jornais noticiaram a comunicação de prisão da maioria dos oficiais que assinaram a carta em solidariedade aos brigadeiros que não compareceram à posse do general. Segundo o *Jornal do Brasil*, “mais de 30 oficiais assinaram ontem a ‘carta-aberta’ endereçada aos brigadeiros, a maioria é de São Paulo. O documento está correndo nos Estados e recebendo adesão, aproximadamente 80 assinaturas”.⁴¹⁴

No mesmo dia 05 de novembro, em que Lott declarou a prisão dos oficiais que assinaram a carta de solidariedade, houve a cerimônia de formatura na Escola de Comando de Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR) no Rio de Janeiro. Uma série de “incidentes” ocorreram: 16 oficiais não compareceram à solenidade; diversos alunos formandos não se apresentaram à entrega dos diplomas dos diversos cursos; no único discurso da solenidade, o brigadeiro Carlos Rodrigues Coelho não citou o nome do general Lott (posteriormente expediu uma nota dizendo que cometeu um lapso); a vitrola com o “Hino dos Aviadores” não tocou na cerimônia, houve a suspeita de que os cabos foram cortados. Juscelino esteve presente ao evento.⁴¹⁵

Ao longo da crise, alguns jornais seguiram noticiando, de forma exagerada, o número de prisões na Aeronáutica por ordem de Henrique Lott: “78 prisões até 24 horas de ontem na Aeronáutica”, “Aeronáutica: 165 protestaram, 114 foram presos”; “Oficiais solidários 465; presos 200”; “300 presos e 500 adesões à carta aberta até ontem”.⁴¹⁶ O estardalhaço foi tanto que fez Lott ameaçar o jornal *Diário de Notícias* com a Lei de Imprensa por esse “exagerar em números, nomes e fatos a crise na Aeronáutica, a fim de desestabilizar as Forças Armadas”.⁴¹⁷

Dos Estados Unidos, o brigadeiro Melo pronunciou-se criticando os oficiais que se envolveram nos atos de hostilidade à Lott e os acusou de péssima educação: “Parece-me que há alguns oficiais muito mal educados e talvez seja conveniente reiniciar a sua carreira militar, a fim de que apreendam um pouco de disciplina”.⁴¹⁸ Em outra afirmação sugeriu a necessidade de repreender os oficiais rebeldes:

⁴¹⁴ *Jornal do Brasil*. 06 de Novembro de 1958, p.04.

⁴¹⁵ *Diário de Notícias*. 06 de novembro de 1958. p.01.

⁴¹⁶ *Jornal do Brasil*. 07 de novembro, 09 de novembro e 12 de novembro de 1958. *Diário de Notícias* 11 de novembro de 1958.

⁴¹⁷ *Diário de Notícias*. 15 de novembro de 1958.p.01.

⁴¹⁸ *Jornal do Brasil*. 07 de novembro de 1958. p.04

“É evidente que há pessoas que pertenceram a alguns partidos políticos antes de ingressar na Força Aérea e que agora procuram criar transtornos. Pode ser necessário dar-lhes uma pequena sacudidela, mas tenho confiança de que a situação está dominada”.⁴¹⁹

Ao longo dos dias, a crise da FAB tomou proporções maiores. Parte da Marinha, outra força que nutria antipatia pelo ministro da Guerra desde 1955 e, conseqüentemente, por Juscelino, declarou-se solidária aos oficiais da FAB. Em carta aberta aos brigadeiros, generais e almirantes, o almirante José Augusto Vieira acusou textualmente JK de alimentar a desunião nas Forças Armadas. Segundo o *Diário de Notícias*, o almirante teria sido o único oficial da sua arma a comparecer em 1956 à entrega da espada de ouro à Lott. Na carta, o oficial culpa Juscelino de ser o responsável pela crise na FAB, de forma intencional. Na lógica do almirante, o presidente desejava vingar-se da crise de agosto de 1954, que levava ao suicídio de Vargas, e, ao mesmo tempo, desestabilizar aquela força:

“(...) E porque é feito isso? [JK ter indicado Lott para a pasta da Aeronáutica] É preciso punir mais ainda os autores do 24 de agosto, rebaixá-los, anestesiá-los, anulá-los para manobra futuras. (...)

O antigo ministro não tinha necessidade premente de se ausentar do país, mas era necessário punir os promotores do 24 de agosto.

Os que essa época caíram retornaram ao poder, e agora que julgam consolidadas as suas posições, procuram o revide e ao mesmo tempo o amaciamento de brasileiros resolutos.

E quem promove e provoca esse revide é o próprio chefe da nação nomeando um novo ministro que por motivos óbvios jamais poderia assumir a pasta da Aeronáutica”.⁴²⁰

No documento, o almirante alerta que a Marinha também seria atingida pela nefasta ação do presidente da República, “sofrerá e passará pelas mesmas humilhações que estão sendo impostas a sua co-irmã a FAB”, pois o “11 de Novembro está ainda vivo na memória de todos”. Assim, “desmoralizadas perante o povo, não podem as Forças Armadas inspirar-lhes, aquilo que de menos poderiam almejar: respeito”. Por fim, reclama que o atual chefe da Aeronáutica fora imposto pelo presidente da República.⁴²¹

Aparentemente, a situação foi controlada com o retorno do ministro da Aeronáutica para o Brasil. Ao passar a pasta da Aeronáutica para o brigadeiro Melo, no dia 10 de

⁴¹⁹ *Jornal do Brasil*. 08 de novembro de 1958. p.01.

⁴²⁰ *Diário de Notícias*. 9/10 de novembro de 1958. p.01.

⁴²¹ *Diário de Notícias*. 9/10 de novembro de 1958. p.01.

novembro, Lott atribuiu a crise na FAB a “um grupo de oficiais que põem a mostra suas paixões e frustrações”⁴²² e o brigadeiro advertiu os oficiais rebeldes da FAB:

“(…) em sã consciência não podemos tergiversar ou transigir com os indisciplinados, mesmo quando mal orientados e manipulados por aproveitadores, intransigentes ou agitadores. Compactuar com a indisciplina (...) é querer a anarquia, a subversão da ordem, a inversão dos valores, criando um ambiente de tensão e mal-estar, prejudicial à coletividade”.⁴²³

O clima de Guerra Fria era intenso nas Forças Armadas, mesmo durante o governo democrático de JK e sob um Ministério da Guerra tolerante com as esquerdas, como foi o de Lott. O 11 de Novembro de 1955 tinha sido um marco para o recrudescimento no combate às perigosas idéias nacionalistas ligadas à herança política de Vargas e potencializadas pelo contexto internacional. Para a oposição, a ameaça não tinha se diluído com o suicídio do antigo presidente, e voltara reencarnada em seus sucessores, JK e Jango e, pior, agora tinha um defensor nas próprias Forças Armadas.

Neste contexto, as organizações nacionalistas ficaram na mira dos conservadores e das organizações repressoras do Estado. A mesma polícia política, que investigou os militares suspeitos de subversivos e o próprio ministro da Guerra, espionava e elaborava detalhados relatórios a respeito dos inúmeros grupos que surgiram em meados da década de 1950 e que se tornariam frentes fundamentais na luta das esquerdas, no decorrer dos anos seguintes. Esses grupos congregavam diferentes orientações político-partidárias e atraíam militares de diferentes patentes, o que representava um risco para os setores reacionários das Forças Armadas.

Como exemplo, há o dossiê da organização “Liga de Emancipação Nacional”. A documentação data inicialmente de 1955 e consta de boletins, relatórios, documentos internos e recortes de jornais mapeando a movimentação e as ações do referido movimento, que tinha como sede a cidade do Rio de Janeiro (rua Álvaro Alvim, 71/1505) e como presidente o general Edgar Bauxbaum. Outro membro militar da liga seria o general Felicíssimo Cardoso.

O dossiê acusa o movimento de ser órgão do Partido Comunista e salienta a grande preocupação dos seus integrantes na defesa da Petrobrás, do monopólio da exploração do

⁴²² *Jornal do Brasil*. 11 de novembro de 1958. p.04.

⁴²³ *Jornal do Brasil*. 12 de novembro de 1958. p. 04.

petróleo e em combater os testes com bombas nucleares. Segundo o dossiê, a liga possuía diretórios em outras cidades do Brasil e tinha aproximação com as representações estudantis e sindicais e seu próprio estatuto definia o caráter e as atividades da instituição:

“(…) uma sociedade civil destinada a congregar todas as pessoas e organizações que a ela aderirem na conformidade dos presentes Estatutos, com a finalidade de cultivar as tradições de independência e civismo e pugnar pela ampla e real emancipação do Brasil.

(…) Liga deverá:

- a) Estimular e coordenar estudos sobre a situação econômica do país;
- b) Concorrer para o desenvolvimento da educação cívica do povo, para isto mantendo e patrocinando cursos e debates sobre assuntos de interesse nacional;
- c) efetuar campanhas, através de sessões públicas, conferências pela imprensa e rádio, e por quaisquer outros meios de divulgação, sobre assuntos de interesse nacional;
- d) representar aos poderes públicos acerca de assuntos relacionados com seus objetivos;
- e) manter intercâmbio com todas as entidades que tratem total ou parcialmente, dos objetivos a que se propõe.

(…) Liga não se ocupará de assuntos religiosos ou de caráter político-partidário”.⁴²⁴

No mesmo dossiê, há o registro de um banquete realizado na sede do Automóvel Clube no centro do Rio de Janeiro, em 03 de fevereiro de 1955, em homenagem ao general Leônidas Cardoso, por sua eleição como deputado em São Paulo. Segundo o documento, lá estava presente a “fina flor do comunismo”, tais como os seguintes militares: marechal Valdemar Rodrigues; os generais Felicíssimo Cardoso, Manoel Ferreira de Souza, Temistócles Cordeiro de Mello e Fernando Biosca e Artur Carnauba; os coronéis França e Alburque, Jocelyn Brasil e Salvador Correia de Sá e Benevides.

O deputado Campos Vergal foi o orador do evento e saudou o homenageado. Homenageou as lutas políticas travadas pelo gal. Leônidas desde a sua juventude e lembrou de sua atuação na Liga de Emancipação Nacional e nas campanhas nacionalistas travadas contra os Estados Unidos, em defesa do petróleo, contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, a favor da Paz Mundial, etc.⁴²⁵

Por fim, no mesmo dossiê, foram encontrados documentos que fazem referências aos seguintes militares como participantes ou de alguma forma relacionados à Liga de Emancipação Nacional: Capitão Renato de Castro (presidente do núcleo de Realengo); cel.

⁴²⁴ APERJ. FUNDO DPS. Inventário Preliminar. 30033 – Liga de Emancipação Nacional.

⁴²⁵ Idem.

Luiz França de Albuquerque; major Onor Franklin; capitão Antonio José Fernandes; coronel Jocelyn Brasil; capitão de mar e guerra Valfredo Caldas.⁴²⁶

Um dos núcleos mais importantes de elaboração da ideologia nacionalista, que teve importante participação na formação e na organização de militares de esquerda através de seus cursos de formação foi o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros – criado em 1955, a partir dos integrantes da entidade privada IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – e subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Os integrantes da instituição, apesar da heterogeneidade de suas posições, tentavam formular um projeto nacionalista de desenvolvimento capitalista para o Brasil, como meio de superação de sua estrutura subdesenvolvida. Seus principais ideólogos foram: Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Nelson Werneck Sodré.⁴²⁷

Apesar da proposta do ISEB de “contribuir para a construção de uma ideologia do desenvolvimento nacional, identificada com os anseios das massas populares”, não havia uma unidade de pensamento entre os seus integrantes. Podem ser identificadas duas grandes tendências nos anos iniciais da instituição: “os que preconizavam a participação ampliada, a mobilização de massas, o uso do Estado para conter excessivas desigualdades econômico-sociais” e os que defendiam “a dinâmica inerente à sociedade capitalista, à economia de mercado, sem se impressionarem com preocupações sociais que lhes pareciam demagógicas”.⁴²⁸

Várias foram as interpretações de nacionalismo que se abrigaram na instituição. Quando Nelson Werneck Sodré assumiu o departamento de História, ele, junto com Álvaro Vieira Pinto e Corbisier orientaram a linha teórico-política da instituição em direção ao marxismo. Pretendiam “promover uma ‘radicalização’ do nacional-desenvolvimentismo”, o que teve como consequência o afastamento de intelectuais como Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos.⁴²⁹

⁴²⁶ Idem.

⁴²⁷ Os militares que depuseram o governo de João Goulart em 1964 decretaram a extinção do ISEB treze dias após o golpe e instauraram um Inquérito Policial-Militar na instituição. ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). [et al]. Op.cit. pp. 2801-2803

⁴²⁸ KONDER, Leandro. “História dos intelectuais nos anos cinquenta”. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 363.

⁴²⁹ Idem. p. 364.

Sobre o ISEB ver também: TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

O ISEB tinha cursos de formação, o que atraía muitos oficiais militares e era fonte de preocupações entre os conservadores das Forças Armadas. Em 29 de dezembro de 1956, em cerimônia de formatura realizada no Ministério da Educação, uma turma do ISEB teve como patrono o falecido presidente Getúlio Vargas e como paraninfo o deputado Gabriel Resende Passos, que declarou: “o nacionalismo quer apenas o homem livre numa terra livre e engrandecida”. Entre os “novos isebianos” estavam o tenente-coronel Fortunato e o capitão Lauro Moura, da FAB; os majores Nieps, do Exército, e Eunício, da PMDF. Prestigiaram o evento o presidente JK e o ministro da Guerra Lott.⁴³⁰

O evento foi seguido de recepção na casa do capitão Lauro, com a presença dos deputados José Jofily; Juiz Irineu Jofily; coronel Gilberto; Major Oiticica; prof. Corbisier; capitão Saddeck – segundo o colunista do *Última Hora*, todos os militares apoiavam a candidatura de Lott à presidência da República (1960). Também houve a presença de um representante do Ministério da Guerra no evento e a filha de Lott, Edna, também compareceu.⁴³¹

A aproximação de oficiais das Forças Armadas do ISEB e dos seus intelectuais incomodava imensamente os setores conservadores militares, que percebiam como grande ameaça a politização destes homens e a sua tomada de consciência em relação às mazelas que assolavam o país. Problemas que, até hoje, não foram resolvidos de forma substancial, como má distribuição de renda, desemprego, ineficiência do sistema educacional e de saúde, falta de reforma agrária e presença do capital estrangeiro, alertavam os setores nacionalistas para a necessidade de reformas na sociedade, na economia e, principalmente, na política nacional. Os quartéis não ficavam imunes a esta ebulição de ideias e reivindicações que só fizeram se radicalizar ao longo do final da década de 1950 e início da década de 1960, sendo o ápice destas manifestações durante o governo de João Goulart.⁴³² Como a história irá mostrar, nas Forças Armadas, as manifestações políticas começaram no alto oficialato com o 11 de Novembro de 1955, passaram pelos sargentos na revolta de 1963, chegando aos praças na Revolta dos Marinheiros de 1964.⁴³³

⁴³⁰ *Última Hora*. 02 de janeiro de 1960. p.06 ; *Última Hora*. 04 de janeiro de 1960.

⁴³¹ *Última Hora*. 02 de janeiro de 1960. p.06 ; *Última Hora*. 04 de janeiro de 1960.

⁴³² Ver, entre outros: FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe-civil militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge. (org.) [et.al]. *O Brasil Republicano*. RJ: Civilização Brasileira, 2007. v.3.

⁴³³ CARLONI, Karla. (2007). Op.cit..

As ações da direita militar e civil contra o ISEB foram uma entre muitas das tentativas de silenciar as movimentações de politização e de descontentamento dos setores civis e militares com o projeto de desenvolvimento imposto ao país.

Um dossiê da DPS, intitulado Movimento Nacionalista Brasileiro, reunindo reportagens e documentos datados em sua maioria de 1957, mostra a integração entre os militares de esquerda, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o ISEB. Mas, o que se destaca no material é o número de oficiais militares envolvidos com a instituição.

Um dos documentos relata uma reunião no dia 17 de junho de 1957, com representantes estudantis, “isebianos”, militares e sindicalistas no Clube Militar (RJ). O clube era uma organização com o caráter de associação de classe, aberta a oficiais de todas as Forças. Naquele tempo, era espaço para debate das questões nacionalistas e politização dos oficiais. O texto de abertura da cerimônia, lido pelo Major Ulisses Vieira de Lima, versa sobre a história da instituição e a sua tradição nacionalista, a exploração do petróleo brasileiro, a responsabilidade dos jovens estudantes na defesa dos interesses do país e, por fim, solidariza-se com o movimento:

“Em nome do Clube Militar, aqui trago a solidariedade de nossa Instituição ao elevado e patriótico Movimento Nacionalista Brasileiro, liderado pela mocidade estudantil (...)”.⁴³⁴

Na reunião estavam presentes militares, sindicalistas e representantes do movimento estudantil: capitão de Fragata Primo Nunes de Andrade; engenheiro Antonio Luiz (Presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás); Clementino de Mattos Levy (Sindicato dos Bancários); José Ribamar Costa; Advogado José Frejat (ex-presidente da UNE); José Batista de Oliveira Júnior (presidente da UNE); Nelson Trad (Presidente da UME, União Metropolitana de Estudantes).⁴³⁵

O agente policial que elaborou o relatório a respeito da reunião o assinou com o nome de José Otaviano Paiva e identificou os supostos “líderes vermelhos” do movimento:

“(…) Após algum ‘Bate-Papo’ aprovou-se a proposta do representante do Clube Militar, Capitão de Fragata Primo Nunes, no sentido de que a campanha nacionalista não poderia fugir aos democráticos bem como à defesa do regime”.

“(…) o coronel Canabarro, bem como o Prof. Guerreiro Ramos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que funciona no Ministério da Educação e do qual

⁴³⁴ APERJ – DPS -1045 – Movimento Nacionalista Brasileiro.

⁴³⁵ APERJ – DPS -1045 – MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO. Grifos meus.

tenho tido informações avermelhadas, são sem dúvida os cabeças do movimento no Distrito Federal”⁴³⁶.

Como já assinalado, a relação dos militares de direita com o ISEB era turbulenta. Viam o instituto como arma de propaganda comunista e de apoio à memória política de Getúlio Vargas. A aproximação dos oficiais militares ao conteúdo nacionalista dos “isebianos”, através de curso e palestras, desagradava em muito os mais conservadores. Além de serem monitorados, os “isebianos” sofriam processos na Justiça por conta de suas posições ideológicas.

Em 04 de setembro de 1957, a Cruzada Brasileira Anti-Comunista, sob a presidência do almirante Carlos Penna Botto, antigo inimigo das teses nacionalistas e do Movimento 11 de Novembro, deu entrada no Ministério da Justiça e Negócios Interiores a um processo contra o professor e membro integrante do ISEB, Alberto Guerreiro Ramos, com base no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional. A denúncia foi motivada pelo conteúdo de um discurso proferido pelo professor em uma cerimônia da Escola Superior de Guerra (ESG) no qual teria preconizado: “que era uma necessidade para o Brasil a desunião das Forças Armadas”. A declaração teria causado “repulsa de todos os Cruzados brasileiros”. O almirante encaminhou a denúncia diretamente para o ministro da justiça na época, Nereu Ramos, e termina a sua carta assinando “Tudo pala a Pátria”.⁴³⁷

Guerreiro Ramos havia participado de uma conferência no dia 13 agosto na ESG na qual fez duas afirmações que, posteriormente, repercutiram na imprensa da época e acabaram por lhe render o processo acima citado:

“O comunismo vem perdendo a sua peculiaridade, no Brasil, onde está sendo absorvido pelo nacionalismo: e não é por força da nova tática vermelha que os comunistas estão se arvorando em intransigentes nacionalistas.”⁴³⁸

“A desunião das Classes Armadas é uma garantia do regime democrático e um fato de caráter evolutivo e construtivo. Pois as Classes Armadas unidas poderiam assumir o papel de verdadeiras polícias, com predominância do militarismo, falho de ideologia e, o que é ainda pior, usurpador da ideologia dominante.”⁴³⁹

⁴³⁶ APERJ – DPS -1045 – MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO. Grifos meus.

⁴³⁷ AN.MJNI.38603.

⁴³⁸ AN.MJNI.38603.

⁴³⁹ AN.MJNI.38603.

A reação da Cruzada e da imprensa conservadora foi imediata. Guerreiro Ramos estava questionando algo que as Forças Armadas levava décadas para construir e era proporcional à razão do seu poder: a sua unidade. A união, através da manutenção da hierarquia, da disciplina interna e a estabilidade entre as três forças fora algo conquistado de forma árdua a partir da década de 1930, principalmente durante do Estado Novo. O intelectual questionava perigosamente aquilo que dava autonomia aos militares no jogo político. Episódios como a queda do Estado Novo, em 1945, e o suicídio de Vargas, em 1954, tinham demonstrado o grau de independência e poder que tinham alcançado as Forças Armadas no Estado brasileiro.

O processo, para decepção dos militantes da Cruzada e de seu presidente, seguiu adiante no Ministério da Justiça, passando por diferentes estâncias, porém, foi arquivado a pedido da Consultoria Jurídica daquele ministério com um parecer que ressaltava as características democráticas do regime e isentava Guerreiro Ramos de qualquer incurso na Lei de Segurança Nacional:

“A toda evidência, consideradas com isenção de ânimos, as palavras imputadas ao ilustre sociólogo patricio não se referem à divisão das Forças Armadas no que atinente das importantes tarefas que lhes deferiu a Constituição, mas a única e exclusivamente à posição, no campo ideológico, daquelas que as integram. Referindo essa divisão ideológica notória, o professor Guerreiro Ramos haveria declarado entendê-la benéfica aos interesses da comunidade brasileira. E assim precedendo, por sem dúvida, estaria por fazer uso legítimo da liberdade de pensamento, conquista democrática de há muito consagrada em nossos Estatutos Políticos. (...)”⁴⁴⁰

GABINETE DO MINISTRO DA GUERRA: NOTAS ESPECIAIS

No Brasil, a instabilidade política e militar era evidente bem antes do governo de JK. Pode-se dizer que Juscelino, ao receber a herança política de Getúlio Vargas, herdara os problemas políticos e militares que levaram à crise de agosto de 1954. Foi neste contexto de permanente tensão, que envolvia os quartéis, criando verdadeiros “partidos militares”, que Henrique Teixeira Lott assumiu a pasta da Guerra no governo de Café Filho. Diante da situação e com o objetivo de manter sob uma mesma linha de conduta militar e política seus subordinados, o ministro inaugurou, ainda em 1955, a expedição periódica de boletins

⁴⁴⁰ AN.MJNI.38603. Grifos originais.

reservados, destinados ao esclarecimento dos oficiais-generais do Exército e, conseqüentemente, de todos os demais oficiais. As Notas Especiais (NE) reuniam escritos e documentos sigilosos “a respeito dos rumos e das diretrizes que nós traçamos em face dos problemas da atualidade e sobre os principais projetos e atos administrativos que vamos determinando ou realizando (...)”.⁴⁴¹

A intenção era publicar mensalmente as NE, porém, ao longo do período em que ocupou a pasta da Guerra, foram publicados apenas 21 boletins pela Imprensa Militar, todos assinados pelo ministro da Guerra e por seu chefe de gabinete. As NE tinham o objetivo de manter a unidade no Exército, combatendo e esclarecendo as intrigas em que eram envolvidos os chefes militares, através da imprensa e dos políticos da oposição, e manter os oficiais informados das realizações daquele ministério:

“No pórtico desta primeira NE, queremos, assim, dirigir a todos os camaradas do Exército, Chefes e Oficiais, um veemente apelo para que, de coração aberto; de mente desanuviada e de vontade firme, se disponham, por todos os meios ao seu alcance, a contribuir para a mais perfeita coesão da Classe, e seu conseqüente engrandecimento, certos de que o soldado, alçado inesperadamente à posição de Ministro, nada mais aspira, no exíguo e incerto prazo de sua gestão, do que conservar o Exército unido, isento de partidarismo e consagrado vigorosamente em seus árduos labores profissionais”.⁴⁴²

Segundo um coronel que trabalhou diretamente no Gabinete do Ministro da Guerra e que deseja não ser identificado, “a principal preocupação do Serviço Secreto do Ministério da Guerra era Lacerda e seus correligionários que desde 1955 pregavam claramente a necessidade de um Golpe Militar no Brasil”. Desta forma, as NE tinham como tarefa especial mapear as ações e os planos dos chamados “golpistas” e desmentir as supostas impropriedades vinculadas por estes a respeito do ministro da Guerra. Além disto, as NE tinham uma outra missão: “combater forças estranhas como o comunismo e o nazismo”.⁴⁴³ Sendo a primeira doutrina o grande alvo das preocupações daqueles que elaboravam o boletim.

Síntese dos principais assuntos de exposição das Notas Especiais:

a) “Panorama da situação no país”: análise das principais questões políticas, econômicas e sociais nacionais e nos Estados; do envolvimento das Forças Armadas e especialmente do

⁴⁴¹ Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/1.21 de Março de 1955. Acervo pessoal. p.1

⁴⁴² Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/1.21 de Março de 1955. Acervo pessoal. p.1.

⁴⁴³ Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/9.30 de Novembro de 1956. Acervo pessoal. p.5.

Exército na política nacional; das campanhas políticas realizadas pela oposição contra as Forças Armadas e seus chefes. Há uma especial preocupação com a defesa do monopólio estatal da exploração do petróleo e com a manutenção da Petrobrás.

b) “Atividades Comunistas”: acompanhamento das principais atividades comunistas no país e com a possível presença de militares comunistas no Exército. Análise das medidas restritivas realizadas pelas autoridades policiais e pela justiça a este grupo.

c) “Delitos de Imprensa”: análise do material vinculado pela imprensa de oposição desqualificando e combatendo o ministro da Guerra, seu ministério e o governo de JK. Apresentação das notícias vinculadas pela oposição. Cada matéria é meticulosamente desmentida.

d) “Informes internos”: assuntos relacionados à administração interna da instituição como: lei de promoções; liberação de verbas; organização e instrução; projetos de lei em andamento...

Os assuntos reproduzidos e discutidos nas Notas Especiais, com exceção do item “b”, podiam ser acompanhados quase que diariamente na imprensa da época. Nas NE as notícias estão reunidas de forma sintética e sob a ótica particular da cúpula do Ministério da Guerra. Porém, o que surpreende nas NE é o esforço destinado ao combate ao comunismo visto que, segundo os seus opositores, o ministério de Lott teria sido extremamente benevolente com os adeptos desta ideologia. A postura pública do ministro, supostamente tolerante aos ideais vermelhos e aos seus simpatizantes, aparentemente se contradiz com o conteúdo e com as orientações dos boletins internos distribuídos aos oficiais gerais.

Praticamente todas as Notas Especiais trazem o assunto “Comunistas nas Forças Armadas” e debatem a necessidade de conter o avanço da doutrina vermelha na sociedade civil em especial. A Nota Especial número 1, datada de 21 de março de 1955, por exemplo, tem como item a “Propaganda Comunista”. Nela sinaliza-se de forma veemente a “arrogância e o desembaraço” do principal jornal desta doutrina no Brasil, a *Imprensa Popular*.

Os comunistas cooptavam oficiais de diferentes patentes e armas e discursavam para os distintos extratos das Forças Armadas, o que causava imenso desconforto nos setores mais conservadores e preocupados com a hierarquia interna – fundamental para existência da instituição:

“(…) pregam abertamente as greves de massas, econômicas e políticas, e afirmam que ‘o entrelaçamento das greves de massas do proletariado urbano com o movimento camponês do interior leva naturalmente aos levantes de soldados e marinheiros, e ao abalo das Forças Armadas, que constituem o último e mais firme esteio dos regimes reacionários”’. (...) Em movimentos de caráter nitidamente conspirativo continuam figurando oficiais da Reserva das Forças Armadas, usando de suas patentes. No apelo dito contra “A Preparação da Guerra Atômica” divulgado há pouco na *Imprensa Popular* (...) aparecem o nome de dois Marechais, um Almirante e nove Generais.⁴⁴⁴

Na mesma NE/1 critica-se a inabilidade e a competência dos órgãos legislativos e do Executivo no combate ao comunismo. Suas intervenções seriam inócuas. Desta forma, os oficiais, para se precaverem, deveriam tomar as seguintes medidas combativas: acompanhar e neutralizar o desenvolvimento da propaganda comunista; apoiar os organismos de combate à doutrina vermelha, tais como, a Frente da Juventude Democrática e a Cruzada Brasileira Anticomunista; aplicar rigorosamente aos seus subordinados que participassem de conspirações, atividades políticas e/ou de manifestações contra autoridades constituídas, todos os dispositivos previstos em leis e nos regulamentos do Código Penal Militar.⁴⁴⁵

Na NE/3, de 10 de maio de 1956, o item “Atividades Comunistas” denuncia a deflagração durante o mês de abril de várias greves no território nacional e a descoberta pela Divisão de Polícia Política e Social de uma célula comunista na cidade do Rio de Janeiro, quando foram presos diversos comunistas e material de propaganda.⁴⁴⁶ A NE/5, de 10 de julho de 1956, alerta os oficiais a respeito da infiltração comunista nos movimentos patrióticos e aproximação dos “vermelhos” às campanhas de caráter nacionalista. Estes seriam associados a estudantes, comitês femininos, associações de bairros, sindicatos de classe e rurais, comissões e uniões diversas.

Entretanto, há mudanças na orientação do discurso e no comportamento do Gabinete Militar na mesma NE/5 no que se refere à presença de oficiais comunistas nas Forças Armadas, especialmente em relação à existência dos “vermelhos” no Ministério da Guerra. Rebatendo a denúncia baseada na lista nominal, elaborada e apresentada pelo deputado Raimundo Padilha na Câmara dos Deputados, contendo oficiais supostamente comunistas

⁴⁴⁴ Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/1.21 de Marco de 1955. Acervo pessoal. p.4.

⁴⁴⁵ Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/1.21 de Marco de 1955. Acervo pessoal. p.4. Grifos meus.

⁴⁴⁶ Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/3. 10 de Maio de 1956. Acervo pessoal. p 12p.

ou ex-comunistas que estariam ocupando o Exército e postos de comando. O boletim declara de forma defensiva:

“Considerando os prejuízos que a política de insinuações malévolas ou suspeições não fundamentadas pode ocasionar à reputação dos oficiais, torna-se deixar bem claro que, embora seja o mais amplo, o interesse que tem o Exército em manter seus quadros isentos de influências ideológicas extremistas de qualquer natureza, não poderá acompanhar acusações desacompanhadas dos indispensáveis comprovantes ou que tenham sido julgadas improcedentes pelos Tribunais do país”.⁴⁴⁷

O discurso começa a mudar a partir de meados de 1956. De combativo passa a ser defensivo e até mesmo tolerante com o a doutrina de esquerda. Se até então o discurso era atacar os focos de comunismo na sociedade civil e instruir os comandos a aplicarem de forma rigorosa o Código Penal Militar a seus subordinados que insistissem em ações subversivas, a partir de meados de 1956, o Ministério da Guerra, através das Notas Especiais, passou a rebater as acusações da imprensa e de oficiais da oposição que acusavam o ministro de estar protegendo comunistas no Exército.

Na NE/6, de 20 de agosto de 1956, no item “Ambiente Militar”, o boletim descreve que a imprensa persistia em acusar o general Henrique Lott de “recusar-se a combater o comunismo no Exército; manter oficiais, que dizem ser comunistas, em cargos de chefia e comando”.⁴⁴⁸

Em três parágrafos, a mesma nota, além de esclarecer a não procedência das acusações, finaliza demonstrando certo grau de tolerância com o passado de alguns colegas de arma:

“(…) cinco oficiais, aos quais a intransigência de políticos de tendências notoriamente fascistas não admite a oportunidade de integração no regime democrático, vêm exercendo seus comandos sem registros de quaisquer atividades políticas e se encontram: um no Norte do País, um no Centro e três no Sul”.⁴⁴⁹

Nas Notas Especiais, a preocupação com o combate ao movimento comunista na sociedade civil era ponto de destaque, cobrava-se das autoridades públicas maior repressão e controle, porém, quando o tema em questão virava-se para o interior das próprias Forças Armadas, a atitude gradativamente passou a mudar. Diante das denúncias de civis e de

⁴⁴⁷ Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/5. 10 de Julho de 1956. Acervo pessoal. p 15.

⁴⁴⁸ Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/6. 20 de Agosto de 1956. Acervo pessoal. p 11p.

⁴⁴⁹ Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/6. 20 de Agosto de 1956. Acervo pessoal. pp. 11-12.

militares da oposição, a respeito da existência de supostos simpatizantes da “doutrina vermelha” em cargos de confiança no Ministério da Guerra ou no próprio Exército, respondia o Gabinete do Ministro da Guerra: “(...) a difusão de doutrina subversiva no meio militar é absolutamente inverídica”⁴⁵⁰.

Na NE/10, de 01 de dezembro de 1956 a 31 de janeiro de 1957, novamente reaparece a atitude defensiva em relação às acusações a respeito de comunistas no Exército. O enfrentamento é com a antiga aliada e citada NE/1, a Cruzada Brasileira Anticomunista, presidida por Carlos Penna Botto, que declarou à imprensa:

“(...) considerar incrível, absolutamente incrível que o Ministro da Guerra desconheça que numerosos oficiais do Exército são acusados de exercerem atividades marxistas, ou como franco-atiradores ou abrigados nos agrupamentos subversivos ‘Frente de Novembro’ agora ‘Frente Nacionalista’ e ‘Movimento Militar Constitucionalista’”⁴⁵¹.

Em resposta, o Ministro da Guerra endereçou ao titular da pasta da Marinha um Aviso Reservado, em 25 de janeiro de 1957, então publicado na NE/10, na qual criticou a “fantasia de infiltração comunista no Exército” do almirante Penna Botto e novamente amenizou a presença de oficiais comunistas no interior do Exército:

“Efetivamente, não existe no Exército senão um diminuto número, percentualmente inferior ao apontado em outras organizações nacionais, que tem sido acusado, em oportunidades diversas, de atitudes coincidentes com as teses comunistas. Não pode entretanto a administração pública, em vista da subjetividade das acusações proceder a qualquer discriminação desses militares, afora uma discreta observação; nem pode um oficial-general ignorar esse fato elementar. (...)”⁴⁵².

Através das Notas Especiais, fica claro que o ministro da Guerra combatia as acusações da oposição, a respeito da presença de oficiais comunistas no Exército, de duas formas: negando a sua presença e, o que se tornou mais frequente com o passar do tempo, minimizando o grau de gravidade desta suposta presença. O general Lott pregava a necessidade de tolerância cristã nos quadros do Exército como melhor fórmula para manter a unidade, a pacificação e as portas abertas para aqueles militares que desejassem se reintegrar ao sistema. Negava toda e qualquer atitude discriminatória com oficiais que,

⁴⁵⁰ Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/9. 30 de Novembro de 1956. Acervo pessoal. p.21.

⁴⁵¹ Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/10. 01 de dezembro de 1956 a 31 de janeiro de 1957. pp.19-20.

⁴⁵² Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/10. 01 de dezembro de 1956 a 31 de janeiro de 1957. p.22.

embora estivessem sendo acusados pela oposição de envolvimento com o comunismo, exercessem suas tarefas de forma exemplar. Como já apontado por outras fontes, não deveria ser perseguido ou exotado do Exército aquele que se mantivesse fiel ao seu chefe, embora tivera ou tivesse ligações discretas com o esquerdismo:

“Recusa-se o Sr. Ministro a perseguir uns poucos oficiais por motivo de atitudes que hajam tido há mais de vinte anos, tanto mais que a oficialidade do Exército é maciçamente democrática e, nesse ambiente, não existe clima de pregação de idéias comunistas. Assim, aqueles poucos companheiros que professaram em alguma época tendências havidas como esquerdistas, ou já as abjuraram ou as escondem cuidadosamente e mantêm a conduta irrepreensível do ponto de vista político.

Não pode, pois, o Sr. Ministro da Guerra, enquanto assim procederem esses oficiais, agir contra os mesmos, só para atender ao exibicionismo de pretensos defensores do regime. Nem será estigmatizando meia dúzia de oficiais, que procuram conviver dentro das normas usuais com seus milhares de camaradas, que melhor serão defendidas as instituições que adotamos, as quais pregam a tolerância cristã e não a intransigência própria dos regimes comunistas.

Praticando a tolerância, mostraremos as vantagens de nosso sistema e ofereceremos oportunidade a quem quer que seja para nele reintegrar-se.

Que o façam todos que o desejarem com a ajuda de Deus”.⁴⁵³

O discurso do Ministro da Guerra nas Notas Especiais confirma o que outros indícios já apontavam: a tolerância do general Henrique Teixeira Lott com os oficiais de esquerda em seu ministério. O próprio coronel Kardec Lemme, como já citado neste capítulo, registrou em sua entrevista o respeito com que o general tratava os oficiais que se mantinham íntegros e fieis ao seu chefe independentemente da orientação política adotada por estes.

Lott sabia que, para assegurar sua posição no Ministério da Guerra e consequentemente manter JK no poder, devia contar com o apoio da esquerda militar, comunista ou não. Não era momento para se voltar contra os militares que eram justamente o alicerce principal na luta nacionalista no interior das Forças Armadas. Estes eram conscientes dos limites ideológicos de seu chefe e Lott sabia perfeitamente as implicações das escolhas políticas e ideológicas destes, mas ambos tinham horizonte comum naquele momento específico da política nacional: manutenção da legalidade democrática e luta pela plataforma nacionalista.

⁴⁵³ Imprensa Militar. Gabinete do Ministro da Guerra. NE/14. 30 de Agosto de 1957. p.11. Grifos meus.

ORÇAMENTO DA GUERRA NO GOVERNO DE JK

Durante o governo de JK, uma acusação comum à sua administração e ao Ministério da Guerra foi o gasto excessivo que o Estado despendia com o Exército. Era comum os jornais da época noticiarem questionamentos de parlamentares e outras lideranças civis ao orçamento destinado ao Exército e ao emprego dado a este pelo seu ministro.

Na Câmara dos Deputados, o parlamentar Pedro Braga, certa vez, questionou a verba que o Exército solicitava ao Congresso “alegando os rápidos progressos da técnica”, como, por exemplo, a necessidade de motomecanizar a força, o que seria “altamente compreensível e necessário na era das batalhas atômicas onde o cavalo se tornará inútil”. Porém, era inaceitável e incompreensível aceitar:

“(...) por que a motomecanização do Exército brasileiro gasta anualmente 51 milhões de cruzeiros para alimentar os seus cavalos tecnicamente obsoletos (...) 51 milhões de cruzeiros para alimentar cavalos do Exército e 60 milhões de cruzeiros, anualmente, para todos os serviços de assistência à infância em todo o território nacional (...)”⁴⁵⁴

Se os valores acima apresentados forem reais, a crítica do deputado é pertinente em relação à disparidade dos gastos destinados aos serviços de assistência social e à manutenção dos “cavalos do Exército”. Contudo, o volume de reclamações em relação à verba destinada por JK ao Ministério da Guerra parece não ser procedente se o compararmos ao de governos anteriores. A análise comparativa do orçamento do Poder Executivo, previsto para os seus ministérios a cada início de ano durante os governos anteriores à JK, demonstra que não há disparidade entre estes nas verbas destinadas ao Ministério da Guerra:

ORÇAMENTOS⁴⁵⁵

Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1954)

Ministérios	Orçamento	%
AERONÁUTICA	7.440.162.691,00	8,95
AGRICULTURA	4.732.976.658,00	5,69
EDUCAÇÃO E SAÚDE	9.914.393.801,00	11,92
FAZENDA	16.123.580.507,20	19,39
GUERRA	13.784.527.984,80	16,58
JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES	4.640.211.468,00	5,58
MARINHA	6.706.489.977,00	8,07

⁴⁵⁴ CORREIO DA MANHÃ – 16 OUT 1957 – P.6

⁴⁵⁵ Agradeço a Vinicius Feliciano Machado por me ajudar a sistematizar os dados pesquisados.

RELAÇÕES EXTERIORES	759.092.670,10	0,91
TRABALHO, INDUSTRIA E COMÉRCIO	3.023.621.900,00	3,64
VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	16.021.770.053,00	19,27

Governo Getúlio Vargas 1952-1954

Ministérios	Orçamento	%
AERONÁUTICA	7.312.545.183,00	7,66
AGRICULTURA	5.513.076.890,00	5,77
EDUCAÇÃO E CULTURA/ SAÚDE	11.641.235.117,00	12,19
FAZENDA	18.119.156.500,00	18,97
GUERRA	13.004.419.383,00	13,62
JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES	4.645.615.265,00	4,86
MARINHA	8.744.104.512,00	9,16
RELAÇÕES EXTERIORES	846.270.959,00	0,89
TRABALHO, INDUSTRIA E COMÉRCIO	2.900.973.931,00	3,04
VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	22.774.763.633,00	23,85

Juscelino Kubitschek 1957-1961

Ministérios	Orçamento	%
AERONÁUTICA	53.766.821.686,80	6,66
AGRICULTURA	47.370.609.757,00	5,86
EDUCAÇÃO E CULTURA*	67.628.246.573,00	8,37
FAZENDA	144.355.835.937,00	17,87
GUERRA	107.793.647.289,97	13,34
JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES	30.842.508.165,00	3,82
MARINHA	54.420.971.408,23	6,74
RELAÇÕES EXTERIORES	6.562.690.235,00	0,81
SAÚDE*	37.179.505.464,00	4,60
TRABALHO, INDUSTRIA E COMÉRCIO	23.695.979.763,00	2,93
VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	234.155.634.269,00	28,99

Contrariando a oposição, o que se nota é um decréscimo na verba destinada aos ministérios militares entre os governos de Dutra e JK, embora o montante do orçamento tenha sido inversamente incrementado durante esses anos. Vale registrar que a situação de declínio orçamentário teve o seu ápice durante o governo de João Goulart, o que pode ser considerado um fator a mais para o Golpe Civil-Militar de 1964. Durante o governo Dutra, 16,58% da verba orçamentária foram destinados para o Ministério da Guerra; já no segundo

* Ministério criado recentemente.

* Ministério criado recentemente.

governo de Getúlio Vargas, 13,52%; por fim, no governo de JK, embora a renda orçamentária tenha aumentado, foram mantidos os 13,34 %.

Importante salientar, porém, que, nas outras forças, Marinha e Aeronáutica, há variações proporcionais relativamente importantes para baixo. Considerando-se que as alocações já eram bem mais baixas que as atribuídas ao Exército, segue-se aparentemente uma penalização das duas armas que reuniam a maioria da oposição ao governo federal durante o período JK. A Aeronáutica cai de 8,95% para 6,66%, um decréscimo de quase 25%. Já a Marinha cai de 8,07% para 6,74%, cerca de 15%, menos que a Aeronáutica, mas também uma queda expressiva.

CAPÍTULO V - AS ELEIÇÕES DE 1960

A ESCOLHA

O final do governo JK representou uma guinada na vida do marechal Lott. Aos 65 anos de idade, o velho oficial aceitou um novo desafio político: disputar a presidência da República como sucessor de JK. O ministro da Guerra correspondia à expectativa de seus entusiastas, como o ex-prefeito de São Paulo, Toledo Piza, que, em 1956, na cerimônia de comemoração de um ano do Movimento 11 de Novembro, havia proclamado o general como o legítimo sucessor de Getúlio Vargas⁴⁵⁶. Lott, pelo Partido Social Democrático (PSD), compôs chapa com João Goulart, que concorria pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) à reeleição como vice-presidente. A dobradinha das eleições de 1955 era repetida. Na oposição, com carreira igualmente meteórica e com perfil pouco ortodoxo, Jânio Quadros, do Partido Democrata Cristão (PDC), concorria à presidência com o apoio da União Democrática Nacional (UDN) e de partidos menores como o Partido Libertador (PL) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Retirando possíveis votos de trabalhadores a Lott, principalmente em São Paulo, Ademar de Barros concorria pelo Partido Social Progressista (PSP) evitando compor forças com o PSD e o PTB.⁴⁵⁷

A coligação partidária vitoriosa em 1955 novamente se articulava. As duas maiores máquinas eleitorais do país se reuniam em apoio ao nome do marechal da legalidade. Mas o contexto político era outro. O governo JK terminava sob muitas críticas. O projeto nacional-desenvolvimentista mostrava as suas contradições: internacionalização da economia brasileira, inflação, achatamento do salário do trabalhador e sistemáticas acusações de corrupção. A tese que apelava para a união dos diferentes grupos sociais em torno do desenvolvimento econômico do país já não tinha tanta força quanto nos anos iniciais. Importantes reformas, como a reforma agrária e a extensão da legislação trabalhista

⁴⁵⁶ *O Jornal*. 13 de novembro de 1956.

⁴⁵⁷ Coligações partidárias oficiais e os candidatos à presidência e à vice-presidência respectivamente: 1ª Chapa presidente Marechal Teixeira Lott (PSD) e vice-presidente João Goulart (PTB); 2ª Chapa: presidente Jânio Quadros (UDN, PDC, PL e PTN) e vice-presidentes Milton Campos (UDN e PL) e Fernando Ferrari (PDC, PTB e MTR); 3ª Chapa: presidente Ademar de Barros (PSP).

ao campo, firmadas na aliança com o PTB em 1955, não haviam sido realizadas pelo governo.⁴⁵⁸

A política econômica de JK foi um desastre para as camadas mais pobres. A baixa do poder aquisitivo do salário do trabalhador e a miséria foram marcas do final do governo desenvolvimentista. Estouraram greves em todo o país. O Nordeste, assolado pela seca e pelo oportunismo político, foi uma das regiões que mais sofreu e a solução tardia da SUDENE em nada ajudou a resolver os graves problemas da região.⁴⁵⁹ Para Basbaum, se JK não conseguiu fazer o Brasil progredir “50 anos em 5”, “consegui-o com o custo de vida: durante seu governo, os preços subiram 5 vezes em cinco anos. Recebeu o dólar a 50 cruzeiros e, ao sair do governo, ele estava a 250”.⁴⁶⁰

No plano internacional, a situação era igualmente tensa. O momento era de acirramento da Guerra Fria e a América Latina passou a ser ponto importante na disputa por hegemonia entre URSS e Estados Unidos. A Revolução Cubana, em 1959, insuflou o anticomunismo e alertou o governo norte-americano para o perigo das ideologias de esquerda ao sul do continente. JK se dedicou à Operação Pan-Americana (OPA)⁴⁶¹, utilizando o argumento da segurança nacional com o objetivo de conquistar novos capitais estrangeiros, para dar continuidade aos seus projetos de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que rompeu com a orientação ortodoxa do Fundo Monetário Internacional de combate à

⁴⁵⁸ No programa constavam os seguintes pontos, assim resumidos por Maria Celina: 1. “Defesa das liberdades, garantia ao trabalho e combate aos trusts”. Onde se incluía o direito de expressão e de religião, a defesa constante dos direitos dos trabalhadores e da economia nacional, particularmente, no tocante à manutenção do monopólio do petróleo, à criação da Eletrobrás e ao combate aos trusts. Quanto à legislação social, teria de ser integralmente mantida e ampliada, a fim de conceder outros direitos aos trabalhadores, tais como aposentadoria integral, participação nos lucros das empresas e reforma da Previdência Social; 2. “Guerra à inflação e reforma agrária”. Propunha-se um plano global da economia, com reformas no sistema de crédito visando à estabilização da moeda, diminuição dos gastos públicos, tributação dos lucros excessivos, reforma agrária com extinção do latifúndio improdutivo, assistência ao pequeno produtor e extensão da legislação social ao campo; 3. “Reforma eleitoral e estabelecimento dos tiros de guerra nos municípios rurais”; 4. “Estímulo a educação e cultura do povo”; 5. “Defesa da saúde e da medicina pública”. 6. “Viação e obras públicas contra a seca – amparo e proteção à indústria nacional”. D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. pp. 106 -108.

⁴⁵⁹ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, instituição federal fundada em 1959 para combater os males sociais da seca na região.

⁴⁶⁰ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1930 a 1960*. São Paulo: Alfa-Omega. p.223.

⁴⁶¹ Operação Pan-Americana (OPA) foi criada em 1958 com a proposta de erradicar o subdesenvolvimento latino-americano com o auxílio dos Estados Unidos da América. Sua criação deve-se em grande parte aos esforços de JK.

inflação, incompatível com a proposta do governo de aceleração do crescimento econômico.⁴⁶²

O “ponto ótimo de equilíbrio” entre o PTB e o PSD, defendido por Benevides como um dos pilares de sustentação do governo JK, também já não era mais uma realidade.⁴⁶³ No final da década de 1950, o PTB pendia mais para esquerda e para a defesa das reformas de base, enquanto o PSD mantinha a sua linha conservadora, principalmente no que dizia respeito à reforma agrária.

De acordo com Lucilia Delgado, o PTB, nascido no fim do Estado Novo com o propósito de dar continuidade ao projeto político getulista e afastar os trabalhadores urbanos do Partido Comunista sofreu mudanças significativas em sua ideologia, a partir do início da década de 1940, principalmente após a morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. O partido chegou ao início dos anos de 1960 com claro viés reformista e esquerdizante. As eleições presidenciais de 1955, que elegerem Juscelino Kubitschek e João Goulart, já haviam apontado mudanças no rumo do PTB. A poderosa aliança com o PSD, partido também criado no final do Estado Novo sob a influência do getulismo e com a reunião dos antigos interventores de Vargas, ganhou um terceiro elemento, o proscrito PCB. O apoio oficial dos comunistas, em 1955, à coligação destes partidos evidenciava um novo rumo nas esquerdas brasileiras. O PTB aproximava-se das teses da esquerda e muitos de seus integrantes, principalmente os mais jovens do Grupo Compacto, passaram a defender como bandeira principal do partido o nacionalismo popular e reformas sociais, como a reforma agrária. O que contrariava e afastava os políticos conservadores do PSD.⁴⁶⁴

Por sua vez, os comunistas, impactados com o forte apelo político da morte de Vargas e de sua carta-testamento, tinham dado uma nova guinada na orientação do partido. Deixaram de lado o sectarismo político do *Manifesto de Agosto*, em grande parte responsável pelo declínio da popularidade do partido, e passaram a defender a aliança com grupos nacionalistas defensores das reformas sociais – era a valorização da composição de uma frente única nacionalista e reformista com as demais organizações da sociedade civil, na etapa burguesa-democrática da luta pelo projeto comunista. Assim, engrossando o grupo

⁴⁶² CARDOSO, Míriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK - JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. pp.108-109.

⁴⁶³ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Op.cit.

⁴⁶⁴ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. SP: Marco Zero, 1989.

defensor da autonomia política e econômica da nação, o PCB, ao longo de sua trajetória nas décadas de 1940 e 1950, admitiu alianças partidárias como estratégia política. O PTB, liderado por Goulart e sob forte influência dos grupos nacionalistas e reformistas, direcionou sua atuação para as bases populares e se aproximou dos comunistas. Já o PSD tomou caminho contrário, afastou-se dos trabalhistas e aproximou-se da UDN. Nessa conjuntura, o PTB e o PCB estabeleceram-se como os principais porta-vozes do nacionalismo popular.⁴⁶⁵

Se, no início do governo de JK, o PTB estava bem próximo do PSD, no final do mandato, a distância entre os dois partidos herdeiros políticos de Vargas era grande e se tornaria irreconciliável nos anos seguintes, como aponta Delgado:

“Os conflitos e confrontos entre o PSD-PTB durante o governo Kubitschek desenvolveram uma característica que se aprofundou no período posterior: à necessidade que o PTB apresentava de fazer concessões aos assalariados urbanos – essa era a condição essencial para o seu crescimento – somaram-se fatores de real guinada “à esquerda” da maioria dos seus quadros. Os novos militantes do PTB eram quase todos adeptos de um reformismo socializante. Por outro lado, o conservadorismo do PSD aprofundou-se ainda mais pela necessidade de preservação do “status quo” que se revelava como absolutamente discordante das bandeiras de reformas de base, assumidas, de forma definitiva, pelo PTB”.⁴⁶⁶

Nesse contexto, a escolha de Lott como candidato representante do PSD e de seu companheiro de chapa do PTB não se deu sem problemas. Os conflitos ideológicos entre os dois partidos e as dissidências internas tornaram difícil a negociação política. O marechal, somente após intensas negociações e manobras políticas, passou a compor chapa com o vice-presidente João Goulart. Finda a negociação, parecia não haver mais dúvidas a respeito da vitória eleitoral do chefe militar. Lott representava a maior máquina eleitoral do país, a dobradinha partidária congregava os votos dos trabalhadores urbanos e das zonas rurais, além de ser o candidato da situação. Os maiores entusiastas da chapa eram os petebistas, principalmente o grupo mais radical, liderado por Leonel Brizola e a “Ala moça” do PSD.

Juscelino Kubitschek, porém, não tinha a mesma expectativa. Seu projeto político pessoal não apostava na candidatura do marechal. JK deseja voltar ao poder em 1965 e,

⁴⁶⁵ A respeito do tema, ver: CARONE, Edgard. *O P.C.B.* Op.cit. e REIS, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. Op.cit.

⁴⁶⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op.cit. pp. 221-222.

para tal, era necessário preparar o terreno. O presidente, a partir de 1958, afastou-se da “Ala moça” do PSD, até então grande aliada do governo, e passou a se aproximar das antigas lideranças do partido. Os jovens haviam ultrapassado o sinal vermelho ao apoiarem as reformas, principalmente a reforma agrária. Era hora de recompor a máquina tradicional do partido:

“Havia passado o tempo heróico da alavancagem das metas através dos ‘jovens’, do sonho de renovar o partido dos coronéis e antigos interventores, criando um pessedismo urbano e reformista capaz de substituir as raposas por um novo centro político reformista, nacionalista e audacioso. O cálculo eleitoral passava pela recomposição da máquina”.⁴⁶⁷

Nos cálculos de JK, a vitória de um pessedista poderia prejudicar o seu retorno em 1965, pois ele seria o terceiro presidente consecutivo de um mesmo partido, algo pouco provável de acontecer. O presidente manobrou para o PSD não lançar um candidato próprio, defendendo a idéia de um “candidato de consenso” entre os partidos, o que foi rejeitado pelos líderes políticos. Diante da situação, a solução foi impedir que o PSD lançasse a esperada candidatura de Ernani do Amaral Peixoto, político historicamente identificado com o partido e elo entre o PSD e o PTB. JK manteve o presidente nacional do PSD “prudentemente afastado em Washington”.⁴⁶⁸ Amaral Peixoto era considerado *candidato natural* para suceder JK. Em uma entrevista ao *Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Brasil* (CPDOC) da *Fundação Getúlio Vargas* (FGV), o político faz referência à manobra política de JK para que ele não fosse escolhido candidato:

“Eu sempre faço referência à ata – e lamento o seu desaparecimento – da reunião do diretório nacional na qual eu fui indicado unanimemente, quase. Aqueles que não concordavam achavam que não se devia mexer no assunto no momento, mas não faziam nenhuma restrição ao meu nome. (...) de 26 que estavam presentes, 23 se pronunciavam a favor do meu nome. (...) Eu fui para is Estados Unidos. Esta manobra da minha viagem... Eu já era embaixador, mas houve uma viagem inesperada para salvar o Brasil. Cheguei lá e verifiquei que não havia nada de positivo. (...) Em Washington eu abri os jornais e já encontrei uma reunião de elementos do PSD – aliás sem menor expressão – já com outro candidato (...”).⁴⁶⁹

⁴⁶⁷ BOJUNGA, Cláudio. Op.cit. p. 535.

⁴⁶⁸ Idem. p. 541.

⁴⁶⁹ Entrevista CPDOC- FGV Ernani do Amaral Peixoto. pp.1396 - 1398.

Na interpretação de Amaral Peixoto, a escolha de Lott como candidato do PSD estava mais relacionada à estratégia de JK do que à capacidade política do oficial. Os entusiastas do marechal encontravam-se na ala mais à esquerda do PTB:

“(…) na sucessão acho que ele [JK] pensou mais em 65 do que em 60. Ele queria uma solução em 60 que não prejudicasse a candidatura dele em 65. (...) [Lott] Era um candidato que não tinha coloração partidária, era um homem do Exército, que por sua formação não tinha nenhuma integração partidária, que veio mais indicado pelo PTB do que pelo PSD. Só uma ala do PSD é que se entusiasmou com ele e quis voltar a atrás, mas eu não deixei, porque achei que uma vez indicado não se podia fazer a molecagem de tirar um homem do Ministério da Guerra, fazê-lo renunciar ao ministério, fazê-lo candidato e depois substituir”.⁴⁷⁰

O presidente apostava na inédita vitória da UDN. Estava na hora da oposição pagar a conta de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, e enfrentar o desgaste político de um período de recessão econômica:

“Como não se dispunha a sacrificar o ritmo de Brasília aos rigores do Plano de Estabilização Monetária (PEM) e do FMI, sabia que o próximo presidente da República teria de adotar um rigoroso programa de austeridade, ônus que pretendia transferir à UDN. JK não dizia isso abertamente. Acentuava de maneira mais elevada a necessidade de alternância no poder. (...) Enquanto os adversários se desgastariam na estabilização, o PSD retomaria as suas forças na oposição para depois encetar novo período de crescimento”.⁴⁷¹

Segundo Abelardo Jurema, do PSD, Lott custou a aceitar a candidatura. Vários deputados tentaram convencê-lo. Para muitos, ele era o único candidato capaz de unir o PSD e o PTB, já que o PSD nunca aceitaria a candidatura de Jango para a presidência.⁴⁷² Já na opinião de Renato Archer, do PSD, embora Lott não fosse um pessedista, o partido se acomodou com a sua escolha, pois sua derrota causaria dano menor do que se fosse de um homem de dentro do PSD, já que se sabia que JK não apoiaria qualquer que fosse o candidato pessedista: “O PSD foi levado durante todo esse período a não ter candidato, ele não se organizou, pois o presidente da República queimou as candidaturas que apareceram com alguma possibilidade”.⁴⁷³

Archer também ressalta a resistência à candidatura e o perfil pouco político do marechal: Lott “nunca foi pleiteante à candidatura e nunca contribuiu com uma palavra de simpatia para qualquer pessoa que tivesse ido propor a candidatura dele”. A convenção do

⁴⁷⁰ Idem. p. 1395 e 1397.

⁴⁷¹ BOJUNGA, Claudio. Op.cit. p. 538.

⁴⁷² Entrevista CPDOC-FGV Abelardo Jurema. p. 220.

⁴⁷³ Entrevista CPDOC-FGV Renato Archer. p.257.

PSD, na qual foi lançado o nome do marechal “foi a mais melancólica das convenções. Nenhum entusiasmo; todo mundo estava convencido de que não era para valer”.⁴⁷⁴

Em entrevista também ao CPDOC, dezoito anos mais tarde, o marechal argumentou que, na época, não desejava entrar para a política e que só aceitou a candidatura devido às circunstâncias políticas da época:

“Eu não queria postular um cargo político, ainda mais de presidente da República, mas fui posto diante do dilema; ou aceitava ou dava indicação de medo ou comodismo, por não querer correr os riscos da campanha. Assim é que foi colocado o problema diante de mim”.⁴⁷⁵

Ao relembrar o episódio, Lott não se refere ao jogo político que acarretou sua escolha como candidato. Coloca como principal argumento, para justificar a sua candidatura, a urgência de políticos do PSD, com exceção de JK, e do PTB em combater a figura demagógica e oportunista de Jânio Quadros:

“Quando se apresentou aquele cidadão [Jânio Quadros] como candidato por um partido que esposava idéias diametralmente opostas às que ele até então pregara, isto queria dizer que ele iria ser ferramenta desse partido. Eles iriam explorá-lo devido à sua demagogia, à sua penetração na massa popular, à sua capacidade de arrastar o povo, mesmo tendo dados do seu despreparo, dada a maneira pela qual ele tinha agido nas funções anteriores. Isso era conhecido de muita gente, inclusive do pessoal da UDN que o tinha escolhido. Os elementos do outro lado, do PSD etc. que não o queriam, por isso, vieram a mim e insistiram”.⁴⁷⁶

A falta de entendimento entre o PSD e o PTB incentivou o processo já presente na política brasileira, desde meados da década de 1950, a formação de frentes políticas congregando integrantes de diferentes partidos. A experiência democrática e o processo de radicalização dos projetos políticos ligados ao nacionalismo contribuíram para que identidades suprapartidárias se estabelecessem. Muitos nacionalistas não se sentiam representados pelas legendas partidárias existentes e preferiam integrar organizações que defendiam ideais nacionalistas, sobrepondo-se aos programas e identidades ideológicas dos partidos. O único partido que apoiava essa nova tática era o PCB. Fazia parte de sua estratégia a composição de frentes nacionalistas democráticas na luta pacífica pela tomada do poder.

⁴⁷⁴ Idem. pp.258-262.

⁴⁷⁵ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.104.

⁴⁷⁶ Idem.Ibidem.

Não foram somente os grupos nacionalistas que se organizaram. O final do governo JK foi o momento de grande mobilização da sociedade civil e polarização dos projetos políticos. Havia dois blocos bem definidos: de um lado os nacionalistas e reformistas, que reuniam os variados matizes da esquerda política na defesa da independência política e econômica do Brasil e de uma sociedade mais igualitária, de outro, estavam os conservadores, defensores da internacionalização da economia brasileira, do alinhamento político do Brasil aos Estados Unidos e do bloqueio das reformas de base, principalmente a reforma agrária.

Nesse contexto, duas organizações se destacaram no Congresso e na disputa eleitoral: a Frente Parlamentar Nacionalista e a Ação democrática Parlamentar, esta última surgida somente em 1961.⁴⁷⁷ A FPN atuou entre os anos de 1956 e 1964 e representava um dos segmentos mais combativos da sociedade civil na defesa por um país “mais justo e soberano”. Parlamentares progressistas de vários partidos, principalmente do PTB e do PSD integravam a frente que permitia a vinculação daqueles que se identificassem integralmente com as proposições nacionalistas do grupo. No legislativo, o grupo atuou de forma combativa:

“(…) transformou-se em advogada de defesa das manifestações, greves e reivindicações do movimento social, junto ao Congresso Nacional. Os políticos da Frente assumiram muitas vezes a função de porta-vozes de organização como a CGT, o PUA, as Ligas Camponesas e a UNE. Junto ao poder legislativo”⁴⁷⁸.

A Frente Parlamentar tornar-se-ia, junto ao PCB, a maior força política de apoio à candidatura de Lott.

A PROPOSTA DE GOVERNO

Muitos dos entusiastas do marechal o viam como sucessor de Getúlio. O próprio Lott discursava lembrando a memória presidente morto. No dia 19 de Abril de 1960, em sua primeira viagem ao Sul, o candidato fez questão de visitar o túmulo de Vargas, na cidade de São Borja. A data era a mesma do nascimento do ex-presidente e momento de

⁴⁷⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”. In: FERREIRA, Jorge. _____ (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.3.

⁴⁷⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op.cit. (1989). p. 239.

manifestações populares em sua homenagem. Ao lado de João Goulart, o marechal silenciou-se diante do mausoléu e ouviu concentrado os elogios a Getúlio.⁴⁷⁹

Porém, o plano de governo de Lott era, antes de tudo, uma proposta de continuação da obra de Juscelino Kubitschek. O seu discurso em muito o aproximava das esquerdas políticas ao, por exemplo, defender de forma intransigente o monopólio da Petrobrás, a reforma agrária e o voto do analfabeto – questões polêmicas no debate político da época. Mas a sua principal marca era a proposta de continuação do governo de JK ao elaborar o II Plano de Desenvolvimento Nacional. O discurso do marechal enaltecia o governo que terminava e o desenvolvimento econômico proporcionado pelo programa desenvolvimentista. Definia suas metas tendo-o como referência principal: “o plano desenvolvimentista do Presidente Juscelino Kubitschek (...) uma das maiores contribuições, que a nossa história oferece, para a formulação de em plano nacional completo, para o progresso econômico e cultural da Nação”.⁴⁸⁰

Construído a partir de uma visão tecnicista da realidade econômica e social, tal como o seu antecessor⁴⁸¹, o II Plano de Desenvolvimento Nacional tinha por objetivo elevar o crescimento da produção e do consumo nacionais. As orientações principais estavam estabelecidas em um novo Programa de Metas que propunha acelerar novamente o processo de industrialização, através da criação de novos incentivos para a indústria de base, e o desenvolvimento autônomo do setor agrícola.

O novo programa repetia o binômio do projeto desenvolvimentista de JK: desenvolvimento econômico como sinônimo de soberania nacional. Mas, diferentemente de seu antecessor, Lott pensava a questão da desigualdade social como problema que não se resolveria apenas com o pleno desenvolvimento econômico da nação. Era necessária uma política que pensasse soluções para diminuir a concentração de renda e favorecesse o desenvolvimento equilibrado das diferentes regiões do país: suprimir “os extremos anti-sociais de pobreza e os abusos do poder econômico concentrado em mão de minorias privilegiadas”.⁴⁸²

⁴⁷⁹ SENNA, Milton. Op.cit. pp.48-49.

⁴⁸⁰ Revista *O Cruzeiro*. 24 de setembro de 1960.

<http://memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro/24091960/2409601b.htm>. Acesso em: 16.03.2008.

⁴⁸¹ Ver: CARDOSO, Míriam Limoeiro. Op.cit.

⁴⁸² Revista *O Cruzeiro*. 24 de setembro de 1960.

<http://memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro/24091960/2409601b.htm>. Acesso em: 16.03.2008.

Com o objetivo de alcançar as metas do II Plano de Desenvolvimento, deveriam ser tomadas medidas como: ampla reforma administrativa da máquina governamental, com o objetivo de dotá-la de melhor eficiência; estudo dos recursos naturais do país, destacando-se os “minerais-chave”, solo cultivável e fontes de energia; utilização ampla dos métodos de programação econômica, oferecidos pela ciência e pela técnica contemporâneas, “especialmente pelas modernas técnicas de gestão industrial”; incorporação no Plano Nacional dos problemas regionais e tratamento preferencial dos mesmos; reformas institucionais na Constituição e na legislação fiscal, relacionadas com o uso dos recursos naturais do País, com a finalidade de garantir o melhor uso desses recursos, e “justiça social” no esforço do desenvolvimento nacional.⁴⁸³

Apesar do discurso em relação à economia, o destaque do plano de desenvolvimento elaborado por Lott e seus assessores recaía principalmente na busca de soluções técnicas para o deficitário sistema educacional brasileiro. Era necessária a modernização do sistema educacional para atender as demandas da indústria e do pleno desenvolvimento cultural do país: “o meu governo será uma continuação de minha campanha eleitoral: uma mobilização das energias físicas e espirituais do povo brasileiro para uma obra histórica de educação popular”.⁴⁸⁴

O plano da Educação propunha o incentivo à formação de técnicos e especialistas para os setores econômicos em expansão, ao mesmo tempo em que salientava que a “preparação adequada do homem brasileiro” exigia não somente o saber técnico, mas um sistema educacional dotado de um conteúdo “simultaneamente tecnológico e humanístico”.⁴⁸⁵

Lott era um grande defensor da escola pública, o que lhe rendeu alguns opositores. Em seu programa, o analfabetismo e o déficit escolar deveriam ser erradicados do Brasil por etapas e as diferentes fases da formação educacional pensadas de forma articulada. A diretriz básica da política educacional seria o fortalecimento da escola pública, através de amplas reformas com os seguintes objetivos: suprimir no ensino primário o déficit escolar e o analfabetismo nas áreas urbanas e rurais, com o objetivo de “incorporar também à vida cívica grande massa de adultos, por métodos educacionais que se ajustem às condições do

⁴⁸³ Idem.

⁴⁸⁴ Idem.

⁴⁸⁵ Idem.

trabalho”; no ensino secundário preparar técnicos de nível médio com as qualificações exigidas pelos setores de atividades em expansão; no nível superior preparar especialistas tendo em vista as exigências mais prementes do desenvolvimento, inclusive aquelas de cunho humanístico e cultural, reforma da universidade de maneira a tornar mais eficiente a aplicação de recursos públicos no ensino superior e reforma curricular “adotando planos curriculares e técnicas de alto rendimento didático”.⁴⁸⁶

Além das reformas mencionadas, o plano de desenvolvimento também propunha como meta especial completar a construção e pôr em funcionamento a Cidade Universitária, no Estado da Guanabara, e completar o plano de equipamento das universidades federais. Também eram previstas a criação de uma Escola Nacional de Artes Cênicas, a destinação de verbas para a Academia Brasileira de Ciências e a organização e aparelhamento das entidades culturais na nova capital federal, Brasília, de modo que exercessem um papel preeminente na sociedade brasileira, “inclusive no que respeita à sua técnica de organização a de administração, freqüentemente tida como secundária, mas de fato imprescindível ao adequado exercício das suas funções”.⁴⁸⁷

O CANDIDATO DAS ESQUERDAS

Em 15 de fevereiro de 1960, Lott transmitiu o cargo de ministro da Guerra para o antigo companheiro do Movimento 11 de Novembro e então comandante da Zona Militar Leste, marechal Odylio Denys, para poder oficialmente concorrer à presidência. As eleições se realizariam em 3 de outubro daquele ano. A cerimônia foi realizada no Palácio Duque de Caxias, no centro do Rio de Janeiro, com a presença de militares e políticos como João Goulart e Roberto da Silveira. No lado de fora do palácio, civis e militares aguardavam o marechal que desfilou em cima de um jipe aberto, já em trajes civis, e a bandeira brasileira nas mãos. Ao deixar o Ministério da Guerra, o marechal foi surpreendido pelo acenar, nas janelas daquele prédio, de sargentos e oficiais. Em seguida, na Av. Presidente Vargas, teve início o primeiro comício, que contava com a presença de Roland Corbisier, José Jofily e Mendes de Moraes – todos foram oradores no evento, que se estendeu até o Largo da

⁴⁸⁶ Idem.

⁴⁸⁷ Idem.

Carioca, sede do Comitê Nacional Pró-Lott. No local, Lott discursou para o trabalhador brasileiro evocando os nomes de Vargas e Juscelino:

“(…) Não mais desejamos que o suor do trabalhador brasileiro sirva para enriquecer os que estão no estrangeiro. Não é possível que o esforço dos brasileiros continue aproveitando aos países estrangeiros. O que é preciso é que o trabalhador brasileiro seja capitalizado a favor do nosso país (…).

(…)O presidente Juscelino Kubitschek teve a coragem de romper com a rotina, de lutar contra o desânimo, de enfrentar os inimigos do nosso progresso e do nosso desenvolvimento. É necessário completar essa obra, iniciada por Vargas e que atingiu com Juscelino a velocidade máxima (…)”⁴⁸⁸.

A chapa foi homologada em 17 de fevereiro de 1960 na Convenção Nacional do PTB. Era clara a expectativa dos grupos “à esquerda” do Partido Trabalhista Brasileiro. Na oportunidade, foi lido um documento no qual 124 líderes sindicais afirmavam o apoio à chapa Lott-Jango. O Grupo Compacto declarou urgência na luta pela aprovação das medidas legislativas reformistas que tramitavam no Congresso: lei de greve, lei orgânica da Previdência Social, reclassificação do funcionalismo público federal, limitação da remessa de lucros para o exterior, nacionalização dos depósitos bancários, lei regulamentadora da reavaliação de ativos de empresas concessionárias de serviços públicos, entre outras. Na mesma convenção, também foi lida uma mensagem da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, apresentando um programa mínimo de transformação do partido. Entre as principais exigências estavam: participação orgânica e ativa dos trabalhadores na direção administrativa e política do PTB e garantia de participação dos candidatos a cargos eletivos e diretivos indicados pelas entidades sindicais⁴⁸⁹.

O marechal e a sua comitiva passaram a percorrer o país fazendo pregações nacionalistas. A bordo de um avião da Varig, colocado a sua disposição, Lott visitava cinco cidades por dia, acompanhado por jornalistas, entre os quais Batista de Paula, do *Última Hora* e Milton Senna, dos *Diários Associados*, assessores militares, como seu enteado, o major Antonio José Duffles do Amarante, o major Nazir Nasser, os capitães Roberto de Souza, Duvaly Verlingeiro e Fábio Pinto Coelho e um funcionário do Departamento Federal de Segurança Pública, que fazia o serviço de segurança, o detetive Silva Júnior.⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ *Última Hora*. 16 de fevereiro de 1960. p.4. Grifos meus.

⁴⁸⁹ *Última Hora*. 18 fevereiro de 1960. p.4.

⁴⁹⁰ SENNA, Milton. Op.cit. pp.26-27.

A defesa de questões polêmicas como a reforma agrária e o voto do analfabeto aproximavam Lott das esquerdas. O deputado do PTB de Pernambuco e líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, declarou publicamente o apoio dos camponeses à candidatura do marechal: *porque ele já se manifestou publicamente a favor do voto do analfabeto e pela reforma agrária*⁴⁹¹.

Lott tinha como símbolo de sua campanha uma espada, em oposição à vassoura de Jânio Quadros, e com o slogan *Nacionalismo e Desenvolvimento*, pregava a continuidade do governo JK. O caráter das declarações sinceras do marechal causava desconforto nos setores mais conservadores. Em janeiro de 1960, em entrevista ao jornal carioca *Última Hora* – sob a direção de Samuel Wainer, o periódico era um grande aliado do marechal – fez afirmações contundentes de claro teor nacionalista. Atacava tanto as elites burguesas quanto os latifundiários:

“Para punir os dilapidadores o governo deve ir até o seqüestro de seus bens. Nunca transigi com gente desonesta, não seria no governo que iria transigir; Serei intransigente na defesa dos interesses superiores do Brasil. O centro das preocupações do meu governo será o interesse nacional; Não basta dar terra aos camponeses e abandona-los a própria sorte. A Reforma Agrária, que com a ajuda do Congresso e da opinião nacional, pretendo fazer, não deixará em paz os latifundiários; A greve é uma forma lícita e justa de protesto. No meu governo assegurarei o direito de greve, mas sobretudo procurarei evitar que a greve se torne necessária; No Brasil 4 milhões de crianças que se matriculam nas escolas primárias, apenas cerca de 300 mil conseguem concluir o curso. Não é possível que somente uma pequena elite social consiga dar aos seus filhos o que a lei manda dar a todos os brasileiros”.⁴⁹²

Lott, para defender a escola pública, declarava nos comícios: “vou construir escolas; Jânio construirá cadeias!”. Um dos lemas de sua campanha era: “Mais escolas, menos cadeias”.⁴⁹³ Lott defendia igualmente o voto dos analfabetos o que contrariava setores conservadores das Forças Armadas e a UDN. Segundo Abelardo Jurema, tanto o PSD quanto o PTB eram favoráveis ao voto do analfabeto, pois percebiam que boa parte da população estava nessa condição e dessa forma poderiam angariar mais votos. Porém, o PSD, para não descontentar em demasiado a oposição, defendia somente o voto dos

⁴⁹¹ *Última Hora*. 20 Julho de 1960. p.2.

⁴⁹² *Última Hora*. 19 de janeiro de 1960. p.1. Grifos meus.

⁴⁹³ *Última Hora*. 15 de agosto de 1960. p.02.

analfabetos que pagassem impostos. Já os militares conservadores temiam que os comunistas pudessem intervir na “massa sem luzes”.⁴⁹⁴

Vários panfletos apreendidos pela Divisão de Polícia Política e Social (DPS), que, na época, acompanhava de perto o andamento da campanha do marechal e que chegou a elaborar dossiês mapeando as ações dos grupos nacionalistas, confirmam a aproximação entre Lott e os trabalhadores. Uma flâmula do III Congresso Nacional Sindical, realizado em agosto de 1960, evocava “reforma agrícola, Previdência Social, liberdade sindical, novo salário mínimo e a criação da Central Sindical” e defendia como futuros presidente e vice-presidente da República, Marechal Lott e João Goulart, finalizando com a letra de uma marchinha de Edgar Cardoso, que poderia ser cantada com a melodia da música Cidade Maravilhosa:

“Coro: A dupla maravilhosa / Que nós vamos votar / A dupla maravilhosa / É Lott e João Goulart (bis); Dois grandes homens representam, agora / um povo bem varonil/ Lott e Jango se encontraram na hora/ Para a maior glória do Brasil”.⁴⁹⁵

Vários sindicatos tinham o seu comitê eleitoral Pró Lott-Jango. O comitê dos empregados do grupo Light-Rio, em manifesto assinado por vários dirigentes sindicais, alertava os funcionários quanto à prática predatória do capital estrangeiro que “obtem grandes lucros e os envia à sua pátria de origem, reservando para nós, brasileiros, apenas a oportunidade de servi-lo como seus empregados”. E afirmava que todas as medidas de caráter nacionalista do governo JK eram todas de responsabilidade de Lott e do vice-presidente João Goulart do PTB:

“(…) cujas bancadas no Senado e na Câmara, sempre se colocaram na primeira linha de defesa da Petrobrás, nacionalização dos depósitos nos Bancos estrangeiros, proibição da exportação das areias monazíticas, criação da Eletrobrás, limitação do envio de lucros das empresas estrangeiras, reforma agrária, direito do voto ao analfabeto (...)”.⁴⁹⁶

O comitê Pró-Lott e Jango dos portuários afirmava ser o marechal candidato das forças nacionalistas, enquanto o seu adversário, Jânio Quadros, era candidato representante dos “grupos econômicos estrangeiros, a quem os magnatas apontam como ‘o homem que

⁴⁹⁴ Entrevista Abelardo Jurema. CPDOC-FGV. pp. 203-204.

⁴⁹⁵ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ. Catálogo de Panfletos Apreendidos pela DPS – Divisão de Polícia Política (1944-1960). TEMA: Eleições Lott - Jango 1960. n. 1975.

⁴⁹⁶ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ. Catálogo de Panfletos Apreendidos pela DPS – Divisão de Polícia Política (1944-1960). TEMA: Eleições Lott - Jango 1960. n. 1287.

serve' porque defende o interesse dos ricos usando a linguagem dos pobres. Pior, Jânio era o candidato de preferência do 'New York Times' que vê nele a cunha capaz de atropelar a política estatal do petróleo (...)". Outro manifesto do mesmo grupo lembrava o caráter nacionalista do Movimento 11 de Novembro, liderado por Lott: "(...) O nacionalismo não cede e não prescinde de Lott. (...) Generalíssimo de novembro líder do nacionalismo brasileiro (...)". E ameaçava:

"(...) se dentro dos partidos responsáveis pela legenda do líder nacionalista há quem procure recuar, pela insinuação cavilosa duma retirada de sua candidatura, mais forte que os sabotadores é o combinado de FORÇAS POPULARES, em arregimentação nos comitês Pró-Marechal Lott".⁴⁹⁷

Para muitos entusiastas, Lott era o verdadeiro herdeiro político de Getúlio Vargas, aquele que iria dar continuidade e proteger a legislação social. Um panfleto de maio de 1960, assinado pelos "Trabalhadores do Brasil" afirmava que, se "Lott fosse o ministro da Guerra a 24 de agosto, Getúlio não teria sacrificado a sua vida, pois intrigas e torpezas do 'Corvo do Lavradio' não vingariam". A espada ostentada na lapela como símbolo da campanha representava "(...) a garantia do operariado às conquistas sociais já alcançadas".⁴⁹⁸

Visto como representante do nacionalismo popular, Lott recebia apoio da imprensa comunista, como o jornal *Terra Livre*. O líder comunista Luís Carlos Prestes fazia declarações a favor do candidato. Um livreto intitulado *Porque os comunistas apóiam Lott e Jango*, publicado pelo editorial Vitória, no ano de 1960, contém dois importantes documentos escritos pelo dirigente comunista. O primeiro, "Os comunistas e a sucessão presidencial", de setembro de 1959, declara Lott como a melhor escolha para o avanço do "movimento nacionalista e do movimento operário e democrático" no Brasil. Para Prestes, embora o marechal fosse declaradamente conservador e tivesse "opiniões inaceitáveis, como a que se opõe às relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética", o que dificultava o apoio das forças populares e nacionalistas à sua candidatura e favorecia o candidato da oposição, Lott representava as forças progressistas do país.⁴⁹⁹

⁴⁹⁷ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ. Catálogo de Panfletos Apreendidos pela DPS – Divisão de Polícia Política (1944-1960). TEMA: Eleições Lott - Jango 1960. n.1617 e1382.

⁴⁹⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ. Catálogo de Panfletos Apreendidos pela DPS – Divisão de Polícia Política (1944-1960). TEMA: Eleições Lott - Jango 1960. n. 1205.

⁴⁹⁹ PRESTES, Luiz Carlos. *Por que os comunistas apóiam Lott e Jango*. RJ: Editorial Vitória, s/data. pp. 7-19.

No documento, Prestes analisa o contexto político nacional como sendo de “choque cada vez mais agudo entre correntes nacionalistas e os grupos entreguistas e retrógrados que servem o capital monopolista dos Estados Unidos” e confirma a importância dos militares na luta nacionalista. A candidatura do marechal seria “expressão do sentimento nacionalista do Exército”, reunindo os setores progressistas da sociedade: “os numerosos deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, a ‘ala moça’ do PSD, os militares do dispositivo vitorioso do 11 de novembro e outros setores do nacionalismo”. Por fim, listava medidas práticas que deveriam ser encapadas pelos comunistas, os membros do partido deveriam concentrar os seus esforços nas seguintes tarefas políticas:

1. “Participar ativamente, e desde já, da campanha eleitoral (...) intensificar a atuação entre as massas e, juntamente com a luta por suas reivindicações, realizar o alistamento eleitoral, participar da discussão do problema sucessório nas fábricas, nos bairros, escolas e outros locais, a fim de que as próprias massas se manifestem, critiquem as posições dos candidatos e formulem suas exigências a eles e ao atual governo (...).
2. Explicar ao povo como se agrupam as forças políticas para a sucessão, revelar o sentido e as características de cada candidatura. (...) o caráter entreguista e reacionário da candidatura de Jânio Quadros (...). Em relação à candidatura do marechal Teixeira Lott, (...) mostrar as características patrióticas e democráticas das forças que lançaram essa candidatura.(...).
3. (...) concentrar a sua atuação junto às massas em torno das seguintes questões: (...) aumento dos salários (...), política externa independente e de paz (...); política econômica e financeira que favoreça o desenvolvimento independente do país (...); direito de greve (...).”⁵⁰⁰

Prestes e os comunistas, em 1959, não se mostravam inteiramente satisfeitos com o comportamento político do candidato escolhido e dos partidos da coligação. Era importante, segundo o dirigente do PCB, “(...) criticar firmemente as posições conciliadoras de Lott, exigir a sua definição em torno de problemas básicos do povo, apresentar reivindicações ao candidato e aos partidos que o sustentam e (...) lutar energicamente contra a influência de elementos reacionários e entreguistas na coligação que sustenta a candidatura em apreço”.⁵⁰¹

O segundo documento, escrito já no ano das eleições, “Pela vitória da causa nacionalista e democrática nas eleições presidenciais”, data de março de 1960. Nele há uma mudança de perspectiva em relação ao candidato escolhido pelas correntes **nacionalistas**.

⁵⁰⁰ Idem. Ibidem.

⁵⁰¹ Idem.

Na visão de Prestes, Lott teria evoluído. Apesar do conservadorismo do marechal, o seu maior contato com as massas teria feito com que ele percebesse os aspectos negativos do governo JK e se direcionasse para a reafirmação de uma política verdadeiramente nacionalista e democrática, destacando-se, nesse sentido, reiteradas declarações a favor:

“(...) da limitação das remessas do capital estrangeiro, da reforma agrária, da nacionalização dos bancos de depósito, do respeito ao direito de greve, de moralização das instituições de previdência social, do reerguimento do Nordeste e de defesa da escola pública”⁵⁰².

Prestes termina o documento fazendo uma autocrítica ao partido em relação à participação na campanha Pró-Lott. Para o seu dirigente, as forças do partido estavam longe de estarem satisfatoriamente mobilizadas para o pleito sucessório: “pouco fizemos para vencer o espontaneísmo (...) as direções mais responsáveis vêm revelando grande atraso e vacilação em lançar o Partido na campanha eleitoral”. Prestes condenava a atitude sectária dos líderes que não seguiam a determinação de construir a “frente única nacionalista e democrática”:

“(...) são camaradas que se mostram indiferentes diante das possibilidades que a campanha eleitoral oferece para a ação conjunta das forças interessadas na conquista de um curso de desenvolvimento independente e progressista para a nossa Pátria”⁵⁰³.

Jacob Gorender, na época integrante do PCB, confirma a opção dos comunistas por Lott como estratégia para a “revolução pacífica”: “sua concretização se daria na luta em favor da ampliação das liberdades democráticas e das reformas de estrutura”. Assim, a tarefa dos integrantes do partido deveria ser lutar pelas reformas de base para aproximar o contexto nacional da “revolução nacional democrática” – uma das etapas necessárias para o comunismo.⁵⁰⁴

O marechal tinha também apoio nos meios militares, principalmente entre os subalternos e os oficiais de esquerda. Era grande o prestígio entre os sargentos devido à aproximação a este grupo durante o tempo em que ocupou o Ministério da Guerra, sobretudo por ter sido grande defensor, em 1956, da lei que deu estabilidade à categoria. Durante seus comícios, o ex-ministro defendia o voto de cabos e soldados, proibido pela Constituição de 1946, chegando a declarar em São Paulo: “para ser coerente o legislador da

⁵⁰² Idem. p.37.

⁵⁰³ Idem. pp.39-40

⁵⁰⁴ GORENDER, Jacob. Op.cit.p.34.

Constituinte de 1946 que negou ao cabo e ao soldado o direito do voto deveria fazê-lo também ao general”.

Em comício em Porto Alegre, Lott voltou a tocar no assunto defendendo o exercício da cidadania política dos subalternos não só como meio de promover a igualdade no interior das Forças Armadas, mas como meio de combater o despreparo político desse segmento importante na defesa da nação:

“Eles são cidadãos iguais aos demais militares a que a Constituição de 1946 concedeu o direito de voto. Excluí-los do processo de escolha dos dirigentes da Nação, negando-lhes um direito inerente à própria cidadania, seria desconhecer o grau de inteligência desses militares e os serviços que eles prestam à Nação no setor da manutenção da ordem pública e na defesa da sociedade. E o pior é que o jovem, já alistado eleitor, convocado para a prestação do serviço militar perde o direito de voto que conquistara como simples cidadão. Quem está em condições de defender a Pátria, a sua soberania nos casos previstos na Constituição, não deveria ser posto de lado na hora da escolha dos dirigentes da nação. Com os cabos e soldados das Polícia Militares e das Forças Públicas, acontece ainda pior: eles não votam por que a Constituição lhes negou esse direito. Mas votam as suas esposas, seus filhos. É natural que eles se sintam, em suas próprias casas, como chefes de família, por ocasião das eleições, em situação de verdadeiro constrangimento. Essa falha deve ser corrigida o mais breve possível (...)”.⁵⁰⁵

O material de propaganda elaborado pelos sargentos mostra o entusiasmo dos subalternos militares com a candidatura do marechal. Assinado pela Convenção dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos (CSSE) um panfleto informa que o sargento Paiva Melo havia sido indicado para candidato a deputado estadual pela Guanabara e convocava “subtenentes, suboficiais e sargentos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros” para a “Festa da Estabilidade”, fazendo alusão à lei que dera estabilidade aos sargentos, com as seguintes palavras de ordem: “Marechal Lott no ministério da Guerra; Jango na vice-presidência da República; Paiva Melo na presidência do CSSE”.⁵⁰⁶

Certa vez Paiva Melo declarou aos jornais o grande apoio dos militares subalternos ao marechal e a politização do grupo:

“Realmente os sargentos, os suboficiais e oficiais oriundos da tropa são em maioria esmagadora eleitores dos candidatos Lott-Jango (...). O marechal Lott conta com

⁵⁰⁵ *Última Hora*. 4 de maio de 1960. p.8. Na Câmara Federal tramitava uma emenda proposta pelo deputado Rui Ramos, do PTB, que propunha o voto dos analfabetos, cabos e soldados.

⁵⁰⁶ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ. Catálogo de Panfletos Apreendidos pela DPS – Divisão de Polícia Política (1944-1960). TEMA: Eleições Lott - Jango 1960. n. 1799.

quase a totalidade desses oficiais e suas famílias (...) candidatos dos eleitores mais esclarecidos, que sente os problemas nacionais vendo-os pelo lado do povo, contam com mais de 80% dos sargentos das Forças Armadas e Auxiliares, que formam, hoje, uma classe politizada, esclarecida, capaz de escolher bem os dirigentes da nação, dos Estados e os representantes nas casas legislativas. Os sargentos darão aos candidatos nacionalistas identificados com os problemas do país mais de 200 mil votos porque eles levam as famílias e os amigos. (...) Porque sargento não vota em candidato da elite, da grã-finagem”.⁵⁰⁷

No interior das Forças Armadas, principalmente no Exército, os oficiais nacionalistas se articulavam para garantir o máximo de apoio político ao marechal. Mesmo correndo riscos de sofrerem sanções, os comunistas que serviam estrategicamente no interior do ministério da Guerra se integraram na campanha presidencial. Kardec Lemme, militar membro do Partido Comunista e, na época, lotado no Palácio da Guerra, fazia parte do grupo de oficiais que assessoravam diretamente o marechal e participou ativamente da campanha eleitoral na coordenação do comitê eleitoral Pró-Lott. O coronel anistiado afirma que o marechal foi “adotado” pelos militares comunistas “por ser de ótimo caráter e ter ‘aberto os olhos’ para as questões nacionais, após o 11 de Novembro” e que os comunistas tinham perfeita noção do conservadorismo de Lott e sabiam que ele não era um líder comunista. O marechal era a melhor opção no momento: “ele era o único oficial da ‘cúpula militar’ perfeitamente competente para governar o país, não para instaurar o socialismo, mas para um capitalismo mais humano”.⁵⁰⁸

Nelson Werneck Sodré, também simpatizante do comunismo e oficial próximo a Lott, que, segundo Kardec Lemme,⁵⁰⁹ era o responsável pelo contato entre os militares de esquerda e o marechal, confirma a posição desses militares em relação a Lott:

“(...) queríamos aquilo mesmo, um candidato conservador – o que não deve ser confundido com reacionário, conservador e reacionário são coisas muito diferentes – um candidato cujas posições fossem autênticas, um soldado afeiçoado ao regime democrático, ainda que no nível a que esse regime atingira, entre nós, longe da perfeição; um candidato honesto em suas convicções”.⁵¹⁰

Em suas memórias, Sodré relembra a dedicação desses oficiais à campanha do ex-ministro e as dificuldades diante do abandono das cúpulas do PSD e do PTB: “de nossa

⁵⁰⁷ *Última Hora*. 01 de outubro de 1960. p.02.

⁵⁰⁸ Entrevista a autora em 04 de abril de 2008.

⁵⁰⁹ Entrevista a autora em 31 de julho de 2008.

⁵¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. (1967). p. 517.

parte, as dificuldades multiplicavam-se; às previstas, juntavam-se, a cada passo, as imprevistas. O esforço era grande, os elementos militares nacionalistas que pretendiam eximir-se de atividades eleitorais foram sendo aspirados, para preencher lacunas, suprir falhas, atender prementes necessidades”. E a estranheza militar diante do mundo político não era o sentimento apenas do candidato marechal, mas de todos aqueles que estavam acostumados a um mundo de regras, disciplina e hierarquia. Faltava-lhes “o jogo de cintura” necessário à política: “(...) constrangiam os políticos e se sentiam por eles constrangidos. Habitados a normas fixas, rígidas, aos gestos previsíveis, às reações rotinadas, irritava-os a passividade de uns e, principalmente, a solércia de muitos”.⁵¹¹

O nacionalismo de Lott despertava reações. Milton Senna, um dos jornalistas integrantes da comitiva da campanha de Lott, relata pelo menos dois momentos de tensão. Um em Campina Grande, quando os motores do avião foram misteriosamente enchidos de areia, mas, felizmente, devido à quantidade exagerada, o avião nem conseguiu dar partida e, outro, em Paranaíba. Nesta cidade, o recrudescimento dos boatos de sabotagem levaram Lott, às vésperas das eleições, a declarar para os seus companheiros estar encerrada a campanha eleitoral, pois não deveria por em risco a vida de outras pessoas. Segundo o jornalista, todos ficaram abatidos com a notícia. O major Duffles, enteado de Lott, em nome da tripulação da Varig e dos membros da comitiva, entregou na residência do marechal, na cidade do Rio de Janeiro, uma carta de apelo para que a campanha não fosse interrompida. Em seu livro, Milton Senna transcreve todo o documento que termina com os dizeres eloquentes:

“Estamos dispostos a dar o melhor de nós mesmos à vitória da causa nacionalista e estamos certos de que, sob o comando de V.Excia, iremos redobrar os esforços, neste fim de campanha, para assegurar a vitória.

A bandeira que V.Excia. tem nas mãos lhe foi confinada por milhões e milhões de brasileiros, que o tiveram com única esperança de salvação para o país ante a dramática perspectiva que se abria para a nossa Pátria ao iniciar-se o exame do problema sucessório. Qualquer redução nos planos da campanha nacionalista chocaria, por certo, a opinião pública e poderia comprometer a vitória que já temo à vista e da qual depende o destino do Brasil”.⁵¹²

Um bom número de dossiês elaborados pela DPS evidencia a inquietação dos setores conservadores da sociedade em relação ao movimento nacionalista e o envolvimento dos

⁵¹¹ Idem. p. 513.

⁵¹² SENNA, Milton. Op.cit. pp. 29-30.

comunistas na campanha do marechal. Muitos desses documentos são compostos por recortes de artigos veiculados na imprensa da época, noticiando o andamento da campanha Pró-Lott. Um dossiê intitulado *Campanha eleitoral 1960* possuiu, entre outras coisas, notícias a respeito da instalação, durante o ano eleitoral, de núcleos filiados ao Comitê Nacional Pró-Marechal Lott em locais como Recreio, São Gonçalo, Bangu, Sepetiba e Barra da Tijuca e a criação do Comitê Cultural Marechal Lott, em agosto, na cidade do Rio de Janeiro, com Danton Jobim, presidente, e Hermes Lima, vice. Os dossiês *Movimento Nacionalista Lott e Jango* e *Legião Cívica General Lott* igualmente mostram a preocupação da polícia em mapear os grupos ligados à campanha presidencial nacionalista.⁵¹³

A direita militar e civil alardeava-se com os rumos da campanha de Lott. Em setembro de 1960, às vésperas das eleições, a Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro mandou uma mensagem telegrafada a Cuba solidarizando-se com a Declaração de Havana (1960), na qual Fidel Castro reafirmou a soberania nacional cubana ante o acordo de intervenção aprovado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), e agradecendo a moção de apoio do Movimento Revolucionário 26 de Julho⁵¹⁴ aos nacionalistas brasileiros. A mensagem fazia votos de apoio à heróica “Causa de Libertação Cubana”, vista como representante de todos os “povos subdesenvolvidos”. Lott havia sido convidado para o evento e, embora não tenha ido, Gustavo Capanema compareceu representando-o. Estavam presentes na convenção principalmente integrantes do PCB, do PTB, que declaravam apoio total a Lott e a Jango. Edna Lott, que, segundo Kardec Lemme e Nelson Werneck Sodré, era importante elo civil entre os militares nacionalistas e o marechal⁵¹⁵, defendeu a candidatura de Lott como “mais um passo para a vitória do nacionalismo do país”. Já Roland Corbisier comparou a luta nacionalista brasileira “com as lutas de Nehru, na Índia; de Nasser, no Egito; de Mão Tse Tung, na China, e de Fidel Castro, em Cuba” e Francisco Julião defendeu a reforma Agrária como “condição

⁵¹³ Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962). Dossiê: Campanha eleitoral 1960. Localização respectiva: 30012, 30011 e 1036.

⁵¹⁴ Baseado no México, o movimento foi fundado por guerrilheiros, como Fidel Castro, em 1954, com a finalidade de espalhar focos de guerrilha pela América Latina e fazer a revolução comunista.

⁵¹⁵ Kardec Lemme, entrevista a autora em 31 de julho de 2008 e SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. (1967). p. 514.

indispensável para a afirmação nacionalista no Brasil, visto que enquanto o imperialismo nos ataca de frente os latifúndios nos liquida pelas costas”.⁵¹⁶

Também em setembro, o jornal *Diário Carioca* noticiava “mais um memorial de apoio a Lott e Jango”. O documento era assinado por artistas, radialistas, jornalistas e publicitários, muitos simpatizantes do comunismo. Entre eles estavam: Mario Lago, Jakson do Pandeiro, Jacob Gorender, Danton Jobim e Edmar Morel.⁵¹⁷

Embora os simpatizantes e as lideranças do Partido Comunista estivessem entre os maiores entusiastas e aqueles que sustentaram a campanha, Lott insistia nas declarações contrárias ao partido. No mesmo mês de setembro, o *Jornal do Comércio* publicou uma entrevista de Lott levada ao ar pela TV-Rio, na qual o marechal, de forma enfática, tentou desvincular o nacionalismo do comunismo e atacou os adeptos da doutrina de esquerda que, em seu julgamento, eram contrários aos ensinamentos cristãos:

“(…) É uma inverdade completamente destituída de qualquer base lógica, afirmar-se que os nacionalistas são comunistas ou estão à eles ligados (…) O comunismo é uma organização internacionalista. Seus integrantes não se preocupam com os bens espirituais e sim somente com os materiais. Os nacionalistas advogam uma posição de independência nacional e lutam por soluções nacionais, preferencialmente, para os problemas brasileiros. (…) nossas idéias não coadunam e nem poderiam se coadunar com o internacionalismo ateu, uma vez que existe e continuará a existir em nosso país a liberdade de religião e a grande maioria do povo é de católicos”.⁵¹⁸

Somente a conjuntura da época explica a aproximação das esquerdas políticas a um candidato militar, conservador e com aversão ao comunismo, como era o marechal Lott. O contexto político era de recrudescimento da polarização entre os setores nacionalistas e conservadores, não só no Brasil, mas em boa parte da América Latina. A Revolução Cubana vitoriosa servia de inspiração para as esquerdas brasileiras, porém, a democracia ainda era importante valor a ser defendido em território nacional. Lott virou justamente símbolo da união entre os grupos militares e civis nacionalistas na defesa das reformas de base, de uma política econômica nacional independente e da democracia. Sua candidatura catalisou as aspirações das esquerdas políticas brasileiras que viviam um momento de aposta no jogo democrático. Os comunistas, representantes da esquerda mais radical,

⁵¹⁶ *Última Hora*. 12 de setembro de 1960. p.06.

⁵¹⁷ Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962). Dossiê: Campanha eleitoral 1960. Localização: 30012.

⁵¹⁸ Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962). Dossiê: Campanha eleitoral 1960. Localização: 30012.

desejavam a conquista do poder de forma gradual. O nome e a imagem do marechal agregavam aqueles que sonhavam com uma sociedade mais justa, fossem eles integrantes do PCB, do PTB, do PSD ou sem nenhuma vinculação partidária. “Lott foi um dos esteios da manutenção de várias posições nacionalistas (...) intransigentemente a favor da Petrobrás (...) ele era assim, uma espécie de porta-estandarte do grupo nacionalista”, lembra Renato Archer.⁵¹⁹

A FALTA DE APOIO POLÍTICO

A campanha de Lott enfrentou dificuldades desde o início. As dissidências internas no PSD e no PTB e a falta de apoio de JK foram obstáculos intransponíveis. Apesar de representar os dois maiores partidos políticos brasileiros da época, a falta de verba era uma das consequências do abandono sofrido por Lott. Os seus companheiros de campanha estavam conscientes da difícil posição do candidato situacionista. Após visitar, em missão governamental, vários estados do Nordeste, o deputado Abelardo Jurema relatou a José Maria Alkmim e a João Goulart que simplesmente não havia campanha Lott-Goulart na região⁵²⁰.

Edna Lott⁵²¹, filha do marechal, e que na época era do PTB e integrante da Frente Parlamentar Nacionalista, percebendo a negligência dos partidos, fez um polêmico discurso ao representar a Comissão Executiva Nacional do Movimento Nacionalista, na cessão de encerramento da solenidade que criou a Frente Operária Nacionalista. Edna criticou duramente a dubiedade dos políticos do PSD e do PTB e cobrou ostensivo apoio político e, como muitos nacionalistas da época, interpretava o momento político vivido como: uma transição entre uma “política cúpulas e uma política de massas, popular, de desenvolvimento e de nacionalismo”. Dessa forma, era “esperada a reação dos que tem tudo a perder com a transição entre o passado e o futuro, entre o Brasil colonial e submisso e o Brasil livre e independente”.

Edna diagnosticava a realidade política ao alertar a respeito da não correspondência entre as legendas partidárias e os projetos políticos de seus integrantes, “havendo

⁵¹⁹ Entrevista CPDOC. Renato Archer. p.258.

⁵²⁰ *Última Hora*. 16 de maio de 1960. p.04.

⁵²¹ Edna Marília Lott de Moraes Costa foi eleita deputada estadual na Guanabara em 1962 e em 1966 foi a deputada mais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para a Assembléia Legislativa.

nacionalistas e entreguistas em quase todos os partidos e especialmente nas cúpulas partidárias”. E denunciava as manobras dos líderes partidários para prejudicar a candidatura de Lott: “estamos lembrando das protelações, das manobras, dos entendimentos escondidos, de convenções adiadas, toda a sorte de recursos utilizados para liquidar” a candidatura nacionalista. Cobrou de JK apoio ao ex-ministro que tanto lutou para mantê-lo na presidência da República e apoio dos partidos políticos que haviam afirmado compromisso:

“Desejamos ter o apoio dos partidos que em convenções memoráveis, escolheram o Marechal Teixeira Lott e o Dr. João Goulart como candidatos, ter o apoio organizado e efetivo, já que temos, desde o início, de muito de seus quadros e figuras representativas; desejamos o apoio das forças do Governo (...)”.⁵²²

Certa vez Nelson Werneck Sodré, um dos oficiais nacionalistas mais próximos ao marechal e importante elemento na organização da campanha eleitoral, resolveu expor a Lott a situação de abandono político que vivia o candidato, em relação às cúpulas do PSD e do PTB e, principalmente, a JK. A conversa aconteceu no apartamento do marechal e Sodré apresentou um esquema, organizado na noite anterior, analisando a situação. Para surpresa e frustração do oficial a atitude do candidato foi passiva:

“(...) mostrei como ele estava sendo traído, miseravelmente; a cada ponto, concordava; esperei sua reação, ao terminar. Foi tranqüila: estava cumprindo um dever: o povo ia decidir; se o resultado lhe fosse adverso, muito bem, iria encontrar o repouso de que tanto necessitava há muito; era forte, mas o exaustivo trabalho dos últimos anos em sua idade, estava a exigir esse repouso; nada podia fazer para modificar a situação”.⁵²³

Werneck faz uma análise inconformada da situação e da personalidade de Lott:

“Nada fez, realmente. Antes pelo contrário: parecia empenhado a contribuir para a sua derrota. Continuava o mesmo soldado que não alisava o pelo de ninguém. Nem os dos eleitores: enfrentava os comícios com absoluta tranqüilidade e nada o demovia de externar o seu pensamento, ainda que isso lhe tirasse votos”.⁵²⁴

O barulho dos “lottistas” não demoveu JK de seu plano político matematicamente calculado. O presidente se escondia atrás do discurso da “neutralidade política”. Até João Goulart pressionou o presidente e o PSD cobrando uma postura mais positiva. Em maio

⁵²² Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ. Catálogo de Panfletos Apreendidos pela DPS – Divisão de Polícia Política (1944-1960). TEMA: Eleições Lott - Jango 1960. n. 716.

⁵²³ SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. (1967). p.515.

⁵²⁴ Idem. Ibidem. .

daquele ano o jornal *Última Hora*, que denunciava a falta de apoio a Lott, noticiou que em conversas particulares o vice-presidente havia advertido JK afirmando que não continuaria candidato “caso não fossem estruturadas e postas em execução imediatamente, providencias de ordem prática para o perfeito funcionamento da campanha sucessória”. Jango teria afirmado que a campanha eleitoral não era só de interesse do marechal e dele próprio, mas também era o julgamento público do atual governo. Ainda afirmou que se permanecesse a falta de apoio político da base do governo, “não teria outro caminho senão a renúncia. Por um simples motivo: a campanha eleitoral do marechal Lott estava sendo comprometida pela ação dos adversários e pela omissão dos correligionários”. Aparentemente ameaça surtiu algum efeito, os jornais passaram a noticiar que JK havia recomendado a ida dos ministros Armando Falcão e Amaral Peixoto para o Rio de Janeiro para dar a devida assistência à campanha do marechal Lott.⁵²⁵

JK era pressionado não só por lideranças políticas, o *Última Hora* constantemente publicava chamadas otimistas: “JK: retomada de contato com problemas político; JK tende abandonar omissão política ante campanha difícil; JK: revisão da tese de neutralidade”.⁵²⁶ Porém, Lott parecia não se abalar com a situação. Sua posição era de estar cumprindo mais um dever em nome da pátria e o futuro caberia ao povo escolher. No dia 18 de maio o mesmo jornal publicou o um recado frio de Lott à JK:

“O ex-ministro da Guerra não busca o apoio do presidente da República, mas aguarda que ele, por si mesmo acabe por verificar que as grandes dificuldades da sua candidatura esbarram nas resistências do governo e das forças políticas que o apóiam em sustentar uma campanha na qual só entrou depois de insistentemente solicitado”.⁵²⁷

AS CONTRADIÇÕES

Na memória de alguns que vivenciaram a campanha política de 1960, é comum ver o registro da inabilidade política de Lott. São muitos os episódios, alguns anedóticos, de mal-entendidos protagonizados pelo marechal e registrados nas entrevistas e livros de memória. A construção da imagem de um “candidato trapalhão” com “falta de jogo de cintura” é muito mais intensa, entretanto, no discurso daqueles que, na época, justamente

⁵²⁵ *Última Hora*. 16 de maio de 1960. p.04

⁵²⁶ Ver mês de maio de 1960.

⁵²⁷ *Última Hora*. 18 de maio de 1960. p.6.

pertenciam aos partidos políticos que pouco fizeram pela vitória do ex-ministro da Guerra – PSD e PTB. Suas memórias pouco lembram o abandono político e conseqüentemente a falta de verbas como importantes dificuldades enfrentadas durante a campanha.

Raul Ryff, do PTB, acompanhou Jango e parte da campanha de Lott, e registrou alguns momentos embaraçosos protagonizados pelo candidato à presidência da República que demonstrava perfil rígido e pouco trato com os políticos de carreira e as questões polêmicas da época – características que para muitos foram responsáveis pela derrota nas urnas:

“Recordo que se chegava a uma cidade, fazia-se um comício e, ao final, à noite, ia-se para o hotel. Lá chegavam aqueles chefes locais que queriam conhecer o futuro presidente da República, ou que imaginavam que Lott o poderia ser, mas ele sempre dizia: ‘Olha, eu sou militar, eu durmo cedo. De maneira que vocês se entendam com o Jango que é a mesma coisa’. Líderes sindicais, chefes políticos locais e tal...O Lott dormia sistematicamente cedo”.⁵²⁸

Outro episódio celebre que jornais da época noticiaram e ficou registrado na memória dos partidários de Lott foi a sua declaração, em um comício na cidade de Recife, onde o Partido Comunista tinha grande número de simpatizantes. Lott, ao responder à provocação a respeito da legalidade deste partido, declarou contundentemente que “não era favorável e que enquanto o Partido Comunista fosse partido de influência estrangeira e subversivo ele não apoiaria, ele não concordaria com a legalidade”. A sinceridade do candidato e a sua falta de preparo para responder tais provocações provocavam má impressão no público presente, de acordo com as memórias de Raul Ryff, Abelardo Jurema e Armando Monteiro Filho – integrantes da campanha.⁵²⁹

Já o jornal *Última Hora*, em julho de 1960, registrou um episódio parecido, mas com desfecho diferente. Ao ser entrevistado na TV-Itacolomi, em Belo Horizonte, respondendo à pergunta sobre como encarava o apoio dos comunistas à sua campanha, Lott disse ser contra a doutrina e não ter nenhum vínculo com os seus adeptos, porém, “não pode impedir que estes apoiem a sua candidatura, afinal eles são brasileiros e não podem ser tratados como cães raivosos”.⁵³⁰

⁵²⁸ Entrevista CPDOC-FGV Raul Ryff. p.196.

⁵²⁹ Entrevista CPDOC-FGV Raul Ryff. pp.196-197. Entrevista CPDOC-FGV Armando Monteiro Filho (I). p.79. Entrevista CPDOC-FGV Abelardo Jurema. p.221.

⁵³⁰ *Última Hora*. 11 de julho de 1960. p.03.

Armando Monteiro Filho também acompanhou a campanha do marechal e igualmente reproduz em sua memória episódios “verdadeiramente desastrosos”. Lembra que, no mesmo comício em Recife em que Lott se apôs à legalidade do PCB, o marechal, mesmo sabendo da oposição do PSD à implantação de uma fábrica de borracha sintética na região, declarou, diante da enorme multidão que o ouvia: “Agora a cana-de-açúcar não vai servir somente para fazer a caninha que vocês tanto gostam, vai produzir borracha sintética, que será a redenção de Pernambuco”. O que contrariou enormemente os políticos locais do partido.⁵³¹

Lott era grande estudioso das questões nacionais, para alguns, o seu alto conhecimento técnico e sua sinceridade atrapalhavam os comícios. Raul Ryff lembra que o Rio Grande do Sul foi também palco de episódios de inabilidade política do marechal. Lott, ao chegar a algumas cidades, afirmava desastrosamente para os proprietários de fazenda:

“(…) ‘Vocês aqui estão criando gado. Essa terra aqui é boa, não se deve criar gado aqui. Deve-se plantar isso que dá bem, segundo estou informado por técnicos’(…). Ou então era o contrário: mandava criar gado em lugar de plantar”.⁵³²

Em outra cidade, ao descer do avião acompanhado de Jango, Lott perguntou:

“‘Onde é que nós vamos nos hospedar?’”. E o Jango disse: ‘Não sei exatamente’. Chamou lá o chefe local e indagou: ‘Onde nos vamos nos hospedar?’”. O sujeito respondeu: ‘Na casa de fulano de tal’. E aí disse o Lott: ‘Mas é um contrabandista, segundo me disseram’”. Aí Jango disse: ‘Contrabandista? Não sei. Não tenho condições de informá-lo, mas sei que ele é o chefe do PTB e está financiando toda a campanha aqui, ‘É’, diz o Lott. ‘mas para a casa dele eu não vou’. E não foi. Jango teve que mandar providenciar um hotel para ele”.⁵³³

Renato Archer lembra-se de um outro “episódio célebre” em Santa Catarina. No estado, a questão da educação pública era complicada. A rede de ensino gratuita era mantida pela iniciativa privada em acordo com o governo do estado e a estatização das escolas trazia um problema grave: divergências religiosas entre protestantes e católicos. Assim, os assessores de Lott, ainda no aeroporto, pediram a ele que não abordasse o problema da educação no estado. E, para o desespero de todos, o marechal falou por quase

⁵³¹ Entrevista CPDOC. Armando Monteiro Filho (I). p.79.

⁵³² Entrevista CPDOC Raul Ryff. p.198.

⁵³³ Entrevista CDOC. Raul Ryff.p.199-200.

duas horas sobre educação. “Onde você pedisse a ele para fazer uma coisa, ele faria o oposto. Nunca fez outra coisa. (...) ele não fazia concessões, não era uma pessoa que se deixasse assessorar, como vocês viram, por ninguém”, comenta Archer.⁵³⁴

Certa vez, com o objetivo de defender o candidato das acusações de não ser bom orador, a coluna “Plantão Militar” publicada no jornal *Última Hora*, por Batista de Paula, integrante do grupo de jornalistas que acompanhou Lott em seus comícios pelo Brasil, argumentou que o marechal “realmente não era um artista e sim um soldado e soldado sério e honesto, que como orador diz o que sente mesmo para perder votos”. Já em Ilhéus Roberto Silveira, diante de grande platéia, tentou relativizar a questão:

“Dizem que o marechal Lott não é bom orador. Concordamos e nos felicitamos também por isso. Porque, afinal de contas, não estamos uma campanha para escolher o orador oficial do Brasil, mas o presidente da República”.⁵³⁵

A OPOSIÇÃO

Lott, quando ministro da Guerra, encontrou forte resistência nos setores conservadores das Forças Armadas, principalmente na Marinha e na Aeronáutica, que haviam sido debeladas no Movimento 11 de Novembro. Muitos dos oficiais dessas duas forças guardavam rancor do episódio e não perdoaram Juscelino por manter Lott como o seu ministro. Ao longo do governo de JK, incidentes envolvendo a oposição militar foram constantes. Lott era recriminado por defender teses nacionalistas e se colocar irrevogavelmente ao lado da legalidade, independentemente de quem estivesse no governo do país. No Exército, acusavam-no de preferir oficiais comunistas para compor os cargos de confiança no seu ministério e perseguir aqueles que não se encaixavam em seu dispositivo militar.

Em 1960, a ameaça de ter Lott como presidente da República fez com que grupos mais conservadores das Forças Armadas se organizassem para combater a sua candidatura. Argumentos giravam em torno de sua aproximação aos comunistas e o apoio de Prestes à coligação de Lott-Jango. Manifestos alertavam os oficiais quanto à “ameaça vermelha”. Neste ano, um documento circulou entre a oficialidade alertando quanto o apoio comunista à chapa PSD-PTB. Sob o nome de “*Intelligenti pauca*” – provérbio latino que pode ser

⁵³⁴ Entrevista CPDOC. Renato Archer, pp. 259-260.

⁵³⁵ *Última Hora*. 01 de agosto de 1960. p.?

traduzido como o ditado “a um bom entendedor meia palavra basta” – o documento transcrevia trechos da publicação “Por quê os comunistas apóiam Lott e Jango” escrito por Carlos Prestes. Nas reflexões, Lott é acusado de ser um “inocente útil”, que serviria as tramas do proscrito Partido Comunista. A suposta contradição de um candidato católico apoiado por comunistas não deveria iludir os militares, era uma estratégia do partido para enganar os ingênuos:

“O partido faz questão de apoiar quem faz praça de católico. Por quê? Porque quanto mais o candidato alardeia recusar esse apoio, menos nele acreditam os comunistas e mais intensamente lhe promovem a candidatura; aliás são praticamente os únicos que se batem a sério por ela. (...) Engana-se com eles quem quer, e como há muitos que caem no logro, sua maior força são exatamente estes ‘inocentes úteis’”.⁵³⁶

Por sua vez, de acordo com o documento, os comunistas teriam dificuldade em manchar a candidatura do “outro candidato”, Jânio Quadros, que não andava “propalando ser católico”. Jânio seria odiado pelos comunistas, “que se irritam e espumam de raiva”, justamente porque não se encaixaria no perfil de “entreguista” – argumento principal do PCB ao combater os seus inimigos. Não encontraria aderência no candidato da oposição a “lenga-lenga idiota para embair papalvos: (...) o rótulo de colonialista, imperialista, entreguista, anti-nacionalista, capitalista, escravo de Wall Street e dos Truts, vendido aos Estados Unidos e ao capital colonizado”, já que Jânio simpatizava com Fidel e não tinha receio de ir à Cuba ou à Moscou. Por fim, o documento finaliza alertando: “E o senhor, com quem fica? Com quem interessa ao Partido de Moscou, ou com o outro a quem tanto temem os comunistas?”.⁵³⁷

Um segundo documento, do mesmo ano, mais amplo e de autoria dos grupos conservadores do Exército faz um resumo da visão dos oficiais de direita da atuação ministerial de Lott, salientando a sua conduta permissiva em relação aos militares integrantes ou simpatizantes do Partido Comunista. Para esses oficiais, o Ministério da Guerra se tornou reduto dos partidários da doutrina de esquerda. Lott teria dado: “ampla liberdade de ação aos comunistas dentro do Exército; recebia-os a qualquer hora em seu Gabinete, prestigiou-os, deu-lhes importantes comandos, várias vezes preteriu outros oficiais em favor desses Comunistas”. Sobretudo, na visão dos militares conservadores, o

⁵³⁶ *Intelligenti Pauca*. CPDOC/FGV: CC 60.10.07. p.2. Grifos originais.

⁵³⁷ *Intelligenti Pauca*. CPDOC/FGV: CC 60.10.07. p.2. Grifos originais.

erro mais grave de Lott teria sido anular no Exército “o espírito e a ação de resistência contra a infiltração comunista, o que até então vinha sendo estimulado e mantido como norma doutrinária por seus antecessores na Pasta da Guerra”.

Várias acusações caem sob o ex-ministro. São enumeradas várias atitudes do candidato do PSD que teriam sido deliberadamente tomadas para permitir a presença e a organização de comunistas na sociedade civil e em postos importantes do Exército. São identificados nominalmente os oficiais “subversivos” e as acusações que recaíam sob eles. O documento nos ajuda a compreender a aproximação de Lott aos setores militares e civis defensores do nacionalismo e dá dimensão à batalha travada no interior do Exército entre os a direita e os nacionalistas. O contexto de Guerra Fria existente nos quartéis e na sociedade como um todo era intenso. Os quartéis viviam o clima da política norte-americana e das elites nacionais de combate às doutrinas de esquerda na América Latina.

A primeira acusação a Lott seria de que durante o Estado de Sítio, decretado em 1955, por conta do Movimento 11 de Novembro, ele teria perseguido os jornais liberais e feito “vista grossa” para os jornais comunistas.⁵³⁸

O marechal também teria apoiado a atual diretoria do Clube Militar, importante termômetro do posicionamento dos oficiais em relação às questões políticas nacionais, e, assim, prestigiado reconhecidos oficiais comunistas ou simpatizantes, que compunham a diretoria, entre eles: major Donato Ferreira Machado (secretário) e tenente-coronel Kardec Lemme – “dois dos mais atuantes comunistas do Exército e atualmente empenhados em sua campanha eleitoral como membros destacados”. Tenente-coronel da FAB, Otacílio Lupi; comandante da Marinha, Primo Nunes de Andrade; major do Exército, Wankes Aragão Araújo; capitão do Exército, Hugo de Amorim Lima.⁵³⁹

Lott foi acusado de incentivar e prestigiar o reconhecido reduto de nacionalistas, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e consentido o funcionamento de cursos especiais voltados para militares. Nos cursos, segundo o documento, se desenvolviam “pregações marxistas e exaltações hostis” aos Estados Unidos. Além disso, Lott mantinha constante relação com o coronel Nelson Werneck Sodré, membro do instituto e reconhecido por seu posicionamento nacionalista e simpatia aos ideais comunistas, e o

⁵³⁸ *Lott e os comunistas militares*. CPDOC/FGV: CC 60.10.07.

⁵³⁹ *Lott e os comunistas militares*. CPDOC/FGV: CC 60.10.07.

professor Roland Corbisier, igualmente reconhecido por suas teses nacionalistas e por integrar o PCB.⁵⁴⁰

O ministro Lott teria interferido no resultado de uma sindicância sigilosa do Estado Maior do Exército, o que não era de sua alçada, que havia determinado, após investigações, a proibição da inscrição de oficiais de “comprovada filiação comunista” na Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Dessa forma, ao anular a decisão, Lott teria permitido a inscrição dos oficiais vetados que eram reconhecidamente “subversivos”. O documento cita nominalmente os principais oficiais que foram impedidos pelo processo do Estado Maior de ingressarem na escola e os motivos da perseguição: os majores Joaquim Cardoso, “que como capitão fora preso e processado por atividades comunistas nos Quartéis”, e Cândido Manoel Ribeiro, “preso em 1950, quando participava de um conflito ao lado dos comunistas civis num comício no Largo do Machado”, e, outra vez, “quando, de madrugada, pixava paredes com dísticos comunistas”.⁵⁴¹

Uma lista com os nomes de vinte e um oficiais, “comunistas notórios”, está anexada ao documento. Nela cada nome recebe identificação de onde está lotado e as ações subversivas que realizaram. Todos eles ocupavam cargos de comando no ministério da Guerra: cel. Henrique Cordeiro Oest, cel. Iba Mesquita Ilha Monteiro, cel. Argemiro de Assis Brasil, cel. Jeovah Motta, maj. Alberto Firmo de Almeida, ten.cel. Alarico Baroni, Maj. Pedro Alavarez, gal. Osvino Ferreira Alves, gal. Oromar Osório, cel. Emílio Costa Miranda, cel. Sotero de Menezes, cel. Sólon Estillac Leal, maj. Paulo Eugenio Pinto Guedes, cel. Luiz de Oliveira Leite, cel. Ary Barreto, maj. Carlos Gomes Vilela, ma. Donato Ferreira Machado, maj. Carlos Cairolli, cel. Antonio Carlos de Moura Cunha, cel. Péricles Vieira de Azevedo e cel. Tácito Lívio Reis de Freitas.⁵⁴²

Anexado também ao documento está uma reportagem, sem data e sem identificação do jornal, intitulada: “Prestes apresenta O Manifesto Eleitoral dos Comunistas. Candidatura de Lott: resposta dos partidos aos monopólios dos EUA”. Provavelmente publicado em algum jornal comunista a reportagem transcreve o discurso de Prestes no auditório da ABI, ao encerrar a convenção do PCB. Por fim, o documento elaborado pela ala conservadora do Exército alertava os militares a respeito da atuação de Edna Lott e as suas pregações

⁵⁴⁰ *Lott e os comunistas militares*. CPDOC/FGV: CC 60.10.07.

⁵⁴¹ *Lott e os comunistas militares*. CPDOC/FGV: CC 60.10.07.

⁵⁴² *Lott e os comunistas militares*. CPDOC/FGV: CC 60.10.07.

“eivadas de marxismo” e conclui com o seguinte alerta aos oficiais a respeito das eleições presidenciais e o perigo que representava Lott, ingênuo colaborador do PCB, para o Exército e para as Forças Armadas:

“Os comunistas, orientados por Moscou nas decisões de grande responsabilidade, no seu meticoloso estudo sabem que a eleição de LOTT poderá representar para eles o PRIMEIRO PASSO PARA A CONQUISTA DO PODER! Terão inicialmente os postos chaves e o controle das Forças Armadas! Os ATOS de LOTT, quando Ministro assim dizem! Envovido, dominado, teimosamente iludido e controlado por militares comunistas, o velho Marechal será instrumento do domínio BOLCHEVISTA no Brasil.

‘EXÉRCITO NAS MÃOS DOS COMUNISTAS SIGNIFICARÁ BRASIL COMUNISTA’”.⁵⁴³

Como já observado, desde o início do governo de JK, os militares de direita mostravam a sua insatisfação com o governo e com o seu ministro da Guerra. Em 1956, JK teve que reprimir a Revolta de Jacareaganga realizada por membros da FAB e buscando conciliação anistiou os revoltosos. Já no final de 1959, diante da perspectiva das eleições presidenciais, a cena se repetiu. Novamente oficiais da Aeronáutica se rebelaram, indicando a insatisfação com o governo de JK.

Na noite do dia 02 de dezembro iniciava-se uma nova revolta militar de curta duração, em Aragarças, no Estado de Goiás. Terminada na madrugada de 4 de dezembro, foi chefiada pelo tenente-coronel da Aeronáutica João Paulo Burnier e consistiu da ocupação por 24 horas da localidade. De acordo com os participantes, o levante foi motivado pela desistência de Jânio Quadros, em outubro de 1960, de concorrer às eleições para a presidência da República e era, também, resposta aos rumores de uma suposta sublevação de esquerda que estaria sendo organizada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.⁵⁴⁴ Era clara a oposição à candidatura do marechal Lott.

A rebelião teve início na base aérea do Galeão, onde oito rebeldes tomaram três aviões Douglas C-47 e rumaram para Aragarças. Do grupo faziam parte o Burnier e o tenente-coronel Haroldo Veloso, que também havia participado da Revolta de Jacareacanga. Em seus planos, pretendiam bombardear os palácios presidenciais das Laranjeiras e do Catete, no Rio de Janeiro, e contavam com outros revoltosos que

⁵⁴³ *Lott e os comunistas militares*. CPDOC/FGV: CC 60.10.07.

⁵⁴⁴ ABREU, Alzira Alves de (cord.) [et al]. Op.cit. p. 277.

supostamente ocupariam as bases áreas de Santarém, Xingu, Cachimbo, Xavantina e outras, na região amazônica. Também previam a formação de uma outra frente rebelde no litoral do país, que dificultaria as ações repressivas do governo. Os planos de ataque aéreo aos palácios foram suspensos por conta de um suposto acordo com oficiais de comando da Marinha, que prometeram aderir ao levante caso não fossem bombardeados os alvos, porém, esses oficiais, mesmo após o aborto do plano, nunca não aderiram ao movimento.⁵⁴⁵

Outras frentes de revolta também se organizaram. Cinco oficiais revoltosos em Belo Horizonte tomaram um avião particular e rumaram para Aragarças e no Rio de Janeiro, cumprindo o plano rebelde, o major Texeira Pinto e o civil Charles Herba, seqüestraram em pleno ar um avião civil da Panair com 35 pessoas a bordo e rumaram igualmente para Aragarças.⁵⁴⁶

Os revoltosos encontraram dificuldades para concluir os planos de ocupação das outras bases aéreas e em menos de 36 horas a rebelião chegou ao fim com anúncio de que o governo havia mandado pára-quedistas para ocupar a base e controlar a situação. Os rebeldes tomaram aviões fugiram para países vizinhos como Bolívia, Argentina e Paraguai, e retornaram ao Brasil somente em 1961, porém, não foram mantidos presos.⁵⁴⁷

Jânio Quadros, no seu teatro, ainda no dia 05 de dezembro resolveu voltar atrás e concorrer às eleições presidenciais satisfazendo o desejo dos revoltosos e da direita militar que temia a tomada do poder pelos comunistas e um novo Getúlio Vargas na presidência.

A DERROTA

A pressão dos grupos nacionalistas civis e militares pró Lott e Jango não demoveu JK de sua estratégia em causa própria: “só pensava na sucessão da sucessão, estava obcecado por JK-65”.⁵⁴⁸ Em primeiro de agosto, ou seja, a dois meses das eleições o jornal *Última Hora* ainda lutava esperançosamente por apoio político à candidatura do marechal que até o momento havia se realizado à custa do esforço pessoal do próprio. Lott surpreendia pelo otimismo diante da “omissão e a fluidez das cúpulas partidárias, quase desprovido de

⁵⁴⁵ Idem. p. 278.

⁵⁴⁶ Idem. Ibidem.

⁵⁴⁷ Idem.

⁵⁴⁸ BOJUNGA, Claudio. Op.cit. p. 538.

recursos materiais para a sua campanha, em contraste com os mananciais aparentemente inexauríveis de que dispõem os seus adversários”. O jornal novamente conclamava o apoio das lideranças políticas, principalmente do PSD e de seu líder, Ernani do Amaral Peixoto, e felicitava o Grupo Compacto do PTB, formado pela ala mais jovem e reformista do partido, por ter decidido, na última hora, se mobilizar em prol do candidato à presidência pela coligação PTB e PSD:

“É chegado, pois, o momento de se mobilizarem para a participação na campanha os elementos que, por esta ou aquela razão, não têm dado, ainda, a colaboração necessária. Assim, a notícia vinda de Brasília, segundo a qual o chamado grupo compacto do PTB se dispõe, finalmente a espalhar os seus integrantes pelo país afora, na pregação da candidatura de Lott, é muito animadora (...). É de se presumir que a cúpula dirigente do PSD, tendo já oportunidade de verificar que é nas ruas e não nos conchavos que se vai ganhar esta batalha, também se lance, agora, à luta com todos os elementos ao seu dispor”.⁵⁴⁹

O desentendimento dos projetos políticos do PSD e do PTB prejudicava a aliança entre os partidos. A esquerdização do PTB e a reativação do conservadorismo do PSD afastavam os antigos aliados e incentivava outras alianças. O PTB reafirmava a sua aproximação ao PCB, já grupos do PSD, com exceção da Ala Moça, voltavam-se para UDN. No Congresso Nacional pessedistas e udenistas, unidos, bloqueavam propostas legislativas nacionalistas e defensoras das reformas de base. As alianças eram contraditórias.⁵⁵⁰

Habilmente percebendo a força de Jango como candidato à vice-presidência, grupos ligados a Jânio Quadros passaram a encampar uma nova chapa, a “Jan-Jan” – Jânio e Jango. Subvertendo as coligações registradas oficialmente, Jânio incentivava a população a votar de forma desvinculada nas chapas concorrentes à presidência da República. O movimento Jan-Jan foi inicialmente organizado dentro do da área sindical, pelo líder dos gráficos de São Paulo, Dante Pelacani, e posteriormente se espalhou pelo Brasil. Em dois de agosto o jornal *Última Hora* publicou na primeira página em destaque uma foto de um comitê do próprio PTB, montado na avenida Brigadeiro Luiz Antonio, em São Paulo, com propaganda da dupla Jan-Jan. De acordo com a reportagem “trezentos dos mais destacados líderes sindicais são partidários da dupla” que até possuía um tablóide, o *Jan-Jan*.⁵⁵¹

⁵⁴⁹ *Última Hora*. 01 de agosto de 1960. p.03.

⁵⁵⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op.cit. pp.226-227.

⁵⁵¹ *Última Hora*. 02 de agosto de 1960. p.01.

Para alguns Jango não se constrangeu com a situação, embora existam registros de declarações suas repelindo o oportunismo político: “é clara e insofismável a minha posição de apoio leal e sincero à candidatura do marechal Lott”, declarou Jango, em 25 de junho⁵⁵². Milton Senna confirma um posicionamento positivo do candidato à vice-presidência: “reafirmava perante a massa, a sua fidelidade ao ‘marechal do povo, defensor da ordem e da democracia’”.⁵⁵³ Já Raul Ryff contradiz Senna e afirma que Jango não teve pudor em relação à campanha Jan-Jan:

“Participei de toda a campanha do Jango à vice-presidência por todo o Brasil. Inclusive daquela campanha Jan-Jan – Jango-Jânio –, que segundo alguns deu vitória ao Jango na vice-presidência e não teria muito ajudado ao Lott, evidentemente. (...) A campanha Jânio-Jango interessava tanto a Jango como ao Jânio Quadros. (...) O Jango aceitava e não repelia o voto do tipo Jan-Jan. Quando algum orador falava em votar Jan-Jan, ele deixava passar aquilo em brancas nuvens”.⁵⁵⁴

Em 24 de agosto o *Última Hora* denunciava a displicência de Goulart em relação à quebra da coligação PSD-PTB e a insatisfação da Frente Parlamentar Nacionalista com a omissão de JK e o oportunismo de Jango: “As recentes atitudes do sr. João Goulart, indecisas e vacilantes, estimulando os comitês JAN-JAN e deixando até de comparecer ao comício de Manaus (...) provocaram irritação dentro dos próprios quadros do trabalhismo”.⁵⁵⁵

Jânio Quadros, candidato representante da coligação UDN, PDC, PL e PTN, diferentemente de Lott, tinha um perfil pouco ortodoxo. Com o símbolo da vassoura que “varreria a corrupção do país”, o ex-governador de São Paulo tinha apoio da oposição ao governo de JK e fazia um jogo político ambíguo, ganhando adeptos tanto na esquerda quanto na direita:

“Defendia o reatamento com a URSS e se hospedava em Belgrado, na casa do marechal Tito. Com o jornalista João Ribeiro Dantas, do Diário de Notícias, visitou uma usina nuclear em Moscou e foi recebido pro Kruchev. Ao mesmo tempo não deixava de visitar o templo de Fátima, sabendo que a fervorosa peregrinação renderia votos à direita”.⁵⁵⁶

⁵⁵² SENNA, Milton. Op.cit. p.149.

⁵⁵³ Idem. p.25.

⁵⁵⁴ Entrevista CPDOC Raul Ryff. pp.197-198

⁵⁵⁵ *Última Hora*. 24 de agosto de 1960.p.6.

⁵⁵⁶ BOJUNGA, Claudio. Op.cit. p. 545.

As eleições ganhavam cada vez mais um caráter contraditório. De um lado, um candidato militar conservador e radicalmente anticomunista apoiado pelas forças de esquerda e pelo próprio PCB; de outro, o candidato das direitas discursava a favor da Revolução Cubana e do reatamento das relações com a URSS.

Em setembro o jornal *Última Hora* publicou uma análise de Guerreiro Ramos, intelectual nacionalista do ISEB, a respeito das candidaturas a presidência. O professor fez uma análise apurada do perfil dos dois candidatos mais destacados, Lott e Jânio, que, segundo ele, não satisfaziam os requisitos para presidente do Brasil no quinquênio 1961-1965. Jânio agradava por seu trânsito na esquerda internacional: “(...) foi à Moscou e entrevistou-se com Kruchev. Foi a Cuba e palestrou com Fidel Castro. Até fez severas restrições à política externa dos Estados Unidos”. O representante da UDN também agradava pelo seu trato nacionalista às questões internas do país: “capital estrangeiro, reforma agrária, energia e recursos naturais”. Porém, Guerreiro Ramos, também salientava o perfil contraditório e ambíguo do candidato da UDN: “marcado por servidões que o contra-indicam é vinculado à plutocracia do café, o maior reduto de inimigos do controle cambial, é sustentáculo do sr. Juarez Távora, aliado da imprensa conservadora que combate Lott e foi anti-Kubitschek em 1955”. Além disso, quando governador de São Paulo, “permitiu que os órgãos respeitáveis da nossa imprensa divulgassem opiniões suas desfavoráveis à Petrobrás”.⁵⁵⁷

Já em relação ao marechal Lott, Guerreiro Ramos, confirmava o perfil político desastroso do ex-ministro da Guerra: “do ponto de vista do nacionalismo é o candidato que tem feito as declarações mais infelizes”. E lamentava:

“Não foi à Moscou. Não foi à Cuba. Confessando-se tradicionalista quanto à política internacional do Brasil, quase ultrapassou o limite da tolerância de seus adeptos, quando condenou a neutralidade e assim entregou ao adversário uma bandeira que todos supunham fosse sua. É o cúmulo!”⁵⁵⁸

Apesar da pouca habilidade com o mundo político, Lott, na visão de Guerreiro Ramos, ao contrário de Jânio Quadros, guardava “uma serie de episódios de sua vida pública que o assinalavam como homem de vanguarda no movimento emancipador do país” e representante das esquerdas políticas:

⁵⁵⁷ *Última Hora*. 06 de setembro de 1960. p.3

⁵⁵⁸ Idem.

“Não é portador de nenhuma servidão material que o invalide para a magistratura superior. (...) Defende o controle cambial. (...) Sua posição quanto ao monopólio estatal do petróleo e a defesa dos nossos recursos naturais é indiscutivelmente corajosa. Os acontecimentos que culminaram no 11 de Novembro fizeram dele o anti-Juarez e o sustentáculo de Kubitschek. (...) Em torno de seu nome se uniram todas as esquerdas. Inclusive a mais radical(...)”⁵⁵⁹

Dessa forma, o perfil progressista do marechal Lott era confirmado por sua biografia o que contrabalançaria com as suas “conhecidas claudicâncias ideológicas”. Guerreiro Ramos confirmava a escolha das esquerdas em torno do marechal, porém, alertava para o perfil circunstancial das duas candidaturas e, portanto, para o despreparo de ambos para dar cabo as aspirações populares:

“Ambos são criação da Fortuna. Líderes de circunstância. Por isso mesmo, no próximo quinquênio, seja qual for o eleito, a maioria política do país terá de organizar-se para conduzir as circunstâncias de modo sistemático e tornar o futuro presidente da República um funcionário efetivo de sua vontade e de seus interesses”⁵⁶⁰.

Diante do abandono político, que se traduzia em dificuldades financeiras para a manutenção da campanha, o próprio Lott chegou a denunciar na imprensa a contradição que estava vivendo: o candidato da situação, ou seja, supostamente apoiado pelo partido do presidente da República, tinha infinitamente menos recursos que o candidato da oposição. Porém, Lott não chegou a questionar o posicionamento de JK e dos líderes do PSD, a crítica recaiu somente sob o candidato da oposição e das “forças entreguistas”:

“(...) empenham-se, é certo, poderosos grupos econômicos e financeiros em impedir a vitória da causa nacionalista que representamos. Não há notícia, com efeito, em nossa história, de tão larga e custosa publicidade à favor de uma candidatura à presidência da República, por todos os meios de divulgação como vem ocorrendo em relação ao sr. Jânio Quadros. Os programas de rádio e televisão, por força de vultosos contratos, estão sendo monopolizados nos seus melhores horários pelo meu principal opositor. Centenas de veículos, de outro lado, surgem misteriosamente, nos mais diversos recantos do território nacional, para a sua propaganda, em evidente contraste com o justo comedimento de nossos gastos (...)”⁵⁶¹.

Batista de Paula, do jornal *Última Hora*, e um dos integrantes da comitiva de Lott, em seu livro de memória, não publicado, revelam um suposto plano de João Goulart, diante da expectativa da derrota de Lott. Segundo as memórias deste ex-sargento, Jango

⁵⁵⁹ Idem.

⁵⁶⁰ Idem.

⁵⁶¹ *Última Hora*. 18 de agosto de 1960. p. 06.

manifestou-se a favor de suspender as eleições de 3 de outubro e, com o auxílio dos parlamentares e comandos nacionalistas do Exército, eleger o marechal através de eleições indiretas pelo Congresso Nacional.⁵⁶²

Jango integrando a comitiva de Lott em uma viagem pelo Nordeste e, faltando dois meses para o pleito, teria sentado ao lado de Batista de Paula durante um dos vôos pela região e argumentado a respeito da necessidade de Lott vencer as eleições. Segundo o jornalista, após a exposição Jango teria atribuído-lhe uma missão, por conta do seu trânsito fácil entre os oficiais nacionalistas do Exército:

“Na próxima semana tu não viajas com o marechal, mas sim pelas guarnições do Exército, a fim de conversar com os comandantes, generais e coronéis que tu bem conheces, com o objetivo de fazer uma sondagem sobre como eles receberiam a decisão. Para concretizar o plano eu assumo a presidência numa viagem que o Juscelino vai fazer à Portugal, crio um trauma no país, por exemplo, botando alguns comunistas na cadeia, aí reúno o Congresso extraordinariamente e elejo o marechal”⁵⁶³.

Batista de Paula teria tentado alertar Jango para o fato de que, se ele assumisse a presidência iria se incompatibilizar para disputar as próximas eleições. A resposta do candidato do PTB era que iria para Uruguai cuidar de uma de suas fazendas e somente depois de dois ou três anos “quando Lott tiver cumprido a tarefa de por o país nos eixos, com o saneamento da moeda e uma profunda reforma administrativa” voltaria para o Brasil e disputaria uma cadeira na Câmara ou no Senado.⁵⁶⁴

O jornalista teria cumprido a sua missão. Junto com Pinto Godoy, chefe de gabinete da vice-presidência da República, o jornalista visitou comandantes nas guarnições do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Campo Grande, Mato Grosso e Natal. A estratégia de conversa dependia do interlocutor:

“Aos generais e coronéis que eu bem conhecia, sobretudo a posição política de cada um, na maioria lottistas, minha exposição era clara, sem muitos cuidados. Quando se tratava de alguém que não merecia inteira confiança, eu fazia uma certa sondagem, explorando principalmente as consequências graves para o país, da possível eleição de Jânio Quadros. Devagar, pisando em ovos, chegava ao assunto principal que era o plano para a eleição de Lott pelo Congresso, acentuando sempre tratar-se de uma solução constitucional”⁵⁶⁵.

⁵⁶² PAULA, Batista de. *Plantão Militar*: miscelânea. Rio de Janeiro: s/ed. s/data. (Mimeo). p.49.

⁵⁶³ Idem. Ibidem.

⁵⁶⁴ Idem. p.50.

⁵⁶⁵ Idem. Ibidem.

Na visão de Batista de Paula a missão teve saldo positivo, pelo menos 80% dos oficiais superiores e generais “quando não se mostravam inteiramente favoráveis ao plano, ficavam numa posição neutra, em cima do muro. Muitos, porém, revelavam entusiasmo com a possibilidade Lott vir a ser o presidente da República, mesmo leito pelo Congresso”.⁵⁶⁶

O resultado da missão foi transmitido a João Goulart já no Rio de Janeiro, que com entusiasmo ouviu o relato do jornalista. Finda a explanação a dificuldade passou a ser a escolha de quem iria conversar com o marechal e convencê-lo de aceitar o plano. Após Jango recusar a tarefa. Ruy Gomes de Almeida, presidente da Associação Comercial, e o deputado Ovídio de Abreu foram contactados e igualmente recusaram a missão. Não pareceu nenhum outro nome e a difícil empreitada teria caído sobre o próprio Batista de Paula: “sem outra alternativa, e pela amizade que me ligava a Jango – amizade nascida na campanha de Vargas em 1950, que o tempo solidificou – topei desempenhar mais essa espinhosa tarefa”.⁵⁶⁷

O jornalista, através do major Antônio José Duffles Amarante, secretário da campanha e enteado do general, marcou um almoço na casa do marechal. Era um domingo e a família Lott estava reunida. No final do almoço a família deixou a sós o marechal e seus convidados, somente a Dna. Antonieta e o genro permaneceram. Batista de Paula teria sido rápido na explanação. Contou o resultado dos seus contatos com os oficiais, o apoio político mobilizado por Jango e, por fim, do plano que o trazia ali: a proposta de Jango para que ele aceitasse ser presidente da República pelo voto do Congresso Nacional. A reação do marechal teria sido imediata e contundente. Levantou-se da cadeira, “faces coradas” e com a tranqüilidade disse: “Peço que agradeça ao doutor João Goulart a deferência do meu nome, mas diga também que só aceito ser presidente da República pelo voto livre do povo brasileiro”. E assim teria terminado a tão esperada reunião e os plano de fazer Lott presidente do Brasil a revelia da democracia.⁵⁶⁸

Através de contato telefônico o enteado de Lott, Duffles Amarante, o único presente na reunião que ainda está vivo, não soube confirmar o fato. Argumenta que na época era

⁵⁶⁶ Idem.

⁵⁶⁷ Idem. p.51.

⁵⁶⁸ Idem. Ibidem.

um jovem major engenheiro que pouco se preocupava com questões políticas e que fora arrastado para a campanha para auxiliar o marechal e que, portanto, muitos acontecimentos presenciados por ele na época não foram devidamente reconhecidos como importantes e, portanto, registrados em sua memória. Porém, confirma a idoneidade do jornalista Batista de Paula – “homem muito correto e íntegro que acompanhou o ‘velho’ durante a campanha”.⁵⁶⁹

Outro jornalista que acompanhou a comitiva de Lott, Milton Senna, relata em livro a aproximação e a identificação entre Lott e Jango durante as viagens em conjunto para as cidades onde eram realizados comícios. A amizade e admiração mútua foram solidificadas no decorrer da campanha. Jango teria chegado a afirmar, fazendo alusão ao Movimento 11 de novembro: “Este é o homem que eles [os golpistas] não conseguiram fazer ditador, nós o faremos presidente da República”.⁵⁷⁰

As eleições foram realizadas como previsto em 03 de outubro. Pela primeira vez na história republicana do país a oposição ganhava uma eleição no plano federal. Jânio Quadros recebeu 5.636.623 votos, o que correspondia a 48,3% dos votantes, em contraste com os 3.846.825 (26%) conquistados por Lott e os 2.195.709 (23%) votos de Ademar de Barros. Alguns analistas afirmam erroneamente que esse foi a maior porcentagem de votos recebidos por um presidente da República até então. Porém, o general Dutra, em 1945, recebeu 55,39% e Getúlio Vargas, em 1950, recebeu 48,7% dos votos dos brasileiros. O que se destaca na eleição de Jânio é o número de votos recebido por ele, bem superior aos seus antecessores, o que pode ser justificado pelo número menor de concorrentes à vaga de presidente da República e ao aumento da população brasileira. Jânio nem chegou a atingir a maioria absoluta, porém, dessa vez a UDN não questionou, como fez em 1955 com JK. João Goulart, o companheiro de chapa de Lott, conquistou 4.547.010. Saia vitoriosa a “chapa” Jan-Jan.⁵⁷¹

Na perspectiva de Basbaum a eleição de Jânio Quadros não significou a vitória da direita contra a esquerda ou do “entreguismo” contra o nacionalismo e muito menos a vitória da UDN como partido político. A derrota de Lott estaria relacionada diretamente ao

⁵⁶⁹ Entrevista por telefone com Antônio José Duffles do Amarante, em 02 de setembro de 2008.

⁵⁷⁰ SENNA, Milton. Op.cit. p.237.

⁵⁷¹ Em 1945 Dutra recebeu 3.949.040 votos e, em 1950, Vargas recebeu 3.849.040. KOIFMAN, Fábio. (org). *Presidentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2002. 2v.

desinteresse do governo JK na situação das camadas populares. Dessa forma, o povo teria votado não a favor de Jânio Quadros, mas apenas contra o governo e tudo que ele representava: “contra a inflação, contra a corrupção, e os escândalos financeiros, mas sobretudo votou contra uma política de desenvolvimento unilateral, porque esse desenvolvimento não cogitou o povo, isto é, a massa empobrecida e espoliada da nação”.⁵⁷²

Lott representava a continuação do governo de Juscelino e o povo votando contra o governo, só poderia votar contra o marechal. Embora se deva admitir que o abandono político de Lott, a falta de sintonia entre o PSD e o PTB, a inabilidade política do candidato e a grande derrama de dinheiro na candidatura de Jânio Quadro como fatores importantes para a derrota do ex-ministro da Guerra, não se pode ignorar o poder de julgamento e escolha do povo e estas estão diretamente relacionadas com a vida cotidiana e as dificuldades enfrentadas para sobreviver.

Lott fez uma campanha nacionalista em termos abstratos. Seu discurso técnico tinha pouco apelo nas camadas mais pobres da população. O luta contra o imperialismo e o “entreguismo” alimentava os sonhos das esquerdas, mas não a fome das massas. O discurso em defesa do desenvolvimento nacional não traduzia que isso significaria na prática para milhões de brasileiros que sofriam as conseqüências da política desenvolvimentista de JK. Os recursos de propaganda da oposição de nada valeriam se não transmitissem uma mensagem que o povo queria ouvir. Jânio Quadros, político ambíguo e avesso aos protocolos, falava o que o povo queria. Fazia promessas, mesmo sabendo que não iria cumpri-las:

“A vida está cara? – A culpa é do governo e vamos torna-la mais barata; – Miséria nos campos? – Faremos a reforma agrária; – Simpatizais com Fidel Castro? – Eu também; - Relações com todos os países do mundo? – Perfeitamente; A Petrobrás é intocável? – Contem comigo”.⁵⁷³

Derrotado nas urnas, nem assim Lott verbalizou a falta de apoio das cúpulas partidárias de sua coligação e do presidente da República à sua campanha. O marechal não questionou em nenhum momento a omissão política dos seus supostos aliados. Em sua interpretação a única responsável pela derrota teria sido o “poder econômico” mobilizado por Jânio Quadros e a campanha maledicente da direita:

⁵⁷² BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1930 a 1960*. São Paulo: Alfa-Omega. p. 236.

⁵⁷³ Idem. p.241.

“(...) As intrigas e mistificações assim armadas – até a própria hora do pleito, eram categoricamente desmentidas, mas a divulgação da contestação exigia meios que não possuíamos ou que não podiam entrar em paralelo com os usados na repetição das falsidades demagógica. (...)”.⁵⁷⁴

18 ANOS DEPOIS

Somente dezoito anos após as eleições, Lott, em entrevista ao CPDOC, admitiu que JK “nunca moveu uma pedra” por sua candidatura e indica consciência de que no final do seu mandato o ex-presidente tinha planos políticos que não incluíam a sua escolha e muito menos a sua vitória como candidato à presidência da República:

“Pode ser que eu esteja sendo injusto com ele, mas tenho impressão de que o dr. Juscelino não tinha muita vontade que eu fosse presidente da República. Tendo eu trabalhado para ida de Kubitschek para a Presidência da República e tendo depois sido seu auxiliar, caso o sucedesse, ele não se sentiria à vontade para se candidatar novamente. Tenho a impressão de que, para ele, seria melhor que fosse um outro cidadão qualquer, mas não posso afirmar isso, inclusive porque nunca conversamos a esse respeito”.⁵⁷⁵

Na mesma entrevista, Lott reconstrói o passado de um ponto de vista muito curioso. Define a sua participação política como uma obrigação moral. Seu dever era, embora a contragosto, proteger o país de Jânio Quadros, que teria ligações diretas com o comunismo, segundo informações obtidas quando era comandante militar da Região de São Paulo. A contradição é embaraçosa: foram justamente os comunistas tanto civis como militares, junto aos grupos mais combativos do PTB, a principal força de sustentação da campanha de Lott. A sua própria filha, Edna Lott, transitava nos meios comunistas, principalmente entre a oficialidade de esquerda. Contudo, Lott reconstrói uma visão oposta, sua missão era justamente combater Jânio Quadros devido à sua suposta inclinação comunista:

“(...) meu serviço secreto da região tinha provas de que ele dava dinheiro para organizações comunistas em São Paulo. Então eu sabia também que ele era comunista e, em consequência, na presidência da República, seria muito perigoso para o Brasil. Era, portanto, o meu dever contribuir para que um cidadão com essas qualidades, ou falta de qualidades, não fosse exercer as funções de presidente da República”.⁵⁷⁶

⁵⁷⁴ *Última Hora*. 18 de outubro de 1960. p.06.

⁵⁷⁵ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit. p.106.

⁵⁷⁶ Idem. pp.105-106.

Ao mesmo tempo em que afirma que não desejava a presidência da República e que seu papel era somente combater a infiltração comunista no governo Executivo, o marechal se contrapõe a Jânio Quadro como sendo muito mais apto para exercer o cargo político em questão. Sendo homem já idoso, com estudos e com a experiência de ter vivido fora do país, Lott se reconhece com mais experiência que seu adversário. Sua vida militar, segundo a sua interpretação, havia contribuído para uma formação moral e intelectual superior a de Jânio Quadros: “Eu era um homem já idoso, com uma grande experiência no Brasil e no estrangeiro, tinha exercido várias funções públicas de responsabilidade, tinha lutado na paz e na guerra, possuía uma série de cursos dos mais elevados, inclusive de engenharia militar”. Mas isso não deveria servir de moeda de barganha durante a campanha eleitoral. O povo que deveria perceber sozinho as suas qualidades superiores, o argumento de convencimento deveria ser somente técnico:

“Eu podia, então, durante a campanha, estabelecer esse paralelo, mas não o fiz; determinei que meus auxiliares estudassem os problemas das várias regiões que nós íamos visitar e anotassem quais eram os problemas que mereciam solução mais pronta e que eram mais prementes para a população”.⁵⁷⁷

Lott encarou a sua candidatura como tantos outros episódios seus na vida política. Era seu dever para com a pátria e, portanto, não deveria questioná-la. Se o povo o desejasse com o novo líder da nação, não seria a propaganda eleitoral, utilizada sem escrúpulos pelos políticos, que iria lhe dar a vitória. O marechal, como um oficial de caserna e muitos militares da sua geração, não tinha habilidade e se sentia pouco à vontade diante das negociatas e acordos duvidosos do mundo político e reconstrói a sua vida pública como ato de sacrifício cristão. As agitações do mundo político em nada agradavam o mineiro de hábitos rígidos e formação militar:

“(…) do outro lado estava todo o meu ser humano, de cidadão criado num lar modesto, que viveu no meio militar, tendo horror à política partidária, tendo horror a agitações de rua, tendo horror aos palanques, placar e discursos, não gostando de falar e tendo mais raiva ainda de escrever. Tudo isso estava pesando no outro prato da balança, mas o dever sempre tem que preponderar em relação aos nossos interesses pessoais, quando o cidadão tem noção de que é um ser humano temente a Deus. Então aceitei, e depois que aceitei tive que seguir uma orientação, embora sem ter prática e sem gostar de falar em público”.⁵⁷⁸

⁵⁷⁷ Idem. Ibidem.

⁵⁷⁸ Idem.

CAPÍTULO VI - A LUTA PELA LEGALIDADE

A CRISE DE 1961

Após a derrota nas urnas, o marechal Henrique Teixeira Lott recolheu-se em casa sua em Teresópolis, região serrana do Estado do Rio de Janeiro, longe dos tumultos da vida pública. A dedicação às plantas e à leitura, porém, não o afastou dos assuntos da política. O velho marechal ainda estava em forma quando se tratava da defesa da Constituição e da legalidade. Talvez não esperasse que seus antigos adversários crescessem em poder, conseguissem novos aliados e que antigos companheiros abandonassem a luta ou passassem para a trincheira oposta.

Com exceção do conhecido Movimento de 11 de Novembro de 1955, a postura firmada pelo marechal durante a Crise da Legalidade, em 1961, pode ser considerada a mais dramática em sua trajetória na luta em defesa da manutenção da legalidade constitucional. Em agosto deste ano, o seu antigo rival de urna e eleito presidente da República em 1960, Jânio Quadros, renunciou ao seu mandato. Constitucionalmente, o cargo de chefe da nação deveria ser ocupado pelo vice-presidente da República, na época, João Goulart, que, desde a década de 1950, era objeto de grande antipatia entre os setores conservadores civis e militares. No momento da renúncia, Jango se encontrava fora do país e sofreu sérias resistências por parte dos ministros militares para conseguir retornar ao Brasil e assumir o posto de presidente. O regime Parlamentarista foi implantado como solução momentânea para o impasse entre as forças.⁵⁷⁹

Lott, na Reserva, assistia à subversão de tudo que construía em cinco anos como ministro da Guerra: a intervenção dos militares diretamente no poder, atropelando a Constituição e a democracia. Indignado, o marechal acionou antigos aliados. Primeiro, tentou demover, sem sucesso, o então ministro da Guerra e aliado do Movimento 11 de Novembro, marechal Odylio Denys, da intenção de impedir a posse de Jango. Diante da negativa e sem o controle de tropas, restou ao ex-ministro e aos seus poucos aliados uma última cartada: a opinião pública. Lott fez uma declaração contundente e esclarecedora em defesa da posse de João Goulart, repudiando a ação dos ministros militares:

⁵⁷⁹ Ver, entre outros: FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe-civil militar de 1964”. Op.cit.

“Tomei conhecimento nesta data, da decisão do senhor ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, manifestada ao representante do governo do Rio Grande do Sul, deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual presidente da República, sr. João Goulart, entre no exercício de suas funções, e ainda, de detê-lo, no momento em que pise o território nacional.

Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho um compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e às suas instituições democráticas e constitucionais. E por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação. Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, dos operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda, de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se á altura das tradições legalistas que marcam a sua história no destino da Pátria”.⁵⁸⁰

A atitude rendeu retaliação severa. O Departamento Estadual de Segurança Pública censurou os jornais e emissoras que tentaram publicar o manifesto. E, por ordem do ministro Odílio Denys, Lott e os seus poucos aliados receberam ordem de prisão. Além do passado em comum, Denys, então ministro da Guerra, ocupava este ministério tão somente por conta da polêmica “Lei Denys” assinada por Lott quando este deixou o ministério rumo à disputa presidencial, em 1960. Com a lei, Lott garantiu a manutenção de Denys nos quadros da ativa do Exército, mesmo após a sua promoção ao marechalato, posto reservado aos generais da Reserva, e, conseqüentemente, a sua sucessão na pasta da Guerra, situação que fora prontamente aprovada por Juscelino, como forma de dar continuidade à política ministerial de Lott. Na época, o oficial Nelson Werneck Sodré, conhecido por sua posição nacionalista, publicou artigo no jornal *Última Hora*, levantando dúvidas a respeito das ações repressivas do novo ministro em relação aos militares tidos como esquerdistas e antigos aliados de Lott:

PACIFICAÇÃO MILITAR OU PROBLEMA MILITAR

“Há uma parte inquietante nos relatórios encaminhados ao Presidente da República [elaborado por Armando Falcão] (...) os atritos entre as correntes militares estariam contribuindo para a criação de um perigoso clima de tensão, contra todas as expectativas. A substituição de comandos tidos como chaves ou importantes, dos

⁵⁸⁰ *Correio da Manhã*. 29 de agosto de 1961. p. 20.

quais estão sendo afastados oficiais intimamente ligados ao ex-ministro da Guerra, hoje candidato a presidência da República, e preenchido por homens notoriamente vinculados ao grupo 24 de agosto, em nome da pacificação militar estaria determinando um clima de insatisfação. (...).

O sr. Armando Falcão afirma ter ouvido essas queixas e o que o seu trabalho foi exatamente o de convencer aos queixosos que a orientação do marechal Odylio Denys é exatamente legalista. O ministro deseja remover as causas que levaram os militares a se imiscuírem na vida política e conte-los nos limites de seus deveres profissionais (...).

O receio dos oficiais tidos como esquerdistas é o de que a pacificação não se faça exclusivamente com os preços dos seus sacrifícios o que preliminarmente serviria para lançar suspeitas e desconfianças dentro do próprio Exército.

(...) No IV Exército, além do comandante, general Ribas, outros oficiais como o coronel Newton Reis desenvolvem um trabalho de anulação do nome do marechal Lott entre a oficialidade. Quando (...) [Lott] chegou a Recife [para fazer campanha] foi exatamente o coronel Newton Reis, quem se apressou em divulgar uma nota afirmando que o Exército estava equidistante do problema da sucessão presidencial. (...)”⁵⁸¹.

Denys deu ordem de prisão a Lott e a outros oficiais que colaboraram para a divulgação do manifesto de agosto de 1961, incluindo um civil, o genro do marechal. Todos foram informados da detenção na própria residência do oficial, em Copacabana, pelo coronel Barbosa. O ex-ministro, porém, recusou ser detido por um oficial de patente inferior a sua. Aguardou a presença do marechal Nilo Horácio Sucupira, acompanhado do coronel Kugruer. Os jornais da época registraram a comoção dos populares presentes na ocasião. Gritavam: “Viva o Marechal da Legalidade!” Cantaram o hino nacional e se comoveram com a prisão do velho oficial:

“Nesta altura, vários populares se aglomeravam nas imediações do prédio, inclusive amigos do marechal Lott. Num ambiente de intensa expectativa, repórteres, policiais e curiosos aguardavam a saída do marechal”.⁵⁸²

Lott ficou preso por 30 dias em dependências do Exército, primeiro no forte Lage, depois na Fortaleza Santa Cruz, em Niterói. O coronel Alencar foi o responsável pelo pedido de *habeas-corpus*. Após a soltura, o ex-ministro não se sentiu acuado e declarou aos jornais novo apelo à manutenção da legalidade e respeito à Constituição do país diante da crise:

⁵⁸¹ *Última Hora*. 18 de maio de 1960. p.06.

⁵⁸² *Correio da Manhã*. 20 de agosto de 1961. p. 22.

“DECLARA TEIXEIRA LOTT: LIBERDADE CONSTITUCIONAL DEVE SER MANTIDA NO PAÍS A QUALQUER PREÇO.

Rio. (...) o marechal deu a situação do país como gravíssima. E afirmou: “Vários amigos me procuraram desde que se desencadeou a crise, causada pela inopinada renúncia do dr. Jânio Quadros, solicitando que manifestasse publicamente a minha opinião sobre a atual conjuntura. Fiz-lhes ver que, atualmente, meu ponto-de-vista tinha o mesmo valor de que o de qualquer outro cidadão.

Ponderaram também que eu tinha numerosos amigos civis e militares e, inclusive, os três milhões de brasileiros que sufragaram meu nome nas últimas eleições, e que julgaram um dever meu manifestar à Nação meu modo de pensar. É, pois, a esses amigos que eu me dirijo, não para lhes dar conselhos, mas para fazer um apelo:

‘Peço a esses amigos que, ao considerarem a conduta que cada um deverá adotar, em face da situação atual, tomem como bússola os interesses superiores da Pátria, e como roteiro os ditames da Constituição vigente, pois só assim será possível que suas ações se conjuguem no sentido de poder o Brasil vencer a gravíssima crise econômica, financeira, social e institucional que o acometeu. Faz mister que cada brasileiro ponha de lado suas simpatias ou antipatias e, mesmo seus interesses, por mais legítimos que sejam, quando estes colidirem com os do povo brasileiro. Trata-se, no presente momento, de manter as instituições, a Constituição e ordem’.⁵⁸³

As vésperas do desfecho do Golpe Civil-Militar de 1964, as lutas internas nas Forças Armadas estavam tomando novo rumo, diferente do que havia ocorrido na década de 1950. A divisão nacionalistas e não-nacionalistas havia ficado mais complexa diante dos cenários internacional e nacional que traziam à tona, de forma cada vez mais contundente, palavras de ordem e luta pela ampliação dos direitos sociais, pela emancipação política e econômica dos países do “terceiro mundo” e suas maiorias oprimidas. No cenário da Guerra Fria, a Revolução Cubana de 1959 mostrava aos setores esquerdistas da América Latina a possibilidade de uma sociedade emancipada.⁵⁸⁴ Diante da radicalização dos projetos de nação na sociedade civil e do clima de tensão, boa parte dos oficiais militares brasileiros, principalmente os que estavam no poder, ou escancararam suas posições autoritárias e direitistas ou a elas se submeteram em nome da hierarquia e da disciplina militar. Havia poucas brechas para a manifestação do nacionalismo militar entre os oficiais, aqueles que ainda insistiam em publicamente declarar suas simpatias sofriam com repressões pessoais,

⁵⁸³ *Correio da Manhã*. 27 de setembro de 1961. p. 48.

⁵⁸⁴ REIS, Daniel Aarão. Op.cit. (2000).

administrativas e inqueritos. Tal como ocorreu com o marechal. A coerção era grande e tornar-se-ia implacável após o Golpe de 1964.

O nacionalismo, por sua vez, não havia desaparecido dos meios militares, apenas se deslocava em sintonia com movimento de radicalização que ocorria na sociedade civil. Os valores nacionalistas foram cada vez mais apropriados e ressignificados pelos setores subalternos das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que foi sendo gradativamente abandonado por grande parte dos oficiais em nome da preservação da hierarquia e da disciplina. A forte repressão interna e o conservadorismo próprio do pensamento militar ajudavam no afastamento dos oficiais. Identificando-se com as lutas sociais que afloravam desde a década de 1950 e que, no governo de João Goulart, tomaram dimensões perturbadoras para a elite brasileira, soldados, marinheiros, sargentos, fuzileiros, entre outros, passaram a erguer suas vozes como categoria militar e como povo. Exigiam ampliações de seus direitos civis, sociais e políticos na sociedade e conseqüentemente no interior das Forças Armadas. Para isso, associavam-se a líderes sindicalistas, lideranças estudantis e políticos de esquerda. Os maiores exemplos de manifestação dos subalternos militares foram a Revoltados Sargentos, em 1963, na cidade de Brasília, quando, na luta por direitos políticos, os sargentos declararam “Sargento também é povo” e, em 1964, às vésperas do golpe, a Revolta dos Marinheiros, no Rio de Janeiro, quando os marujos lutaram principalmente pelo reconhecimento legal da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), criada em 1962, pelos oficiais da Marinha.⁵⁸⁵

Talvez o marechal Henrique Lott não tivesse percebido ou não quisesse reconhecer este processo de transição e radicalização do qual ele próprio fez parte ao abrir as portas do Ministério da Guerra aos subalternos, quando ocupara o cargo de ministro.

Com a instauração da Ditadura Civil Militar, em 1964, o marechal novamente se pôs em defesa da democracia e da Constituição e se posicionou contra os seus antigos inimigos. Mais uma vez foi publicamente desqualificado por seus pares e confinado ao isolamento. Como já citado, em maio de 1964, Artur da Costa e Silva, na qualidade de ministro da Guerra, proferindo um discurso exaltando o regime recém inaugurado, lembrou o Movimento 11 de Novembro como a “verdadeira quartelada”.⁵⁸⁶

⁵⁸⁵ CARLONI, Karla.(2007). pp. 279-308.

⁵⁸⁶ CAFÉ FILHO, João. Op. Cit. p.524.

No ano seguinte, 1965, Lott tentou retornar à atuação política ao se candidatar para governador da Guanabara pela coligação de oposição ao governo militar, formada pelo PTB, PSD e PSB. Entretanto, novamente esbarrou em seus antigos adversários que agora ocupavam o poder. Foi impedido por uma súbita mudança na lei eleitoral. Aprovada a toque de caixa a Lei de Inelegibilidades barrou o velho marechal. Um antigo rival havia se vingado de antigos desentendimentos. Castello Branco, o primeiro presidente regime autoritário, em reunião com os ministros militares, afirmou que a candidatura de Lott causaria graves inquietações nos quartéis. Posteriormente, o presidente, em jantar com chefes militares, como Geisel, Golbery e Cordeiro de Farias, concluiu que Lott, que havia pedido transferência de seu título eleitoral para Teresópolis, estava enquadrado no recém criado dispositivo que exigia domicílio eleitoral no local de disputa. Lott foi definitivamente afastado das eleições.⁵⁸⁷

Castello Branco, além do antagonismo político-ideológico, nutria conhecida antipatia pessoal pelo marechal Lott. Eram antigos adversários da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e protagonistas de uma longa rivalidade:

“Castello considerava o colega um ‘despeitado’, alguém que fazia questão de manter um ar de infinita superioridade, muito além da diferença hierárquica a separá-los; um major, outro capitão. Já Lott via em Castello um sujeito vaidoso em demasia, intelectualmente pretensioso, fachada que usaria para encobrir, na verdade, seu decantado complexo de inferioridade. ‘Castello tinha de fato um problema psicológico com sua aparência. Se alguém o insultasse, fizesse gracinhas, ou menosprezasse, fizesse troça de seus defeitos físicos, ele ficava violento’, dizia Lott”.⁵⁸⁸

A rivalidade entre os dois ultrapassou as desavenças pessoais e a disputa própria do meio militar. Em 1955, no comando da ECEME (Escola de Estado Maior do Exército), Castello mantinha clara posição legalista e apoiara a ação de Lott ao liderar o contragolpe em novembro daquele ano. Porém, no ano seguinte, quando a Frente de Novembro organizou uma festa popular para comemorar o aniversário do contragolpe e na qual foi entregue, diante de trabalhadores, personalidades políticas e militares, uma espada de ouro ao mais novo líder nacionalista, Castello se colocou coléricamente contra o envolvimento

⁵⁸⁷ NETO, Lira. Op. cit. p. 335.

⁵⁸⁸ Idem. p.101.

político de Lott. Em carta divulgada na imprensa, Castello recusou o convite da Frente para participar do evento em tom condenatório:

“(…) Essa arregimentação de militares, como classe e como força, ao lado de outras classes, alinhadas de uma maneira politicamente suspeita é, antes de tudo subversiva. É também subversiva por desejar subordinar as Forças Armadas à sua linha de ação e ‘democratizá-las’(…). As Forças Armadas, por motivos mais políticos, estão politizadas e, conseqüentemente divididas (...) Peço, pois, ao Comitê tomar conhecimento das razões por que não deverei comparecer à manifestação popular ao Exmo. Sr. General Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, todas fundadas na convicção de que o Manifesto [da Frente de Novembro] visa à subversão da ordem militar e política do país e de que há grave transgressão militar na aceitação de vosso convite”.⁵⁸⁹

Castello traçaria um caminho que o levaria ao encontro dos oficiais favoráveis ao rompimento da legalidade democrática. Os seus desentendimentos com Lott se agravaram, como nas eleições do Clube Militar, em 1958, quando Castello publicamente alegou que “processos eleitorais condenáveis” e represarias do “Poder Militar” favoreceram a chapa apoiada pelo ministro Lott. A polêmica prosseguiu numa troca de notas secretas e mutuamente ofensivas com o ministro da Guerra, e, por fim, custou a Castello uma repreensão por falta média que foi afixada em seus documentos militares bem como a transferência para o comando da Amazônia, após ser promovido a general-de-divisão. A partir de então, Castello nutriu ódio visceral a Lott e novos conflitos se estenderam até a década de 1960.⁵⁹⁰

Ainda em 1965, Lott fez declarações à imprensa condenando o Regime Militar. Talvez a sua declaração mais contundente tenha sido ao jornal *Correio da Manhã*, posteriormente, reproduzido em parte no editorial da segunda edição da combativa *Revista Civilização Brasileira*, como “uma síntese precisa de tudo aquilo que desejaríamos dizer”:

“Só é legal o poder que emana do povo e que em seu nome é exercido; a autoridade não será legítima se não se basear nesse princípio. É por esse motivo que as ditaduras só se mantêm pela violência e pela corrupção. A mais frágil das ditaduras é, exatamente, a

⁵⁸⁹ Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Fundo DPS.

⁵⁹⁰ NETO, Lira. Op. cit. pp. 184-186.

ditadura militar porque de um lado contribui para impopularizar as Forças Armadas e por outro as contamina com o micróbio da corrupção”.⁵⁹¹

O marechal deixava clara a sua posição diante da situação política que atravessa o país e sobre aqueles que ocupavam o poder. As suas manifestações públicas, coerentes com a sua trajetória como militar, como homem público e como cidadão, foram responsáveis por seu isolamento político nos anos que se sucederam ao Regime Militar.

TRAJETÓRIA INTERROMPIDA

Embora afastado da vida política e militar, Lott ainda sofreria um duro golpe de seus antigos adversários, mas a sua resposta aparentemente romperia com a até então incansável trajetória de luta pela democracia.

No início da década de 1970, o segundo filho de Edna Lott, Nelson Luiz Lott de Moraes Costa, inconformado com os rumos da ditadura, se engajou na luta armada, sem o conhecimento da mãe. Nelson, quando menino, havia estudado no Colégio Militar e na Escola Preparatória de Cadetes, após decepções e divergências, desistiu da carreira militar e, em 1966, ingressou na faculdade de história da Universidade Federal Fluminense. Nelson entrou para a Ação Libertadora Nacional (ALN), dissidência do PCB, cujo líder era Carlos Marighela. Sua ação no grupo era de ordem prática, não “perdia tempo com política”, era nas ruas que atuava de forma audaciosa:

“Assim que entrou na ALN, deixou clara a sua posição: não era político, não iria fazer discursos nem distribuir panfletos. Logo se ofereceu para agir na parte mais perigosa da operação, o grupo tático de ação armada (GTA). (...) Nelson tomou parte em quinze assaltos a bancos, a cinco a quartéis, vários a guardas-noturnos e postos de sentinelas da polícia; realizou transporte de armas e de pessoas; organizou treinamento de guerrilha e deu orientação de tiro aos companheiros (...) Também roubava carros para as ações. Tornou-se um especialista. Em um só ano ‘expropriou’ 55 automóveis”.⁵⁹²

Como muitos jovens que se engajaram na luta armada, Nelson teve o mesmo destino infeliz: após ser denunciado por um companheiro que já se encontrava detido, foi

⁵⁹¹ Apud: SILVEIRA, Maria Rita Jobim. “A Revista Civilização Brasileira: um veículo de resistência intelectual”. *I Seminário brasileiro sobre livro e história editorial*. RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa; PPGCOM/UFF; LIHED/UFF, 2004.

⁵⁹² WILLIAM, Wagner. Op. cit. p.416.

preso, aos 20 anos de idade, e permaneceu aproximadamente 4 anos nas dependências das Forças Armadas, sofrendo sistematicamente torturas e restrições, como confidenciou por escrito ao jornalista Wagner William :

“Você é inteligente. Na agitação da pancadaria não há tempo para raciocínio, então você passa a negar: ‘não sei’, ‘não vi’, ‘não conheço’, ‘não me lembro’, ‘eu não’. Nega-se sempre, cada vez com maior veemência. Trazem uma testemunha, um companheiro preso anteriormente e visivelmente abatido e destroçado. O rosto é uma grande mancha negra na qual tentam esconder-se os olhos assustados, baixos ou alertas. Hematomas, arranhões, cabelos desgrenhados, dentes quebrados, andar trôpego, voz pastosa de boca inchada, tudo grita sofrimento. Meio temeroso, meio súplice, mas sempre numa voz incerta o companheiro te reconhece, te acusa, diz que é bobagem resistir. O aspecto e o comportamento dele parecem comprovar as suas palavras. Está destruído e derrotado, ele que sempre fora tão forte, tão valente. Deve ter demorado muito a ceder, pois está um verdadeiro trapo humano”.⁵⁹³

Sua mãe, tal como a estilista e socialite Zuzu Angel, peregrinou por casa de generais, coronéis, antigos inimigos do pai e presídios, tentando salvar o filho. Sem obter resultado, Edna Lott, antiga parlamentar do PTB, faleceu estranhamente durante a árdua empreitada. A família sofreu.⁵⁹⁴

Paralelamente ao desdobramento dos acontecimentos da vida de Edna e Nelson, reside um trauma na família Lott: o velho marechal não interveio pelo neto, tal como fizeram outros oficiais em nome de familiares que foram perseguidos pela ditadura. Henrique Teixeira Lott se manteve distante. Não atendeu aos pedidos de sua filha Edna, não fez declarações à imprensa, não acionou antigos contatos. Sabia que seu neto, que carregava seu sobrenome, sofria nas mãos de antigos inimigos. Mas o silêncio foi total. O marechal da legalidade manteve-se equidistante.

A postura de distanciamento do ex-ministro causou mágoas profundas entre os familiares e estranheza na sociedade. Não há respostas seguras para o comportamento do marechal. Seria preciso investigar a dimensão psicológica do indivíduo que nada deixou registrado sobre este momento tão delicado da vida pessoal. A sociedade respondeu àquele momento construindo o boato que se transformou em memória, ainda hoje presente na sociedade: o herói teria vestido novamente a farda, ido ao quartel onde o neto estava sendo torturado e eliminado o seu algoz, em nome da honra da sua família e da pátria. Já na

⁵⁹³ Idem. p.423.

⁵⁹⁴ Ver: WILLIAM, Wagner. Op.cit.

própria família, criou-se aquilo que Giovanni Contini denominou de “memória dividida”.⁵⁹⁵ uns tendem a exaltar a memória do antigo chefe militar contemporizando com a sua atitude em relação ao neto e, outros, tocados diretamente pela dramática história de Nelson, guardam profundas mágoas que perpetuam por mais de uma geração.

A trajetória do marechal da legalidade tem seu percurso “quebrado” em um dos momentos mais árduos da relação entre civis e militares na história recente do Brasil. Eram outros tempos, o poder estava ocupado pela chamada “linha dura”, o Ato Institucional número 5 vigorava, Lott não reconhecia mais o seu antigo Exército e nem por ele era reconhecido. Antigos aliados ou haviam sido colocados na Reserva, expulsos ou se submetido à hierarquia, outros tantos estavam na clandestinidade. Seu neto fizera uma escolha consciente e pessoal. Essa não era mais a sua luta. Talvez, para Lott, a intervenção de um antigo legalista pudesse piorar a condição do neto, já que era grande o ódio alimentado em torno de seu nome.

De qualquer forma, nas prisões por que Nelson passava, uma coisa ele devia ao avô: o zelo dos sargentos. Muitos ainda guardavam respeito e afeição pelo ex-ministro, que concedera estabilidade e abrira as portas do Ministério da Guerra para a categoria. O coronel da reserva Kardec Lemme, que também esteve preso na época, e alguns familiares comentam: os sargentos tiveram importante papel na sobrevivência de Nelson.

⁵⁹⁵ Apud: PORTELLI, Alessandro. Op.cit. p.105.

CONCLUSÃO

A trajetória profissional e política do marechal Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott pode ser considerada fio condutor para boa parte da história do Exército na República brasileira. Nascido no final do século XIX, o marechal construiu a sua carreira de destaque concomitantemente ao fortalecimento e à consolidação do Exército como força nacional decisiva na direção do Estado. Da instituição fragmentada da Primeira República, passando pelo fortalecimento sem precedentes durante o Estado Novo, ao grande grau de autonomia durante o Regime Militar, a carreira de Lott foi testemunha ocular, expressiva e reveladora das transformações ocorridas no Exército como instituição e na sua relação com o Estado nacional. As múltiplas facetas desta relação, as nuances e as contradições internas ficaram mais nítidas através de um indivíduo que teve que fazer escolhas e tomar posição diante de questões que se apresentaram às Forças Armadas e na relação destas com a sociedade civil e com os governos constituídos.

Mais especificamente, a carreira de Lott ajudou a descortinar um capítulo mal estudado da história recente do Brasil, a atuação dos militares de esquerda no cenário político brasileiro no período que antecede o Golpe Civil-Militar de 1964. A construção do mito em torno do marechal, a partir de seus biógrafos, e o concomitante esquecimento voluntário protagonizado pelas Forças Armadas e pelas esquerdas civis, sinalizam um passado mal resolvido e com muitos pontos ainda a serem esclarecidos e debatidos pela sociedade.

A biografia aqui escrita levantou pontos pertinentes para o entendimento deste passado, mas não os esgotou. Há aqueles que merecem ser aprofundados à luz de novas fontes e perspectivas. Lott é um personagem que, em suas contradições, serve ao historiador como um catalisador da principal questão, de uma grande questão que afligiu o meio militar e a sociedade civil naquele momento: o projeto de desenvolvimento político e econômico que o país deveria seguir após os anos de repressão política do Estado Novo e no contexto de bipolaridade da Guerra Fria.

Nacionalistas apostavam em um Estado que incentivasse e controlasse o processo de modernização nacional, principalmente a industrialização, convertendo seus benefícios para a maioria da população. Era a idéia de ampliação da democracia social. Para tanto,

seriam necessárias medidas como combater ou controlar o capital estrangeiro; garantir uma política econômica independente nos quadros das relações internacionais; monopolizar os recursos minerais, principalmente o petróleo; estender a legislação trabalhista ao campo e ampliar as conquistas sociais dos trabalhadores urbanos. No outro lado, estavam os adeptos do pensamento liberal. Eles também desejavam a modernização do país através da industrialização, porém, esta deveria estar aliada ao capital estrangeiro, principalmente às diretrizes norte-americanas. O conservadorismo em relação aos trabalhadores urbanos e rurais era outra característica deste último grupo. Tudo que tivesse o caráter “subversivo” era taxado de comunista e entrava na luta contra o “Grande Mal Vermelho”.

Com o Movimento de 11 de Novembro de 1955, Lott passou a reunir poder simbólico e carisma. A defesa da legalidade e da Constituição fez dele o “messias” que parte da sociedade esperava. Seu ministério serviu para aglutinar, sob uma mesma bandeira, militares simpatizantes e/ou militantes das esquerdas políticas da época e todos os demais nacionalistas.

O marechal unia três símbolos importantes para Brasil naquele momento: o Exército, o nacionalismo e a legalidade democrática. Dos progressistas aos mais radicais, as esquerdas entoavam o discurso nacionalista e o ministro serviu para unir, mesmo que momentaneamente, todos em uma mesma luta. Ele foi o escolhido, reunia os atributos do “líder salvador” e, por um breve tempo, soube utilizar bem a imagem criada em torno de si. Lott garantiu a ferro e fogo Juscelino Kubitschek no poder, controlou as dissidências internas no Exército e nas demais armas, combateu a oposição civil, se aproximou das camadas populares e dos setores subalternos do Exército e soube negociar com as esquerdas que desejavam, principalmente, autonomia política e econômica para o país; o controle estatal dos recursos minerais, sobretudo do petróleo; maior distribuição de renda e ampliação dos direitos sociais.

Durante os anos que sucederam 1955, com a presença do general Lott no Ministério da Guerra, a aliança nacionalista juntou petebistas, comunistas, pessedistas, sindicalistas de variadas vertentes políticas e militares, militantes políticos ou não. De oficiais a praças a politização varreu as Forças Armadas e uniu diferentes armas. Teve maior expressividade em alguns segmentos, como no caso dos sargentos e dos marinheiros. Sindicatos e associações de militares se uniam na luta pela divulgação do discurso nacionalista. Os

panfletos apreendidos pelo DPS e os dossiês elaborados pelo mesmo órgão ajudam a compreender o grau de politização dos militares e sua interação com diferentes segmentos da sociedade, como associações de bairro, sindicatos e estudantes.

As esquerdas perceberam os quartéis como importantes aliados na luta política daquele momento. A crença momentânea das esquerdas na legalidade e na democracia levou à aproximação ao general Lott – o grande defensor da legalidade em 1955. Lott foi o mais importante ponto de união entre as esquerdas e os militares legalistas, em sua maioria adeptos do nacionalismo Estatal, principalmente, porque as esquerdas abandonaram as suas tradições revolucionárias ou golpistas momentaneamente.

O movimento de 1955 significou para os quartéis a possibilidade de maior organização e manifestação das vozes de esquerda que já cultivavam longa tradição de luta no interior das Forças Armadas. Era uma nova primavera, após o longo inverno iniciado com os desdobramentos do Movimento Militar de 1935 e a instauração do Estado Novo. A reinstauração da democracia, as lutas de libertação dos povos do “3º mundo” e o clima de Guerra Fria incentivaram a atuação das esquerdas militares.

No que se refere ao marechal Henrique Teixeira Lott, a partir do Movimento 11 de novembro, ele pouco mudou, diferentemente do que muitos contemporâneos seus e autores atuais afirmam. “Inocente útil”, “politiqueiro”, “ambicioso”, e até “comunista” eram e são alguns dos adjetivos atribuídos ao ex-ministro, que, portanto, justificariam o esquecimento voluntário e programado do “marechal da legalidade” pelos setores conservadores militares e civis e, conseqüentemente, pela sociedade como um todo. Na realidade, ao longo de sua trajetória, Lott conservou sua identidade legalista, o que teria mudado foram os cenários nos quais ele passou a “atuar”. Da segurança da caserna, o soldado foi deslocado para o palco belicoso da política. A mudança de contexto exigiu do militar uma reavaliação de posições, mas não de princípios. A manutenção da posição democrática e legalista e os desdobramentos de sua atuação no Ministério da Guerra o fizeram ser escolhido como símbolo da união entre militares nacionalistas, progressistas e revolucionários, e as esquerdas políticas da época.

O poder simbólico do ministro ultrapassou as barreiras dos quartéis. As cartas do povo, com as suas palavras simples e pedidos peculiares, mostram o alto grau de popularidade de Lott, algo até então inédito para um ministro militar. Era sinal dos novos

tempos. A democracia possibilitou maior aproximação dos setores populares aos quartéis e, por sua vez, maior manifestação/organização interna dos seus diferentes grupos políticos.

Lott teria sido, ao mesmo tempo, o símbolo da síntese do nacionalismo militar com as esquerdas e o símbolo do fracasso das mesmas, como atestou a derrota nas eleições de 1960, a sua prisão em 1961 e o posterior ostracismo político durante o Regime Militar. O fracasso da aliança significou também repressão e esquecimento. A esquerda militar pode ser considerada um dos grupos mais perseguidos do Regime Militar. Deslocados para a Reserva, silenciados, expulsos, cassados, presos, clandestinos, esses foram os destinos da maioria destes militares.

As gerações seguintes que formariam as esquerdas políticas e que rejeitaram o projeto político de alianças como caminho pacífico para a chegada ao poder, a partir do início da década de 1960, junto com as direitas militares e civis, foram, também, em boa parte, responsáveis pelo esquecimento social do marechal Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott e das esquerdas militares. Para estes, a luta dos militares, principalmente os não comunistas, na defesa dos ideais nacionalistas, não teria tido validade por não estarem comprometidos com a “causa revolucionária”. Os soldados foram apagados, esquecidos. Hoje, não pertencem a nenhuma memória coletiva preservada e cultivada. Entre os extremos da direita e da esquerda, “faltou espaço” na memória nacional e acadêmica.

O resgate da biografia do marechal mostra que ele representou, como foi dito em outro momento, uma perspectiva de transformações sociais e políticas orientadas pelo nacional-estatismo e apoiadas na legalidade democrática. Sua imagem correspondeu a uma complexa aliança entre as esquerdas políticas civis e militares de diferentes matizes que se formou sobre estas bases. Com o declínio e o posterior desaparecimento desta aliança, desapareceram também os atores e as instituições que poderiam investir na recuperação de sua memória.

ARQUIVOS PESQUISADOS

Arquivo do Estado do Rio do Janeiro
Arquivo Histórico do Exército
Arquivo Nacional
Biblioteca Nacional
CPDOC/FGV

PERIÓDICOS PESQUISADOS

Correio da Manhã
Diário de Notícias
Diário Oficial
Folha de S.Paulo
Imprensa Popular
Jornal do Brasil

O Cruzeiro
O Globo
O Jornal
O Semanário
Orçamento da União
Revista do Clube Militar
Revista Manchete
Revista Veja
Última Hora

ENTREVISTAS

Abelardo Jurema (CPDOC)
Armando Monteiro Filho (CPDOC)
Coronel Carlos Ramos de Alencar
Coronel Kardec Lemme
Ernani do Amaral Peixoto (CPDOC)
General Armando Geisel (CPDOC)
General Cordeiro de Farias (CPDOC)
Juscelino Kubitschek (CPDOC)
Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott (CPDOC)
Raul Ryff (CPDOC)
Renato Archer (CPDOC)
Sargento José Maria dos Santos (LABHOI-UFF)

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves de. (coord). [et.al.]. *DHBB*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Brasileiros na Guerra Civil Espanhola, 1936-1939: combatentes brasileiros na luta contra o fascismo”. “Revista Sociologia e Política”. Curitiba: UFPR, ano 4, n.12, junho de 1999.
- AGUERO, Felipe y HERSHBERG, Eric. “Las fuerzas armada y las memorias de la represion en el Cono Sur”. In: *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- Arquidiocese de São Paulo. *Brasil Nunca Mais: um relato para a história*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1930 a 1960*. São Paulo: Alfa-Omega.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PRESTES.
- BOURDIEU, Pierre. “Ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- CAFÉ FILHO, João. *Do Sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966. 2 vl.
- CARDOSO, Míriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK - JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARLONI, Karla. “A esquerda militar no Brasil”. FERREIRA, Jorge. AARÃO, Daniel Reis. (org.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o Movimento 11 de Novembro*. Niterói: PPGH/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, 2005.

CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política*. São Paulo: Difel, 1971.

_____. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. Rio de Janeiro: Diefel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: _____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

_____. “Tiradentes: um herói para a República”. In: _____. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1990.

_____. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. In:

_____. “Vargas e os Militares”. In: Pandolfi, Dulce Chaves. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. “Forças Armadas e política: 1930-1945”. In: *A Revolução de 30. Seminário Internacional Brasília*. Editora da Universidade de Brasília. 1982.

CASSIRER, Ernest. *O mito do Estado*. SP: Códex, 2003.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. RJ: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. *O espírito militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CASTRO, Viriato de. *Espada x Vassoura: Marechal Lott*. SP: Palácio do Livro, 1959.

COSTA, Joffre Gomes da. *Marechal Henrique Lott*. RJ: s/ed, 1960.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina de. "Ouvindo militares: imagem de um poder que se foi". In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. RJ: FGV, 1994.

_____. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. (org.). *As instituições na Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.

_____. CASTRO, Celso. (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. "Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia". In: FERREIRA, Jorge. _____. (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.3.

_____. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. SP: Marco Zero, 1989.

DENYS, Odylio. *Ciclo Revolucionário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 83.

DUBY, George. *Guilherme Marechal, ou, o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ESTEVES, Diniz. *Ministros da Guerra e do Exército brasileiro: 1951-1999*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1999.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Góes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FROTA, Sylvio. *Ideais Traídos: a mais grave crise dos governos militares narrada por um dos seus protagonistas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, Jorge. "A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas". In: _____. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular. (1930-1945)*. RJ: FGV, 1997.

FERREIRA, Jorge. "O governo Goulart e o golpe-civil militar de 1964". In: _____. (org.) [et.al]. *O Brasil Republicano*. RJ: Civilização Brasileira, 2007. v.3.

FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. "A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930". In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. Neves. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. vl.I.

- FERREIRA, Oliveiros S. *A vida e morte do partido fardado*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. p. 104.
- GERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias política*. SP: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003. 6ª ed.
- GUEIROS, José Alberto. *O último tenente: Juracy Magalhães*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- HAYES, Robert Ames. *Nação Armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- KOIFMAN, Fábio. (org). *Presidentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2002. 2v.
- KONDER, Leandro. “História dos intelectuais nos anos cinqüenta”. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *São Luis: biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LEITE, Mário Renault. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MAGALHÃES JR., R. *Antologia de Humorismo e Sátira*. RJ: Civilização Brasileira, 1957. http://www.releituras.com/mbandeira_espada.asp.
- MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro. 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MORAES, João Quartim de. *Liberalismo e Ditadura no Cone Sul*. Campinas: Unicamp, 2001.
- MORAES, João, Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1994.
- MOREL, Edmar. *A revolta da Chibata*. RJ: Letras e Arte, 1963.

MOREL, Edgar.(org.). *A Revolta da Chibata*: subsídios para a história da sublevação na esquadra pelo marinheiro João Candido em 1910. RJ: Paz e Terra, 2009.

MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *31 de Março*: um movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 2003. vl.II.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NETO, Lira. *Castelo*: a marcha para a ditadura. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVEIRA, Maria Rita Jobim. “A Revista Civilização Brasileira: um veículo de resistência intelectual”. *I Seminário brasileiro sobre livro e história editorial*. RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa; PPGCOM/UFF; LIHED/UFF, 2004.
<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/mariaritajobim.pdf>.

NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de A. Neves. *O Brasil republicano*: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. vl.I.

PAMPOLHA, Benedita Vieira Bentes. *Lott*: o marechal da legalidade. Rio de Janeiro, s/ed, 1960.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra*: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964. Niterói: UFF-ICHF; Dissertação de Mestrado em História Social, 1992.

PAULA, Batista de. *Plantão Militar*: miscelânea. Rio de Janeiro: s/ed. s/data. (Mimeo).

PINTO, Sérgio Murillo. “A doutrina Góes: síntese do pensamento militar no Estado Novo”. In: Pandolfi, Dulce Chaves. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janáina.(coord). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol:V. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2002.

- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro Jorge Zahar, 2000.
- ROCHA, Munhoz. *Radiografia de Novembro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- RODRIGUES, Flávio Luis. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo, Cortez, 2004.
- ROUQUIÉ, Alain. “Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: estratégia de pesquisa e dinâmica institucional”. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. RJ: Record, 1980.
- _____. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- SALOMÃO, Jorge. *A vida do Marechal Lott: a espada a serviço da lei*. SP: EDIGRAF, 1960.
- SENNA, Milton. *Como não se faz um candidato*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.
- SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- _____. *A vez e voz dos vencidos: militares X militares*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- TAVARES, Lyra. *O Brasil de minha geração: mais dois decênios de luta 1956-1976*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1976.
- TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Memórias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. III vl.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto”. *Revista TB*. Rio de Janeiro. 1988. nº 95, out-dez.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memória de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1968. p. 212.
- WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Teixeira Lott*. RJ/SP: Record, 2005.

